



---

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL**

*A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.*

**As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

**COMANDO DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

**SECRETARIA-GERAL DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Liseo Zamprônio

**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA**

Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias

**Departamento de História**

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

**Departamento de Publicações e Divulgação**

Capitão de Corveta (T) Ericson Castro de Santana

REVISTA NAVIGATOR

[www.revistanavigator.com.br](http://www.revistanavigator.com.br)

Editora Serviço de Documentação da Marinha  
Departamento de Publicações e Divulgação  
Ilha das Cobras s/nº – Centro  
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492  
Tiragem: 1.500 exemplares

## CONSELHO EDITORIAL

- CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)  
CF Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/CEMFHIS)  
CC (T) Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)  
CC (T) Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)  
CC (IM) Marcello José Gomes Loureiro (DPHDM/UNIRIO)  
CT (T) Daniel Martins Gusmão (DPHDM/LAAA-UFS)  
1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/UNL)  
1T (T) Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho (DPHDM/UNICAMP)  
Prof. Me. Wagner Luiz Bueno dos Santos (DPHDM/UNIRIO)

## CONSELHO CONSULTIVO

- VA (RM1) José Carlos Mathias (DPHDM)  
VA (Ref-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB)  
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)  
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (IUPERJ)  
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB/PPGEM-EGN)  
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS/SAB)  
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)  
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)  
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO)  
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)  
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)  
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)

## INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex  
www.latindex.unam.mx  
Sumários de Revistas Brasileiras  
www.sumarios.org  
Diadorim  
http://diadorim.ibict.br  
REDIB  
www.redib.org  
Portal de periódicos da Capes  
www.periodicos.capes.gov.br  
ICAP-Pergamum  
www.pergamum.puc.br/icap

## EQUIPE EDITORIAL

### Diretor

CMG (Ref<sup>o</sup>) Milton Sergio Silva Corrêa

### Editor

1T (T) Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

### Organização do dossiê

José Miguel Arias Neto  
Francisco Eduardo Alves de Almeida

### Identidade Visual

Edna Costa

### Editoração Eletrônica

Rebeca Pinheiro Gonçalves Baroni

### Capa

Rebeca Pinheiro Gonçalves Baroni

### Revisão

Kelly Cristiane Ibrahim  
Jacir Roberto Guimarães  
Donato Barbosa do Amaral  
Denise Koracakis

### Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.25 (jun. 2017)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 –  
il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da  
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e  
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

# Sumário

- 5      **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ O BRASIL E A GRANDE GUERRA**
- 9      **Apresentação do Dossiê**  
*José Miguel Arias Neto*  
*Francisco Eduardo Alves de Almeida*
- 11     **Cabo Verde e o Brasil durante a Grande Guerra**  
Cape Verde and Brasil during the Great War  
*Augusto Salgado*  
*Carlos Alves Lopes*
- 25     **Da Ilha das Enxadas à Cattewater: os aviadores navais brasileiros na Grande Guerra**  
From the Ilha das Enxadas to Cattewater: Brazilian Naval Aviators in the Great War  
*Carlos Roberto Carvalho Daróz*
- 36     **A guerra dos corsários – ações navais na costa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18)**  
The war of the corsairs – naval actions in the Brazilian coast during the First World War (1914-18)  
*Tito Henrique Silva Queiroz*
- 50     **A perda do Encouraçado *Britannia* e a Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918: fatos e controvérsias**  
The loss of the Battleship HMS *Britannia* and the Brazilian Naval Division in 1918: facts and controversies  
*Francisco Eduardo Alves de Almeida*
- 60     **A Primeira Guerra Mundial nas escolas: currículos e livros didáticos**  
World War I in Schools: Curriculum and Textbooks  
*Adjovanes Thadeu Silva de Almeida*  
*Carolina Mary Medeiros*
- ARTIGOS**
- 73     **Instituições militares e a ordem da “boa sociedade”: a Guarda Nacional na região cafeeira fluminense**  
Military institutions and the order of “good society”: the Guarda Nacional in the coffee productions areas of Rio de Janeiro  
*Marcos Guimarães Sanches*
- 84     **A “Hipótese Erradicadora” e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial como laboratório**  
The “eradicator hypothesis” and the organization of the Seamen Corps: the Imperial Navy as laboratory  
*Wagner Luiz Bueno dos Santos*

- 100 **A Escola de Estado-Maior do Exército e seus primeiros anos de funcionamento (1905-1919)**  
The Army General Staff School and its first years of operation (1905-1919)  
*Marcos Fernandes Marcusso*
- 114 **Uma abordagem sobre a inevitabilidade dos conflitos no período entre guerras**  
An approach to the inevitability of inter-war conflicts  
*Alexandre Rocha Violante*
- 124 **O pensamento militar de Rio Branco e o emprego do Poder Militar na paz**  
The (Baron of) Rio Branco military thinking and the permanent use of military power in peace time  
*Armando de Senna Bittencourt*
- 133 **Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 1)**  
Nautical cultures and social sciences in Brazil: a balance of anthropological, historical and archaeological production (Part 1)  
*Leandro Domingues Duran*

#### RESENHA

- 147 **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**  
*Armando Alexandre dos Santos*  
**Resenha de: DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016. ISBN: 978-85-7244-952-6, 208p.**

#### DOCUMENTO

- 154 **Ofício do Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra, Contra-Almirante Pedro Max de Frontin, ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Estevão Adelino Martins**  
*Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva*



#### Capa – O Brasil e a Grande Guerra

Fotografia pertencente ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha retratando um dos navios da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) em Gibraltar. A chegada da DNOG em Gibraltar se deu em 10 de novembro de 1918, um dia antes do armistício. Ao fundo se pode ver o Rochedo de Gibraltar.

#### 4ª Capa - Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*

Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* em Gibraltar. Tal navio foi uma das unidades que compuseram a Divisão Naval em Operações de Guerra. Documento sob a guarda da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



# Apresentação

Em outubro de 2017, a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial completará cem anos, motivada pelos ataques de Forças Navais alemãs a navios mercantes brasileiros naquele mesmo ano. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) é considerada por muitos historiadores como um dos marcos iniciais do século XX. Ultrapassando as fronteiras europeias e espraiando seus tentáculos por todo o globo, tal conflito foi o mais mortífero e destruidor que a humanidade vivenciara até então, resultando em um saldo de oito a nove milhões de mortos, além de cerca de trinta milhões de feridos. As transformações desencadeadas pela Grande Guerra não se restringiram às suas consequências letais, mas também influenciaram os rumos da humanidade nos contextos político, geopolítico, cultural, social, econômico, tecnológico e científico.

O Brasil manteve-se neutro até o ano de 1917, quando, após ter sofrido uma série de ataques a navios mercantes, declarou guerra à Alemanha. Destacou-se no esforço de guerra brasileiro: a operação de uma Divisão Naval no Teatro de Guerra; o envio de aviadores navais e militares à Europa; e a atuação de uma Missão Médica Militar na França. Entretanto, mesmo antes de 1917, o grande conflito já repercutia no Brasil nos diversos espectros sociais e no âmbito cotidiano.

A Revista Navigator traz ao público, em seu vigésimo quinto número, o dossiê "O Brasil e a Grande Guerra", organizado pelo Professor Doutor José Miguel Arias Neto e pelo Professor Doutor e Capitão de Mar e Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Os cinco artigos presentes no Dossiê abordam temáticas que se relacionam diretamente à participação de Brasil, Inglaterra, Portugal e Alemanha na Primeira Guerra Mundial, bem como a abordagem de tal conflito nos bancos escolares décadas após seu término.

Na Seção "Artigos", temos a análise da Guarda Nacional na região cafeeira do Rio de Janeiro no oitocentos, pelo Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches, através do trabalho "Instituições Militares e a ordem da "Boa Sociedade": a Guarda Nacional na região cafeeira fluminense", no qual o autor busca entender tal organismo enquanto uma instituição militar. O segundo trabalho, de autoria do Prof. Me. Wagner Luiz Bueno dos Santos, intitulado "A "hipótese erradicadora" e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial

como laboratório", aborda a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e das Companhias de Aprendizes-Marinheiros focando o processo de reformulação e organização dos quadros militares das praças na Marinha Imperial. Em seguida, no artigo "A Escola de Estado-Maior do Exército e seus primeiros anos de funcionamento (1905-1919)", o Prof. Me. Marcus Fernandes Marcusso analisa os primeiros anos de funcionamento da Escola de Estado-Maior do Exército, procurando identificar qual o tipo de formação prevista para os oficiais-alunos do Exército nas duas primeiras décadas do século XX. O quarto artigo da Seção, de autoria do Capitão de Fragata Alexandre Rocha Violante, intitulado "Uma abordagem sobre a inevitabilidade dos conflitos no período entreguerras", analisa a atuação da Liga das Nações no pós-Grande Guerra em sua busca pela implantação de uma nova ordem mundial. Segue-se uma abordagem desenvolvida pelo Vice-Almirante (EN) Armando de Senna Bittencourt acerca do uso diplomático das Forças Armadas no texto "O pensamento militar de Rio Branco e o emprego do Poder Militar na paz", onde são analisadas as atuações do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 1902 e 1912, bem como algumas características da chamada "Guerra da Lagosta", na década de 1960. Encerra a Seção de Artigos avulsos o trabalho "Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 1)", onde o arqueólogo Prof. Dr. Leandro Domingues Durán faz um balanço bibliográfico da produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Antropologia, da História e da Arqueologia, a respeito das tradições culturais náuticas no Brasil.

Na seção "Resenha", o Prof. Armando Alexandre dos Santos apresenta a obra "O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia", de autoria do Prof. Carlos Daróz, coadunando-se à temática do Dossiê.

Por fim, a Prof<sup>a</sup>. Me. Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva nos apresenta na Seção "Documento" um Ofício redigido em Dakar (Senegal) pelo Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, ao Chefe do Estado-Maior da Armada informando sobre os óbitos de membros da DNOG provocados pela epidemia de gripe espanhola e a reorganização dos comandos dos navios da Divisão.

Boa leitura!

**CONSELHO EDITORIAL**

# Dossiê O Brasil e a Grande Guerra

---

*Augusto Salgado*  
*Carlos Alves Lopes*

---

*Carlos Roberto Carvalho Daróz*

---

*Tito Henrique Silva Queiroz*

---

*Francisco Eduardo Alves de Almeida*

---

*Adjovanes Thadeu Silva de Almeida*  
*Carolina Mary de Medeiros*

---

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services



# Apresentação do Dossiê

## **Prof. Dr. José Miguel Arias Neto**

*Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual de Londrina) e Programa de Pós-Graduação em História e Regiões (Universidade Estadual do Centro-Oeste).*

## **CMG (RM1) Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida**

*Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos – Escola de Guerra Naval.*

No dia 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra ao Império alemão. Ato já esperado pela comunidade internacional, em razão dos ataques alemães aos navios mercantes nacionais e ao seu alinhamento natural com a França, Reino Unido e Estados Unidos da América. Quatro foram as contribuições ao esforço de guerra aliado. A primeira o envio de um grupo de aviadores para operar junto à Royal Air Force no Reino Unido. A segunda foi a designação de alguns oficiais do Exército para comporem unidades francesas na frente ocidental. A terceira o envio de uma delegação médica para a França para cooperar com os Aliados e, por fim, a designação de uma Divisão Naval composta de oito navios para patrulhar o triângulo Dacar, Cabo Verde e Gibraltar. Contribuições modestas, mas ao mesmo tempo importantes, pois o Brasil foi o único país latino-americano a enviar contingentes militares para atuarem no velho continente e na África, isso sem mencionar o simbolismo político dessa atitude.

Neste ano, comemora-se os cem anos da entrada do Brasil nesse grande conflito, que ceifou a vida de milhares de combatentes e civis. A maior tragédia humana a acontecer até ali no século XX.

Como forma de rememorar esse ato do Brasil, a revista de história naval *Navigator* está lançando o dossiê “O Brasil e a Grande Guerra”.

Foram assim selecionados cinco artigos que retratam exatamente esse período histórico. O primeiro trabalho foi escrito por uma dupla de pesquisadores de Portugal, Augusto Salgado e Carlos Alves Lopes, do Centro de Investigação Naval da Escola Naval de Portugal e da Universidade Nova de Lisboa, que discutiram o papel de Cabo Verde e o Brasil na Grande Guerra. O título do artigo é “Cabo Verde e o Brasil durante a Grande Guerra”. Trata-se de um tema extremamente interessante e original, uma vez que nos traz uma interpretação lusitana

sobre o papel da Divisão Naval brasileira e a defesa de Cabo Verde naquele grande conflito.

O segundo artigo selecionado foi escrito pelo pesquisador Carlos Roberto Carvalho Daróz, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que apresentou um tema instigante à História Naval brasileira que levou o título de “Da Ilha das Enxadas à Cattewater: os aviadores navais brasileiros na Grande Guerra”. Esse é um tema muito pouco discutido na historiografia naval brasileira e poderá tornar-se uma referência para os pesquisadores nacionais, uma vez que aborda as contingências da participação de aviadores navais brasileiros compondo parte do esforço aéreo britânico no conflito.

“A Guerra dos corsários: ações navais na costa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)” foi escrito pelo Professor Tito H.S Queiroz das Faculdades Integradas Hélio Alonso. Esse é outro tema que não tem sido discutido por outros pesquisadores, daí a sua relevância e originalidade. Tito Queiroz apresenta uma sucessão de ações ocorridas ao largo ou próximas de áreas de interesse estratégico do Brasil envolvendo corsários e navios mercantes. Ao contrário do que muitos pensam, nossas áreas no entorno estratégico brasileiro tiveram muitas atividades de corsários durante a Grande Guerra.

O quarto artigo selecionado foi escrito por um dos organizadores deste dossiê, o CMG (RM1) Professor Francisco Eduardo Alves de Almeida, da Escola de Guerra Naval. O seu título é “A perda do Encouraçado *Britannia* e a Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918: fatos e controvérsias”. Essa pesquisa congregou a documentação britânica sobre esse evento trágico da Royal Navy e fez parte da qualificação de estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa realizado pelo autor em 2015 e 2016. Ao contrário do que afirmam alguns historiadores navais brasileiros, o afundamento do *Britannia* foi um fato fortuito e aleatório e não possui nenhuma relação com a Divisão Naval brasileira que vinha de Dacar.

Por fim, o último artigo intitulado “A Primeira Guerra Mundial nas escolas: currículos e livros didáticos”, escrito por dois professores do tradicional Colégio Pedro II, analisa dois livros didáticos utilizados por esse colégio em relação ao tema do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Verifica-se para surpresa de muitos que, seja nos títulos constantes dos livros de história, seja no programa curricular seguido pelos alunos, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e suas consequências é uma temática ora silenciada ora analisada de modo restrito e incompleto.

A Revista *Navigator* cumprindo o seu papel acadêmico de disseminar as mais recentes pesquisas no campo da história naval brasileira organizou esse dossiê sobre a participação do Brasil na Grande Guerra de modo a comemorar esse evento e ao mesmo tempo incentivar antigos e jovens investigadores na fascinante arte e técnica de se escrever uma boa história.

Os organizadores desejam que ela tenha atingido esses dois objetivos, disseminar e incentivar a boa escrita da história.



# Cabo Verde e o Brasil durante a Grande Guerra\*

## Cape Verde and Brasil during the Great War

**Augusto Salgado**

*Investigador do Centro de Investigação Naval da Escola Naval da Armada Portuguesa (CINAV-EN).*

**Carlos Alves Lopes**

*Investigador do Centro de Investigação Naval da Escola Naval da Armada Portuguesa (CINAV-EN) e investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH-UNL).*

### RESUMO

A Grande Guerra marcou de forma definitiva o início dos conflitos mundiais, chegando a todos os continentes de uma forma ou doutra. Modificou as relações económicas, alterou a geoestratégia mundial e levou a profundas modificações políticas. O Brasil não ficou imune a todo esse caos civilizacional e acabou por intervir ao lado da Entente, contra uma Alemanha que lhe tinha infligido danos humanos, morais e patrimoniais. Nesse âmbito, o esforço naval comercial e militar brasileiro acabaram por cruzar as águas territoriais portuguesas por duas vezes. O artigo tem como objetivo abordar essa relação e a transversalidade do esforço de guerra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Portugal, Cabo Verde, Grande Guerra

### ABSTRACT

The Great War definitely marked the beginning of world global conflicts, reaching all continents in one or another form. It changed economic relations, altered the world geostrategy and led to profound political changes. Brazil was not immune to all this civilizational chaos and ended up intervening beside the Entente against a Germany that had inflicted human, moral and material damage on it. In this context, the Brazilian commercial and military naval effort ended up crossing the territorial waters of Portugal twice. The article aims to address this relationship and deal with the transversality of the war effort.

**KEYWORDS:** Brazil, Portugal, Cape Verde, Great War

### A ESTAÇÃO NAVAL DE CABO VERDE

O Porto Grande de São Vicente, em Cabo Verde, era o terceiro vértice do polígono atlântico, que tinha os outros dois vértices nos Açores (Horta ou Ponta Delgada, as opiniões da época e dos autores atuais dividem-se) e em Lisboa. Em termos estratégicos internacionais, o triângulo São Vicente (Cabo Verde/Portugal) – Dakar (Senegal/França) – Freetown (Serra

---

\* Artigo recebido em 23 de março de 2017 e aprovado para publicação em 25 de abril de 2017.

Leoa/Grã-Bretanha), era reconhecido como uma das portas de entrada das rotas vindas do Sul em direção à Europa do Norte e Mediterrânica, não só por questões relacionadas com a necessidade de abastecimento, água e carvão mas, também, porque a partir de 1917 o sector se transformou numa zona de formação de comboios de proteção naval. Esta importância levou a que a Alemanha dentro da sua estratégia de guerra submarina total declarasse o sector Dakar-Cabo Verde como zona de guerra, mais tarde a 11 de Janeiro de 1918<sup>1</sup>.

O Porto Grande em São Vicente tinha sido escolhido pela Grã-Bretanha, pouco depois a entrada de Portugal na Grande Guerra, a 9 de Março de 1916, para a instalação de uma estação naval para apoio e abastecimento das Esquadras de Cruzadores "D" e "I"<sup>2</sup> e, posteriormente denominada Esquadra de Cruzadores nº 9. Esta opção de Cabo Verde, em detrimento do Funchal, deveu-se à falta de defesas desse segundo porto e ao fato deste já se encontrar ao alcance dos submarinos alemães. Por sua vez, Cabo Verde foi preferido em relação à utilização de Dakar ou de Freetown, pela sua localização geográfica estratégica, pelas condições de navegabilidade do porto e, ainda, pela localização da estação de cabos submarinos transcontinental aí sediada.

Contudo, a falta de meios de defesa do porto leva o comandante da força inglesa a propor ao Almirantado britânico uma série de medidas e meios materiais para que o porto ficasse defensável. Contudo, o Almirantado encontrava-se impotente para agir, pois era território português e apenas poderia pressionar para que Portugal atuasse<sup>3</sup>. Para além da falta de meios para sustentar ataques externos, os ingleses estavam também preocupados com os cerca de 300 alemães que estavam na ilha, tripulantes dos navios alemães apresados em Fevereiro de 1916. A simples presença de um navio corsário alemão ao porto, na ausência da força inglesa, poderia levá-los à revolta, cujos escassos meios militares em terra, não conseguiriam impedir, na opinião dos ingleses<sup>4</sup>.

À semelhança do Funchal, também aqui foi o reduzido número de meios para a defesa do porto enviados por Portugal, perante

os possíveis ataques de submarinos alemães, levará a que a 9ª Esquadra de Cruzadores deixe o porto de São Vicente e desloque-se para Freetown, nos inícios de 1917<sup>5</sup>. A título de exemplo, o comandante dessa força considerava que para continuar a utilizar São Vicente, o porto deveria ter<sup>6</sup>:

Dupla linha de redes no exterior do porto;  
Seis caça-minas;

Uma flotilha de corvetas (*sloops*) para controlo do arquipélago e das aproximações a Porto Grande.

Em representação dos interesses de Portugal, a Armada manteve no arquipélago, embora nem sempre em simultâneo, duas canhoneiras da classe *Beira*<sup>7</sup> (a *Beira* e a *Ibo*) e o rebocador armado *Brigadeiro Berreiros*<sup>8</sup>, todos eles com uma capacidade de combate muito inferior a qualquer submersível alemão, ficando numa total dependência do fator humano para o resultado de um qualquer combate.



Figura 1 – A canhoneira *Beira* a largo de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)

Em termos da localização, o Porto Grande de São Vicente abre-se sobre um canal formado pelo corredor entre as Ilhas de Santo Antão e de São Vicente, canal esse

com uma largura de cerca de 20.000m, aproximadamente metade da distância entre Dover e Calais.

O dispositivo de defesa do Porto Grande em terra era composto em finais de 1916, por duas peças *Armstrong* de 150mm, peças de antigas corvetas e que foram montadas à Ponta do Morro Branco, a Sul da baía. Essas peças eram guarnecidas por pessoal da Marinha<sup>9</sup>. Mais tarde, as peças foram deslocalizadas e colocadas em Lavadoz, no porto, local onde se encontravam em Julho de 1918<sup>10</sup>.

Em Novembro de 1917, e para além das duas peças mencionadas, que por serem obsoletas, já tinham pouco ou nenhum valor militar, o dispositivo era composto por quatro baterias, equipadas com armas de 75mm *Cannet* (Exército) e 76mm *Armstrong* (Marinha), distribuídas pelas seguintes localizações: Ponta João Ribeiro (entrada a norte), Ilhéu dos Pássaros (junto à entrada norte) e Porto Novo (Ilha de Santo Antão) todas com peças de 75mm e artilheiros do Exército, e na Ponta do Morro Branco (entrada Sul) com peças de 76mm e guarnição da Marinha. A distância efetiva de tiro direto dessas peças rondava os 4.500m, o que permitia cobrir a boca de entrada do porto (2.000m), mas não conseguia bater todo o canal de São Vicente, entre a ilha de São Vicente e a de Santo Antão, não ficando coberto um corredor no meio do canal, para o qual a ação de vigilância dos navios da Estação Naval era essencial.

Inicialmente foi pedida aos ingleses o fornecimento e a instalação de um sistema de redes antitorpedos, no exterior do porto<sup>11</sup>, de modo a impedir possíveis ataques de submarinos, mas os ingleses descartaram a ideia, não só pela profundidade das

águas, como também pelo custo excessivo (mais de £200.000, na época)<sup>12</sup>. No entanto, documentação nacional mostra que apesar das dificuldades indicadas e após os afundamentos de 2 de Novembro de 1917, terá sido instalado um sistema de barragem parcial, com batelões e guarnecido pelo pessoal das pequenas canhoneiras estacionadas no arquipélago que cobria um terço da baía<sup>13</sup>. Existia ainda um posto de TSF<sup>14</sup>(CTIDX) que desde o início da guerra permitiu vigiar as transmissões dos navios alemães e neutros surtos no porto e posteriormente vigiar a existência de comunicações a partir de submersíveis alemães que navegassem na zona. Esta capacidade de escuta e transmissão TSF foi fundamental, já que na época apenas as ilhas de São Vicente e de Santiago estavam ligadas por cabo submarino e todas as outras comunicações entre ilhas eram realizadas através do envio de embarcações a vela<sup>15</sup>.

De acordo com as memórias do comandante da canhoneira portuguesa *Ibo*, o primeiro ataque alemão poderá ter ocorrido em Dezembro de 1916, durante uma rotineira vigilância noturna no porto de S. Vicente, em Cabo Verde. Durante esta missão, a *Ibo* saiu do porto para escoltar o paquete português *Moçambique*, que trazia tropas para a frente colonial. Após o paquete receber a ordem



Figura 2 – A guarnição da canhoneira *Ibo* em São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)

para atracar no porto, a canhoeira *Ibo* dete-  
tou o que poderia ser o casco de um sub-  
marino emerso na entrada da baía portuá-  
ria. A canhoeira manobrou rapidamente ao  
seu encontro e tentou abalroar o submarino,  
mas o inimigo mergulhou e afastou-se<sup>16</sup>.

Durante a duração da guerra foram re-  
portados vários avistamentos de subma-  
rinos alemães em outras ilhas do arquipéla-  
go, algumas das situações até reportadas  
em jornais do continente<sup>17</sup>, mas essas situa-  
ções nunca foram confirmadas.

## O BRASIL A CAMINHO DA GRANDE GUERRA

A declaração de guerra submarina sem  
restrições declarada pela Alemanha a 31  
de janeiro de 1917, com efeitos a partir de  
1 de fevereiro seguinte, chegou ao Minis-  
tério das Relações Exteriores do Brasil<sup>18</sup> como  
uma “notificação de bloqueio”, onde se jus-  
tificava um eventual ataque a navios merc-  
cantes de países não alinhados e neutros,  
incluindo o Brasil, no contexto da guerra  
naval na Europa.

O Brasil tinha declarado a neutralidade,  
a 4 de agosto de 1914, e apesar de ter sim-  
patizado com a causa Aliada desde o início,  
isso não evitou que a Grã-Bretanha tivesse  
colocado algumas firmas nacionais sob sus-  
peita de negociar com a Alemanha, apesar  
dessas relações comerciais não diferirem  
da atitude comercial de firmas de outras na-  
ções neutras durante a Grande Guerra.

A notificação de bloqueio foi respondi-  
da com um protesto do Governo brasileiro,  
mas tal não impediu que no dia 4 de abril  
de 1917 o vapor brasileiro *Paraná*, que nave-  
gava entre o Rio de Janeiro e o porto do Ha-  
vre (França) devidamente identificado com  
as exigências previstas na identificação de  
navios de países neutros, fosse afundado  
pelo submarino UB-32 comandado por Max  
Viebeg, junto da costa ocidental atlântica  
de França. Esta situação veio fortalecer a  
posição antigermânica<sup>19</sup> e a 11 de abril aca-  
bou por romper relações diplomáticas com  
a Alemanha.

Um novo afundamento ocorreu a 20 de  
Maio de 1917, com o torpedeamento do va-  
por *Tijuca* a cinco milhas do porto francês de

Brest, agora pelo submarino UC-36 coman-  
dado por Gustav Buch e, dois dias depois, foi  
torpedeado o vapor *Lapa* a sul de Faro (Por-  
tugal), pelo submarino U-47 comandado por  
Heinrich Metzger, quando navegava entre  
Santos e Marselha.

Esta sequência de afundamentos levou a  
que, em junho de 1917, o Governo brasileiro  
começasse a confiscar navios alemães que  
se encontravam surtos em portos brasileiros  
desde 1914, como medida de indeniza-  
ção<sup>20</sup> pelos prejuízos de guerra.

A 18 de outubro de 1917 foi torpedeado  
o vapor brasileiro *Macau*<sup>21</sup>, um dos navios  
arrestados aos alemães e ao serviço da  
Marinha Mercante brasileira, pelo subma-  
rino U-93 comandado por Helmut Gerlach,  
perto do Cabo Finisterra na costa norte de  
Espanha, quando navegava entre o Rio de  
Janeiro e o porto do Havre. No desfecho  
deste afundamento o comandante do vapor  
*Macau*, Saturnino Furtado de Mendonça e  
o seu despenseiro Arlindo Dias dos Santos  
foram levados para dentro do submarino e  
não voltaram a aparecer mais, apesar de  
múltiplas tentativas para os localizar e inter-  
venção do Governo brasileiro no após guerra  
para averiguar os fatos<sup>22</sup>.

No dia seguinte ao afundamento do va-  
por *Macau*, a 20 de outubro, foi ordenada a  
intervenção dos contratorpedeiros *Piauí* e  
*Mato Grosso*, para desarmar a canhoeira  
alemã *Eber*<sup>23</sup>, que se encontrava fundeada  
na baía de São Salvador desde o início da  
guerra. A sequência dos acontecimentos  
levou ao avolumar dos sentimentos nacio-  
nalistas e antigermânicos, que originaram  
uma pressão popular sobre o Governo para  
agir contra a Alemanha e que levou o Presi-  
dente dos Estados Unidos do Brasil, Wen-  
ceslau Braz, em 26 de outubro de 1917 a  
declarar guerra contra a Alemanha.

Em guerra após esta data, a rota Bra-  
sil-Europa tornava-se ainda mais perigosa  
para os navios comerciais brasileiros, uma  
vez que os submarinos-cruzadores alemães  
agora já conseguiam facilmente atingir al-  
vos no Atlântico Sul.

Nessa nova realidade bélica e com o  
abandono dos meios ingleses, para Free-  
town a 19 de Dezembro de 1916, levou a que  
o movimento comercial no Porto Grande, na

ilha de São Vicente em Cabo Verde fosse decrescendo sucessivamente. Ao longo do ano de 1917, as entradas no porto ficaram reduzidas apenas à navegação brasileira<sup>24</sup>, dois ou três navios escandinavos e britânicos, e a poucos navios espanhóis que passavam sem se abastecerem. Mantinha-se, no entanto, um porto com navegação nacional e um ponto de referência para os navios a vela para a América. Efetivamente, a marinha comercial brasileira que se deslocava em direção ao continente europeu para abastecer o esforço de guerra aliado, via Atlântico Sul, continuou a utilizar o porto de São Vicente como porto de abastecimento.

### **O ACARY, O GUAHYBA E A ESTAÇÃO NAVAL DE CABO VERDE**

Conforme já foi referido, o Porto Grande em São Vicente abre-se sobre um canal formado pelo corredor entre a Ilha de Santo Antão e a de São Vicente, e o dispositivo de defesa do Porto Grande, em Novembro de 1917, era composto em terra por quatro baterias, equipadas com armas de 75mm *Cannet* (Exército) e 76mm *Armstrong* (Marinha). Existia ainda um serviço de barragem<sup>25</sup>, guarnecido pelos homens da canhoneira *Ibo*, montado através de batelões de carvão. Complementava, ainda, o sistema de vigilância o já referido posto de TSF.

De acordo com o relato do comandante Corrêa da Silva, comandante da canhoneira *Ibo*, o ataque teria sido efetuado ao Porto Grande, a partir de uma aproximação em imersão à cota de periscópio, razão pela qual se pode perceber a surpresa do mesmo. Se o ataque tivesse sido realizado com o submarino à superfície já após o nascer do sol (6h32m locais 02/11/1917), era muito provável que a vigilância do porto tivesse conseguido detetar o submarino a mais de 15.000m. Contudo, à cota periscópica, dificilmente este seria avistado a mais de 2.000m. E, de noite e sem um serviço de patrulhas noturnas, a aproximação de um submersível era, e foi, indetetável.

O submarino, mais tarde identificado como sendo o U-151, aproximou-se pelo lado Norte e durante a madrugada (1h30mn) colocou-se primeiro a cerca de 9.000m (5 milhas) do Ilhéu dos Pássaros<sup>26</sup> e, posteriormente avançou até à baía do porto, onde encontrou uma posição de tiro favorável. O lançamento dos torpedos terá acontecido ao amanhecer<sup>27</sup>, pouco antes das 7 horas, e refere que o posicionamento do submarino e a solução de tiro terá sido facilitada pelas luzes "a *giorno*" das salas de baile, que nessa noite de 1 para 2 de novembro (Noite de Finados), e contra todas as regras de segurança, encontravam-se ligadas e eram visíveis do mar.

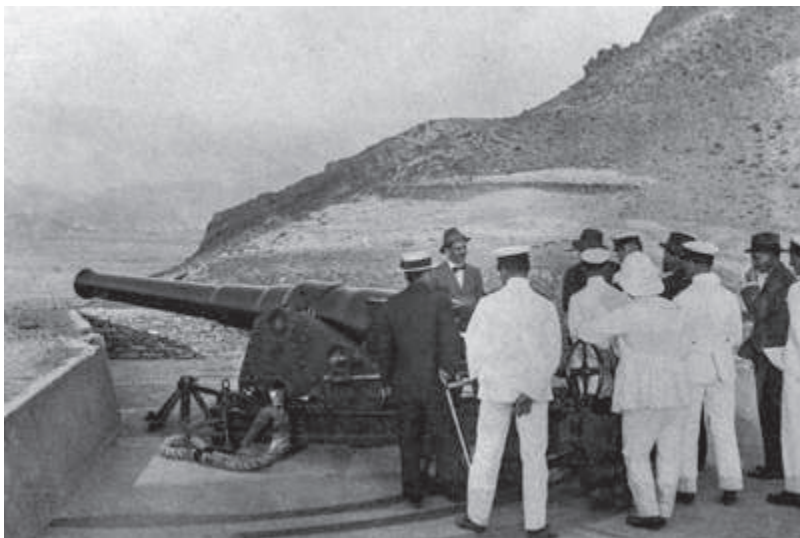


Figura 3 – Uma das duas peças *Armstrong* de 150mm, que foram montadas à Ponta do Morro Branco, em São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)

Estando os submarinos da classe do U-151 apenas equipados com dois tubos lançatorpedos à proa, este acabou por conseguir atingir apenas dois dos três navios brasileiros que se encontravam na baía: o *SSAcary* (4.275t) e o *SSGuahyba* (1.891t). A pronta ação da *Ibo* ao ataque, que largou de imediato na direção da esteira dos torpedos logo após os re-

bentamentos, terá impedido o comandante alemão Waldemar Kophamel de recarregar os tubos lança-torpedos. Deste modo, o U-151 foi obrigado a abortar novos ataques sobre os navios restantes que se encontravam no porto: o terceiro navio brasileiro, o SS *Tybagy*, o vapor português *Índia*<sup>28</sup>, vários navios a vela portugueses ou um iate ame-

ricano<sup>29</sup>. Mais tarde veio-se a descobrir que a presença desses navios no porto seria do conhecimento do submarino através de informações expedidas do navio holandês SS *Kennemerland* que se encontrava fundeado nesse porto desde o início da guerra e que estaria a passar informações ao inimigo.

No ataque, os dois navios atingidos só tiveram 6 feridos e dois desaparecidos, e conseguiram ainda encalhar, com o auxílio de rebocadores que se encontravam no porto<sup>30</sup>, o que permitiu que grande parte da carga, quase exclusivamente café, fosse recuperada<sup>31</sup>.

Poder-se-á então considerar que o ataque de surpresa aos navios no Porto Grande foi uma ação arrojada por parte do U-151, por este ter se aproximado tanto



Figura 4 – Vapor brasileiro SS *Guahyba* torpedeado pelo U-151 no porto de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)

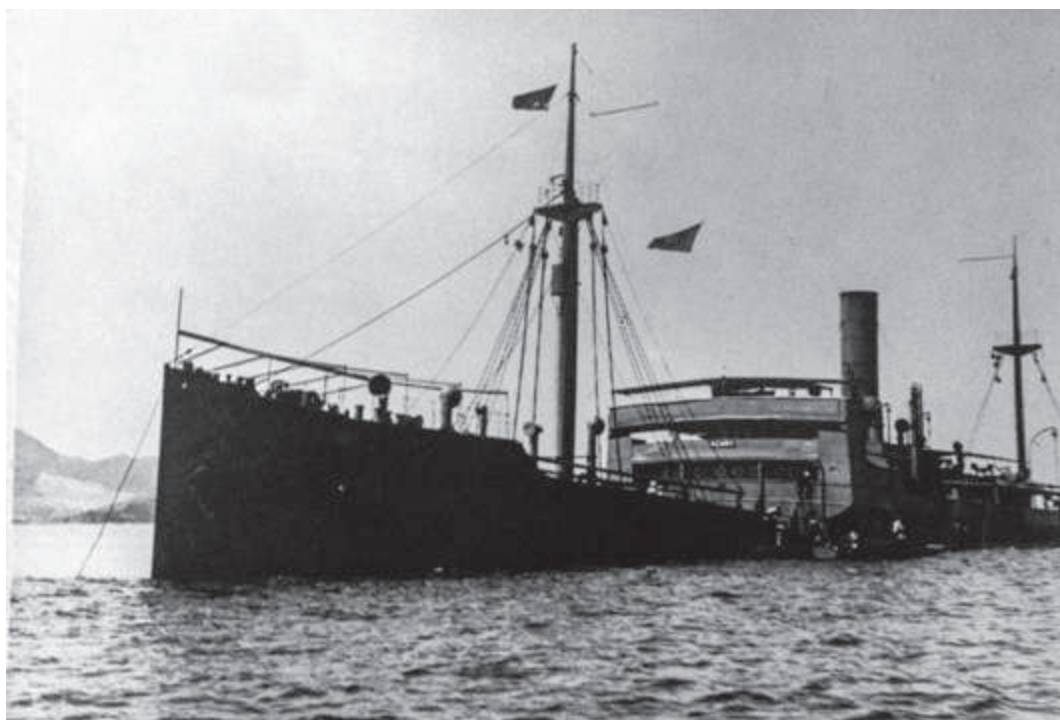


Figura 5 – Vapor brasileiro SS *Acary* encalhado no porto de São Vicente após ter sido torpedeado pelo U-151 (Biblioteca Central de Marinha)



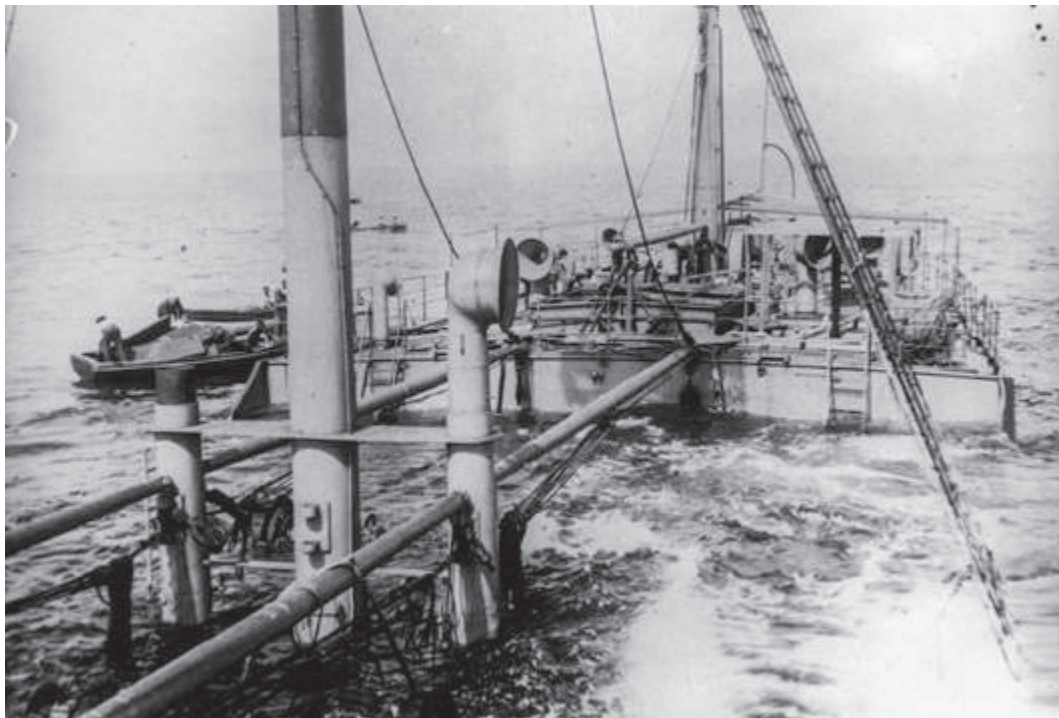


Figura 6 – No vapor brasileiro SS *Acary* a carga de café perdeu-se completamente após o navio ter sido torpedeado no porto de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)



Figura 7 – Trabalhadores retirando carga de café do vapor brasileiro SS *Guahyba* após ter sido torpedeado no porto de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)



Figura 8 – Uma outra vista do vapor brasileiro SS *Guahyba* após ter sido torpedeado no porto de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)



Figura 9 – Fragmentos de um torpedo que atingiu os navios brasileiros, retirado do fundo do porto de São Vicente (Biblioteca Central de Marinha)

até à posição onde efetuou o lançamento dos torpedos em imersão, já que os lançamentos dos mesmos foi realizado a 350m e 400m<sup>32</sup> dos alvos, apesar dos torpedos G7 (500mm) utilizados pelo U-151 terem um alcance muito superior<sup>33</sup>. Apesar do ataque ter sido realizado de noite, o fato dos alvos se encontrarem parados e, as silhuetas destes estarem recortadas pela contraluz vinda de terra, teria contribuído decisivamente para o sucesso do ataque. O comandante do U-151 tinha plena consciência da dificuldade que teria em se afastar caso fosse detetado antes dos impactos, ou ainda dentro do porto, por se deslocar submerso e num local de pouca profundidade. E, se estivesse à superfície, a sua velocidade<sup>34</sup> de 5 nós, facilmente poderia ser batido pela artilharia de defesa do porto ao se afastar deste, pelo menos até 4.500m das baterias norte e sul do porto.

Da análise do ataque do submersível alemão U-151 ao Porto Grande, a 2 de novembro de 1917, foi possível compreender o contraste entre os níveis de avanço tecnológico refletidos no sistema de defesa do Porto Grande, no qual se inclui a canhoneira *Ibo* e o rebocador armado *Brigadeiro Berreiros*, com a capacidade de combate do submersível alemão mas, também, como no início do século XX existia ainda uma total dependência do fator humano para o resultado de um qualquer combate.

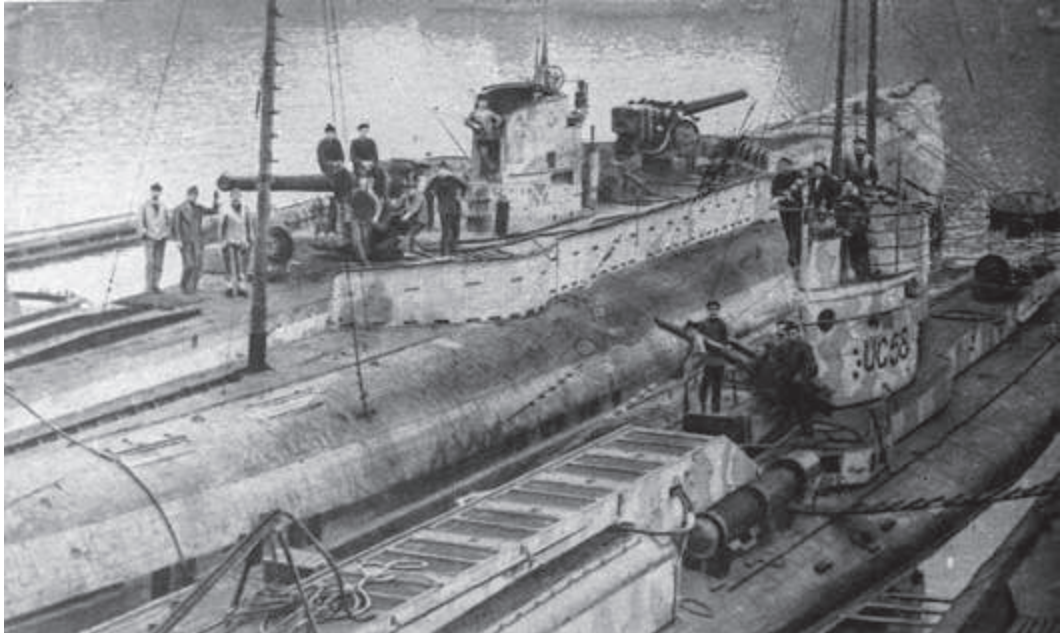


Figura 10 – Nesta fotografia tirada após o final da guerra, é possível comparar as dimensões de um submarino alemão da classe U-151 (mais afastado) e um outro submarino (*Le Miroir*, nº 269, 19 de Janeiro de 1919)

### **A DIVISÃO NAVAL BRASILEIRA PARA A EUROPA (DNOG)**

O Governo brasileiro a partir de outubro de 1917 teve dificuldade em materializar o seu esforço de guerra e em intervir no teatro de guerra europeu tendo, no entanto, mantido o fornecimento de alimentos e matérias-primas<sup>35</sup> à Europa. Nesse esforço de guerra enviou aviadores militares navais para colaborar na luta antissubmarina e uma missão médica a França, liderada pelo médico Nabuco Gouveia. No entanto, e apesar de todo o esforço e vontade, demorou a formar a esquadra naval de guerra a enviar para o teatro de guerra europeu.

A Esquadra para intervenção na Europa, denominada Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), foi composta por dois cruzadores: *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, quatro contratorpedeiros: *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, o navio de abastecimento *Belmonte* e o rebocador de alto-mar *Laurindo Pitta*. Em guarnições levou um efetivo total de 1.502 homens<sup>36</sup>.

A prontidão do DNOG levou um longo período de preparação. O primeiro pedido

britânico para a cedência de uma força naval de patrulha para operar na Europa data de 21 de dezembro de 1917, ao qual foi dada uma resposta por parte do Governo brasileiro dez dias depois, a 31 de dezembro, com a oferta da disponibilidade para enviar o número de navios indicados<sup>37</sup>.

Um dos fatores que deve ser ponderado na demora para a DNOG operar no teatro de guerra europeu, foi a sua dependência da utilização de infraestruturas e logística Aliada, em especial da Base Naval britânica de Gibraltar e do apoio americano para operar na Europa<sup>38</sup>. No entanto, dentro das suas águas nacionais a Marinha brasileira operacionalizou sem dificuldade três Divisões Navais: a do Norte sob o comando do Contra-Almirante João Carlos Mourão dos Santos, a do Centro sob o comando do Contra-Almirante Francisco de Matos e a do Sul sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, para defesa do litoral brasileiro.

Outro fator que dificultava a operacionalização de qualquer Esquadra naval brasileira, no Atlântico Sul ou na Europa, era a sua dependência total da importação de

material militar naval e de carvão para a manutenção e abastecimento da sua marinha de guerra<sup>39</sup>.

Finalmente, a 31 de julho de 1918 a DNOG, comandada pelo Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, suspendeu ferros do arquipélago Fernando Noronha com destino à base naval britânica de Gibraltar, com a missão de vir a reforçar os meios navais britânicos que operavam no Atlântico Sul na neutralização da ameaça submarina alemã. Operacionalmente<sup>40</sup> caber-lhe-ia a colaboração no patrulhamento do triângulo Gibraltar, Dakar, Cabo Verde, a rocega e a escolta a navios mercantes.

Como uma derrota estabelecida passava por Freetown, Dakar e Gibraltar, a Divisão Naval teve a necessidade de parar várias vezes em alto-mar para abastecer os cruzadores e os contratorpedeiros a partir do vapor *Belmonte* e, ainda, para executar reparações com o auxílio do rebocador *Laurindo Pitta*. Estas paragens em alto-mar eram situações muito perigosas, mesmo contando com a proteção antissubmarina que os quatro contratorpedeiros poderiam oferecer em caso de um ataque alemão. A viagem de travessia terminou a 9 de agosto, com a entrada de todos os navios da Divisão no porto de Freetown<sup>41</sup>.

No porto de Freetown<sup>42</sup> era esperada a execução do reabastecimento e pequenas manutenções para dar início à nova etapa até ao porto de Dakar, o que se verificou a 23 de agosto de 1918. Em termos militares, o porto de Dakar apresentava uma melhor defesa comparativamente ao porto de São Vicente. A sua segurança era assegurada por diversas fortificações, uma forte guarnição em terra e por várias unidades navais, adstritas ao comando francês do porto. No entanto, as condições de navegabilidade do porto de Dakar eram inferiores obrigando à utilização de pilotagem a embarcações que aí pretendessem fundear ou acostar aos cais<sup>43</sup>.

Durante o avanço para Dakar, na noite de 25 de agosto, a Divisão Naval entrou em alerta e posicionamento de combate, tendo efetuado tiro e largado cargas de profundidade na área e direção da suspeita da presença de um submarino alemão. No dia 26 de agosto a DNOG entrou no porto de Dakar com pro-

blemas mecânicos nos dois cruzadores, relacionados com desgaste de material e a falta de substituição de peças que já aguardavam manutenção mesmo antes da partida, peças essas que teriam de ser fornecidas pela indústria dos Estados Unidos da América.

A data prevista para iniciar a última etapa até Gibraltar estava marcada para 6 de setembro, mas entretanto irrompeu o surto de Gripe espanhola<sup>44</sup>, que atingiu grande parte das guarnições e obrigou a DNOG a se manter fundeada em Dakar até ao final de outubro.

### **O SURTO DE PNEUMÓNICA EM DAKAR**

A pandemia de gripe espanhola<sup>45</sup> que se espalhou em 1918 transformou a Divisão Naval brasileira um caso de estudo para a medicina. Ao se deslocar entre portos, de Freetown para Dakar, a guarnição da DNOG integrou o movimento massivo de pessoas que tomaram um papel crítico na transmissão do vírus, uma vez que a deslocação de esquadras, transportes de tropas e comboios navais foram o principal de difusão intercontinental da pneumónica.

A DNOG foi responsável pela propagação de pneumónica<sup>46</sup> em 1918 no Senegal, via porto de Dakar<sup>47</sup>, e entre a sua guarnição chegou a existir um nível de infetados de 90%. Muitos ficaram em cemitérios em Dakar<sup>48</sup> e quatro homens no cemitério da cidade do Mindelo em Cabo Verde<sup>49</sup>. No total vitimou 156 homens entre os 1.502 membros da guarnição da DNOG<sup>50</sup>.

Esta terá sido uma das razões que levou a que a Divisão Naval se demorasse em Dakar, ainda que existiam outras relacionadas com a questão da manutenção dos cruzadores e uma questão de política militar relacionada com a subordinação do comando brasileiro aos britânicos ou aos americanos que operavam a partir Gibraltar<sup>51</sup>, ainda não resolvida à data. A DNOG logo após chegar a Freetown solicitou esclarecimentos ao Conselho Naval Aliado relativamente à sua colaboração: comando e zona de patrulhamento, mas a questão não estava clara já que o apoio da DNOG era solicitado pelos franceses, italianos e britânicos, e ainda se

colocava uma questão formal de hierarquia de comando entre americanos e brasileiros, provocada pela antiguidade e patente do comandante da DNOG, Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, em relação ao comandante da força americana aí estacionada comandada pelo Almirante William Sowden Sims.

Neste contexto de espera, e porque foi considerado pelos britânicos possível operacionalizar o contratorpedeiro *Piauí* apesar de ter sofrido no período 8% de infetados<sup>52</sup>, este foi enviado para São Vicente (Cabo Verde), onde chegou a 11 de setembro<sup>53</sup>, para reforçar o esforço de guerra da Marinha portuguesa aí estacionada. A sua missão não só incluiu o patrulhamento do porto de São Vicente como a prestação de assistência às populações das localidades de São Vicente, Carvoeiras, São Tiago e Praia<sup>54</sup>. O contratorpedeiro CT-3 concluiu a sua missão junto da Marinha portuguesa a 19 de outubro, data em que regressou a Dakar para se juntar à sua Divisão Naval<sup>55</sup>.

No entanto, o contratorpedeiro *Piauí* quando amarrou junto à canhoneira NRP *Beira* contava entre a sua guarnição com 20 engripados com a pneumónica e terá sido deste grupo de homens que faleceram os quatro que foram enterrados no cemitério da cidade do Mindelo<sup>56</sup>.

Da investigação realizada pelos autores, mesmo no Brasil, a ida deste contratorpedeiro para Cabo Verde também não se encontra bem documentada, pelo que os autores tentaram confirmar este apoio através da pesquisa na documentação portuguesa, nomeadamente na documentação das Capitânicas do Porto de Cabo Verde da época e no diário de navegação da canhoneira *Beira*. Contudo, não foi possível encontrar quaisquer dados que pudessem confirmar a presença do mencionado navio brasileiro em Cabo Verde. Adicionalmente, foi pedido às autoridades locais de Cabo Verde que tentassem confirmar a existência das sepulturas dos quatro militares que teriam sido sepultados no cemitério da cidade o Mindelo, em São Vicente de Cabo Verde. A informação que recebemos, apontam para que atualmente, essas campas já não existam no mencionado cemitério.

É possível que estes quatro corpos tenham sido trasladados para o Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra, construído em 1928, e que se encontra no interior do Cemitério de São João Baptista, cidade do Rio de Janeiro. Este Mausoléu é resultado do Decreto nº 4.692, de 23 de fevereiro de 1923 e do Decreto nº 18.371, de 28 de agosto de 1928, ambos publicados no Diário Oficial da União, e é onde repousam os restos mortais de 156 militares<sup>57</sup> da DNOG trasladados de Dakar. Contudo, Adriane Piovezan<sup>58</sup> na sua Tese de Doutoramento realizou um estudo exaustivo sobre a história desse monumento e sobre a transladação de Dakar, não existindo referência aos quatro militares que teriam morrido em Cabo Verde e que ainda se encontrariam sepultados no cemitério da cidade o Mindelo, em São Vicente de Cabo Verde.

#### **A CAMINHO DA BASE NAVAL BRITÂNICA DE GIBRALTAR**

Entretanto, após receber um reforço de homens vindos do Brasil para completar as suas guarnições vítimas da pneumónica, a Divisão Naval suspendeu de Dakar a 3 de novembro de 1918 com destino a Gibraltar.

A ameaça submarina era real naquela zona, tanto mais que no dia 9 de novembro, o couraçado pré-*dreadnought* HMS *Britannia*, destinado a acompanhar a DNOG entre Dakar e Gibraltar, foi afundado pelo submersível alemão UB-50. Assim, existiu um permanente alerta enquanto navegava para Gibraltar que levou a duas situações de tensão. A primeira que ficou conhecida como a "Batalha das Toninhas", quando um cardume destes animais foi confundido com o rastro de um submarino e que levou o cruzador *Bahia* a abrir fogo com os seus canhões. Um segundo incidente ocorreu quando o contratorpedeiro *Piauí* abriu fogo de canhão contra o caça-submarinos N190 da Marinha norte-americana, ao ser confundido com um submarino devido à sua pequena dimensão, mas sem causar danos sobre o navio aliado que se identificou de imediato. Chegou a Gibraltar no dia 10 de novembro de 1918, na véspera do Armistício.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Arquivos

PT/AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

PT/BCM-AH – Biblioteca Central da Marinha, Arquivo Histórico (Lisboa)

GR/BArch-MA – Bundesarchiv Militararchiv (Freiburg)

UK/TNA – The National Archives (Londres)

### Publicações Periódicas

Ilustração Portuguesa

Comércio do Porto

### Bibliografia

ALENCAR, A. F. *Relatório do Ministro da Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918.

ALMEIDA, João de. *O Porto Grande de S. Vicente de Cabo Verde*, 2ª ed. Lisboa: Editorial Império Ltda, 1938.

ALONSO, Wladimir J.; Schuk-Paim, Cynthia; Shanks, G. Dennis et al. A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918. *Revista Navigator*. nº 9/17, 2013, pp. 11-21.

ARAÚJO, Johnny Santana. Guerra que terminar todas las guerras: Brasil en la Primera Guerra Mundial – La movilización de la sociedad y participación de la Marina de guerra – 1917-1918. *História: Debates e Tendências*, vol. 14, nº 2, jul./dez. 2014, pp. 318-333.

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. Quanto custou a DNOG? in: *Simpósio sobre a Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1975.

HALPERN, Paul. *Naval War in the Mediterranean 1914-1918*. London: Routledge Library Editions, 2016.

INSO, Jaime Correia do. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2006.

KILLINGRAY, David. *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-1919: New Perspectives*. London: Routledge Library Editions, 2003.

LEITE, Jorge da Silva, Aspectos da participação da Marinha de Guerra Brasileira na Primeira Guerra Mundial. *Revista Marítima Brasileira*, nº 3, 1987, pp. 9-40.

MAIA, João do Prado, D.N.O.G. Uma página esquecida da história da Marinha Brasileira, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1961.

MARTINS, Helio Leoncio, A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Grande Guerra. História Naval Brasileira, (Coord.) *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Vol. 5, Tomo IB, 1997.

MENDES, José Agostinho de Sousa. *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985)*, Vol. I – I/II/III Partes. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 1989.

MENDONÇA, Valterian Braga. *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

MONTEIRO, Marcelo. *A Entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Besourobox, 2014.

PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)*. Tese Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

SCHEINA, Robert L. *Latin America's Wars Volume II: The Age of the Professional Soldier, 1900-2001, Vol.II*. Washington D.C.: Potomac Books Inc., (eBook), 2003.

SILVA, Henrique Corrêa da (Paço d'Arcos). *Memórias de Guerra no Mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931.

SOARES, José Roberto de Macedo. Relatório Diplomático do Sr. Dr. José Roberto de Macedo Soares, Segundo-Secretário da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Berna. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

TORRES, A. Sousa; SOARES, J.M. Pires. Formações sedimentares do Arquipélago de Cabo Verde. *Memórias Série Geológica III*, Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa, 1946.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> As zonas de guerra submarina declaradas pela Alemanha foram: Zona A-Ilhas Britânicas, Zona B-Mar Mediterrâneo, Zona C-Açores e Zona D-Cabo Verde. <http://net.lib.byu.edu/estu/wwi/comment/CRB/images/CRB08.jpg> (acesso 2016/07/28)

<sup>2</sup> UK/TNA/ADM 137-1204, de 29 Setembro 1916.

<sup>3</sup> UK/TNA/ADM 137-1204. Letter of proceedings, de 12 Abril 1916.

<sup>4</sup> UK/TNA/ADM 137-1204. Telegrama nº 114/47, de 12 Abril 1916.

<sup>5</sup> UK/TNA/ADM 137-1204. Telegrama nº W23762/17, de 3 Fevereiro 1917.

<sup>6</sup> UK/TNA/ADM 137-1204. 29 Setembro 1916.

<sup>7</sup> Henrique Corrêa da Silva (Paço d'Arcos), *Memórias de Guerra no Mar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1931, pp.29-30. A classe *Beira* eram canhoneiras de 405 toneladas. A *Ibo* foi construída em 1911 no Arsenal da Marinha, em Lisboa, e apresentava uma velocidade máxima de 12 nós. No início da guerra estava armada com quatro peças Hotchkiss de 47 mm e duas metralhadoras e uma guarnição de cerca de 80 homens.

<sup>8</sup> Henrique Corrêa da Silva (Paço d'Arcos), *idem*, p.77. O rebocador *Brigadeiro Berreiros* era um navio fretado, que o governador local colocou à disposição da Estação Naval de Cabo Verde. Estava armado com uma peça de 37 mm e tinha uma guarnição de oito praças portuguesas.

<sup>9</sup> Henrique Corrêa da Silva (Paço d'Arcos), *ibidem*, pp.58-59.

<sup>10</sup> PT/BCM-AH/N46/205/5-XVII-1-4, *Ibo* 1917-1918 Relatório de 10 de Novembro de 1917, p.2.

<sup>11</sup> UK/TNA/ADM 137-1204 Telegrama 302, de 30 Setembro 1916, material a ser fornecido pela Inglaterra.

<sup>12</sup> UK/TNA/ADM 1-8501-230.

<sup>13</sup> PT/BCM-AH/N46/205/5-XVII-4, Relatório da *Ibo* para a Majoria General da Armada de 18 de Novembro de 1917 e PT/BCM-AH/Núcleo 320/4/6-XV-2-1, Serviço de Defesa Marítima 1918.

<sup>14</sup> PT/BCM-AH/CX1516 – Ultramar, Cabo Verde, 1917-1970. Houve a necessidade de mobilizar os serviços do rádio amador, sr. Alberto Carlos de Oliveira, que era proprietário do rádio CTIDX. Este cumpriu um papel determinante na ligação entre as unidades navais da Armada portuguesa e o comando do Porto Grande e ainda na ligação entre a Esquadra britânica que se encontrava ao largo com a Estação do Cabo Submarino. No final da guerra o Sr. Alberto Oliveira obteve o reconhecimento britânico pela participação na luta contra os submarinos alemães e também do Governo português.

<sup>15</sup> UK/TNA/ADM 137-1204, 29 Setembro 1916.

<sup>16</sup> Henrique Corrêa da Silva (Paço d'Arcos), *ibidem*, pp.84-87. Os autores não conseguiram identificar qual teria sido o submarino envolvido nesta ação.

<sup>17</sup> *Comércio do Porto*, 4 de Novembro de 1916, p.3.

<sup>18</sup> <https://ieccmemorias.wordpress.com/2015/08/31/iecc-memorias-cclix-27041917-enc-sauda-wenceslau-braz/> (acesso 2017/02/01)

<sup>19</sup> Anteriormente tinha sido afundado o vapor brasileiro *Rio Branco* de 2.259t, a 1 de maio de 1916, pelo submarino UB-27 comandado por Victor Dieckmann, no Mar do Norte junto à costa da Grã-Bretanha.

<sup>20</sup> Valterian Braga Mendonça, "A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)", *Disertação de Mestrado*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009, p.97. No total o Governo brasileiro confiscou 46 navios a título de indenização e a 3 de Dezembro de 1917 cedeu à França 30 desses navios por contrato, à imagem do que o Governo português foi impelido a fazer à Grã-Bretanha, para colmatar parte da imensa falta de transportes navais que se verificava nesse momento crucial da guerra.

<sup>21</sup> Marcelo Monteiro, *A Entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, São Paulo, Besourobox, 2014. Neste livro o autor fundamenta que terá sido o afundamento do vapor *Macau* (ex-*Palatia*) que precipitou a declaração de guerra contra a Alemanha.

- <sup>22</sup> José Roberto de Macedo Soares, *Relatório Diplomático do Sr. Dr. José Roberto de Macedo-Soares, Segundo Secretário da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Berna*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919, pp.62-65. A data do relatório é anterior ao final do conflito, 27 de outubro de 1918, e reflete as tentativas encetadas antes dessa data.
- <sup>23</sup> A guarnição alemã quando foi atacada pelos contratorpedeiros afundou o navio para que este não fosse capturado operacional.
- <sup>24</sup> PT/BCM-AH/N46/205/5-XVII-4, Relatório da *Ibo* para a Majoria General da Armada de 18 de novembro de 1917
- <sup>25</sup> *idem*.
- <sup>26</sup> GR/BArch-MA/RM97-1114 - Diário de Guerra do U-151 e também referido nas memórias do Comandante Corrêa da Silva. Henrique Corrêa da Silva (Paço d'Arcos), *ibidem*, pp.135-7.
- <sup>27</sup> O nascer do sol em Cabo Verde no dia 7 de novembro de 1917, aconteceu às 6h34m.
- <sup>28</sup> PT/BCM-AH/N46/205/5-XVII-4, Relatório da *Ibo* para a Majoria General da Armada, de 18 de novembro de 1917.
- <sup>29</sup> PT/BCM-AH/N46/205/5-XVII-4, Relatório do comandante Henrique Corrêa da Silva, dirigido ao Cônsul Britânico em Cabo Verde, datado de 10 de Novembro de 1917, p.12.
- <sup>30</sup> UK/TNA/ADM 137-1204, de 29 de Setembro de 1916.
- <sup>31</sup> *Ilustração Portuguesa*, II Série, nº 615, de 3 de Dezembro de 1917, pp.447-8.
- <sup>32</sup> GR/BArch-MA/RM97-1114 - Diário de Guerra do U-151 e também referido nas memórias do Comandante Corrêa da Silva. SILVA, Henrique Corrêa da (Paço d'Arcos), *ibidem*, p.136.
- <sup>33</sup> Os torpedos G7 alemães tinham o alcance de 10.700m a 36 nós.
- <sup>34</sup> Os submarinos em combate, por precaução, utilizavam os motores elétricos à superfície para facilitar qualquer imersão de emergência que tivessem de efetuar durante o combate. A passagem de diesel a elétrico e vice-versa era um processo lento para as necessidades de manobra em combate.
- <sup>35</sup> A principal matéria-prima exportada pelo Brasil era a borracha, que no início do século XX ainda não era muito utilizada na indústria militar. Outro produto de exportação era o café que foi colocado na lista de contrabando pelos britânicos, ainda durante o período de neutralidade brasileira, o que dificultava o seu transporte para os países neutros fronteirais às Potências Centrais.
- <sup>36</sup> João do Prado Maia, *D.N.O.G. Uma página esquecida da história da Marinha brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961, p.94.
- <sup>37</sup> Robert L. Scheina, *Latin America's Wars Volume II: The Age of the Professional Soldier, 1900-2001*, Vol.II, Washington D.C., Potomac Books Inc., (eBook), 2003, p.108. O Contra-Almirante Francisco de Mattos foi enviado pelo Governo Brasileiro à Europa para tratar da colaboração da DNOG com a Royal Navy.
- <sup>38</sup> Paul Halpern, *Naval War in the Mediterranean 1914-1918*, London, Routledge Library Editions, 2016, p.445.
- <sup>39</sup> Robert L Scheina, *idem*, p.109.
- <sup>40</sup> Robert L. Scheina, *ibidem*, p.110.
- <sup>41</sup> Robert L. Scheina, *ibidem*, p.108.
- <sup>42</sup> Terá sido durante o período em que a DNOG esteve em Freetown que as guarnições foram contagiadas pela pandemia de gripe espanhola.
- <sup>43</sup> João de Almeida, *O Porto Grande de S.Vicente de Cabo Verde*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Império Lda, 1938, p.92-93.
- <sup>44</sup> Carlos Daróz, *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*, São Paulo: Editora Contexto, 2016. Na sua obra o historiador brasileiro apresenta a história dos quase duzentos brasileiros que perderam a vida nos navios de guerra da DNOG, na maioria vítimas da gripe espanhola e acidentes durante a viagem.
- <sup>45</sup> A pneumônica vitimou nos últimos meses da guerra um total de mortes superior a todas as mortes causadas nos campos de batalha durante a Grande Guerra, tornando-a a maior crise de saúde pública da história recente. Sendo um vírus aéreo tinha como ambiente de propagação preferencial os meios fechados e multidões, dois ingredientes especialmente fáceis de encontrar em campos militares e navios.
- <sup>46</sup> Wladimir J. Alonso; Cynthia Schuk-Paim; G. Dennis Shanks et al., "A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918", *Revista Navigator*. n.9/17, 2013, pp. 11-21.
- <sup>47</sup> David Killingray, *The Spanish Influenza Pandemic of 1918-1919: New Perspectives*, London, Routledge Library Editions, 2003, p.232. A propagação da doença foi muito rápida e poucos dias depois, a 18 de Setembro a doença já tinha atingido o campo militar de Ouakam a pouco mais de 1km de Dakar.
- <sup>48</sup> Adriane Piovezan, "Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)", *Tese Doutorado*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2014, p.222. Mais tarde, em 1928, os corpos das vítimas da DNOG em Dakar foram exumadas e transladadas para o Cemitério São João Baptista no Brasil.
- <sup>49</sup> Informação de Joaquim Saial em colaboração com Manuel Amante da Rosa, Embaixador de Cabo Verde em Roma. (2017/01/24).
- <sup>50</sup> Arthur Óscar Saldanha da Gama, "Quanto custou a DNOG?", *Simpósio sobre a Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p.7.
- <sup>51</sup> Paul Halpern, *idem* p.445.
- <sup>52</sup> Wladimir J. Alonso, *idem*, pp. 1-21.
- <sup>53</sup> Hélio Leôncio Martins, "A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Grande Guerra. História Naval Brasileira", (Coord.) *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, Vol. 5, Tomo IB, 1997, p.272. Até ao final da guerra ainda se registaram mais dois ataques a navios mercantes brasileiros, mas sem sucesso.
- <sup>54</sup> João do Prado Maia, *idem*, pp.90-91.
- <sup>55</sup> Johny Santana Araújo, "Guerra que terminar todas las guerras: Brasil en la Primera Guerra Mundial – La movilización de la sociedad y participación de la Marina de guerra – 1917 – 1918", *História: Debates e Tendências*, vol. 14, nº 2, Jul./Dez. 2014, p. 329.
- <sup>56</sup> João do Prado Maia, *ibidem*, pp.90-91.
- <sup>57</sup> João do Prado Maia, *ibidem*, p.96. A transladação foi efetuada em três etapas: 1928 com 50 corpos, 1929 com 101 corpos e 1931 com 5 corpos.
- <sup>58</sup> Adriane Piovezan, Historiadora, mestre em Letras (UFPR), doutoranda em História (UFPR), membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.



# Da Ilha das Enxadas à Cattewater: os aviadores navais brasileiros na Grande Guerra\*

## From the Ilha das Enxadas to Cattewater: Brazilian Naval Aviators in the Great War

**Carlos Roberto Carvalho Daróz**

*Historiador militar e professor, especialista em História Militar, mestre em Operações Militares e mes-trando em História do Brasil, professor da Universidade do Sul de Santa Catarina e sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*

### RESUMO

O Brasil foi o único país sul-americano a enviar tropas para a Europa durante a Grande Guerra e atuou em quatro frentes, disponibilizando uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África; uma missão médica para instalar e operar um hospital militar em Paris; uma comissão de oficiais do Exército para estudo de operações na França e um grupo de aviadores navais para realizar curso e, posteriormente, participar de missões aéreas de combate. A presente pesquisa tem como propósito analisar a atuação dos aviadores navais (e um militar) brasileiros na Itália, nos Estados Unidos e no Reino Unido durante o conflito e as consequências advindas para a implantação do nascente componente aéreo na Marinha do Brasil e no Exército Brasileiro, lançando uma luz sobre este pouco conhecido episódio da História do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira Guerra Mundial, Aviação Naval, Aviação Militar

### ABSTRACT

Brazil was the only South American country to send troops to Europe during the Great War and acted on four fronts, providing: a Naval Division to patrol the west coast of Africa; A medical mission to set up and operate a military hospital in Paris; A commission of Army officers to study operations in France; And a group of naval aviators to undertake course and subsequently participate in combat air missions. The purpose of this research is to analyze the performance of Brazilian naval (and one Army) aviators in Italy, the United States and United Kingdom during the conflict, and the consequences for the deployment of the nascent air component in the Brazilian Navy and in the Brazilian Army, shedding light on this little-known episode of Brazilian History.

**KEYWORDS:** World War One, Naval Aviation, Army Aviation

---

\* Artigo recebido em 11 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 11 de abril de 2017.

## INTRODUÇÃO

Quando da eclosão da Grande Guerra na Europa, em agosto de 1914, o Governo brasileiro limitou-se a emitir um protesto formal contra a invasão da Bélgica por tropas alemãs e apressou-se em declarar o Brasil um país neutro.<sup>1</sup>

A partir de 1915, com o objetivo de estrangular as rotas marítimas internacionais e enfraquecer as economias e o Poder Militar das potências aliadas, a Marinha Imperial alemã desencadeou uma intensa campanha de bloqueio naval utilizando sua frota de submarinos, uma das tantas novidades tecnológicas introduzidas no decorrer do conflito.<sup>2</sup> Não tardou para que navios mercantes de países neutros começassem a ser afundados, pois estes continuavam a fornecer por via marítima matérias-primas e produtos para as nações envolvidas no conflito.

E foi exatamente desta forma que, pelo mar, a guerra chegou até o Brasil. Em maio de 1916 o cargueiro *Rio Branco* foi posto a pique pelos alemães. No ano seguinte, a partir do mês de maio, os navios mercantes brasileiros *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa* e *Macau* foram afundados um após o outro por submarinos alemães quando levavam seus carregamentos para a Europa. O afundamento do *Macau*, ocorrido nas águas do Golfo de Biscaia, levou o Governo brasileiro a reconhecer o estado de guerra imposto pela Alemanha<sup>3</sup> e ingressar no conflito ao lado das potências aliadas.

Uma vez firmada a posição contra a Alemanha, era necessário definir como o Brasil contribuiria com o esforço de guerra, o que foi efetuado durante a Conferência Interaliada, realizada em Paris na primeira semana de dezembro de 1917. Em face das demandas mais urgentes, causadas pelo prolongamento da guerra por mais de três anos, foi decidido que o Brasil enviaria uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África, uma comissão de estudos composta por oficiais do Exército e uma Missão Médica Militar, ambas para a França, além de um grupo de aviadores navais para treinamento e operação na Europa e nos EUA.

Em um momento histórico no qual a aviação ainda procurava alçar voo no Bra-

sil, a possibilidade de enviar os aviadores da Marinha para o exterior constituía-se em rara oportunidade. Após completarem sua formação e treinamento, os pilotos brasileiros deveriam participar de operações de guerra junto com seus anfitriões. Sua história será apresentada a seguir.

## O BRASIL COMEÇA A VOAR – EM BUSCA DE UMA ESCOLA DE AVIAÇÃO

Berço de Santos Dumont, o Pai da Aviação, o Brasil iniciou suas atividades aeronáuticas de caráter militar enviando dois oficiais para cursarem a Escola Farman, em Etamps, na França, um da Marinha e outro do Exército. O primeiro deles foi o Primeiro-Tenente da Armada Jorge Henrique Moller que, após concluir o curso de piloto com aproveitamento, recebeu o brevê de aviator internacional em 29 de abril de 1911<sup>4</sup>, tornando-se o primeiro piloto militar das Forças Armadas brasileiras. Um ano e seis meses depois foi a vez de Ricardo João Kirk, Primeiro-Tenente de Cavalaria do Exército Brasileiro, receber o seu brevê, em 22 de outubro de 1912.<sup>5</sup>

O envio desses dois oficiais para se especializarem na Europa em 1911 e 1912 revela a tempestividade da medida por parte do Governo brasileiro, considerando que o primeiro emprego militar do avião deu-se exatamente em 1º de novembro de 1911, durante a Guerra Ítalo-Turca (1911-1912), quando o Tenente italiano Giulio Gavotti, pilotando uma aeronave *Taube*, lançou manualmente quatro granadas sobre um acampamento otomano, localizado dentro de um oásis no deserto da Líbia.

O Brasil, no entanto, carecia de uma estrutura aeronáutica civil ou militar e não dispunha de nenhum estabelecimento de ensino para a formação de aviadores. Em 1911, um grupo de entusiastas da aviação, liderados pelos jornalistas Irineu Marinho e Victorino de Oliveira, respectivamente diretor e redator do jornal carioca *A Noite*, e pelo Almirante José Carlos de Carvalho, criou o Aeroclubes Brasileiro, com sede na Fazenda dos Afonsos, um distante subúrbio do Rio de Janeiro. O Aeroclubes, que tinha como presidente de honra o próprio Santos Dumont

e como um dos sócios o Tenente Ricardo Kirk, lançou uma campanha no jornal de Irineu Marinho, intitulada “Dê asas ao Brasil”, com o objetivo de reunir fundos para adquirir aviões e organizar uma escola de aviação.<sup>6</sup> Publicando diversos artigos de sócios, *A Noite* passou também a defender a ideia de dotar o Exército Brasileiro com a arma de Aviação, com Kirk posicionando-se a favor da criação de uma escola de aviação no próprio Aeroclub, sob os auspícios do Ministério da Guerra, para formar pilotos militares e civis. Os primeiros aviões foram adquiridos com recursos arrecadados pela subscrição pública e, logo em seguida, foram cedidos ao Exército para servirem, pela primeira vez no Brasil, durante a insurreição do Contestado.

O Ministro da Guerra, General Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, não conseguia visualizar as possibilidades do avião para o Exército, e determinou que a parceria com o Aeroclub Brasileiro não se efetivasse. Ao contrário, contratou os serviços da Escola Brasileira de Aviação, criada e operada pelos italianos Gian Felice Gino, Victório Bucelli e Eduíno Orione, também no Campo dos Afonsos. Foram construídos oito hangares geminados e a área do campo de aviação foi ampliada e nivelada.<sup>7</sup> Os nove aviões adquiridos na Europa chegaram no final de 1913, e, em fevereiro do ano seguinte, a escola começou a funcionar, tendo como fiscal do Governo o Tenente Jorge Henrique Moller. Mas, apesar de terem sido matriculados 35 alunos do Exército e 25 da Marinha, devido a uma série de dificuldades a escola parou de funcionar apenas cinco meses após o início de suas atividades, em julho de 1914, sem brevetar sequer um único aviador.<sup>8</sup> O Brasil continuava sem uma escola para formar seus pilotos.

A Força Pública de São Paulo também passou pela frustrante experiência de criar uma escola de aviação, em 17 de dezembro de 1913<sup>9</sup>, apenas para vê-la encerrar suas atividades menos de um ano depois. As limitações técnicas, a dificuldade de se adquirir material aeronáutico e, principalmente, a pequena quantidade de instrutores e mecânicos especialistas disponível tornavam extremamente difícil a organização de uma escola do gênero no Brasil.

Enquanto os entusiastas da aviação e os ministros militares se debruçavam sobre a questão da escola, um problema mais grave no Sul do País levou o avião a ter o seu primeiro emprego militar: a insurreição do Contestado. Após revezes iniciais no combate, em setembro de 1914 assumiu o comando das tropas do Exército na região o General Fernando Setembrino de Carvalho, que logo elaborou um plano para conter a rebelião e cercar os jagunços revoltosos, no qual previu a utilização do avião para missões de reconhecimento. Setembrino solicitou ao Ministro da Guerra a participação do Tenente Ricardo Kirk, que seguiu para a área de operações levando consigo o aviador civil italiano Ernesto Darioli e três aviões.<sup>10</sup> Entre janeiro e março de 1915, os dois aviadores realizaram alguns voos experimentais e de reconhecimento. No dia 1º de março estava prevista uma missão de bombardeio contra o reduto de Santa Maria, com a participação de Kirk e Darioli, mas, embora os dois aviadores tivessem decolado sem dificuldades, o avião do Tenente Kirk colidiu contra um pinheiro perto da Colônia General Carneiro, encerrando tragicamente a primeira experiência de emprego militar do avião no Brasil.<sup>11</sup> Ricardo Kirk morreu no local do acidente, deixando o Exército Brasileiro sem nenhum aviador.

Desde o primeiro emprego do avião em combate na Líbia, em 1911, a Marinha do Brasil demonstrou interesse pela aviação, tanto que enviou o Tenente Moller para aprender a voar na França e matriculou 25 alunos na Escola Brasileira de Aviação, dos italianos Gino e Bucelli, os quais tiveram seu curso interrompido com o fechamento da escola.

Quase ao mesmo tempo em que o Exército enviava os aviões para o Contestado e, motivada pelo desenvolvimento da guerra aeronaval na Europa, a Marinha publicou, em 22 de agosto de 1914, o Aviso nº 3986, que previa a organização de uma Escola de Submersíveis e Aviação, a ser instalada na Ilha do Rijo, na Baía da Guanabara. Apesar do empenho direto do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, a estruturação da escola não foi possível devido a diversos problemas, dentre os quais a dificuldade de importar aviões e material aeronáutico em

época de guerra. O Almirante Alexandrino, um entusiasta da aviação, tentou adquirir alguns aviões junto à Farman, na França, mas a negociação não avançou, pois todas as aeronaves produzidas eram essenciais para combater as potências centrais.

Dois anos se passaram até que a Marinha pudesse ter, finalmente, sua escola de aviação. No dia 23 de agosto de 1916, o Presidente da República Wenceslau Braz criou duas escolas distintas, a de Aviação Naval e a de Submersíveis. Tendo como primeiro comandante o Capitão de Corveta Protógenes Pereira Guimarães, a Escola de Aviação Naval começou a funcionar, provisoriamente, na Ilha das Enxadas e, logo no primeiro ano, brevetou quatro oficiais, três dos quais haviam pertencido ao malogrado curso da extinta Escola Brasileira de Aviação.<sup>12</sup>

Para contornar a dificuldade em obter aviões na Europa, foram adquiridos nos EUA, junto à fábrica Curtiss Aeroplane Company, três aerobotes *Curtiss F*, além de boa quantidade de peças sobressalentes para garantir sua manutenção. Para ministrar instrução de voo na escola, a Marinha contratou o piloto e mecânico norte-americano Orthon Hoover, que trabalhava na Curtiss.

Em 1917, foi aprovado o Regulamento da Escola de Aviação Naval, estabelecendo os cursos a serem ministrados e as provas aéreas aplicadas.<sup>13</sup> No decorrer desse ano, formaram-se novos pilotos, observadores e pessoal de apoio de aviação, inclusive alguns oficiais do Exército, que, após a morte do Tenente Kirk, tornaram-se novos pioneiros da Aviação Militar.<sup>14</sup>

## A GUERRA COMO OPORTUNIDADE

O envio de aviadores navais para treinamento militar no exterior foi decidido durante a Conferência Interaliada. Na ocasião, Itália, EUA e Reino Unido declararam-se em condições de receber os aviadores brasileiros, especialmente os britânicos que, atuando em larga frente e operando com dezenas de esquadrões, estavam com dificuldades para repor seus pilotos perdidos. Na frente ocidental, a expectativa de vida dos pilotos era extremamente reduzida. O piloto do Royal Flying Corps (Real Corpo de Aviação do Exército britânico) Arthur Gould Lee calculou que a média de sobrevivência

de um piloto de caça em 1916 era de aproximadamente três semanas.<sup>15</sup> Por decisão do Presidente Wenceslau Braz, seguiram para o exterior apenas voluntários, com a particularidade de que para os EUA foram os casados e, para a Europa, apenas os solteiros.<sup>16</sup> De acordo com os entendimentos firmados na conferência, após concluírem o treinamento os pilotos brasileiros deveriam participar do conflito, integrando as aviações dos países que os acolhessem.

Por ocasião do reconhecimento do estado de guerra contra a Alemanha, em outubro de 1917, a Aviação Naval, embora fosse uma arma recente, já estava razoavelmente bem estruturada e possuía mais aviadores do que aeronaves. Logo, quando surgiu a possibilidade de voarem na Europa, muitos se ofereceram como voluntários, conforme destacou o jornal *Correio da Manhã*: “Como temos noticiado, continuam a chover de todas as guarnições pedidos para matrícula na Escola Militar de Aviação na Inglaterra”.<sup>17</sup>

Para os EUA, seguiram os Tenentes Mário Godinho e Fileto da Silva Santos, além do Suboficial Antônio Joaquim da Silva Júnior,



Figura 1 – Reportagem da Revista *Fon-Fon* mostrando o Tenente Fileto Santos durante treinamento junto à Aviação Naval dos EUA<sup>18</sup>

para estagiarem no US Naval Air Service (Serviço Aeronaval dos EUA) e, posteriormente, participarem da patrulha antissubmarino no Atlântico Norte. Os aviadores navais brasileiros permaneceram voando com a Marinha dos EUA até alguns meses após o Armistício, protegendo a navegação contra submarinos que poderiam não ter recebido o comunicado do fim das hostilidades.<sup>19</sup>

Em contrapartida, ao final da guerra, a Marinha dos EUA enviou uma missão militar de instrução para a Escola de Aviação Naval, sob os auspícios do Tenente-Comandante P.A. Cussachs e do Tenente Jayme Oliver, mais cinco suboficiais, que prestaram importantes serviços à Aviação brasileira.

No fim de 1918, outro grupo de oficiais e praças da Marinha seguiu para a Itália com o objetivo de frequentar as escolas de aviação daquele país. Sob a liderança do Capitão de Corveta Protógenes Guimarães, a equipe era composta pelos Tenentes Ernani Ferreira de Souza, Fernando Victor Savaget, Jayme Americano Freire, Epaminondas Gomes dos Santos; Sargentos Arthur Cleveland Nunes, Antônio Tarcílio de Arruda Proença, Gelmirez Patrocínio Ferreira de Mello e Octávio Manoel Afonso; além dos Cabos Pedro Antônio Silva e José Cordeiro Guerra.<sup>20</sup> Posteriormente, seguiu para a Itália o Tenente Raul Bandeira, instrutor da Escola de Aviação Naval que fora detentor dos recordes de voo de maior altura e maior duração no Brasil até 1917.

Os aviadores navais brasileiros iniciaram suas atividades de instrução na Escola de Observadores Militares, em Centocelle, onde aperfeiçoaram o conhecimento na importante atividade de observação aérea. Em seguida, especializaram-se na pilotagem de aviões terrestres, na Escola de Aviação Militar do Exército Italiano, localizada em Cerveteri. Voando aeronaves *Ansaldo*, os aviadores foram qualificados nos cursos de caça e acrobacia aérea, ministrados nos céus de Roma e Fubara. A fase seguinte foi o curso de hidroaviões, realizado na Escola de Aviação Naval localizada na grande Base Naval de Taranto. Utilizando as aeronaves *Ansaldo I.S.V.A.* e *Macchi M.5*, os aviadores navais brasileiros capacitaram-se na execução de patrulhas antissubmarino e ataques com bombas e torpedos.

O grupo enviado à Itália não chegou a entrar em combate e lá permaneceu até 1919, mas o Ministro da Marinha determinou que fosse considerado “como embarque em navio de guerra o tempo de serviço de todo o pessoal da Marinha, designado para dirigir e aperfeiçoar, na Europa e nos EUA, os seus conhecimentos de Aviação Naval”.<sup>21</sup>

Durante o período de instrução na Itália, o Tenente Jayme Americano Freire envolveu-se em um grave acidente, ao capotar seu avião durante um pouso malsucedido. Felizmente, o piloto nada sofreu, embora a aeronave ficasse bastante danificada.

Ao final da Conferência Interaliada, o embaixador brasileiro em Londres foi recebido em audiência pelo Rei George V, para quem entregou uma carta do Presidente Wenceslau Braz manifestando o desejo do Brasil de se unir à causa aliada. Em resposta, o soberano britânico ofereceu as escolas de aviação do *Royal Naval Air Service* (RNAS), arma aérea da Marinha Real, e do *Royal Flying Corps* (RFC), força congênere no Exército britânico, para fornecer treinamento básico e avançado aos aviadores brasileiros. Superados alguns entraves burocráticos, ficou decidido o envio de oito oficiais da Marinha e um do Exército para a Inglaterra, os quais seguiram em duas levas.

O primeiro grupo partiu em 8 de janeiro de 1918, a bordo do Pacote *Barrow*, que fazia a linha da Mala Postal britânica, e era composto pelo Capitão-Tenente Manoel Augusto Pereira de Vasconcellos e Primeiros-Tenentes da Armada Virgínius de Brito de Lamare, Fábio de Sá Earp e Belisário de Moura, além do Primeiro-Tenente Aliathar de Araújo Martins, do Exército Brasileiro. Todos eram aviadores brevetados pela Escola de Aviação Naval e o Tenente De Lamare era famoso por haver conduzido Santos Dumont como passageiro, em um voo sobre a Baía de Guanabara em janeiro de 1917, quando o “Pai da Aviação” visitou a escola.

Dezoito dias mais tarde, partiu do porto do Rio de Janeiro o Pacote *Amazon*, conduzindo os Primeiros-Tenentes Heitor Varady e Eugênio da Silva Possolo, e os irmãos e Segundos-Tenentes Lauro de Araújo e Olavo de Araújo, todos oficiais da Marinha. Destes, apenas Varady era cursado como piloto,

e os demais não possuíam qualquer experiência com aviação.

A chegada dos aviadores brasileiros à Inglaterra praticamente coincidiu com a criação da Real Força Aérea britânica (RAF – Royal Air Force), organizada pelo General Hugh Trenchard, a partir da fusão do RNAS e do RFC. A RAF incorporava um conceito de organização e emprego diferenciado e inovador, tornando-se a primeira Força Aérea do mundo a se tornar independente do controle do Exército ou da Marinha.<sup>22</sup> As primeiras semanas foram reservadas para a aclimação e aprendizado da língua inglesa, visto que somente os irmãos Araújo eram fluentes no idioma.

O primeiro destino dos brasileiros foi a cidade de Eastbourne, no condado de Sussex, localizada na costa sul da Inglaterra. Ali havia uma escola de aviação pertencente à Eastbourne Aviation Co. Ltd. que, com o início da guerra em 1914, havia sido requisitada pelo Governo britânico e incorporada ao RNAS para ministrar a instrução primária de voo.

A reestruturação decorrente da criação da RAF transformou a escola na 206 Training Depot Station (TDS), unidade responsável pela instrução preliminar de voo em hidroaviões e aeronaves baseadas em terra. Para isso, utilizava os Aerobotes *Curtiss H-2 Small America* e os Aviões *Avro 504*, *Airco DH6*, *Sopwith Camel* e *Sopwith Pup*.<sup>23</sup>

O corpo docente do 206 TDS incluía diversos instrutores veteranos dos combates aéreos da frente ocidental, como o comandante Arthur W. Wood, que se tornou ás<sup>24</sup> do RNAS aos 20 anos de idade, com 11 vitórias<sup>25</sup>, e o Tenente australiano Harold Percy Watson, que, mais tarde, se tornaria piloto de provas de aeronaves experimentais da RAF.

Como ocorreu na Itália, os brasileiros foram instruídos inicialmente no voo de hidroaviões, utilizando os Aerobotes *Curtiss H-2*. Devido à sua experiência anterior no Brasil, o Tenente De Lamare pulou essa primeira fase da instrução e passou diretamente ao voo em aviões baseados em terra. A nova etapa do curso foi realizada com as Aeronaves bipostas *Airco DH6* e *Avro 504*, e as monopostas *Sopwith Pup* e *Camel*, este, um avião de caça arisco de difícil pilotagem e que exigia muito do piloto. O *Camel* esteve envolvido em diversos acidentes durante os treinamentos em Eastbourne.



Figura 2 – Os aviadores navais enviados para a Inglaterra. Da esquerda para a direita: Lauro de Araújo, Heitor Varady, Eugênio Possolo, Virginius De Lamare, Olavo de Araújo, Manoel Pereira de Vasconcelos e Fábio Sá Earp. O Tenente Possolo perderia a vida em decorrência de acidente durante missão de treinamento.<sup>26</sup>

Embora fosse experiente, o Tenente De Lamare envolveu-se em dois acidentes e, apenas por muita sorte, escapou sem ferimentos. Em uma das oportunidades, a aeronave que pilotava sofreu perda total. Em 12 de janeiro de 1918, foi a vez de o Tenente Olavo Araújo se envolver em um acidente fatal, quando a hélice de seu avião atingiu mortalmente o fazendeiro Frederick Elstone, que operava uma ceifadeira na orla da pista de aterragem. O inquérito instaurado concluiu que a morte foi acidental, mas advertiu o piloto declarando que ele deveria ter sido mais cauteloso. Poucas semanas depois, o Tenente Olavo realizou um pouso desastroso, caindo com seu avião em uma canaleta ao lado da pista. Desta vez não teve tanta

sorte, sofreu traumatismo craniano e feriu-se na perna, permanecendo fora de combate, baixado ao hospital, até o Armistício.

Mas o acidente mais grave ainda estava por vir. No dia 5 de setembro uma Esquadilha de seis aviões, comandada pelo Capitão da RAF Frank H. Creasy, decolou para um voo de instrução, três dos quais pilotados pelos aviadores brasileiros Possolo, Varady e De Lamare. O exercício envolvia um voo em formatura mas, quando a Esquadilha se encontrava a uma altitude de 1.500 pés, o *Sopwith Camel 1F* pilotado pelo Tenente da RAF R.H. Sanders colidiu com a cauda do *Camel* do Tenente Eugênio Possolo. Perdendo a estabilidade, imediatamente as duas aeronaves precipitaram-se em parafuso em direção ao solo, provocando a morte instantânea dos dois aviadores. O inquérito subsequente considerou o lamentável fato um acidente normal de instrução. O corpo do Tenente Possolo, que havia escondido o fato de ser casado para poder seguir para a Inglaterra, foi enterrado no Cemitério de Ocklynge, com as devidas honras militares. Nos três dias que sucederam a morte dos Tenentes Possolo e Sanders, os *Camel* de Eastbourne se envolveram em mais dois acidentes, matando

seus pilotos. Devido à elevada taxa de perdas e à necessidade de recompletar, com pessoal habilitado, o crescente número de Esquadrões, a instrução de pilotos na RAF era bastante precária e, com frequência, resultava em acidentes. Ao término da guerra, 14.166 pilotos britânicos haviam morrido, dos quais, cerca de 8.000 vítimas de acidentes, mais da metade do total.<sup>27</sup>

Quinze dias depois, os Tenentes Varady, De Lamare e Sá Earp seguiram para a base RAF Calshot, situada em uma praia na Baía de Southampton, próximo à localidade de Lee-on-Solent. Nesta base estava estacionada a 209 TDS, pertencente à Escola de Bombardeiros de Patrulha, equipada com os Hidroaviões *Short 184*, *Short 827*, *Norman Thompson NT2* e *Felixstowe F2A*.<sup>28</sup> Como parte do treinamento avançado, as missões passaram a ser cumpridas em condições reais, utilizando todo o equipamento, munição e disciplina de combate. Desafortunadamente, durante a estadia em Lee-on-Solent, Sá Earp e Varady contraíram a gripe espanhola e, embora conseguissem sobreviver, permaneceram internados no hospital até o final da guerra.

Com todos os oficiais já brevetados e com o treinamento completo, os brasileiros foram

designados para a base RAF Cattewater, localizada perto de Plymouth, no sudoeste da Inglaterra, onde foram incorporados aos Esquadrões 237 e 238 da RAF, unidades operacionais subordinadas à 10ª Força de Defesa Costeira, que realizava a patrulha antissubmarino no Canal da Mancha. Voando Hidroaviões *Felixstowe F.5*, *Short 184* e *Short 240*, armados com bombas e torpedos, os brasileiros atuaram em Esquadilhas mistas, juntamente com aviadores britânicos e norte-americanos.



Figura 3 – O *Sopwith Camel* foi uma das aeronaves utilizadas pelos aviadores navais brasileiros em Calshot. Embora de bom desempenho, era de difícil pilotagem e frequentemente se envolvia em acidentes, como o em que perdeu a vida o Tenente Eugênio Possolo.

Fonte: Australian War Memorial (<https://www.awm.gov.au/collection/E03874/>)

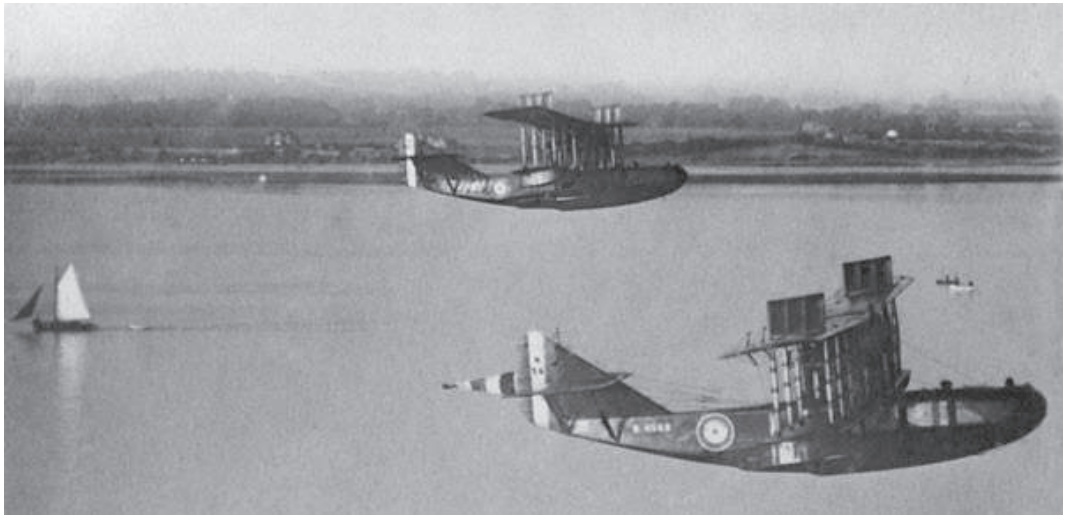


Figura 4 – Aerobotes Felixstowe F5 em formação no Reino Unido. Essas aeronaves de patrulha também foram utilizadas pelos aviadores brasileiros  
Fonte: Wikipedia ([https://en.wikipedia.org/wiki/Felixstowe\\_F5#/media/File:Felixstowe\\_F5s\\_in\\_flight.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Felixstowe_F5#/media/File:Felixstowe_F5s_in_flight.jpg))

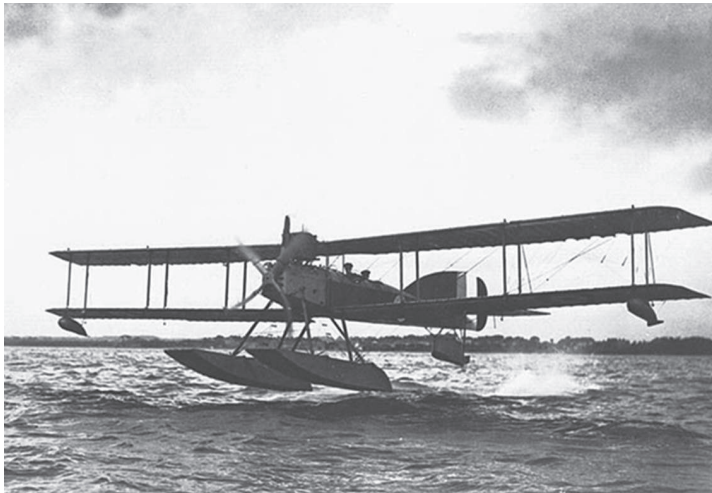


Figura 5 – Outra aeronave da RAF voada pelos pilotos brasileiros foi o torpedeiro *Short 184*, aqui fotografado em procedimento de decolagem.  
Fonte: Wikipedia ([https://en.wikipedia.org/wiki/Short\\_Type\\_184#/media/File:Short\\_184.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Short_Type_184#/media/File:Short_184.jpg))

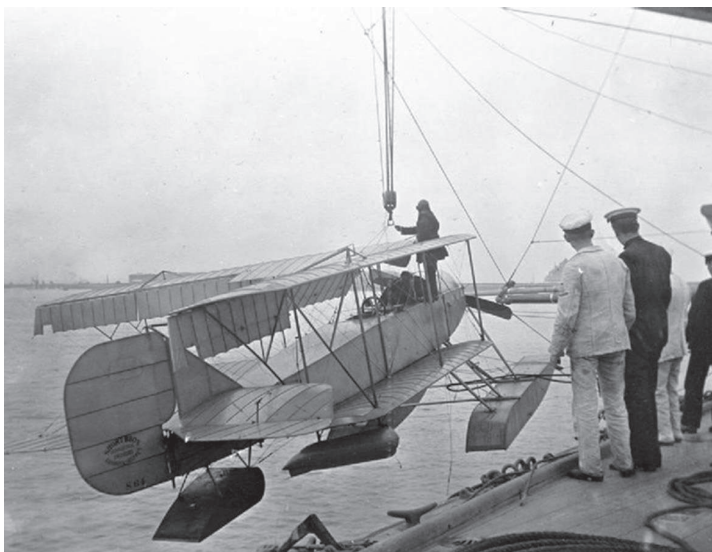


Figura 6 – Short 240 sendo recolhido após cumprir uma missão de reconhecimento.  
Fonte: Wikipedia ([https://en.wikipedia.org/wiki/Short\\_Folder#/media/File:Short\\_Folder\\_S.64\\_IWM\\_Q\\_090115.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Short_Folder#/media/File:Short_Folder_S.64_IWM_Q_090115.jpg))



Em um espaço de três meses, a 10ª Força contabilizou 9.000 horas de patrulha, localizou 42 submarinos inimigos e afundou três. Mesmo após o Armistício, celebrado em novembro de 1918, os aviadores baseados em Cattewater continuaram os voos de patrulha, com o objetivo de localizar e destruir as minas magnéticas lançadas aos milhares pelos alemães durante a guerra para bloquear os portos da Inglaterra.

Em março de 1919, os aviadores brasileiros que estavam na Inglaterra receberam ordens para retornar ao Brasil, o que foi feito a bordo do Tênder *Belmonte*. Terminava, dessa forma, a contribuição da incipiente Aviação Naval brasileira na guerra que, embora modesta, trouxe valiosos ensinamentos para a consolidação da arte de voar nas Forças Armadas brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das Aviações Naval e Militar foi uma consequência extremamente positiva da Grande Guerra para as Forças Armadas brasileiras. Enquanto a Marinha do Brasil optou por uma missão aeronaval norte-americana, o Exército Brasileiro aproveitou a experiência dos franceses.

Da mesma forma que o Exército contratou em 1919 a Missão Militar Francesa, a Marinha também buscou no exterior o auxílio de uma potência estrangeira para a instrução, modernização e reorganização da Força Naval brasileira. A escolha recaiu sobre os EUA, que venceram a disputa com o Reino Unido pelo envio da missão. O contrato foi assinado em Washington, em 6 de novembro de 1922, mas, como ocorrera no Exército, a cooperação internacional começou mais cedo para a Aviação Naval, com a consultoria técnica dos norte-americanos, sob os auspícios dos Comandantes Cussachs, Olivier, Capehart e de cinco suboficiais da US Navy.

A doutrina norte-americana introduziu modificações no funcionamento dos cursos, permanecendo o de Piloto-Aviador e sendo criados os de Mecânico Naval de Aviação e Marinheiro Especialista de Aviação, com

o objetivo de reforçar a infraestrutura da Aviação Naval. Com o fim da guerra, a importação de aeronaves excedentes tornou-se mais fácil, e a Escola de Aviação Naval aproveitou a oportunidade para adquirir, em 1919, dois *Fairman F41*, quatro *Curtiss N9*, dois *Ansaldo I.S.V.A.*, um *Macchi M7* e cinco *Macchi M9*. A Aviação Naval recebeu, ainda, duas doações, um *Avro 504*, da fábrica inglesa Handley Page, e um *Macchi M7*, presente do Governo italiano.<sup>29</sup>

A chegada de militares franceses para instruírem o Exército Brasileiro teve início justamente pelos instrutores de aviação.<sup>30</sup> Antes mesmo do término da guerra, o Brasil solicitou oficialmente ao Governo da França a vinda de uma Missão Militar de Aviação e, em julho de 1918, o chefe da Comissão Militar Brasileira na França, General Napoleão Felipe Aché, encaminhou um pedido formal nesse sentido ao embaixador brasileiro em Paris.<sup>31</sup> No dia 10 de julho de 1919, com a chegada da Missão Militar Francesa de Aviação<sup>32</sup>, também conhecida como “Pequena Missão”, e chefiada pelo Capitão Etienne Magnin, foi criada a Escola de Aviação Militar, com sede no Campo dos Afonsos, na Capital Federal. Para a instrução, foram adquiridos, inicialmente, aviões franceses excedentes do conflito, que chegaram ao Brasil nos anos de 1919 e 1920. As primeiras aeronaves da Aviação Militar foram dos seguintes modelos: *Nieuport* e *Spad 84 Hebermont* (treinamento), *Nieuport* e *Spad VII* (caça), e *Breguet XIV* (observação e bombardeio).

No início de 1920, formou-se na escola a primeira turma de Pilotos Aviadores Militares do Exército Brasileiro, recebendo o brevê de piloto 12 oficiais, e, a partir da segunda turma, além dos oficiais, passaram a ser formados sargentos e cabos pilotos. Uma nova turma de pilotos graduou-se em 1921 e, nesse mesmo ano, foi criado, na Escola de Aviação Militar, o curso de Observador Aéreo, consolidando, de uma vez por todas, a Aviação no seio do Exército Brasileiro.<sup>33</sup>

Efetivamente, as Forças Armadas brasileiras começavam a voar.

## FONTES

BRASIL. Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914 – Regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>. Acesso em 6 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917 - Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>. Acesso em 19 out. 2014.

FIRST WORLD WAR. Primary documents – Alfred von Tirpitz on German Declaration of Naval Blockade of Britain, 4 February 1915. Disponível em [http://www.firstworldwar.com/source/tirpitz\\_boatwar1915.htm](http://www.firstworldwar.com/source/tirpitz_boatwar1915.htm). Acesso em 18 out. 2014.

Jornal *Correio da Manhã*, Hemeroteca da Biblioteca Nacional (diversas edições).

Revista *Fon-Fon*, Hemeroteca da Biblioteca Nacional (diversas edições).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. *Sob o céu das Valquírias*. Curitiba: CRV, 2013.

BARRASS, M.B. *A History of RAF Organisation - Aircraft allocated to Training Units – Pilots*. Disponível em <http://www.rafweb.org/Members%20Pages/Aircraft%20Serials/Training%20-%20Pilot.htm>. Acesso em 20 jul. 2015.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

CALAZA, Cláudio Passos. Aviões no Contestado: descortinando um emprego militar inédito. In: *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 8, ago. 2012. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/artigo4RBHM8.pdf>. Acesso em 18 jul. 2015.

DAROZ, Carlos Roberto Carvalho. *Um céu cinzento: a história da aviação na revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013.

INCAER. *História geral da Aeronáutica brasileira – dos primórdios até 1920*, v.1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

KINDELL, Ron. *Royal Navy hall of honour World War I 1914-1918*. Penart: Naval History.net, 2009.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LINHARES, Antônio Pereira. *Aviação Naval brasileira 1916-1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1971.

MARTINS, Helio Leoncio. A participação da Marinha brasileira na Primeira Grande Guerra. *História Naval Brasileira*, v.5, t.Ib. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

SHORES, Christopher. *Finnish air force 1918-1968*. Berkshire: Osprey, 1969.

WYEN, Adrian van. *Naval aviation in World War I*. Washington: Chief of Naval Operations, 1969.

## NOTAS

- <sup>1</sup> BRASIL. Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914 – Regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>. Acesso em 6 out. 2014.
- <sup>2</sup> FIRST WORLD WAR. *Primary documents – Alfred von Tirpitz on German Declaration of Naval Blockade of Britain, 4 February 1915*. Disponível em [http://www.firstworldwar.com/source/tirpitz\\_UBOATWAR1915.htm](http://www.firstworldwar.com/source/tirpitz_UBOATWAR1915.htm). Acesso em 18 out. 2014.
- <sup>3</sup> BRASIL. Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917 – Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império alemão contra o Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>. Acesso em 19 out. 2014.
- <sup>4</sup> INCAER. *História geral da Aeronáutica brasileira – dos primórdios até 1920*, v.1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p.388.
- <sup>5</sup> *Ibid.*, p.383.
- <sup>6</sup> *Ibid.*, p.376.
- <sup>7</sup> LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975, p.34.
- <sup>8</sup> LAVENÈRE-WANDERLEY, *Op.Cit.*, p.35.
- <sup>9</sup> A Escola de Aviação da Força Pública de São Paulo foi criada pela Lei estadual nº 1.395-A, de 17 de dezembro de 1917.
- <sup>10</sup> Cf INCAER (Op.Cit., p.423), “[...] Kirk e Darioli se dirigem, de trem, para a região conflagrada, acompanhando o transporte de cinco aviões, quatro *Morane-Saulniers* e um *Blériot-Sit*, além de material de reparo e algumas peças sobressalentes. Nessa viagem, fagulhas da maria-fumaça caem sobre os dois aeroplanos pertencentes ao Aero-Club (um *Morane* e o *Blériot*), causando a baixa dos aparelhos por incêndio e explosão.”
- <sup>11</sup> CALAZA, Cláudio Passos. Aviões no Contestado: descortinando um emprego militar inédito. In: *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n.8, ago. 2012. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/artigo4RBHM8.pdf>. Acesso em 18 jul. 2015, p.89.
- <sup>12</sup> Os quatro primeiros oficiais brevetados como pilotos aviadores navais foram os Primeiros-Tenentes Antônio Augusto Schorcht, Raul Ferreira de Vianna Bandeira, Virgínius Brito De Lamare e Segundo-Tenente Victor de Carvalho e Silva.
- <sup>13</sup> O regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 12.364, de 17 de janeiro de 1917.
- <sup>14</sup> Entre esses pioneiros da Aviação Militar, estavam os Tenentes Aliathar de Araújo Martins, Bonifácio Tavares, Raul Vieira de Mello, Anor Teixeira dos Santos, Aroldo Borges Leitão e Mário Barbedo.
- <sup>15</sup> ARGUELHES, Delmo de Oliveira. *Sob o céu das Valquírias*. Curitiba: CRV, 2013. De acordo com o autor (p.59-60), “com os diversos ritmos do combate, essa razão de perdas variava. Durante o abril sangrento de 1917, o RFC estimava a média de vida dos pilotos de caça em horas de voo: dezessete e meia. Na visão dos pilotos, a morte dos companheiros, dos inimigos e do próprio devir, que não era nem um pouco animadora. Estatisticamente, o próximo a morrer poderia ser ele mesmo. Daí o senso de presente, tão vivo nas memórias de guerra. Ver o sol nascer mais uma vez já podia ser considerada uma grande vitória.”
- <sup>16</sup> MARTINS, Helio Leoncio. A participação da Marinha brasileira na Primeira Grande Guerra. *História Naval Brasileira*, v.5, t.Ib. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997, p.257-258.
- <sup>17</sup> *Jornal Correio da Manhã*, n. 6875, de 21 de dezembro de 1917. Acervo da Biblioteca Nacional.
- <sup>18</sup> Fonte: *Revista Fon-Fon*, n. 33, 17 ago. 1918.
- <sup>19</sup> WYEN, Adrian van. *Naval aviation in World War I*. Washington: Chief of Naval Operations, 1969, p.89.
- <sup>20</sup> LINHARES, Antônio Pereira. *Aviação naval brasileira 1916-1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1971, p.16.
- <sup>21</sup> Ordem do Dia nº 246, de 9 de novembro de 1918, do Ministro da Marinha, apud. LINHARES, *op. cit.*, p.16.
- <sup>22</sup> Cf SHORES (1969), a Força Aérea finlandesa reclama o fato de ser a primeira Força Aérea independente no mundo, quando foi fundada, em 6 de março de 1918, que consistia em um avião e era comandada por um oficial subalterno. A RAF, no entanto foi criada em 1º de abril de 1918, mas é considerada como a pioneira em função de ter estrutura, organização e cadeia de comando do porte de uma Força Aérea.
- <sup>23</sup> BARRASS, M.B. *A History of RAF Organisation – Aircraft allocated to Training Units – Pilots*. Disponível em <http://www.rafweb.org/Members%20Pages/Aircraft%20Serials/Training%20-%20Pilot.htm>. Acesso em 20 jul. 2015.
- <sup>24</sup> De acordo com ARGUELHES (p.50), o “famoso esportista aéreo francês, Adolphe Pégoud, conseguiu abater seis aviões no mesmo ano. A imprensa francesa o aclamou como ás da aviação. Esse termo local designava antes de 1914 as estrelas dos esportes; após Pégoud, passou a significar piloto que havia abatido muitos aviões. Logo, estabeleceu-se tacitamente que mereceria o título quem atingisse a marca de pelo menos cinco vitórias.”
- <sup>25</sup> KINDELL, Ron. *Royal Navy hall of honour World War I 1914-1918*. Penart: Naval History.net, 2009, p.454.
- <sup>26</sup> Fonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
- <sup>27</sup> ARGUELHES, *Op. Cit.*, p.183.
- <sup>28</sup> BARRASS, *Op.Cit.*
- <sup>29</sup> INCAER. *Op. Cit.*, p.455.
- <sup>30</sup> A primeira Missão Militar Francesa funcionou no Brasil entre 1906 e 1924, com intervalo durante a Primeira Guerra Mundial, mas esta foi contratada para qualificar a Força Pública de São Paulo e não o Exército Brasileiro.
- <sup>31</sup> BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. *A missão militar francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983, p. 63.
- <sup>32</sup> A Missão Militar Francesa de Aviação também ficou conhecida como “Pequena Missão”, para distingui-la da missão maior que viria ao Brasil no ano seguinte, sob a direção do General Maurice Gamelin.
- <sup>33</sup> DAROZ, Carlos Roberto Carvalho. *Um céu cinzento: a história da aviação na revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013 *Op. Cit.*, p. 56-57.

# A guerra dos corsários – ações navais na costa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18)\*

## The war of the corsairs – naval actions in the Brazilian coast during the First World War (1914-18)

**Tito Henrique Silva Queiroz**

*Historiador e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor das Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), autor de Brasil: história e turismo (Rio de Janeiro: Univer-Cidade Editora, 2005).*

### RESUMO

O artigo analisa as ações dos corsários alemães na costa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. Para compor tal mosaico, foram cruzadas várias fontes de época e atuais, inéditas e publicadas. Essas ações tiveram impacto nas atitudes do governo perante a guerra e nas atividades da Marinha do Brasil, durante e mesmo após a guerra.

**PALAVRAS-CHAVES:** Primeira Guerra Mundial, Corsários alemães, Brasil

### ABSTRACT

This article analyses the actions of German raiders in Brazilian coast during World War First. To compound that mosaic, various sources were crossed: old and new, unpublished and published. These actions impacts in the attitudes of the Brazilian government towards the war and the Brazilian Navy activities, during and even after the war.

**KEYWORDS:** First World War, German raiders, Brazil

Nunca se deu a devida atenção às ações navais ocorridas nas costas da América do Sul na Grande Guerra. Entretanto, essas ações tiveram sua importância no decorrer do conflito – tendo em vista o domínio das rotas comerciais sul-americanas e suas matérias-primas. Houve até batalhas navais importantes na região (a de Coronel e das Falklands, em 1914).

Contudo, batalhas entre encouraçados logo se tornariam raras para desaparecer ao longo da guerra. O impasse impôs-se às potências em luta. Isso fez com que, assim como as batalhas campais refluíssem para o desgaste das trincheiras, as batalhas navais refluíssem para as táticas de bloqueio: com navios de superfície, minas e submarinos.

Só ao final da guerra, os submarinos ganharam capacidade técnica para operar no Atlântico Sul; tarde demais para entrar em ação. Isso não quer dizer que a região tenha

---

\* Artigo recebido em 23 de março de 2017 e aprovado para publicação em 28 de abril de 2017.

deixado de vislumbrar o bloqueio por navios de superfície. Bloquear as rotas da região foi fácil para os Aliados. Mas as táticas alemãs para relativizar esse bloqueio também tiveram algum sucesso. Táticas que, devido à impossibilidade de uma atuação aberta da Armada alemã, assumiram a forma dissimulada, mas nem por isso ineficiente, da guerra de corso.

A velha tática de usar navios – disfarçados sob outras aparências, nomes e bandeiras – contra o comércio inimigo havia dado certo tantas vezes que fazia parte da estratégia alemã antes da guerra. E foi largamente utilizada na costa brasileira a tal ponto que a região do Cabo de São Roque fosse conhecida como “paraíso dos corsários”.

Nas costas da América do Sul, os corsários tinham o auxílio de navios internados nos portos por causa do bloqueio, do pessoal diplomático e empresas alemãs. A neutralidade facilitava mais que dificultava a ação dos corsários, daí a inexistência de ações hostis contra navios sul-americanos. E apesar do transtorno que causaram, como poupavam a vida das tripulações e passageiros dos navios que atacavam, granjearam simpatia para suas ações.

A ação dos corsários foi um dos motivos da pressão aliada sobre a neutralidade sul-americana, já que uma das formas de acabar com a ameaça dos corsários seria atrair para a guerra os países sul-americanos. Por ironia, isso foi facilitado no momento em que navios sul-americanos foram vítimas da campanha submarina irrestrita alemã, a partir de 1917.

De qualquer forma, a ação dos corsários foi a principal ameaça à navegação aliada no Atlântico Sul. Repousam ao longo da costa brasileira dezenas de navios afundados nesse período como prova dessa ação. O objetivo desse artigo é o de analisar a atuação dos corsários e o envolvimento do Brasil nessa face próxima da “guerra europeia”.

## **PRIMEIRA FASE, 1914-1915**

A guerra iniciou-se em fins de julho de 1914. Nos dias seguintes, já havia intensa movimentação na costa brasileira: os britânicos posicionaram belonaves para

bloquear mercantes alemães e austro-húngaros, muitos dos quais se internaram nos portos brasileiros. Por outro lado, aproximavam-se da costa brasileira belonaves alemãs para se dedicar à guerra comercial contra os Aliados.

A estratégia do Almirantado alemão era empregar velozes cruzadores que podiam atuar em áreas estratégicas e se deslocar rapidamente sem muita expectativa de ter que se engajar contra belonaves aliadas, demasiado ocupadas em ter que patrulhar vastas áreas.

A costa brasileira era estratégica por ser passagem das rotas que iam e vinham desde o Pacífico e à própria América do Sul. E na região em torno do Cabo de S. Roque, Atol das Rocas, Penedos de São Pedro e São Paulo e Fernando de Noronha era onde as rotas se dividiam em direção à África, Europa e América do Norte. Outro dado, era a importância dos alísios na costa, já que parte da navegação ainda era realizada em veleiros. Assim, uma perturbação na área causaria transtornos a Aliados e até aos neutros.

Para apoiar os corsários, existia uma rede administrada por uma subdivisão da inteligência naval alemã chamada *Etappendienst*, que disponibilizava informações, mantimentos, combustível e navios reabastecedores. Sua base estava em empresas teuto-brasileiras, bancos e pessoal diplomático alemães no Brasil.<sup>1</sup>

Com tal organização, já em 6 de agosto de 1914, o Cruzador *Dresden* estava na embocadura do Amazonas intimando os Mercantes britânicos *Drumcliffe*, *Lynton Grange* e *Hostilius*, os quais não afundaram porque eram pequenos e sem carga. O *Dresden* (assim como o *Karlsruhe*) estava a postos para intervir na crise mexicana de abril-julho de 1914 (quando os EUA invadiram Veracruz) mas, a 31 de julho, recebeu ordens de ir para a costa do Brasil.<sup>2</sup>

Nos dias seguintes, iniciou o reabastecimento. Entre 9 e 13 de agosto, carvoou do reabastecedor *Corrientes*<sup>3</sup> em Jericoacoara (CE) e depois, no Atol das Rocas, carvoou novamente do *Baden*, *Persia* e *Prussia*<sup>4</sup> (que o acompanharam). Foi para o sul e em 15 de agosto, após receber um rádio do *Blücher*<sup>5</sup> (ancorado no Recife), capturou e afundou o

britânico *Hyades*, na costa do Rio Grande do Norte. O *Prussia* teve ordens de rumar para o Rio de Janeiro, onde deixou os 35 prisioneiros do *Hyades*, em 20 de agosto. Isso fez com que governo e opinião pública brasileiros tivessem certeza de que a “conflagração europeia” estava bem próxima.<sup>6</sup>

Em 26 de agosto, faria suas derradeiras vítimas: o *Holmwood*, afundado a 100 milhas da costa do Rio Grande do Sul, e o também britânico *Catherine Park*, utilizado para levar os tripulantes do *Holmwood*. No dia 30 de agosto, o *Catherine Park* chegou ao Rio de Janeiro.<sup>7</sup>

Seguindo para o Pacífico, o *Dresden* participaria de Coronel e das Falklands, escapando para o Chile. Cercado por cruzadores britânicos na Ilha Juan Fernandez, foi evacuado e afundado em janeiro de 1915. Considera-se que seu maior sucesso foi o de ter espalhado o terror na costa brasileira; mesmo com poucos navios atacados, paralisou-se a ida e vinda de muitos outros. Mas o destaque da primeira leva de corsários foi o *Karlsruhe*. Os 17 navios que afundou ou apresou lhe granjearam esse destaque.<sup>8</sup>

Sua primeira vítima – entre a Guiana Francesa e o Brasil, em 18 de agosto – foi o *Bowes Castle*.<sup>9</sup> O *Karlsruhe* já estava acompanhado pelos reabastecedores *Patagonia* e *Stadt Schleswig*.<sup>10</sup> Os prisioneiros foram para o *Patagonia* e após alguns dias, na Ilha de S. João (MA), foram transferidos para o *Stadt Schleswig* que, em 2 de setembro, chegou a S. Luís.<sup>11</sup>

Em 31 de agosto – acompanhado de dois reabastecedores (o *Assuncion*<sup>12</sup>, que fugira de Santos em 19 de agosto, com ordens do cônsul alemão, e o *Krefeld*, saído do Rio em 12 de agosto), capturou o *Strathroy* (com 6800 toneladas de carvão para a Estrada de Ferro Central do Brasil; levando o Governo brasileiro, mais tarde, a protestar). Em 3 de setembro, 250 milhas a sudoeste dos Penedos de São Pedro e São Paulo, afundou o *Maple Branch*. No dia 5, foi para sua “base secreta”: em Coroa das Lavadeiras (RN), para carvoar. Sua próxima vítima se daria em 14 de setembro, entre Rocas e Fernando de Noronha: o *Highland Hope*. Volta para Lavadeiras e, em 21 de setembro, a sudoeste dos Penedos de S. Pedro e S.

Paulo, afunda o holandês *Maria* (a serviço dos britânicos). No mesmo dia, 155 milhas a sudoeste dos penedos, afunda o *Cornish City* (com carvão para o Rio). No dia 22, na mesma área, seria a vez do *Rio Iguaçu* e do *Indrani*, (o *Indrani* foi transformado em auxiliar e rebatizado de *Hoffnung*). Nos dias seguintes, com problemas nas máquinas, vai para Lavadeiras. Sem mais função, o *Strathroy* foi afundado em 27 de setembro. Logo voltaria à zona de São Roque.<sup>13</sup>

Em 3 de outubro, apreende o *Farn*. Sua pequena frota auxiliar lhe permitia conseguir mantimentos e informações dos portos brasileiros. Embora não sem incidentes, devido à vigilância do Governo brasileiro. Em agosto, o governo “mobilizou toda a nossa Esquadra” e navios foram mandados para a manutenção da neutralidade nos Portos de Belém, Recife, Salvador e Santos.<sup>14</sup> No primeiro dia de setembro, registrou-se o primeiro incidente entre um navio da Armada brasileira e um mercante alemão, quando o *Rio Grande*<sup>15</sup> tentou sair do Porto de Belém sem autorização, sendo intimado com um tiro de advertência da Canhoneira *Missões* a retroceder. Em 14 de setembro, o *Patagonia* (que havia ido a Pernambuco comprar mantimentos) saiu sem autorização do Porto do Recife. O Contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* foi atrás dele, voltando quando percebeu que estava fora da jurisdição nacional.<sup>16</sup>

Foi graças às informações prestadas pelos auxiliares (aos quais se juntou o *Rio Negro*, saído do Pará) que o *Karlsruhe* afundou no dia 6, a 100 milhas ao sul dos penedos, o *Niceto de Larrinaga*. No dia 7, o *Lynrowan*. Nos dias 8 e 9, o *Cervantes* e o *Pruth*. No dia 11, a 215 milhas ao norte de São Roque, o *Condor* foi capturado ao se aproximar do *Farn*, que portava ainda a bandeira britânica. Só seria afundado no dia 13, após a transferência completa da carga. Em 14 de setembro, estava em Lavadeiras.<sup>17</sup>

Em 16 de outubro, o *Karlsruhe* voltou para o “paraíso dos corsários” e afundou o *Glanton*. Mas o tráfego na área estava em declínio: só a 23, afunda o *Hurtsdale*. No dia 27, pega o Transatlântico *Vandyck* ao largo de Maracá. Os passageiros foram acomodados no *Assuncion*, que chegou a Belém em 2 de novembro.<sup>18</sup>

O *Assuncion* comprou mantimentos e estava pronto para sair (o *Rio Grande* e o *Hohenstaufen*<sup>19</sup> também); mas o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, deu ordens para a vigilância do navio: a *Missões* foi reforçada com um batalhão de caçadores do Exército e um grupo de marinheiros armados foi para o *Assuncion*, que não pôde sair. Seja como for, em 4 de novembro, a caminho de Barbados, o *Karlsruhe* sofreu uma explosão onde pereceu parte da tripulação, incluindo o comandante, Capitão de Fragata Köhler. Os reabastecedores recolheram os sobreviventes e se dispersaram em direção à Alemanha.<sup>20</sup>

Além dos cruzadores da Armada alemã, foram usados cruzadores auxiliares: transatlânticos convertidos para uso militar. As estratégias britânicas e germânicas incluíam o uso desse tipo de navio e, quando a guerra começou, muitos foram convertidos. Atuaram na costa brasileira alguns: o primeiro foi o *Cap Trafalgar*, que estava em Buenos Aires no início da guerra. Escapuliu na noite de 17 de agosto e dias depois, após desembarcar os passageiros em Montevidéu, saiu dali e retirou a terceira chaminé (que servia para ventilação) e modificou outros detalhes da superestrutura. Assim, chegou à Ilha da Trindade em 28 de agosto.<sup>21</sup>

Trindade era utilizada pelos alemães como principal ponto de *rendez-vous* na costa brasileira. Antes do *Cap Trafalgar*, havia passado por lá, em 19-20 de agosto, o *Dresden* e havia chegado nessa data, a Canhoneira *Eber*, vinda da África. O tráfego de reabastecedores e radiotelegrafia era intenso. Isso chamou a atenção dos britânicos. Assim, o Cruzador Auxiliar britânico *Carmania* (um transatlântico armado) foi deslocado para o Brasil.<sup>22</sup>

Os britânicos, que até julho de 1914 só tinham o Cruzador *Glascow* na América do Sul, logo teriam mais belonaves e reabastecedores. Embora usassem os portos brasileiros eventualmente, usavam Abrolhos para *rendez-vous*. Isso ficou claro quando o norueguês *San Andrés* aportou no Rio, declarando que, chamado pelo *Glascow* em Abrolhos, este lhe entregara cargas do alemão *Santa Catharina* (apresado pelos britânicos e depois afundado num incêndio, em 11 de outubro).<sup>23</sup>

O uso de Abrolhos criou uma situação incômoda: o representante diplomático alemão dirigiu uma nota ao governo sobre a situação, mas, segundo nota do Ministro Alexandrino ao Itamaraty, os britânicos “têm se conservado fora das águas territoriais [...] à distância de mais de quatro milhas”. Assim, os navios da Marinha passaram a visitar



Figura: As tensões da guerra, promovidas pelos corsários alemães que afundam navios em águas brasileiras e bloqueadores britânicos (nos Abrolhos), deprimem a neutralidade da República brasileira. Caricatura de Storni. *O Malho*, n. 750. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1917, p. 19

Abrolhos: o *Benjamin Constant* lá pernitoou em 7 de outubro de 1914, o Contratorpedeiro *Alagoas* lá esteve em “comissão reservada” em 15 de outubro e o Cruzador-Torpedeiro *Timbira* por lá passou em 15 de dezembro. As visitas passariam a ser regulares com a instalação de uma estação de rádio e a passagem da administração de Abrolhos à União.<sup>24</sup>

As belonaves britânicas visitaram mercantes brasileiros e estrangeiros na costa brasileira por toda a guerra. Nem sempre de forma sutil. Em setembro de 1914, por exemplo, o *Maranhão* (Lloyd Brasileiro), quando navegava a seis milhas ao Norte do farol da Ilha do Arvoredo (SC) foi intimado a parar para revista com um tiro à pequena distância da proa (que gerou considerável pânico) e teve o diário do telegrafista e seu livro de códigos apreendidos.<sup>25</sup>

Assim, os bloqueadores britânicos e os corsários alemães criaram um clima de tensão na costa que se relaciona ao pior acidente marítimo da história brasileira: o naufrágio do Transatlântico espanhol *Príncipe de Astúrias*, em 5 de março de 1916, no litoral paulista, com cerca de 500 mortes.<sup>26</sup>

Enquanto estava em Trindade, o *Cap Trafalgar* foi armado com os canhões, metralhadoras, tripulantes e o Comandante Wirth, da *Eber* que, desarmada, foi despachada para Salvador. E o *Cap Trafalgar* iniciou um infrutífero cruzeiro corsário. Ao mesmo tempo, o *Carmania* se aproximava da Trindade. A chegada da *Eber* a Salvador em 14 de setembro coincidiu com a chegada do *Carmania* em Trindade, onde estava de novo o *Cap Trafalgar*.<sup>27</sup>

No combate entre transatlânticos que se seguiu, o *Carmania* deixou o *Cap Trafalgar* muito danificado. Ele foi ao fundo com 16 mortos, incluso o comandante. Mas o *Carmania* também ficou avariado, com nove mortos e 26 feridos. As avarias eram tais que o *Carmania* logo se retirou ao captar um rádio de socorro do *Cap Trafalgar*. Temendo a vinda de outro corsário (de fato, o *Kromprinz Wilhelm* surgiu nas proximidades, mas se afastou temendo a vinda de outras belonaves britânicas), o *Carmania* foi para Abrolhos e daí para a Europa. O reabastecedor *Eleonore Woermann*, enfim, recolheu os naufragos, indo para Buenos Aires.<sup>28</sup>

Enquanto isso – seja pelo inquirido aos tripulantes da *Eber*, seja pelo fato do *Carmania* ter sido visto avariado –, o governo brasileiro finalmente agiu em relação à Trindade. Em 2 de outubro, o Cruzador *Barroso* chegou à ilha com ordens para apresar ou afundar qualquer navio que encontrasse. Mas nada encontrou: o combate afugentou os alemães. A tropa fez um reconhecimento do local para a futura base e exercícios de tiro. A base só seria instalada em maio de 1916, quando a guerra dos corsários voltaria à intensidade.<sup>29</sup>

Outros transatlânticos armados alemães que agiram nas costas do Brasil foram o *Kromprinz Wilhelm* e o *Prinz Eitel Friedrich*, ambos da Norddeutscher Lloyd.

O *Kromprinz Wilhelm*, saído de Nova Iorque em agosto de 1914, foi armado pelo *Karlsruhe* nas Bermudas, recebendo canhões, metralhadoras e um oficial comandante – Thierfelder. Em 4 de setembro faz a primeira vítima, o britânico *Indian Prince*, a 200 milhas da costa de Pernambuco. O navio foi afundado em 9 de setembro. Tripulação e passageiros, transferidos para o *Prussia* e o *Eberburg*,<sup>30</sup> que haviam saído do Rio, com carvão, víveres e passes da polícia marítima para... Santos. De qualquer forma, o *Prussia* acabaria chegando a Santos em 25 de setembro com parte dos prisioneiros; a outra parte (quatro tripulantes doentes do *Kromprinz*) foi desembarcada no dia seguinte no Rio pelo *Eberburg*.<sup>31</sup>

O *Kromprinz* foi então para as costas argentina e uruguaia, onde fez três presas (uma das quais, o veleiro francês *Union*, foi afundado entre as costas do Uruguai e do Brasil)<sup>32</sup>. Nesse período, deve ter sido reabastecido pelo *Pontos*<sup>33</sup> que, na segunda semana de outubro, chegou a Florianópolis vazio, após ter saído de Montevideu cheio de víveres.<sup>34</sup>

Em 4 de dezembro, ao norte do Atol das Rocas, captura o britânico *Bellevue* e o francês *Mont Agel*. O *Bellevue*, com carvão, foi guardado até 20 de dezembro, quando o *Otavi* saiu de Pernambuco para reabastecer o *Kromprinz* e levar os prisioneiros para as Canárias.<sup>35</sup>

Em 28 de dezembro de 1914, cerca de 60 milhas de onde pegou o *Bellevue*, afundou o britânico *Hemisphere*. Na virada do ano,



o *Kromprinz* precisava ser reabastecido. Então, o *Holger* escapuliu de Recife na noite do primeiro dia de 1915. Já era a segunda vez (a primeira, foi com o *Patagonia*) que um reabastecedor fugia do mesmo porto, levando o Ministro Alexandrino a exonerar o comandante do *Timbira*, encarregado da vigilância.<sup>36</sup>

A próxima vítima seria o *Potaro*, em 10 de janeiro de 1915, a 300 milhas a nordeste dos Penedos de S. Pedro e S. Paulo. No dia 14, o também britânico *Highland Brae*, a cerca de 230 milhas dos penedos. No dia 15, afundou a Galeota canadense *Wilfrid M.* O *Potaro* e o *Highland Brae* foram afundados em 30 de janeiro a 100 milhas da Trindade. Os prisioneiros, despachados no *Holger* para Buenos Aires.<sup>37</sup>

Em 22 de fevereiro, ao largo de Pernambuco, capturou o britânico *Chasehill*, guardado como auxiliar. Em 23 de fevereiro, afundou o Transatlântico francês *Guadeloup*. Em 9 de março, o *Chasehill* iria para Recife, aonde chega com os prisioneiros dias depois. Após afundar mais dois navios, mas com problemas de combustível e ordens para se internar, o *Kromprinz* em 11 de abril de 1915, se internou em Newport News (EUA).<sup>38</sup>

O *Prinz Eitel Friederich* agiu quase ao mesmo tempo. Havia saído da possessão alemã na China, Qingdao, onde recebeu o Comandante Thierichsens, pessoal e armamento das Canhoneiras *Tiger* e *Luchs*.<sup>39</sup> Navegando com a Esquadra de Spee pelo Pacífico, passou a agir sozinho na costa do Chile em dezembro de 1914, afundando três navios. Em janeiro de 1915, afundou três navios ao largo do Uruguai e o norte-americano *William P. Frye*<sup>40</sup>, ao largo do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro.

Em 12 de fevereiro, a 890 milhas de Cabo Frio (RJ), afunda o *Invercoe*. Em 18 de fevereiro, a 400 milhas a leste de Pernambuco, afunda o também britânico *Mary Ada Short*. Em 19 de fevereiro, a nordeste de Fernando de Noronha, afunda o francês *Floride*. Em 20 de fevereiro, o britânico *Willerby*. Mas as presas eram veleiros; só um lhe deu carvão. Falavam víveres e as caldeiras estavam ruins. Em abril, internou-se em Newport News.<sup>41</sup>

Durante sua passagem pela costa brasileira, o *Prinz* não fez uso da rede dos reabastecedores, ativos nas semanas anteriores

com o *Kromprinz*. A rede ficou exposta e vigiada pelo Governo brasileiro, que teve a neutralidade melindrada por atos como o do *Holger*. Isso abreviou a carreira do *Prinz*.

Mas os resultados eram favoráveis: segundo dados do Almirantado britânico de fins de 1914, dos 39 navios britânicos afundados, apenas um havia sido por submarino; quase todos os demais o foram devido a nove corsários alemães no Atlântico, Índico e Pacífico. Esses navios foram perseguidos por 70 belonaves britânicas, francesas, russas e japonesas, que haviam conseguido afundar em combate apenas três desses navios.<sup>42</sup>

Por outro lado, o Almirantado alemão recuou devido ao custo com a perda de alguns dos mais velozes navios alemães. Assim, os submarinos seriam utilizados em grande escala. Em fins de 1914, o Governo alemão chamou os corsários de volta e, em fevereiro de 1915, anunciou um bloqueio submarino à Grã-Bretanha. Mas, quando o *Prinz Eitel Friederich* chegou em Newport News, o governo dos EUA ficou sabendo do *William P. Frye*, iniciando uma tensão, agravada nas semanas seguintes com o torpedeamento do *Lusitania* (com a morte de 128 norte-americanos). A pressão faria o governo alemão recuar do bloqueio submarino.<sup>43</sup>

## SEGUNDA FASE: 1916-1918

O início de 1915 marcou uma interrupção na guerra dos corsários. Nos portos neutros das Américas, a rede outrora dedicada aos corsários iniciou uma série de implantação de bombas em mercantes aliados, que causou bastante agitação em 1916 (um dos mais famosos casos ocorreu no Brasil, com a explosão no Mercante britânico *Tennyson*)<sup>44</sup>.

Por outro lado, havia um projeto para converter pequenos mercantes em corsários. O protótipo foi o navio britânico apresado *Vienna*, transformado no corsário *Meteor* em maio de 1915. Sua carreira de alguns meses lhe permitiu a realização de operações de minagem nas costas russa e britânica e o afundamento do Cruzador Auxiliar britânico *Ramsey*. Era um navio simples que recebeu canhões, torpedos e minas e foi considerado um sucesso.<sup>45</sup>

Assim nasceu a nova geração de corsários, da qual o *Möwe* (Gaivotota) se tornaria o mais famoso. Antes, era o *Pungo*, cargueiro de bananas. Recebeu cinco canhões, dois tubos de torpedo (camuflados por superestruturas falsas) e minas. Sua diferença em relação aos primeiros corsários é que era um navio simples, veloz, mas econômico, podendo atravessar o oceano sem chamar atenção e depender de reabastecedores (se abastecendo das presas). Tinha o que faltava aos primeiros corsários: discricção, economia e autonomia.

Saiu da Alemanha em dezembro de 1915 e, após minar a costa britânica, fez a primeira vítima ao largo da Espanha, o britânico *Corbridge* (com 4000 toneladas de carvão para o Brasil). O navio foi ocupado com ordens para um *rendez-vous* no Brasil. Ainda atacaria oito mercantes britânicos no Atlântico Norte, um dos quais, o *Appam*, que chegou com os prisioneiros em Newport News, no início de fevereiro. Foi quando se soube da existência do *Möwe*.<sup>46</sup>

Nessa altura, estava na costa brasileira. Encontrou-se com o *Corbridge* em 28 de janeiro de 1916. Acharam um canal na costa do Amazonas para carvoarem. Nesse ínterim, canoas de “índios” se aproximaram e observaram os navios. O comandante, Conde Dohna-Schlodien, ordenou rapidez na carvoagem antes que “olhos indiscretos” os denunciassem. A faina durou três dias. Saindo dali e sem mais função, o *Corbridge* seria afundado.<sup>47</sup>

Ao largo do Pará, em 3 de fevereiro, encontraria o britânico *Voltaire* que, com cargas e passageiros neutros a caminho da Bahia, foi liberado. Em 4 de fevereiro, afundou o belga *Luxembourg* próximo a Fernando de Noronha. Dois dias depois, 50 milhas a oeste de Fernando de Noronha, seria a vez do *Flamenco*. Como enviou um SOS, o *Möwe* atirou contra a cabine de rádio, precipitando um incêndio. A tripulação jogou-se no mar, sendo recolhida, com exceção de um. Foi o ataque mais violento, até então, a um mercante na costa brasileira.<sup>48</sup>

Um dos prisioneiros neutros do *Flamenco* lhe informou que belonaves britânicas patrulhavam a área. Isso levou o *Möwe* mais ao norte, onde no dia 8 de fevereiro (530 milhas

a norte/nordeste de Pernambuco) capturou o *Westburn*, guardado para transportar os prisioneiros para Tenerife. No dia seguinte, cerca de 80 milhas ao norte de onde capturou o *Westburn*, próximo aos penedos, faz sua derradeira vítima no Brasil: o *Horace*. Daí seguiria para a Alemanha (aonde chegaria ao final de fevereiro), fazendo mais vítimas no caminho. Seu cruzeiro inspirou a conversão de mais navios em corsários.<sup>49</sup>

O *Möwe* provou que era possível dispensar a rede de reabastecedores. Ela continuou inativa durante sua passagem. O que não quer dizer que não tenha tentado se aproximar. Em 11 de fevereiro de 1916, ocorreu um incidente entre um dos reabastecedores e a Armada brasileira. O *Assuncion*, em Belém, pediu permissão à capitania para mudar de ancoradouro. Deixou para fazer tal mudança, à noite, debaixo de chuva e cerração. Acompanhando sua movimentação, o Cruzador *República* sinalizou ao Aviso *Teffé* que intimasse o navio a parar, o que fez com dois tiros de pólvora seca. A *Missões* fez um tiro “em branco” também ignorado. Finalmente, o *Teffé* disparou um obus em direção ao navio, que assim parou. A movimentação talvez tivesse o objetivo de fazer com que fosse de encontro ao *Möwe*.<sup>50</sup>

Num segundo cruzeiro, iniciado em novembro de 1916, o *Möwe* já havia afundado sete navios e capturado dois, antes de, em 2 de janeiro de 1917, voltar à costa brasileira e afundar, próximo a Fernando de Noronha, o francês *Asnières*. Três dias depois, capturou o japonês *Hudson Maru*: guardado para acomodar quase 200 prisioneiros que estavam no compartimento que media 20x12m, antes usado para as minas, sem tomar banho há dias e passando fome.<sup>51</sup>

No dia 7 de janeiro, se aproximando de Pernambuco, captura o *Radnoshire*<sup>52</sup> (vindo de Santos com 6500 toneladas de café, 100 das quais são separadas para serem levadas à Alemanha). Em 8 de janeiro, captura o *Minieh*, que acabara de abastecer o Cruzador britânico *Amethyst*. Dohna-Schlodien, assim, ficou sabendo do número e posição dos cruzadores britânicos e dos carvoeiros (tais como o *Minieh*) que tinham a função de espionar os mares e avisar sobre navios suspeitos. Ficou sabendo ainda que o *ren-*

*dez-vous* dos britânicos era em Abrolhos e que tinham “liberdade” de manobra na área. No dia seguinte, afundou o *Netherby Hall* e o *Hudson Maru* foi apresado e enviado para Recife, aonde chegou em 15 de janeiro.<sup>53</sup>

Dois navios capturados pelo *Möwe* em seu segundo cruzeiro no Atlântico Norte foram transformados em corsários: os britânicos *Yarrowdale* e *Saint Théodore*. O *Yarrowdale* foi despachado para a Alemanha e transformado no *Leopard*, afundado em sua primeira missão em março de 1917. Já o *Saint Théodore* (que tinha dois canhões dissimulados para autodefesa) foi rebatizado de *Geier* (Abutre) e mandado à caça no Atlântico Sul.

O *Möwe* encontrou-se com o *Geier* entre 16 e 21 de janeiro, indo para a África, onde o *Möwe* fez um cruzeiro até se reencontrar com o *Geier*. Foi o pior momento do cruzeiro: semanas sem pegar um navio e a morte de um tripulante, esmagado entre o *Möwe* e o *Geier*, numa carvoagem no meio do Atlântico. O *Geier* só conseguiu dois veleiros: o canadense *Jean*, a 60 milhas dos penedos e o norueguês *Staut*, a mais de 500 milhas de Trindade.<sup>54</sup>

Resolveu-se, então, carvoar na Ilha da Trindade. Na madrugada de 13 de fevereiro de 1917 se aproximaram da ilha. Avistaram um mastro de sinais e construções. Embora Dohna-Schlodien saiba que a ilha é brasileira, suspeita de uma base britânica. Na escuridão da noite, os navios passam despercebidos, dando a volta pela ponta norte, de onde a base não pudesse observá-los. Fazem o serviço o mais rápido possível e saem sem serem percebidos. Tomam a direção do Rio de Janeiro mas, como o *Geier* estivesse com problemas de máquinas, eles o afundam no dia 14.<sup>55</sup>

No dia seguinte, captura, a 500 milhas a leste de Cabo Frio, o *Brecknoshire* (com 7000 toneladas de carvão e que, apesar de ter uma peça de 120 mm, não resistiu) e o afunda com bombas. Ainda em 15 de fevereiro, afunda o *French Prince* e no dia seguinte, o *Eddie*.<sup>56</sup>

Após colocar bombas no *Eddie*, apareceu no horizonte o Cruzador *Edinburgh Castle*. Então, uma chuva repentina fez com que o *Edinburgh* perdesse o *Möwe* de vista. Um mercante apareceu e foi em direção ao

*Edinburgh*, que o tomou pelo *Möwe* e começou a atirar: o mercante começou a emitir sinais de socorro achando que estava sendo atacado por um corsário e a confusão permitiu ao *Möwe* escapar. Com vigilância demais, o *Möwe* iniciou o retorno. Ainda pegaria – a aproximadamente 200 milhas a nordeste dos penedos, o *Katherine* e faria mais sete presas antes de chegar à Alemanha. Em dois cruzeiros, fez 38 presas.<sup>57</sup>

Ao mesmo tempo em que o *Möwe* se afastava, o *Seeadler* (Águia do Mar), comandado pelo Conde von Lückner, único corsário veleiro, se aproximava. Partiu da Alemanha em dezembro de 1916, disfarçado de navio norueguês. No Atlântico Norte, afundou dois navios e em 21 de janeiro de 1917, fez a primeira vítima no “quartel-general de pirataria”: os Penedos de S. Pedro e S. Paulo.<sup>58</sup>

Foi a cerca de 150 milhas a nordeste dos penedos que afundou o Veleiro francês *Charles Gounod*. No dia 24, o canadense *Perce*. E, em 3 de fevereiro, o francês *Antonin*. Sempre em torno dos penedos, no dia 9 afundou o italiano *Buenos Aires*. No dia 19, o britânico *Pinmore*. Outro veleiro canadense, o *British Yeoman*, foi afundado em 26 de fevereiro. No dia seguinte, o francês *La Rochefoucauld*. Em 5 de março o *Dupleix*. E em 11 de março, o *Horngarth*. Como era um reles veleiro, muitas vezes, o *Seeadler* usou uma máquina de fumaça para simular um incêndio e assim atrair suas presas.<sup>59</sup>

Durante 40 dias, o *Seeadler* agiu impunemente. Mas havia uma tensão na região, já que o desaparecimento de tantos navios significava algo. Então, se dirigiu para Trindade. Próximo à ilha capturou o veleiro francês *Cambronne*, despachado com os prisioneiros para o Rio de Janeiro, em 21 de março. O navio teve mastros danificados para ficar lento e dar tempo para o *Seeadler* escapular para o Pacífico (onde afundaria mais três navios, antes de encalhar na Ilha de Mopelia). O *Cambronne* foi encontrado ao largo de Cabo Frio pelo Vapor brasileiro *Nilo Peçanha*, que o rebocou até o Rio, aonde chegaram em 30 de março de 1917.<sup>60</sup>

Os quase 300 prisioneiros fizeram declarações que indicaram um bom tratamento: refeições três vezes por dia, música às quintas e domingos e até uma festa no aniversário do *Kaiser*... Mas havia alguns feridos e

foram unânimes em afirmar a morte de um oficial do *Horngarth*, quando o *Seeadler* disparou contra o navio (por outro lado, elogiaram o funeral com honras militares prestado pela tripulação do *Seeadler* ao morto...).<sup>61</sup>

Apesar de centenas de prisioneiros terem sido desembarcados nos portos desde 1914, houve novidades nessa última vez. O diplomata francês, Paul Claudel – famoso poeta, enviado para estimular os sentimentos pró-Aliados dos intelectuais brasileiros – fez uma cerimônia para recepcionar os prisioneiros franceses: condecorou alguns, organizou uma subscrição, fez grande divulgação sobre o fato. Enfim, seria em águas francesas que se daria a reviravolta da política brasileira na guerra: em 4 de abril – enquanto ainda se falava sobre o *Seeadler* –, o *Paraná* (da Companhia Comércio e Navegação) era torpedeado na Baía do Sena por submarino alemão. Três brasileiros morreram. Logo, o Brasil romperia relações com o *Reich*. Não foi graças à guerra dos corsários, mas às tensões que criou contribuíram para a atmosfera de beligerância no Brasil, país que, na América do Sul, mais conviveu com seus efeitos.<sup>62</sup>

A Alemanha decidiu-se pela campanha submarina irrestrita no final de janeiro de 1917. Assim, esperava ganhar a guerra pela exaustão dos Aliados, que seriam obrigados a pedir a paz. Com os novos submarinos se poderia chegar ao Atlântico Sul. Isso significava que a guerra dos corsários não teria mais desenvolvimento, apesar de seus bons resultados.

Nesse momento, o *Möwe* e o *Seeadler* estavam na costa brasileira e o último dos corsários, saído da Alemanha em novembro de 1916, passou ao largo dos penedos em direção à África: o *Wolf*. Foi o único a possuir um hidroavião para reconhecimento e abordagem. Do Cabo da Boa Esperança, partiu para o Índico e Pacífico, onde fez várias presas.

Enquanto isso, no Brasil, as reações ao afundamento do *Paraná*, levaram a que o governo ocupasse os navios alemães e internasse suas tripulações. Assim se eliminaria qualquer possibilidade de que se fizessem ao mar em apoio a corsários ou submarinos.

Embora a guerra dos corsários estivesse no fim, foi a partir de meados de 1917 que a patrulha na costa chegou ao auge: além dos

britânicos, chegariam belonaves da França e dos EUA. Em julho, a Armada brasileira organizaria um sistema mais eficiente de patrulhamento que o da irregular manutenção da neutralidade. E já em coordenação com as Marinhas aliadas.

Nos meses seguintes, o Brasil se envolveria gradualmente na guerra: a cada navio torpedeado, mais se aproximava da beligerância. Mas seria o torpedeamento do *Maccou* (Lloyd Brasileiro) em 18 de outubro de 1917, na costa espanhola, que levaria ao estado de guerra, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz uma semana depois. Dentre as medidas tomadas, encontrava-se a da ocupação da *Eber*, que desde 1914 estava em Salvador e acabaria afundada pela tripulação para não ser apresada.<sup>63</sup>

Pouco depois, em dezembro, o *Wolf* se aproximava da Trindade para carvoar. Já havia capturado ou afundado mais de uma dúzia de navios. Junto, um mercante espanhol capturado, o *Igotz Mendi*. Próximo à ilha, porém, um rádio mudou tudo: um telegrama – que não estava em código – do Estado-Maior da Armada para a base da Trindade o faz mudar de direção.<sup>64</sup>

O Comandante Karl August Nerger queria evitar ser descoberto, já que, após mais de um ano de cruzeiro, navio e tripulação não estavam no auge da forma. Vão para o sul, cerca de 700 milhas a nordeste de Montevideu, onde o *Wolf* carvoa do *Igotz Mendi*. Carvoagem difícil, que deixa os navios em mau estado. Nos primeiros dias de 1918, estão a caminho da Alemanha e o *Wolf* faria a última vítima: o Veleiro norueguês *Storebror*, em 4 de janeiro de 1918, ao largo da costa nordestina. O último mercante vítima de um corsário na guerra. Em fevereiro, o *Wolf* seria triunfalmente recebido na Alemanha.<sup>65</sup>

Um incidente coincidiu com a passagem do *Wolf*: em 4 de janeiro de 1918, o *Max* (da Empresa de Navegação Nacional Hoepcke, ENNH – empresa visada desde o início da guerra por suas ligações com o *Reich*), foi investigado em Florianópolis. Segundo denúncia do Mercante *Florianópolis*, o *Max* havia estado em contato ao largo de Laguna, dias antes, com um navio desconhecido. Justamente num período em que o *Wolf* estava próximo a área.<sup>66</sup>

Suspeita ou fato real, isso desencadeou uma série de problemas para a ENNH. Em fevereiro, seus navios foram ocupados pelo governo, que os levou para o Rio. Antes, na última semana de janeiro, um dos proprietários da ENNH foi encaminhado ao Rio e preso no Quartel do Batalhão Naval, “às ordens do Senhor Presidente da República”. No inquérito que se seguiu, a acusação de que a ENNH teria escondido peças das máquinas do *Pontos* (internado em Santa Catarina até 1917), foi justificada como um “favor” feito ao comandante do *Pontos*... No final das contas, sem provas conclusivas, o acusado e os navios foram liberados.<sup>67</sup>

Até abril de 1918, houve agitação na costa. Em vários incidentes se viu o dedo dos alemães (ou do movimento anarquista): encalhes misteriosos, incêndios em navios e depósitos de carvão, insubordinação das tripulações dos mercantes, greve de estivadores e até uma bomba lançada na casa do Almirante Alexandrino...<sup>68</sup>

Mas, a partir de meados de 1918, as agitações cessaram e a situação estava tranquila na costa, a tal ponto que a Armada brasileira pôde deslocar a Divisão Naval em Operações de Guerra para auxiliar na patrulha do Atlântico Norte. A guerra dos corsários havia terminado.

## RESULTADOS

A guerra dos corsários teve sua importância no contexto das operações da guerra e no das tensões que levaram o Brasil a participar do conflito. Para governo e Armada brasileiros, expôs deficiências nas regras e meios de se manter a neutralidade. Poucas lições foram aprendidas. Talvez a melhor tenha sido a instituição de uma mentalidade de informações dentro da Armada: o esforço em coordenar informações sobre movimento de navios, disponibilidade de minas de carvão e pontos de embarque, devido às contingências da guerra. Esforço que continuaria nos anos seguintes, com a campanha de nacionalização da pesca, cujo objetivo era transformar os pescadores em informantes sobre o movimento de navios no litoral brasileiro.

A ameaça dos corsários na costa e a utilização franca de portos, estaleiros, meios de comunicação ou pontos estratégicos brasileiros (e a ambição pelos navios internados) explica também a pressão de alguns países aliados sobre o Brasil. Houve ainda impacto econômico: milhares de toneladas de carvão para o Brasil, interceptadas pelos corsários, refletiram-se na crise dos transportes ferroviário e marítimo. E as tensões se refletiram em acidentes marítimos.

Mas, no pós-guerra, a imagem que predominou sobre a guerra dos corsários foi positiva. O número de vítimas fatais foi pequeno em relação à tonelagem de navios afundados. Os comandantes dos corsários, seus perseguidores ou prisioneiros, escreveram suas memórias e análises sobre a guerra. Eles ajudaram a forjar a memória de uma guerra de certa forma “humanitária” e ao mesmo tempo eficiente.

Quando a Segunda Guerra Mundial começou, o mito dos corsários estava vivo e as primeiras ações no Atlântico Sul foram de guerra de corso. Com interessantes paralelos com a guerra de 1914-18. Assim, se o último mercante afundado por um corsário na Primeira Guerra o foi na costa brasileira, o primeiro mercante afundado por um corsário na Segunda Guerra também o foi aqui: o britânico *Clement*, vítima do Cruzador *Admiral Graf Spee*, ao largo de Pernambuco, em 30 de setembro de 1939. Os sucessos do *Graf Spee* atraíram as atenções até seu desenlace na Batalha do Rio da Prata, em dezembro. Logo, mais cruzadores corsários e depois, mercantes armados em corsários, saíram da Alemanha. As células do *Etappendienst* estavam reorganizadas à sua espera e, em alguns casos, nos mesmos lugares... Os britânicos voltaram ao seu bloqueio e o Brasil teve que refazer seus decretos e patrulhas da neutralidade... Seja como for, apesar de sua eficiência, o *modus operandi* dos corsários mudou pouco. Assim, em 1942, os corsários já haviam sido quase todos eliminados e os submarinos iriam tomar o seu lugar no Atlântico Sul. Foi só nesse momento que a cortina se fechou, definitivamente, para a guerra dos corsários.

## BIBLIOGRAFIA

### Documentos Oficiais

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório* (1915).

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. *Avisos do Ministro da Marinha – 1914* (setembro, outubro, novembro); 1915 (janeiro); 1916 (fevereiro); 1918 (janeiro, fevereiro, março). Arquivo da Marinha.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Marinha. *Relatórios* (1915, 1916, 1917, 1918).

### Livros e Artigos

ALEXANDER, Roy. *O Navio Fantasma* (As façanhas do Cruzador *Wolf*). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

ARAÚJO, J. G. Canhoneira *Eber* – Em Itapagipe. A batalha que não houve – 26/10/1917, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, vol. 94, 1998, p. 117-138.

BISHER, Jaime. *The Intelligence War in Latin America, 1914-1922*. Jefferson: Mc Farland & Co., 2016.

BRAVETTA, Ettore. *La Grande Guerra Sul Mare*. Milano: A. Mondadori, 1925. 2 vols.

CHACK, Paul. *La guerre des Croisières*. Paris: Société d'Éditions, 1923. 2 vols.

CHATTERTON, E. Keble. *Les Coureurs de Mers*. Paris: Payot, 1931.

DOHNA-SCHLODIEN, Burgrave Nicolas Zu. *La "Möwe" – ses croisières et ses adventures*. Paris: Payot, 1929.

DUNN, S. *Blockade. Cruiser warfare and the starvation of Germany in World War One*. Barnsley: Seaforth Publishing, 2016.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1982.

LAURENS, Adolphe. *Precis d'Histoire de la Guerre Navale – 1914-18*. Paris: Payot, 1929.

LÜCKNER, Felix Graf, Conde von. *O Último Corsário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1934.

QUEIROZ, Tito H. S. Guerra e Controle da Informação. *Revista Comum*, v. 16, n.36 (julho/dezembro 2014). Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2014, pp. 79-98.

REIS, Sara R. Poyares dos (et alli). *Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999.

SIMPSON, Colin. *The Ship that Hunted Itself*. New York: Stein and Day, 1977.

SCHULER, Friederich E. *Secret Wars and Secret Policies in the Americas, 1842-1929*. [S.l.] University of New Mexico Press, 2010.

SCHWOCH, James. *The American Radio Industry and its Latin-American activities, 1900-1939*. [S.l.] Board of Trustees of University of Illinois, 1990.

SILVARES, J. C.; MOURA, Luiz F. H. A. *Príncipe de Astúrias – O mistério das profundezas*. São Paulo: Magma, 2006.

TRANIN, Edmond. *Les Rouliers de la Mer (1914-1918)*. Paris: Payot, 1928.

TRAYES, Frederick George. *Five Months on a German Raider – Being the Adventures of an Englishman Captured by the Wolf*. London: Headley Bros. Publishers, Ltd., 1919.

## Periódicos

*A Noite.*

*A Razão.*

*Correio da Manhã.*

*Gazeta de Notícias.*

*Jornal do Brasil.*

*Jornal do Recife.*

*O Imparcial.*

*O Malho.*

*Pacotilha.*

## Referências Eletrônicas

FERRARI, Marcello de. *O naufrágio do Flórida*. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufreboque.htm>> Acesso em: 2 de maio de 2016.

*Naufrágio Santa Catharina*. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufsan-tacatarina.htm>> Acesso em: 25 de maio de 2016.

*Royal Navy Log Books of the World War 1 Era*. Disponível em: <<http://www.naval-history.net/OWShips-LogBooksWW1.htm>> Acesso em: 01 de junho de 2016.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Um dos principais agentes era o dono da *Herm Stoltz*, o brasileiro Rudolph (Rodolpho) Hans Stoltz: SCHULER, F. E. *Secret Wars and Secret Policies in the Americas*. [S. l.] University of New Mexico Press, 2010, p. 288. A imprensa denunciou atividades suspeitas da empresa: de contrabando para navios alemães até a instalação de uma estação de rádio. O contrabando de carvão é feito agora à noite. *A Noite*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1915, p. 1; Em torno da estação clandestina de Petrópolis. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1917, p. 1. Outro agente era presidente de outra empresa teuto-brasileira: J. Künning (codinome “Chico”) da *Brahma*: BISHER, J. *The Intelligence War in Latin America*. Jefferson, McFarland & Company, 2016, p. 27; sobre a *Etappen*: p. 13-15. Em Pernambuco, uma estação de rádio clandestina (única região do Brasil que podia captar as transmissões da estação alemã de Nauen) chamou a atenção da inteligência aliada até 1917: SCHWOCH, James. *The American Radio Industry and its Latin-American activities, 1900-1939*. [S.l.] Board of Trustees of University of Illinois, 1990, p. 45. Essa atividade alemã e as atividades da inteligência aliada contra ela levaram à formação do *Serviço Especial de Contraespionagem* pelo governo brasileiro em 1917.

<sup>2</sup> CHATTERTON, E. K. *Les Coureurs de Mers*. Paris: Payot, 1931, p. 55-56.

<sup>3</sup> Esse navio, na madrugada de 9 de agosto, expulsou o guarda aduaneiro e saiu de São Luís. Horas depois, o *Bahia* (do Lloyd Brasileiro) relatou um encontro com o *Corrientes* e outro navio alemão, com o nome *Bremen* escrito na popa: o *Bahia* ficou entre os dois, que não responderam ao rádio e se afastaram. O *Corrientes*. *Pacotilha*, São Luís, 10 de agosto de 1914, p. 1. Apresado em 1917 junto com outros 44 mercantes alemães internados, o *Corrientes* foi renomeado *Guaratuba*. Como nenhum *Bremen* atuou na costa, pode-se deduzir que o nome foi usado pelo *Dresden* para disfarce. Nos dias seguintes, na imprensa brasileira, quando nada se sabia do *Dresden*, havia várias referências ao *Bremen*. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>4</sup> Em 1917, o *Persia* e o *Prússia* foram apresados, renomeados de *Aracaju* e *Cabedelo*. Este último foi torpedeado em 25 de fevereiro de 1942, nas Antilhas, pelo *Leonardo da Vinci*. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.* p. 58.

<sup>5</sup> Apresado em 1917, virou o *Leopoldina*. Repercussão dos Acontecimentos no Brasil. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1914, p. 4. Esse navio foi palco de conflitos em 19 e 20 de agosto, entre a tripulação e passageiros ibéricos, impedidos de prosseguir viagem com o internamento: houve pelo menos cinco mortos e dezenas de feridos. No Mar. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1914, p. 4. Ele ainda seria revistado para averiguar se não estava “armado em guerra” pela tripulação do *Benjamin Constant*: Avisos do Ministro da Marinha 4177, de 8 de setembro de 1914.

- <sup>6</sup>O *Hyades* foi o quarto mercante britânico afundado na guerra. Afundado em 06°S-32°46'W – todas as coordenadas são aproximadas: não há consenso na bibliografia. No Mar. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1914, p. 4.
- <sup>7</sup> Afundado em 31°03'S-48°06'W. O Corso no Sul do Atlântico. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1914, p. 4. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.* p. 60.
- <sup>8</sup> BRAVETTA, E. *La Grande Guerra Sul Mare*. Milano: A. Mondadori, 1925, p. 127.
- <sup>9</sup> Afundado em 09°54'N-50°10'W.
- <sup>10</sup> Apresado, virou o *Tabatinga*.
- <sup>11</sup> CHATTERTON, E. K. *Op. cit.* p. 115.<sup>17</sup>
- <sup>12</sup> Apresado, virou o *Campos*. Torpedeado pelo *U-170*, em 23 de outubro de 1943, na costa de S. Paulo.
- <sup>13</sup> Telegramas. *Pacotilha*, São Luís, 3 de novembro de 1914, p. 4. Ecos da Guerra. *Pacotilha*, São Luís, 11 de dezembro de 1914, p. 02. O *Strathroy* teria sido fretado pelo Lloyd Brasileiro. Posição dos afundamentos: 00°42'N-44°30'W; 01°03'S-31°45'W; 01°29'S-31°53'W; 00°42'N-44°30'W.
- <sup>14</sup> *Relatório*. Ministério das Relações Exteriores (1915), p. 50.
- <sup>15</sup> Apresado, virou o *Benevente*.
- <sup>16</sup> De alto a baixo. *Jornal de Recife*. Recife, 15 de setembro de 1914, p. 1.
- <sup>17</sup> Posição dos afundamentos: 00°35'S-29°48'W; 00°25'S-29°54'W; 00°40'S-29°40'W; 00°27'S-29°46'W; 01°55'S-34°W. CHACK, P. *La Guerre des Croisières*. Paris: Société d'Éditions, 1923, p. 28-30.
- <sup>18</sup> Posição dos afundamentos: 01°20'S-33°56'W ou 01°26'S-31°39'W; 01°11'S-31°55'W; 00°50'S-41°45'W. CHACK, P. *Op. cit.*, p. 94-96; p. 253. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 125-126. Telegramas. *Pacotilha*. São Luís, 2 de novembro de 1914, p. 4.
- <sup>19</sup> Apresado, virou o *Cuiabá*.
- <sup>20</sup> Telegramas. *Pacotilha*. São Luís, 2 de novembro de 1914, p. 4. CHACK, P. *Op. cit.*, p. 255.
- <sup>21</sup> SIMPSON, C. *The Ship that Hunted Itself*. N. York, Stein and Day, 1971, p. 59-70.
- <sup>22</sup> Idem, ibidem, p. 71-74.
- <sup>23</sup> O Pacote *Santa Catarina* teria sido aprisionado? *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1914, p. 3. Foi apresado pelo *Glascow* em 14 de agosto e a tripulação aprisionada. Usado como reabastecedor pelos britânicos, ficaria em Abrolhos até incendiar, quando lá estava o Cruzador-Auxiliar *Orama*: dele saiu uma equipe para combater o incêndio; na impossibilidade de controlá-lo, abriram as válvulas e o afundaram. Dados sobre o apresamento e afundamento são encontrados nos livros de quartos do *Glascow* e *Orama*: *Royal Navy Log Books of the World War 1 Era*. Disponível em: <<http://www.naval-history.net/OWShips-LogBooksWW1.htm>> Acesso em 01 de junho de 2016. O naufrágio foi descoberto em 2007: *Naufrágio Santa Catharina*. Disponível em: <[www.naufragiosdobrasil.com/naufragsantacatarinahtm](http://www.naufragiosdobrasil.com/naufragsantacatarinahtm)> Acesso em: 25 de maio de 2016. Não há esclarecimentos sobre como o incêndio começou, mas o navio estava carregado de munição.
- <sup>24</sup> *Avisos do Ministro da Marinha* 4686 de 17 de outubro de 1914. *Relatório* do Ministro da Marinha (1915), p. 113-121. Exposição anexa ao Aviso do Ministro da Marinha 4753 de 20 de outubro de 1915.
- <sup>25</sup> A nossa neutralidade continua a ser desrespeitada. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 18 de setembro de 1914, p. 4.
- <sup>26</sup> Segundo uma versão do pós-guerra, o transatlântico estaria fugindo do *Glascow*, pois trazia refugiados alemães, mas essa tese seria "sensacionalista", pois o *Glascow* estava longe da área: SILVARES, J. C.; MOURA, L. F. H. A. *Príncipe de Asturias*: o mistério dos mares. São Paulo: Magma, 2006, p. 169-171. Mas, o depoimento de uma das sobreviventes, que afirma ter visto um torpedo se aproximar do navio (p. 220), demonstra os temores que a guerra gerava nos civis.
- <sup>27</sup> CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 113.
- <sup>28</sup> SIMPSON, C. *Op. cit.*, p. 187. DUNN, S. *Blockade*. Barnsley: Seaforth Publishing, 2016, cap. 4.
- <sup>29</sup> A Conflagração na Europa. *Pacotilha*, São Luís, 23 de setembro de 1914, p. 1. Embora o Decreto 11.181, de 30 de setembro de 1914, mandasse criar uma guarnição mista (Exército e Armada) para a ilha, nada foi feito. *Avisos do Ministro da Marinha* 4737 e 4738, de 20 de outubro de 1914.
- <sup>30</sup> Apresado, virou o *Acari*, torpedeado em 2 de novembro de 1917 pelo *U-151*, em São Vicente, Cabo Verde.
- <sup>31</sup> Chegou ontem o Vapor alemão *Eberburg*. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1914, p. 4. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 111-114. Posição de afundamento do *Indian Prince*: 18°S-28°W.
- <sup>32</sup> Posição do afundamento: 27°S-34°W. O navio foi capturado em 28 de outubro de 1914 a cerca de 270 milhas da Ilha dos Lobos (RS) e afundado em 22 de novembro de 1914. CHACK, P. *Op. cit.*, p. 257-258.
- <sup>33</sup> Apresado, virou o *Pelotas*.
- <sup>34</sup> Telegramas. *Pacotilha*. São Luís, 13 de outubro de 1914, p. 4.
- <sup>35</sup> Posição de captura de ambos e de afundamento do *Mont Agel*: 03°16'S-29°19'W. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 137-138.
- <sup>36</sup> Posição de afundamento: 01°26'S-24°17'W. Telegramas. *Pacotilha*. São Luís, 7 de janeiro de 1915, p. 4. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 140-141.
- <sup>37</sup> Posição dos afundamentos: 06°34'S-25°42'W (*Potaro*); 01°26'S-24°17'W (*Highland Brae*); 02°46'N-26°W (*Wilfrid M.*). Para apresiar o *Potaro*, uma chaminé falsa, de lona (dando ao navio outra silhueta), foi utilizada: recurso usado por outros corsários e submarinos.
- <sup>38</sup> CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 149. A Guerra no Mar. *Jornal do Recife*. Recife, 14 de março de 1915, p. 2. O aprisionamento do Pacote francês *Guadeloup* contado pelo seu comandante. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de março de 1915, p. 3. Posição do afundamento: 06°40'S-26°13'W.
- <sup>39</sup> Eram da classe *Itis*, mesma da *Eber*.
- <sup>40</sup> Foi o primeiro mercante dos EUA afundado na guerra. Posição do afundamento: 29°37'S-24°51'W. BRAVETTA, E. *Op. cit.*, p. 118-119.
- <sup>41</sup> Posição dos afundamentos: 26°31'S-26°15'W; 05°49'S-28°36'W; 02°20'S-31°17'W; 01°13'S-29°50'W. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 175. Em 1917, os navios foram apresados pelos EUA.
- <sup>42</sup> CHACK, P. *Op. cit.*, p. 83-84.



<sup>43</sup> CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 176-180.

<sup>44</sup> Sobre o caso: QUEIROZ, T. H. S. Guerra e Controle da Informação. *Revista Comum*, v. 16, n. 36 (julho/dezembro 2014). Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2014, p. 84.

<sup>45</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. Zu. *La Möwe*. Paris: Payot, 1929, p. 8.

<sup>46</sup> CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 199. LAURENS, A. *Precis d' Histoire de la Guerre Navale*. Paris: Payot, 1929, p. 176.

<sup>47</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 76-79. Para Chatterton, o local seria a Ilha de Maracá (AP), onde o *Karlsruhe* (segundo lhe informou um ex-tripulante) havia carvoado do *Patagonia*: CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 205-206. Saldanha da Gama é mais específico: o local seria o Igarapé do Inferno, na mesma ilha: GAMA, A. O. Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Capemi Editora e Gráfica, 1982, p. 30. A posição do afundamento seria: 0°38' N-34°23' W: bem distante da ilha.

<sup>48</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 79-81. Posição dos afundamentos: 05°03' N-32°29' W; 03°36' S-31°58' W. Destroços, incluso boias escritas "Flamenco – Liverpool" deram à Pedra do Sal (PB) em 5 de março. Naufrágio na Costa da Paraíba? *A Noite*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1916, p. 3.

<sup>49</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 81-84. Posição do afundamento: 01°34' N-30°51' W.

<sup>50</sup> Um incidente entre um vapor alemão e o Aviso *Teffé* no Porto de Belém. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1916, p. 3. Telegramas. *Pacotilha*. São Luís, 21 de fevereiro de 1916, p. 1. Nesse artigo se menciona a abertura de inquérito para saber como o *Assuncion* havia adquirido peças de suas máquinas retiradas para limitar sua locomoção e guardadas no Arsenal de Marinha...

<sup>51</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 115; 150. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 241. Posição do afundamento: 03°16' N-29°10' W.

<sup>52</sup> Posição do afundamento: 08°11' S-33°0' W.

<sup>53</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 151-156. O *Minieh* foi afundado em: 07°45' S-31°W. O *Netherby Hall* em: 07°37' S-30°W. Os britânicos perderam outro navio na costa de Pernambuco em junho, por acidente: o *Florida*, rebocador comprado na Argentina para se tornar caça-minas. Os sobreviventes deram à Praia do Farol, em Olinda. Ainda o naufrágio do Rebocador inglês *Florida*. *Jornal do Recife*. Recife, 1 de julho de 1917, p. 4. O naufrágio é hoje visitado por mergulhadores: FERRARI, M. De. O naufrágio do *Florida*. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufreboque.htm>> Acesso em: 2 de maio de 2016. A pirataria alemã nas costas do Brasil. *A Razão*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1917, p. 05.

<sup>54</sup> Posições de afundamento: *Jean*: 01°04' N-28°22' W; *Staut*: 27°54' S-25°17' W. CHATTERTON, E. K. *Op. cit.*, p. 240. DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 160-163.

<sup>55</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. zu. *Op. cit.*, p. 164. Posição do afundamento: 21°02' S-31°45' W.

<sup>56</sup> Um escaler e destroços do *Brecknoshire* deram às praias de Maxambomba, Peró e Armação, em Cabo Frio, em maio. Naufrágio? *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1917, p. 6. DOHNA-SCHLODIEN, B. N. Zu. *Op. cit.*, p. 168-171. Posição dos afundamentos: 21°10' S-33°31' W; 21°S-33°41' W; 17°33' S-34°02' W.

<sup>57</sup> DOHNA-SCHLODIEN, B. N. Zu. *Op. cit.*, p. 172-174. O livro de quartos do *Edinburgh Castle* dá uma descrição burocrática do entrevero: um navio é avistado, perdido de vista e depois é abordado o Mercante britânico *Hermione*: *Royal Navy Log Books of the World War 1 Era*. Disponível em: <<http://www.naval-history.net/OWShips-LogBooksWW1.htm>> Acesso em 1 de junho de 2016.

<sup>58</sup> LÜCKNER, Felix Graf, Conde von. *O Último Corsário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1934, p. 224.

<sup>59</sup> LÜCKNER, Felix Graf, Conde von. *Op. cit.*, p. 224-237. Além da máquina de fumo e magnésio, o *Seeadler* tinha outras peculiaridades: um marinheiro travestido de mulher ("*Jeanette*": para simular a esposa do comandante quando o navio se passou por norueguês e chamar a atenção dos outros navios, quando se simulavam incêndios) e o uso de uma bandeira pirata vermelha com uma caveira branca, nas abordagens. Posição dos afundamentos: 08°N-25°W; 03°10' N-27°46' W; 07°N-30°W; 05°16' N-31°W; 06°N-35°W; 04°32' N-31°18' W; 05°N-31°W; 01°17' N-28°W; 02°20' S-26°30' W.

<sup>60</sup> Ousadas façanhas de um corsário alemão no Atlântico Sul. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1917, p. 6.

<sup>61</sup> Idem, ibidem.

<sup>62</sup> As vítimas do *Seeadler* na legação francesa. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1917, p. 5. O primeiro navio brasileiro torpedeado foi o *Rio Branco* em 3 de maio de 1916, no Mar do Norte pelo *UB-27*: mas como havia sido vendido irregularmente para o armador norueguês Lorentzen e só havia um brasileiro naturalizado na tripulação, isso dissipou a comoção que o fato pudesse causar. Em dezembro, outro navio brasileiro irregular de Lorentzen, o *Rio Pardo*, foi confiscado pelos alemães.

<sup>63</sup> Sobre o caso: ARAÚJO, J. G. Canhoneira *Eber* em Itapagipe. A batalha que não houve – 26/10/1917, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, vol. 94, 1998, p. 117-138.

<sup>64</sup> ALEXANDER, R. *O navio fantasma*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 214-222.

<sup>65</sup> Posição do afundamento: 17°S-30°N.

<sup>66</sup> REIS, S. Poyares dos (*et alli*). *Carl Hoepcke: a marca de um pioneiro*. Florianópolis: Insular, 1999, p. 274-275. Exposição apresentada pelo Capitão de Mar e Guerra Henrique Boiteux sobre os processos de conquista de territórios empregados pela Alemanha, datado de 19 de outubro de 1914; anexo ao *Aviso do Ministro da Marinha 4796*, de 23 de outubro de 1914.

<sup>67</sup> *Aviso do Ministro da Marinha 573*, de 6 de fevereiro de 1918. Uma pequena frota "Boche" ocupada pelo Brasil. *A Razão*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1918, p. 1. O caso Hoepcke em Santa Catarina. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1917, p. 6. Os prisioneiros no *Igotz Mendi* nada viram sobre um possível encontro entre o *Max* e o *Wolf*, pois, logo após a passagem de ano, os navios se separaram por alguns dias.

<sup>68</sup> O serviço de contraespionagem aventou a hipótese de que os anarquistas "estejam trabalhando por alemães": QUEIROZ, T.H.S. *Op. cit.*, p. 89.

# A perda do Encouraçado *Britannia* e a Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918: fatos e controvérsias\*

## The loss of the Battleship HMS *Britannia* and the Brazilian Naval Division in 1918: facts and controversies

### Francisco Eduardo Alves de Almeida

*Capitão de Mar e Guerra, professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos – PPGEM – da Escola de Guerra Naval. É um dos organizadores deste dossiê da Revista Navigator. Graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui o pós-doutoramento pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*

### RESUMO

Em nove de novembro de 1918 os britânicos sofreram a sua última grande perda da guerra, o afundamento do Encouraçado *Britannia* por torpedeamento, morrendo na ocasião cerca de 50 militares. Segundo a historiografia naval brasileira, esse grande navio estaria aguardando a chegada da Divisão Naval Brasileira, a chamada DNOG, em frente a Gibraltar para orientar a entrada dessa divisão nesse porto. O que se pretende discutir neste artigo inicialmente são as contingências desse afundamento sob o ponto de vista de três atores principais nesse trágico evento, o do próprio encouraçado britânico, o do Submarino alemão *UB-50* que o torpedeou e da DNOG que se dirigia para Gibraltar. Em uma segunda parte, pretende-se discutir se era essa a missão designada para o *Britannia*, escoltar a DNOG para a entrada em Gibraltar e como essa missão foi reinterpretada pelos historiadores navais brasileiros após o término da guerra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Primeira Guerra Mundial; Encouraçado *Britannia*; DNOG

### ABSTRACT

In november, 9th, 1918 the british suffered their last loss during the Great War, the sinking of the battleship *Britannia* by enemy torpedoes, dying about 50 seamen. According to the brazilian naval historiography this huge ship would be waiting for the arrival of the Brazilian Naval Division, called DNOG, in front of Gibraltar to guide the entrance of this division into the harbor. It is going to be discussed at first in this article the circumstances of that sinking in three different perspectives, from the british battleship, from the german submarine *UB-50* and the DNOG points of view. In a second part it is intended to discuss whether the mission accorded to *Britannia*, to escort DNOG into the harbor was really effective and how it was reinterpreted by the brazilian naval historians after the end of the Great War.

**KEYWORDS:** First World War; Battleship HMS *Britannia*; DNOG

\* Artigo recebido em 11 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 02 de maio de 2017.

## INTRODUÇÃO

No dia 9 de novembro de 1918 os britânicos sofreram um duro golpe, a perda de um grande navio que tivera uma importante participação na escolta dos comboios que transitavam no oeste africano, compondo o Nono Esquadrão de Cruzadores da Marinha Real britânica, o Encouraçado *Britannia*. Tão chocante quanto trágico, essa perda ocorreu apenas dois dias do fim do grande conflito mundial que ceifara milhões de vidas. Nesse evento, 50 marinheiros britânicos perderam suas vidas em frente a Gibraltar, apesar desse meio de combate estar escoltado por destróieres em plena luz do dia. O seu atacante fora o Submarino alemão *UB-50*, sob o comando de um destemido ousado e jovem oficial, o Tenente Heinrich Kukat.

Nesse dia, havia a previsão da chegada a Gibraltar da Divisão Naval Brasileira, a DNOG, que vinha de Dakar com quatro navios, sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin. Um atraso na chegada da Divisão e o alvo disponível para Kukat foi o venerável *Britannia*. Segundo a historiografia naval brasileira corrente, o *Britannia* estaria em frente a Gibraltar aguardando a chegada da Divisão brasileira para guiá-la na entrada daquele porto. Poderia a DNOG ter sido atacada por esse destemido submarinista inimigo? Essa é uma questão que balizará este artigo.

Pretende-se assim discutir inicialmente as ações que levaram ao afundamento do *Britannia* por torpedeamento pelo *UB-50* sob três pontos de vista: a dos componentes do *Britannia*, a dos oficiais e praças do Submarino alemão *UB-50* e dos tripulantes da DNOG. Em seguida, pretende-se analisar as contingências se a DNOG não tivesse atrasado a sua marcha em razão de avarias em rota para o ponto de encontro com o *Britannia* e se a historiografia naval brasileira está realmente correta em atribuir a missão ao *Britannia* de escoltar a DNOG para Gibraltar. Seria essa interpretação fato ou mito? Isso é o que será discutido.

## O ATAQUE E O AFUNDAMENTO DO *BRITANNIA*

Era um sábado, dia 9 de novembro de 1918. O Kaiser da Alemanha já abdicara e

a situação nos *fronts* de combate ocidental e oriental era de quase inatividade. Previa-se o fim da guerra para os próximos dias. Os alemães tinham sido derrotados e havia uma grande expectativa no ar para o término daquele longo conflito que ceifara a vida de milhões de combatentes e civis. A guerra finalmente estava terminando.

A Divisão Naval brasileira (DNOG) estava navegando há seis dias em direção a Gibraltar. Compunham a divisão, naquele momento, o Cruzador *Bahia*, agora o capitânia com o pavilhão do Contra-Almirante Fernando de Frontin, e os destróieres *Piahy*, *Parahyba* e *Santa Catharina*. O *Rio Grande do Norte* ficou para trás em razão de uma avaria no eixo de uma máquina que fizera “corpo com a bucha”. Os demais navios tiveram outras atividades que os deslocaram da derrota da DNOG. O Cruzador *Rio Grande do Sul* tivera uma avaria grave na tubulação dos condensadores e permaneceu para repará-la em Dakar. O Rebocador *Laurindo Pitta*, já sob o comando do Capitão-Tenente Clodoveu Celestino Gomes, recebeu ordem de regressar ao Brasil, pois seus serviços não eram mais necessários a partir daquela data em que a divisão se agregava ao comando aliado em Gibraltar. Esse navio, inclusive, foi imprescindível nas demoradas e perigosas fainas de carvoagem em alto-mar que demandaram muito tempo e consumiram a energia de todos os seus tripulantes. Foi um meio fundamental para a chegada a Dakar sem grandes incidentes, apesar da série de avarias ocorridas nos navios nas diferentes travessias. O Tênder *Belmonte*, por sua vez, foi requisitado pelo Governo francês para transportar trigo para outras paragens, o que provocou o seu desengajamento da Divisão.

O estado-maior de Frontin a bordo do *Bahia* recebeu o boletim de atividade submarina do Comando Aliado do dia 7 de novembro e nele foi informado existir um submarino nas imediações de Gibraltar. No boletim do dia 9, foi observado novo avistamento de submarino inimigo próximo a Gibraltar. A preocupação era visível em Frontin e nos seus oficiais do estado-maior.

Pouco antes, apesar da proibição de se fazer comunicação por radiotelegrafia, o *Bahia* foi chamado pela estação radio-

telegráfica do governador de Dacar. O governador francês insistiu na transmissão dessa mensagem urgente que provinha do governo de seu país. Não se sabe as razões para tal procedimento e o que continha a mensagem urgente. Ela foi recebida não só pelo *Bahia*, mas também por todos os destróieres da Divisão. Frontin determinou que não houvesse resposta de seu recebimento, cumprindo estritamente o que determinava o Comando Aliado de se manter silêncio rádio. Não houve, assim, resposta dos navios brasileiros. Outras estações radiotelegráficas aliadas na costa ocidental africana, compreendendo que essa mensagem devia ter grande importância para a condução da guerra submarina, passaram a transmitir e repetir continuamente a mensagem, o que se presume que tenha sido captada não só pelos navios e outras estações aliadas, mas também pelos submarinos inimigos que transitavam nas proximidades de Gibraltar e nas costas do Marrocos. Uma quebra de silêncio rádio que podia ter consequências gravíssimas para os navios aliados.

A DNOG recebeu uma ordem secreta antes de suspender de Dakar na qual foi especificado o ponto de encontro, o dia e a hora, com um navio aliado nas proximidades de Gibraltar. Esse navio aliado, normalmente um navio-patrolha ou navio-varredor, devia antes do encontro efetuar uma varredura antissubmarino e uma verificação da existência de minas submarinas nos canais de acesso ao porto. Pelas instruções, caso houvesse qualquer atraso na marcha da Divisão, o ponto de encontro seria transferido para o dia seguinte, no mesmo local e hora. Nessa ordem, não havia a designação do nome do navio para esse encontro. Por certo, um encouraçado não seria o melhor meio para esse encontro, pois uma varredura antissubmarino e antiminas teria melhor eficiência se o condutor fosse um navio mais leve e adequado para essa tarefa. A Divisão, por problemas na condução das máquinas, havia se atrasado para o ponto de encontro especificado em 24 horas, logo, no dia 9 de novembro, encontrava-se ainda muito afastada da entrada de Gibraltar.

Nesse dia 9, o *Oberleutenant zur See* (Primeiro-Tenente) Heinrich Kukat, comandan-

te do *UB-50*, navegava mergulhado ao sul do Cabo Trafalgar. A noite do dia anterior fora particularmente tensa, pois passara na superfície por Gibraltar sem ser detectado. Kukat recebeu ordem do Comandante de Submarinos para deixar a sua base em Cattaro e se dirigir a Kiel na Alemanha, pois presumia-se que o Armistício se aproximava inexoravelmente. Caso não fosse possível, tinha a autorização para se internar na Espanha neutra<sup>1</sup>. O *UB-50* foi subordinado a II Flotilha que operava com sucesso em apoio aos austríacos no Mediterrâneo. Sua ordem de operação especificava que devia seguir, o mais rápido possível, para Kiel, passando por Gibraltar e que não devia atacar qualquer navio mercante que encontrasse em sua derrota. A exceção era feita, se fosse encontrado um navio de guerra aliado que continuava a ser um alvo preferencial até a assinatura do Armistício. O Comando de Submarinos alemão tinha a certeza de que muitos navios de guerra aliados se congregavam em Gibraltar para dificultar a saída de submarinos alemães do Mediterrâneo, daí a cautela e cuidado que seus submarinos deviam ter ao passarem pelo estreito.

Heinrich Kukat era um jovem oficial de 27 anos de idade que ingressara na Marinha Imperial germânica em 1910. Foi designado comandante do *UB-50* em junho de 1918. Destemido e audaz, Kukat já recebera, por seus nove navios afundados, oito mercantes e um de guerra, as Cruzes de Ferro de 1ª e 2ª classes, além do *UB-50* ser o seu segundo comando no mar, sendo o *UC-20* o seu primeiro teste como comandante. Ele tinha total confiança no seu submarino. O *UB-50* deslocava 650 toneladas mergulhado, era armado com um canhão de 3.46 polegadas no convés e 10 torpedos que podiam ser disparados de cinco tubos. Sua velocidade máxima na superfície alcançava 13 nós e 8 nós mergulhado, sendo sua autonomia de 9000 milhas náuticas a uma velocidade de 5 nós. Podia mergulhar até 50 metros de profundidade. Sua motivada tripulação era composta de três oficiais e 31 praças. Tudo lhe era favorável naquele 9 de novembro. Passara com segurança em Gibraltar, o mar estava calmo e a visibilidade

era excepcional. Faltava apenas um navio de guerra inimigo para aumentar a sua sorte. E ele surgiu no horizonte.



Oberleutenant Heinrich Kukat, responsável pelo afundamento do *Britannia*  
Fonte: <<http://uboat.net/wwi/men/commanders/165.html>>

Pouco antes das sete horas da manhã, Kukat avistou em seu periscópio um grande navio que lhe pareceu ser um encouraçado da classe *King Edward VII*, escoltado por dois destróieres, deslocando-se nas proximidades do Cabo Trafalgar a oeste da entrada de Gibraltar. Inicialmente, Kukat não acreditou na sua sorte. Era muito bom para ser verdade. O encouraçado avistado navegava a baixa velocidade, o que fa-

cilitava a resolução do problema do tiro torpédico. Resolveu então arriscar. Conduziu uma aproximação lenta para se posicionar favoravelmente para o lançamento de uma salva de torpedos. Tudo se encaminhava para o seu décimo afundamento e o segundo navio de combate atacado.

A bordo do Encouraçado *HMS Britannia*, pertencente à classe *King Edward VII*, a navegação era feita com cuidado, pois também recebera o boletim de guerra submarina alertando para a possibilidade de se encontrar submarinos inimigos naquelas paragens. O belo navio britânico fora incorporado em setembro de 1906. Sua classe era composta de oito navios que, por serem difíceis de governar quando em linha reta, eram chamados na Royal Navy “*The Wobbly Eight*”. O *Britannia* deslocava 16.350 toneladas, com capacidade de atingir uma velocidade máxima de 18,5 nós. Seu armamento era poderoso, quatro canhões de 12 polegadas em duas torretas duplas, uma a vante e outra a ré. Além desse armamento pesado, ele possuía quatro canhões de 9.2 polegadas, dez de 6 polegadas e diversos canhões menores<sup>2</sup>. Sua tripulação era composta de 770 militares.



Encouraçado *HMS Britannia* pouco antes do início da Grande Guerra  
Fonte: <[www.pinterest.com/pin/207376757818025990/](http://www.pinterest.com/pin/207376757818025990/)>

A história do *Britannia* fora até aqui muito movimentada. Após a incorporação, serviu no Atlântico e na Esquadra do Canal, vindo a permanecer mais tempo na chamada *Home Fleet* compondo o Terceiro Esquadrão de Batalha. Chegou a atuar no Mediterrâneo entre 1912 e 1913, antes do início da Grande Guerra. Permaneceu na *Home Fleet* até 1916 quando, em razão da sua impossibilidade de combater os encouraçados alemães de igual para igual, foi transferido para a Esquadra do Atlântico, compondo o Nono Esquadrão de Cruzadores com sede em Freetown, Serra Leoa. Ele era um velho conhecido dos tripulantes brasileiros da DNOG, pois com ele os navios da Divisão tiveram grande interação.

Não se pode dizer que o *Britannia* fosse um navio de sorte, muito pelo contrário. Três meses depois de ser incorporado ele já estava obsoleto em razão da incorporação do poderoso *Dreadnought*, tornando-se assim um Encouraçado *pré-Dreadnought* apesar de totalmente novo. No dia 14 de julho de 1910, ele colidiu com a Barca *Loch Trool* sofrendo algumas avarias<sup>3</sup>. Em 25 de janeiro de 1915, em plena guerra, foi atingido por um tiro do seu contraparte próximo a Firth of Forth, o Encouraçado *Africa* no qual morreu um tripulante. No dia seguinte, tal como perseguido pelo azar, ele encalhou na Ilha de Inchkeith e lá permaneceu por durante um tempo até ser rebocado para Davenport, onde reparou os grandes danos em seu casco.<sup>4</sup>

A função dos destróieres naquela manhã era proteger o *Britannia* de qualquer intercorrência. O comandante do encouraçado era o *Captain* (capitão de mar e guerra) Francis W. Caulfield. Nascido em 1872, possuía 46 anos de idade e muita experiência no comando de grandes navios. Foi promovido a capitão de mar e guerra em 1908. Anteriormente, comandara o cruzador protegido *HMS Fox*, em 1912, e o Encouraçado *pré-dreadnought HMS Venerable*, um gigante de 15.000 toneladas. No *Venerable*, Caulfield havia combatido no Adriático em apoio aos italianos. Comandante do *Britannia* desde abril de 1917, ele era um comandante extremamente rigoroso. Quando em águas africanas, determinou a tripulação do *Britannia* que se uniformizasse como se estivesse no Mar do Norte com jaquetão escuro. Nos ou-

tros navios do Nono Esquadrão de Cruzadores, os comandantes autorizaram o uso de shorts e camisas mais confortáveis em razão das altas temperaturas encontradas na região<sup>5</sup>. Por seus métodos draconianos, Caulfield não era estimado por seus oficiais e praças. O encontro entre Caulfield e Kukat encaminhava para um desfecho dramático.

Kukat se aproximou do *Britannia* e continuou sem ser detectado. O mar continuava calmo e a visibilidade perfeita. A ansiedade tomava conta de todos no submarino. O silêncio era total. Com calma, Kukat determinou o lançamento de uma salva de três torpedos em sequência. Tudo estava pronto para o tiro. Eram 8h07minutos da manhã clara de 9 de novembro de 1918 quando a salva foi disparada. Kukat acompanhava do periscópio e imediatamente determinou o mergulho do submarino para a maior profundidade possível, 50 metros. Os dois primeiros torpedos passaram fora do alvo, no entanto o terceiro atingiu o *Britannia* no través de bombordo. Kukat escutou uma enorme explosão às 08h08min e a alegria tomou conta de todos os seus 34 tripulantes.

A bordo do *Britannia* foi tocado “postos de combate” e imediatamente os grupos de controle de avarias entraram em ação, com o fim de limitarem o alagamento por bombordo. Os destróieres de escolta passaram a contra-atacar na posição provável de onde tinham sido lançados os torpedos. O *UB-50* já tinha mergulhado fundo e se preparou para as cargas de profundidade que foram lançadas pelos destróieres.

Minutos se passaram e o navio adquiriu uma inclinação a bombordo de dez graus, fruto do alagamento provocado pelo rombo do casco. Algum tempo depois, nova explosão a bordo do *Britannia*. O paiol de munição de 9.2 polegadas explodiu e o cordite da munição foi detonado. Com essa explosão toda a eletricidade de bordo foi cortada. As chances de salvamento do navio diminuía drasticamente. Os grupos de controle de avarias continuaram a tentar isolar o alagamento que se alastrava no navio. Além do alagamento, a fumaça provocada pela explosão intoxicava muitos tripulantes. Esses grupos de salvamento procuraram desesperadamente as válvulas de alagamento do paiol,

de modo a estancarem uma nova explosão, assim como a fumaça que se espalhava perigosamente pelo navio, trazendo a morte para muitos tripulantes.

Caulfield continuava dirigindo as ações do passadiço e, a cada fracasso, em limitar os danos pelos seus grupos de controle de avarias, mas percebia a situação crítica em que se encontrava o seu navio. Por cerca de três horas, os grupos combateram o alagamento e o incêndio. Tentou-se inclusive o seu reboque pelos destróieres que o acompanhavam sem sucesso.

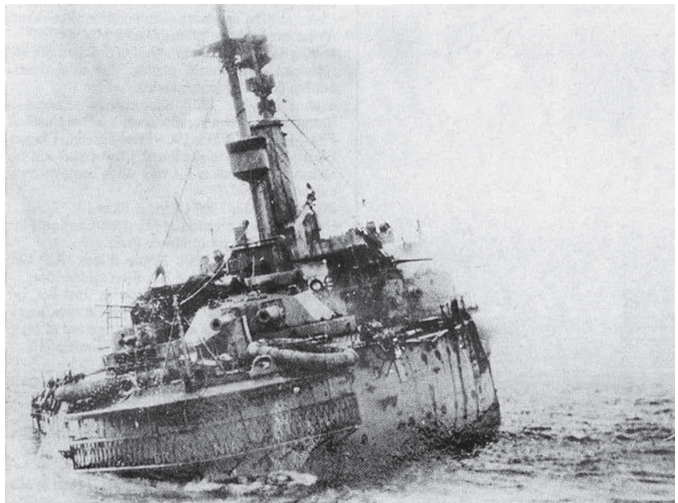
Kukat, ainda mergulhado, percebeu que os destróieres tinham se afastado e se dirigiram para apoiar o *Britannia* em seu combate para sobreviver. Resolveu então emergir para avaliar os danos provocados no seu alvo. Na profundidade, de periscópio, percebeu a extensão das avarias do encouraçado e alegremente comentou com os seus oficiais e praças o resultado do ataque. Nesse momento, ele foi percebido pela artilharia do *Britannia*, que abriu fogo contra o local onde se encontrava o periscópio. O encouraçado estava ferido de morte, mas ainda reagia valorosamente.

Kukat determinou, então, o mergulho em emergência e se afastou definitivamente do local do ataque. Conseguiu o seu décimo triunfo e o segundo navio de guerra inimigo atingido. O destino fez com que sobrevivesse à guerra. Veio Kukat a ser morto em Bottrop, no Ruhr, no ano de 1920, quando liderava um grupo de *Freikorps* que lutava contra os comunistas na confusa Alemanha pós-guerra. Estava ao lado de seu amigo e maior ás dos submarinistas da Grande Guerra, Lothar Von Arnold de la Periere. Morreu na guerra civil que ocorreu na Alemanha após a derrota de 1918 com apenas 28 anos. Triste destino de um comandante destemido.

Enquanto Kukat se afastava do local do ataque, Caulfield percebeu que seu navio afundaria a qualquer momento. Não restava qualquer alter-

nativa, senão ordenar a evacuação do *Britannia*. Os destróieres que se encontravam próximos do encouraçado se aproximaram para recolher os sobreviventes. Assim, por volta de um pouco antes das 10 horas começou a retirada dos tripulantes do grande encouraçado. Como manda a tradição naval, Caulfield foi o último a deixar o seu navio. O *Britannia* veio a afundar depois de três horas de combate contra as chamas e o alagamento, apesar das tentativas de salvamento<sup>6</sup>. Morreram 52 homens e 80 ficaram feridos, a maioria intoxicada pelos gases emanados da explosão de cordite. Sobreviveram 39 oficiais e 673 praças. Muitos dos mortos foram enterrados em Gibraltar, local onde 113 anos antes seus conterrâneos haviam sido sepultados após a Batalha de Trafalgar, na qual Nelson perdeu sua vida.

O Comandante Caulfield teve, posteriormente, que enfrentar uma corte marcial pela perda de seu navio, fato normal quando esse tipo de sinistro ocorre. Depois de muitos meses de inquirições e investigações, ele foi ilibado de qualquer dolo pela perda do *Britannia*, vindo a prosseguir sua carreira normalmente. Chegou a comandar diversos navios da Armada Real britânica logo após o conflito. Foi promovido a *Rear-Admiral* (contra-almirante) em fevereiro de 1920 e transferido para a Reserva no mesmo mês. Caulfield veio a falecer em 1947 como vice-almirante na Reserva<sup>7</sup>.



Imagens do afundamento do *Britannia* próximo a Gibraltar  
Fonte: <commons.wikimedia.org>

## AS EXPLICAÇÕES, FATOS E CONTROVÉRSIAS

Prado Maia indicou que, por ter a DNOG se atrasado ao ponto de encontro com o navio aliado que o escoltaria a Gibraltar, o *Britannia* e seus destróieres de escolta é que foram atacados pelo *UB-50*. Prado Maia dá a entender que a Divisão brasileira escapou do afundamento em razão do atraso de sua marcha para Gibraltar. Supõe também que os sinais de chamada radiotelegráficas das estações africanas ocidentais tenham “dado conhecimento aos submarinos inimigos da rota e provável data de nossa aproximação e chegada a Gibraltar”<sup>8</sup>, provocando uma concentração de submarinos inimigos próximos ao estreito para atacar a divisão brasileira. O *Britannia* é que sofreu as consequências que seriam da DNOG, concluiu Prado Maia.

Dentro da mesma ideia, Francisco Teixeira Vinhosa afirmou que, “em outro engano, ou mesmo o fato de haver se atrasado por 24 horas para um encontro com o Encouraçado inglês *Britânia*, para entrarem juntos em Gibraltar e no ponto de encontro o *Britânia* haver sido posto a pique por um submarino alemão”.<sup>9</sup> Tal afirmativa repetiu simplesmente Prado Maia.

O pesquisador Carlos Daróz indicou que o *Britannia* estava “escalado para escoltar a DNOG no trecho final de sua rota”<sup>10</sup> e que como tal foi atacado e afundado em seu posto de espera. Guilhobel também apontou que o *Britannia* era o navio que deveria encontrar a DNOG na sua entrada em Gibraltar<sup>11</sup>. Como um contraponto, Helio Leoncio Martins não afirmou que o *Britannia* lá estava para receber a DNOG, dizendo apenas que “o dia marcado para a chegada da DNOG e do capitânia da força inglesa à qual ela se subordinava, o *Britânia* seria 9 de novembro ou em caso de atraso, 10”. O *Britânia*, tendo sido o “primeiro a chegar”, foi atacado e afundado<sup>12</sup>. Em nenhum momento mencionou o *Britannia* como navio indicador de entrada no porto para a DNOG. Por fim, Saldanha da Gama, depois de ampla pesquisa em arquivos europeus, afirmou que o *UB-50* afundara o *Britania* que “estava no local onde deveriam passar os navios nacionais”<sup>13</sup> Complementou dizendo que esta-

va um destróier norte-americano encarregado de receber a DNOG.

Pelas pesquisas realizadas no inquérito da perda do *Britannia*<sup>14</sup> pode-se perceber que não existe nenhuma menção na ordem de movimento desse encouraçado ao encontro com a divisão brasileira, nem a tarefa de escoltá-la até Gibraltar. A missão atribuída a aquele grupo de navios, o encouraçado e seus navios-escolta, era a proteção de comboios e patrulha na zona de entrada do Mediterrâneo, que sabia-se estar sendo navegada por submarinos inimigos. Dessa maneira, tende-se a concordar com Arthur Oscar Saldanha da Gama e Helio Leoncio Martins de que o encouraçado *Britannia* estava no lugar errado e na hora errada.

Embora reconheça como possível a explicação de Prado Maia e Guilhobel, protagonistas do evento e de Vinhosa e Daróz, prefiro outra interpretação mais apropriada às circunstâncias locais e temporais. Desde o final de outubro e início de novembro, os navios e unidades aliados estavam recebendo informes dos boletins de guerra submarina de que existiam submarinos inimigos nas proximidades de Gibraltar. No dia 27 de outubro, um submarino inimigo atacou o Vapor norte-americano *Brindella* em frente a Gibraltar e especificamente no dia 7 de novembro foi observado um submarino nas imediações do estreito. Podia ser o mesmo que atacou o navio mercante norte-americano no dia 27 de outubro. Além disso, Gibraltar era um ponto focal de passagem e chegada de navios que saíam do Mediterrâneo e a ele demandavam. As mensagens transmitidas pela estação francesa estavam disseminadas em código e os alemães não tinham quebrado os códigos aliados, pelo menos assim supunha o Comando Aliado. Por certo, aquela região era perigosa tanto para os navios mercantes aliados, como para os submarinos inimigos, por ser intensamente patrulhada. As mensagens em código não vieram aumentar ou diminuir a periculosidade da área, pelo menos não foi percebida qualquer alteração na concentração inimiga na região, segundo os boletins disseminados<sup>15</sup>.

Em segundo lugar, não parece razoável imputar a disseminação de mensagens



em código das estações francesas da África como um chamamento de submarinos para a área de Gibraltar, como apontado por Prado Maia<sup>16</sup>, em razão principalmente da situação nas frentes de combate quando o Exército alemão estava batido e o Armistício ocorreria em uma questão de horas. Não pode ser esquecido que o Comando de Submarinos alemão determinara a todas as suas unidades subordinadas que se refugassem em Kiel ou se internassem na Espanha, para o caso de submarinos que se encontrassem no Mediterrâneo ou no Atlântico oriental próximo às costas francesa e portuguesa.

Deve ser lembrado que outro submarino da Flotilla Polla (II Flotilha) fora destruído no dia 9 de novembro de 1918 nas imediações de Gibraltar, tentando se evadir do Mediterrâneo em direção a Kiel, na Alemanha, exatamente como Kukat fizera. Tratava-se do *U-34*, sob o comando do Kapitän Leutenant (Capitão-Tenente) Johannes Klassing de 36 anos de idade, um experiente e bem sucedido comandante de submarino com 44 navios afundados, detentor das Cruzes de Ferro de 1ª e 2ª Classes e da Ordem da Casa Real de Hohenzollern. Ao tentar sair do Mediterrâneo, foi interceptado pelo HMS *Privet* e afundado por cargas de profundidade. Existe também a possibilidade de ele ter sido afundado no mesmo dia pelo Destróier norte-americano *Parker*, que realizou um ataque próximo ao local de onde se prevê que o *U-34* tenha sido atacado pelo *Privet*.<sup>17</sup> Não se tem certeza qual dos navios teve a seu crédito o *U-34*, pois toda a tripulação do submarino pereceu na ação. Segundo percebeo, o encontro do *UB-50* com o *Britannia* fora acidental e Kukat não perdeu a chance de atacá-lo, pois por ser um navio de guerra estava autorizado a agir. Suas chances de afundamento eram grandes e sua posição era favorável ao ataque torpédico.

Um terceiro ponto que deve ser lembrado é que a DNOG se aproximava com um rumo vindo do sul, possivelmente um rumo aproximado 010 ou 030. O ponto de encontro se daria com um navio-patrolha ou destróier na entrada do estreito, próximo do Cabo Spartel. O ponto de afundamento do *Britannia* estava a uma distância de cerca de 11 milhas a

norte-noroeste desse cabo, a meia distância do Cabo Trafalgar. O *UB-50* estava se afastando do estreito em direção noroeste para tangenciar Trafalgar e dali seguir direto em uma direção norte. Poderia esse submarino atacar a DNOG se essa se aproximasse do sul no dia 9 de novembro? Sim, poderia, no entanto parece que Kukat foi atraído pelas grandes dimensões daquele alvo tentador que era o Encouraçado *Britannia*, protegido por apenas dois destróieres da escolta.

Quanto a atacar um cruzador ligeiro, escoltado por três destróieres, tenho minhas dúvidas, ainda mais porque a divisão se aproximava vindo da direção sul para a entrada no estreito. A posição de Kukat em direção ao norte deveria ser alterada, de modo a obter uma boa resolução de tiro, o que demandaria tempo e poderia ser perigoso à luz do dia e da forte escolta brasileira ali presente. A sua velocidade mergulhada era baixa como já apontado. O *Britannia* estava à feição, vindo de uma escolta de comboios, com baixa velocidade e pronto para ser atacado. Não se pode afirmar que Kukat desistiria de tentar um ataque contra os navios brasileiros, no entanto, parece-me que o risco com aquela ação seria grande. Seja como for, correlacionar o ataque ao *Britannia* a um possível ataque à Divisão, por parte do *UB-50*, caso ela não se tivesse atrasado ao ponto de encontro, seria um caso de pura especulação. Melhor acreditar nos casos fortuitos da guerra. O *Britannia* estava em local errado na hora errada e o *UB-50* no local certo e na hora certa. Se a DNOG estivesse a 11 milhas a NNW do Cabo Spartel no dia 9 de novembro poderíamos ter outras contingências ou outros resultados. Assim é a guerra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da DNOG no esforço de guerra aliado tem sido pouco discutido na historiografia naval brasileira. Os motivos são diversos: desinteresse dos pesquisadores com temas militares; dificuldade de se encontrar pesquisadores que compreendam a "linguagem" naval que reconheço é específica e muitas vezes incompreensível; falta de programas de pós-graduação no meio universitário voltados aos assuntos

de história militar e, por fim, a exclusividade de pesquisadores ligados a Força Militar que muitas vezes publicam a chamada história institucional com todo o ônus que tal visão proporciona no meio acadêmico de história no Brasil.

É justo mencionar que em países mais desenvolvidos em termos investigativos, como o Reino Unido, Estados Unidos da América e França, o pesquisador militar acadêmico possui reconhecimento institucional e acadêmico, diferentemente do que ocorre aqui no Brasil com os pesquisadores militares nacionais.

No estudo da participação da DNOG na Grande Guerra, o afundamento do *Britannia* no dia 9 de novembro de 1918 tem sido pouco discutido. Não existe nenhum trabalho publicado que trate desse evento, sendo esta investigação a primeira a ser conduzida para esse propósito. Sua relação com a DNOG tem sido motivo de especulação e de pouco debate. Haveria alguma relação entre esses dois eventos, o afundamento do *Britannia* e a DNOG?

Parece, em princípio, não existir uma correlação direta entre esses dois eventos, a não ser o conhecimento existente entre o *Britannia* e a DNOG por terem operado próximos no mesmo teatro africano ocidental nos meses anteriores. Os tripulantes se conheciam e cooperavam no setor Freetown/Dakar, somente isso.

O afundamento do *Britannia* foi um fato fortuito e um golpe de sorte para os alemães e de azar para os britânicos. Sobre a possibi-

lidade de ataque a DNOG caso o *Britannia* lá não estivesse é motivo apenas de especulação. Tende-se em princípio a desconsiderar o ataque do *UB-50* a DNOG pela natural dificuldade em se posicionar para o tiro torpédico e pela missão recebida por Kukat que era o internamento. Possivelmente o ataque a DNOG “não valesse a pena” pelo perigo que o submarino deveria passar. No entanto, é apenas uma especulação que merece no futuro maiores investigações.

Seja como for, a história da DNOG merece ser reescrita e recontada, de modo a que compreendamos o que aqueles tripulantes passaram em nome da Marinha e do Brasil. Esses homens merecem que suas histórias sejam contadas.

## AGRADECIMENTOS

Esse artigo é parte pequena de uma pesquisa mais robusta realizada em 2015 e 2016 que tinha o propósito de investigar a atuação da DNOG na Europa, após o fim do conflito em, 1919. Ela compôs parcialmente os requisitos necessários para o atendimento de estágio pós-doutoral realizado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Professor Doutor Almirante António Manuel da Silva Ribeiro.

Dedico finalmente este trabalho aos mortos do *Britannia* e aos componentes da DNOG que ofereceram suas vidas aos seus respectivos países em um período trágico da história mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Relatório de Pesquisa relativo ao atendimento dos requisitos necessários a aprovação do Estágio de Pós-Doutoramento no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Lisboa*. Lisboa: ISCSP, 2016, p. 158.

ARCHIBALD, E.H.H. *The Metal Fighting Ship in the Royal Navy 1860-1970*. New York: Arco, 1971.

BEST, Nicholas. *The Greatest Day in History*. New York: Public Affairs, 2008.

BURT, R.A. *British Battleships 1889-1904*. Annapolis: USNI, 1988.

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2016.

GIBSON, R.H; PRENDERGAST, Maurice. *Histoire de La Guerre Sous-marine 1914-1918*. Paris: Payot, 1932.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

GUILHOBEL, Renato de Almeida. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973.

MAIA, João do Prado. *DNOG uma página esquecida da História da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1961.

MARTINS, Helio Leoncio. *História Naval brasileira*. V5, t 1b, Rio de Janeiro: SDM, 1997.

THOMPSON, Julian. *The Imperial War Museum Book of the War at Sea 1914-1918*. London: Pan, 2006.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> BEST, Nicholas. *The Greatest Day in History*. New York: Public Affairs, 2008, p. 112.

<sup>2</sup> ARCHIBALD, E.H.H. *The Metal Fighting Ship in the Royal Navy 1860-1970*. New York: Arco, 1971, p. 67.

<sup>3</sup> Ver [www.wartimesmemoriesproject.com/greatwar/ships/view.php?pid=1451](http://www.wartimesmemoriesproject.com/greatwar/ships/view.php?pid=1451). Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

<sup>4</sup> BURT, R.A. *British Battleships 1889-1904*. Annapolis: USNI, 1988, p. 251.

<sup>5</sup> THOMPSON, Julian. *The Imperial War Museum Book of the War at Sea 1914-1918*. London: Pan, 2006, p. 37.

<sup>6</sup> O autor teve acesso a documentação referente ao inquérito sobre o afundamento do HMS *Britannia* no National Archives em Kew, Surrey no Reino Unido. O arquivo pesquisado leva o título ADM 137/3357.

<sup>7</sup> A documentação referente ao Comandante Caufield também foi pesquisada no National Archives e leva os números arquivísticos ADM 196/43/233 e ADM 196/89/53. Caufield foi promovido aos postos de oficial general na Reserva.

<sup>8</sup> MAIA, João do Prado. *DNOG uma página esquecida da História da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: SDGM, 1961, p.100.

<sup>9</sup> VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015, p. 169.

<sup>10</sup> DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, p. 168.

<sup>11</sup> GUILHOBEL, Renato de Almeida. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973, p. 123.

<sup>12</sup> MARTINS, Helio Leoncio. *História Naval brasileira*. V5, t 1b, Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 273.

<sup>13</sup> GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982, p. 156.

<sup>14</sup> Arquivo ADM 137/3357 existente no National Archives em Kew Surrey no Reino Unido.

<sup>15</sup> Tive acesso no Arquivo Histórico da Marinha de Portugal aos Boletins de Guerra Submarina dos Aliados (*Bulletin de La Guerre Sous-Marine*) nos meses de agosto a novembro de 1918. Eles estão em perfeitas condições de pesquisa. Agradeço especialmente a Prof<sup>a</sup> Dra Maria Isabel Beato, Diretora do Arquivo e seus auxiliares Amandio Silva e Rui Manoel Marques pelo auxílio inestimável durante a minha pesquisa.

<sup>16</sup> MAIA, Op.cit, p.100.

<sup>17</sup> Ver [www.uboatnet/wwi/boats/index.html?boat=34](http://www.uboatnet/wwi/boats/index.html?boat=34). Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

# A Primeira Guerra Mundial nas escolas: currículos e livros didáticos\*

## World War I in Schools: Curriculum and Textbooks

### Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

*Doutor em História Social (UFRJ), mestre em Educação (UERJ), bacharel e licenciado em História (UERJ), professor de História do Colégio Pedro II/Campus Engenho Novo II e coordenador da Especialização em Ensino de História do Colégio Pedro II.*

### Carolina Mary Medeiros

*Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, bacharel e licenciada em História pela UFRJ, professora em regime de dedicação exclusiva do Colégio Pedro II, do Departamento de História do Campus Engenho Novo II e membro do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades (NUTH) do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades do Campus Engenho Novo II.*

### RESUMO

No ano de 1914, tinha início a Primeira Guerra Mundial. Há cem anos, o Brasil participava deste grande acontecimento que modificaria, sem dúvida alguma, a história mundial. Apesar da grande relevância, pouco se tem estudado sobre o tema, sobretudo, a participação do Brasil neste processo. Se na historiografia o tema é raro, o mesmo ocorre com o ensino de História. Neste artigo, analisamos dois livros didáticos utilizados no Colégio Pedro II, bem como o programa da disciplina de História do colégio em relação ao tema. Verificamos que, seja nos livros didáticos, seja no programa, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e suas consequências é uma temática ora silenciada, ora analisada de forma restrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** livros didáticos, ensino de História, Primeira Guerra Mundial

### ABSTRACT

In the year 1914, World War I began. A hundred years ago, Brazil participated in this great event that would undoubtedly change world history. Despite the great relevance, little has been studied on the subject, mainly, the participation of Brazil in this process. If in historiography the theme is rare, so does history teaching. In this article, we analyze two didactic books used in the Colégio Pedro II, as well as the program of the discipline of History of the college in relation to the theme. We verified that in the textbooks, or in the program, the participation of Brazil in World War I and its consequences is a theme now silenced, now analyzed in a restricted way.

**KEYWORDS:** textbooks, teaching History, World War I

---

\* Artigo recebido em 21 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 03 de maio de 2017.

Há pouco mais de cem anos, eclodia a Primeira Guerra Mundial (denominada, à época, a Grande Guerra), conflito que, ao longo de quatro anos (1914/1918), ceifou milhões de vidas e envolveu as principais potências militares da época, organizadas em torno de duas alianças políticas antagônicas (de um lado, França, Reino Unido e Rússia; do outro, Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano), cada uma destas alianças possuía, ainda, outros Estados aliados.

O conflito, iniciado em terras europeias, alastrou-se para outras partes do mundo, notadamente África, Oriente Médio e Oceano Atlântico. Assim, enquanto no continente africano os europeus lutavam a partir de suas possessões, na Ásia a guerra travava-se entre as populações árabes e as Forças otomanas; no que se refere aos conflitos marítimos, contrapuseram, basicamente, a Marinha alemã à Armada britânica e seus aliados, notadamente, a partir de 1918, os EUA e forças latino-americanas.<sup>1</sup>

O rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha ocorreu apenas em 11 de abril de 1917, após ataques germânicos a navios mercantes brasileiros. A declaração de guerra se deu em 26 de outubro de 1917, após o afundamento do Mercante *Macau*, três dias antes.

Declarado o estado de guerra, a participação brasileira se limitou no envio ao *front* ocidental, em 1918, de um grupo de aviadores (do Exército e da Marinha) que foram integrados à Força Aérea Real britânica, e de um corpo médico-militar composto por oficiais e sargentos do Exército, que foram integrados ao Exército francês, tendo seus membros prestado serviços na retaguarda, e participado de combates no *front*. À Marinha brasileira coube a maior participação das Forças Armadas brasileiras, com o envio de uma Esquadra com a incumbência de patrulhar a costa noroeste da África a partir de Dakar, e o Mediterrâneo desde o Estreito de Gibraltar, evitando a ação de submarinos inimigos e em atividades de patrulha no Oceano Atlântico, auxiliando as demais Forças Navais aliadas.

De todo modo, o esforço de guerra brasileiro não parece ter acarretado grande impacto popular, em função da situação interna do País na época da Primeira Guerra Mundial; isto talvez ajude a elucidar o moti-

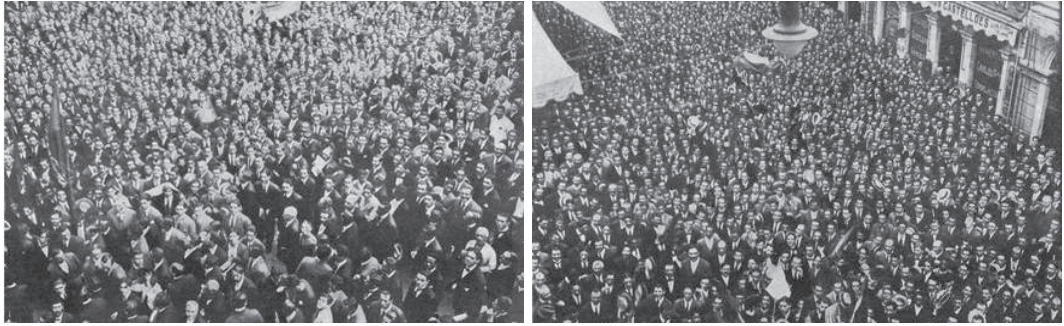
vo de semelhante tema não atrair tantos estudiosos brasileiros, nem tampouco provocar entusiasmo social. Em 26 de outubro de 1917, o governo brasileiro declarava guerra às potências centrais, sobretudo à Alemanha que havia, no mesmo ano, em abril e em maio, bombardeado navios brasileiros.

Em fevereiro daquele ano, o Cargueiro *Paraná* foi torpedeado quando transportava 4,5 toneladas de café brasileiro. O afundamento do Cargueiro *Paraná* teve peso decisivo na mobilização da opinião pública brasileira a favor da entrada do Brasil na guerra. País essencialmente agrícola, ao ver torpedeado um navio que transportava café, seu principal produto de exportação, que tinha no Estado de São Paulo seu maior produtor. Fato significativo diante das exportações do café brasileiro, que permaneceram em queda durante todo o conflito mundial. Além dos prejuízos financeiros com as exportações, as importações de industrializados diminuíram, forçando o governo a estimular a produção nacional através de incentivos fiscais. Toda essa crise recaía na arrecadação do governo que, como de costume, não titubeou em repassar os prejuízos ao cidadão brasileiro que via seus impostos aumentarem.

Porém, para Valterian Braga Mendonça, estes fatores não foram causadores diretos da entrada do Brasil na Guerra. Para o cientista político, acabou contando como fator mais decisivo o direcionamento adotado pelos Estados Unidos e seguido pelo Governo brasileiro, sobretudo a partir da posse de Nilo Peçanha para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, assumindo uma posição mais beligerante e alinhada aos Estados Unidos da América. O autor destaca ainda as pressões da opinião pública favorável à entrada do Brasil no conflito, muito estimulada pelos jornais que também assumiram este posicionamento, além do vínculo das elites brasileiras com as culturas de países europeus envolvidos no conflito, como Inglaterra e França. Argumentos comprovados pelas manifestações em São Paulo favoráveis ao conflito.

Segundo Valterian Braga Mendonça,

O Brasil seguiu os passos ados dentro de razoável defasagem no tempo. Para sair da situação de neutralidade e alcançar a de be-



Protesto no centro de São Paulo contra o torpedeamento do Navio *Paraná*, por parte dos alemães, em 1917  
FONTE: [http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918\\_14.html](http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918_14.html)

ligerância, o Brasil passou antes pelo estágio de rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, pela quebra de neutralidade em favor dos Estados Unidos, seguida da quebra de neutralidade em favor dos Aliados. Em cada uma destas fases, destacam-se alguns fatores como determinantes para a mudança à etapa seguinte.

A versão oficial assevera que o Brasil ingressou na guerra devido ao afundamento de seus navios mercantes por submarinos alemães. Porém, tal motivo não teria sido forte o bastante para justificar decisão de tal magnitude. A tonelagem e o valor das mercadorias brasileiras afundadas por submarinos alemães eram de pequena monta, relativamente ao volume e valores totais comercializados anualmente pelo Brasil, que já havia tido grandes volumes de cargas e valores apreendidos em portos da Inglaterra e da França pelo War Trade Department, sem que tais ações tivessem sido motivo para declaração de beligerância. O número de três navios mercantes afundados (*Paraná*, *Tijuca* e *Lapa*) também não teria sido motivo justo para o ingresso do Brasil numa guerra europeia. A Argentina, em decorrência do afundamento de idêntico número de seus mercantes, suspendeu as viagens à Europa. A Noruega, país eminentemente marítimo, decidiu, a despeito dos riscos, manter em operação suas linhas de navegação. Veio a perder mais da metade de sua frota mercante, afundada por submarinos alemães, mas conservou sua neutralidade, preferindo

recorrer à diplomacia para reaver seus prejuízos ao final do conflito. A quantidade de navios brasileiros afundados era pouco expressiva, se comparada ao total da frota mercante nacional. Estas perdas poderiam ter sido negociadas sem o recurso à guerra, mormente quando nossa diplomacia já havia adquirido tradição e reconhecimento de eficiência na solução pacífica de crises, e a Alemanha oficialmente se prontificara a negociar as reparações dos danos decorrentes destes sinistros. (MENDONÇA, 2008. Apud: <http://historiasdetrincheira.blogspot.com.br/2011/11/entrada-do-brasil-na-guerra.html>)

O contexto interno brasileiro, já tumultuado, se alterava com o conflito. No mesmo período, crescia o movimento operário, fruto sobretudo do grande fluxo de imigrantes que desembarcavam nas grandes cidades brasileiras. Fugitivos das crises e das guerras em seu continente, os imigrantes inflavam o movimento operário com ideologias anarcossindicalistas e comunistas. A grande greve geral ocorre em julho de 1917.

Sobre o movimento operário brasileiro e as consequências socioeconômicas deste período para o Brasil encontra-se em historiografia maior. Porém, ao pesquisarmos no Scielo (Base de Dados eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros) a produção brasileira sobre a Primeira Guerra Mundial, encontramos apenas 11 textos acadêmicos publicados; nenhum deles, contudo, abordando a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Seria de se estranhar, então, que tal

silêncio aconteça, também, em currículos oficiais, além de muitos materiais didáticos?

Não significa, é óbvio, que os sistemas educacionais brasileiros ignorem a Primeira Guerra Mundial; todavia, em muitos momentos, a mesma é apresentada apenas como um “preâmbulo” do que aconteceria a partir do final da década de 1930, ou seja, ela tem sido interpretada como mero “indício” do que aconteceria durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>2</sup>

De forma similar, também não se destacam monumentos que assinalem a presença brasileira na Primeira Guerra Mundial. Com efeito, embora existam monumentos fúnebres oficiais a brasileiros mortos em conflitos (movimento tenentista, insurreições da década de 1930 e, com maior destaque, o Monumento dos Pracinhos),<sup>3</sup> os mausoléus a brasileiros vitimados na Primeira Guerra Mundial não possuem a mesma ostentação dos anteriores.<sup>4</sup>

Desta forma, a vitória dos aliados brasileiros e a participação, ainda que reduzida do País na Primeira Guerra Mundial encontram-se restritas na produção e preocupações acadêmicas, na memória social brasileira, nos livros didáticos e nos currículos escolares. Um silêncio que diz muito. Essas ausências ilustram, sob nossa perspectiva, o debate entre história e memória, o qual constitui parte integrante da análise a respeito do estudo sobre as comemorações (comemoracionismo). De fato, para Henry Rousso, memória significa a existência atual do passado, cuja reelaboração fundamenta-se na seleção de efemérides, indivíduos e narrativas. Semelhante memória não se restringe ao indivíduo, mas abrange uma coletividade específica, enfatizando as permanências em detrimento das rupturas e forjando, desta forma, uma identidade comum. De acordo com Henry Rousso, existiriam memórias coletivas, que se expressariam através das “representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar”.<sup>5</sup>

Ressalte-se, outrossim, que os estudos sobre a presença da memória coletiva constituem-se, por assim dizer, um elemento que se refere às feridas abertas de uma dada sociedade, isto é, temas candentes propositalmente relegados a planos subalternos, evitados de polêmica e cuja análise suscita

algum desconforto social. Além disso, uma das técnicas usuais utilizadas pelos envolvidos em pesquisas referentes à memória coletiva consiste na utilização de entrevistas. Os depoentes portariam informações relevantes à melhor elucidação do objeto pesquisado e, como de resto qualquer fonte histórica, tais relatos não se eximem da crítica documental, que então busca contraditá-lo a outras fontes, daí resultando sejam inconsistências, seja a aceitação do testemunho. Desta maneira, a prova testemunhal necessitaria sobreviver ao crivo da crítica historiográfica, não dispondo, portanto, de nenhum “foro especial” que lhe possibilite a aceitação inquestionável por parte do historiador. Por fim, Henry Rousso propõe a dissolução das fronteiras entre memória e história, sinalizando como solução possível a construção de uma história de memória.

Neste caso, entendemos que a restrita produção acadêmica sobre a participação brasileira na guerra, os poucos espaços de memória sobre o tema, a ausência de comemorações e o silêncio quase completo em livros didáticos e currículos dificultam a construção de uma história desta memória.

Pierre Nora é outro teórico importante para compreendermos os estudos referentes à relação entre memória e história. Contudo, sua análise se distingue do trabalho de Henry Rousso, em particular na definição de memória, entendida por Pierre Nora como “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.”<sup>6</sup>

Assim, Pierre Nora distinguiu, de forma dicotômica, estas duas áreas: memória e história seriam opostas, a despeito de possuírem a mesma matéria-prima, qual seja, o passado. Desta forma, a memória “é a vida..., está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento..., sempre atual..., se enraíza no concreto”.<sup>7</sup> Em contrapartida, a história consistiria na “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais..., demanda análise e discurso crítico..., só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”.<sup>8</sup> Sob a perspectiva de Pierre Nora, podemos inferir que a história desconfiaria da memória, por julgá-la des-

provida de crítica e, mais ainda, factível de cometer enganos (o que não ocorreria, portanto, com a protegida de Clio). Sob semelhante perspectiva, apenas a história poderia abordar, legitimamente, o passado, sendo tal legitimidade derivada, grandemente, do estatuto científico que, desde o século XIX, lhe foi associado. A história, e não a memória, restitui a ação dos homens ao tempo, fornecendo-lhe sentido, e, portanto, permitindo um melhor entendimento do passado.

Outro autor que possui importante contribuição no debate acerca da relação entre memória e história é Michael Pollak, que priorizou a primeira em detrimento da última. Com efeito, fundamentando-se na obra de Maurice Halbwachs, Pollak se preocupou em analisar a modificação ocorrida nos estudos referentes à memória, migrando da ênfase à estabilidade para a valorização da ruptura. Devemos observar, ainda, que a presença dos silêncios, muitas vezes, pode traduzir-se em resistência à memória oficial (isto é, aquela difundida pelo poder estatal e por suas instituições), e não em um simples esquecimento, deste modo explicitando a oposição entre o Estado (guardião e divulgador da memória oficial) e alguns grupos específicos formuladores de uma “memória subterrânea”.<sup>9</sup>

De acordo com Pollak, a memória auxiliaria na constituição de uma identidade nacional, forjando a interpretação canônica a respeito do passado comum. Fundamentalmente, esta memória possuiria duas funções básicas: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras que um grupo tem em comum”.<sup>10</sup> Ou seja, a memória deveria unificar a comunidade nacional, ao mesmo tempo em que estabelecer a especificidade desta coletividade diante dos demais grupamentos presentes, sejam os demais Estados nacionais, sejam grupos minoritários (em termos religiosos, culturais etc.) no interior do próprio país.

Neste sentido, fatos históricos como guerras mundiais e as participações de países nesses conflitos seriam de grande interesse para a construção, através desta memória, de identidade nacional. Presenciamos com mais clareza este uso da memória, ou seja, a unificação da comunidade nacional, na relação entre o Brasil e a Primeira Guerra Mundial. O mesmo não pareceu ocorrer no caso

da Grande Guerra, ainda que tenhamos fatos históricos que favoreceriam a esta construção, como a morte de marinheiros pelos tiros de canhão do submarino alemão, atirados mesmo após o naufrágio do Cargueiro *Paraná*. Ou mesmo, quando pensamos que a declaração de guerra do governo brasileiro em relação a Alemanha, em outubro de 1917, nasce também de movimentos de protestos nas ruas exigindo uma reação do governo que, mesmo depois dos ataques, permanecia neutro no conflito.

Semelhante processo de assimilação dos indivíduos e de grupos específicos na comunidade mais ampla (no caso, o Estado-Nação) aconteceria através do enquadramento das minorias, com a incorporação das eventuais rupturas ocorridas ao longo da trajetória histórica. “Assim como a exigência de justificação... limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.”<sup>11</sup> O sucesso da análise historiográfica repousaria então, e em grande parte, na coerência entre os múltiplos discursos elaborados. A produção intelectual realizada nas instituições preservacionistas participaria, muitas vezes, deste esforço para o efetivo enquadramento do passado.

Em outro texto, Pollak analisou as dificuldades e perspectivas da utilização de depoimentos para a recuperação da memória, tecendo algumas considerações sobre a relação entre as duas áreas. Assim, este autor afirmou que a memória (individual ou coletiva) possui lembranças quase imutáveis que se relacionariam a aspectos conjunturais (acontecimentos e valorização ou desvalorização de determinados personagens, dentre outros). Mais ainda, a memória se forjou a partir de eventos, indivíduos e espaços, existindo a possibilidade da ocorrência de “memórias herdadas”,<sup>12</sup> potencialmente alteráveis em função da projeção de eventos, indivíduos e espaços e que, se por um lado, acarretariam problemas para a narrativa, por outro indicariam quais elementos causaram forte impressão nos depoentes.

Tal processo derivaria, em grande parte, da própria construção da memória, fenômeno



marcado pela seletividade e pelo momento histórico em que as lembranças viriam à superfície. Ao mesmo tempo, conforme já assinalamos, a memória contribui para a elaboração de identidades, em especial durante os períodos marcados pelo antagonismo, quando se busca a ampliação máxima do capital simbólico, de modo a possibilitar o predomínio social e/ou político de determinado grupo ou facção.

A memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores.<sup>13</sup>

Com isto, a confecção de interpretações analíticas (e coerentes) a respeito do passado articula-se à confrontação política, ou seja, demarcam-se as posições a partir das quais travam-se as batalhas pela manutenção – ou conquista – da direção cultural de uma sociedade historicamente definida.

Helenice Rodrigues da Silva também analisou a relação entre memória e história.<sup>14</sup> Assim, após citar a atual indissociabilidade entre memória e história, esta autora abordou os usos da lembrança na sociedade contemporânea, a partir da seleção de acontecimentos e personagens agraciados com a imortalidade, em detrimento da plêiade de outros eventos e indivíduos destinados a se perderem nas brumas do tempo.

Durante inúmeras gerações, os historiadores questionaram a legitimidade da memória individual, associando-a à imaginação. A partir dos estudos desenvolvidos por Halbwachs, no alvorecer do século XX e simultâneos à emergência da Psicanálise tal como a formulara Freud, a memória passou a ser compreendida como fenômeno social, isto é, as lembranças (e esquecimentos) individuais se relacionam com as experiências coletivas – quaisquer que sejam estas últimas. “Nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcam a história coletiva.”<sup>15</sup>

Assim, a partir das décadas de 1980 e 1990, através da formulação de identidades, foi possível romper com a separação entre história e memória, embora ainda persistam dificuldades nesta relação, dentre as quais se destacam: ocultação de acontecimentos julgados traumáticos, refutação da existência de tais acontecimentos e, posteriormente, uma quantidade significativa de produção memorialística a respeito dos eventos anteriormente considerados polêmicos.

A memória, portanto, pressupõe não apenas a lembrança, mas também o esquecimento e, devido à semelhante tensão (recordar/apagar), apresenta-se como um objeto potencialmente manipulável, em especial sob a forma de comemorações.

Para pensarmos na relação entre essas ausências sobre o tema da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, no que respeita aos documentos escolares oficiais, selecionamos, para esse texto, o currículo de História do Colégio Pedro II, em função de sua abrangência e, também, da importância dessa instituição na História da Educação brasileira. Com efeito, tal currículo abrange o 2º segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em suas diferentes modalidades (Formação Geral e profissionalizantes), ou seja, ele engloba turmas da Educação Básica do 6º ano até o término da escolarização obrigatória.

Uma característica essencial do currículo de História do Colégio Pedro II consiste na centralidade do Brasil para a compreensão da historicidade e, por extensão, a formação da cidadania; assim, apesar da multiplicidade de *campos*<sup>16</sup>. Desta maneira, a partir de meados do 7º ano, os estudantes dessa instituição apreendem as transformações (e continuidades) tendo como referência fundamental a sociedade brasileira, seus dilemas e anseios.

No caso do currículo de História do Colégio Pedro II, encontramos o tema em duas séries, sendo uma no Ensino Fundamental, o 9º ano, e outra do Ensino Médio, o 3º ano. No caso do 9º ano do Ensino Fundamental, a ênfase é dada na participação do Brasil na Guerra e, sobretudo, nas consequências deste contexto para a realidade socioeconômica brasileira. O currículo do Ensino Fundamental pretende enfatizar a História do Brasil e suas relações com os demais acontecimen-

tos mundiais. O eixo brasileiro, neste caso, facilita a temática da relação Brasil-Primeira Guerra. O item encontrado no currículo é: “O Brasil e a crise do capitalismo liberal (1914-1930)”, tendo como um dos subitens “Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a substituição de importações”. Fica claro, assim que, independente da linha historiográfica do professor ou das divergentes abordagens e possibilidades de perspectivas, a entrada do Brasil na guerra e as consequências do conflito para a realidade brasileira serão temáticas obrigatórias em sala de aula.

Com presença garantida no Ensino fundamental, o tema não encontra o mesmo eco no Ensino Médio. Neste caso, o 3º ano do Ensino Médio trabalha a Primeira Guerra Mundial como subitem dos assuntos iniciais do ano relacionados à conjuntura histórica da primeira metade do século XX. Em Brasil, só no segundo item aparece a República Oligárquica e a crise dos anos 20. Neste caso, a entrada do Brasil no conflito, bem como as relações deste contexto para a realidade brasileira não estão diretamente presentes no currículo de forma explícita, dependendo, assim da perspectiva do professor, de seu interesse sobre o tema ou mesmo das formas de abordagens em sala de aula. Não há no currículo uma ligação direta para a temática que direcione o trabalho pedagógico no sentido de entender a relação entre o Brasil e a Primeira Guerra. Desta forma, assim como o assunto pode, dependendo da vertente ou perspectiva do profissional, ser debatido em sala, o silêncio também se encontra como possibilidade.

É bem verdade que, em alguns *campi* poderemos entender que ao menos este aluno que cursou o 9º ano viu este assunto. Ocorre que existem *campi* no colégio que não possuem Ensino Fundamental, o caso de Niterói e Duque de Duque de Caxias, por exemplo. Nestes casos, não há garantias de que o tema tenha sido abordado no Ensino Fundamental e, como vimos, no currículo do Ensino Médio, também não encontramos garantias.

Importante material pedagógico de auxílio ao professor é o livro didático. Completo para as aulas expositivas e demais atividades pedagógicas, bastante usado para estudo de fontes históricas e exercícios, os livros

didáticos do Colégio Pedro II, como vimos, são escolhidos coletivamente pelos docentes do Departamento de História e fornecidos gratuitamente ao aluno. Aqui, neste debate serão analisados dois principais livros didáticos utilizados nos diferentes *campi* do Colégio Pedro II, a saber: *História em Documento – imagem e texto*, de autoria de Joelza Ester Domingues, coleção utilizada nas turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental; e *História*, obra escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, destinada às turmas de Ensino Médio. Antes de mais nada, acreditamos ser necessário explicar acerca do processo de escolha dos livros didáticos de História nessa instituição: em cada *campus*, os professores reúnem-se e, após criteriosa seleção, escolhem a coleção de livros didáticos para ser utilizada (tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio); um dos pressupostos básicos que norteia a opção por determinada coleção se refere à adequação da mesma ao currículo utilizado.

Em função das particularidades deste currículo, a escolha das obras acaba se concentrando em torno de poucas coleções, existindo uma variedade um pouco maior no Ensino Fundamental, mas não no Ensino Médio (de fato, apenas a coleção redigida por Ronaldo Vainfas *et ali* abrange satisfatoriamente tal critério).

A coleção escrita por Joelza Ester Domingues abrange quatro volumes, englobando desde os primórdios da ocupação humana no planeta até a atualidade; cada livro compreende 19 (volume destinado ao 8º ano) ou 20 capítulos (os demais volumes); por esta divisão cronológica, o tema Primeira Guerra Mundial localiza-se no 4º volume, destinado às turmas do 9º ano, mais especificamente na Unidade II (“O mundo em guerra, 1920-1945”). Assim, em cerca de onze páginas, a autora procura situar o conflito mundial para estudantes em torno dos 14 anos de idade; o capítulo divide-se em três subitens (cada qual com uma página de texto e uma página de exercícios), além de uma parte (denominada “Desafios”) composta por fragmentos de fontes históricas diversas (em geral, escritas: textos jornalísticos, documentos oficiais, obras de historiadores, entre outros); convém destacar,

ainda, que o capítulo utiliza imagens como elemento fundamental para a construção do conhecimento por parte do público discente: mapas, cartazes e fotografias da época, além de uma lista com *sites* e obras que podem ser consultadas pelos alunos.

Desta forma, o livro traduz a ideia contida no título "História em documentos", com ênfase maior nas fontes históricas, sobretudo imagéticas, e na interação da história com a literatura. Neste caso, identificamos que na introdução de todo capítulo do livro há um pequeno texto literário. No capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial, o texto literário escolhido foi um trecho do livro de Ernest Hemingway, *Adeus às armas*, de 1929. A autora esclarece ao leitor que o escritor norte-americano foi um participante da guerra. Neste sentido, seu texto literário ganha uma ênfase de testemunho dos horrores do conflito, bem como seus questionamentos quanto sua validade para os soldados, muitas vezes usados como instrumento dos interesses econômicos das potências.

Ainda no caso do capítulo em questão, em termos de documentos são apresentados mapas de apoio pedagógico para o entendimento do conflito, países envolvidos, bem como territorialidade da guerra. Vale destacar ainda as imagens, como as propagandas para o alistamento, tabelas demonstrando as grandes perdas humanas, que chegaram a mais de nove milhões, além dos mais de 20 milhões de feridos e mutilados. No setor do capítulo intitulado "Desafio", encontramos documentos como escritos de Lênin, trechos do Tratado de Versalhes e relatos jornalísticos no contexto da guerra.

Todavia, o texto não aborda, em momento algum, a participação brasileira na Grande Guerra. A bem da verdade, lendo-se esta obra parece que tal conflito em nada afetou a sociedade brasileira da época – embora, cerca de 30 páginas à frente, a autora comen-

te, em uma atividade do "Desafio", que "*a Primeira Guerra Mundial recebeu grande destaque na imprensa brasileira*" (JOELZA, 2009, p. 118).

Embora a autora não mais se refira às relações entre Brasil e a Guerra, ou mesmo, a cobertura da imprensa brasileira a este fato, a cobertura da imprensa foi mesmo relevante, fatos demonstrados pela imagem extraída da revista *A Cigarra* (nº 22, edição de 07/06/1915, p. 37), sobre os reservistas italianos que seguiram para a Europa, a bordo dos navios *Princesa Mafalda* e *Regina Helena* para lutar por sua pátria.

A mesma revista, em 1917, publicava uma crônica em protesto contra o torpedeamento pela Alemanha do Navio brasileiro *Paraná*: "A alma brasileira, solidária e unida, vibra de indignação e patriotismo, diante da selvageria alemã, torpedeando um navio nosso e atirando contra a tripulação indefesa. Houve, no Brasil inteiro, um movimento de surpresa, logo substituído pela mais pronta e mais formidável repulsa de um povo ofendido nos seus brios" (*A Cigarra*, ano 3, nº 64, p. 36).

Na coleção escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, o capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial encontra-se no volume destinado às turmas do 3º ano do Ensino Médio, na unidade denominada "Revoluções e Guerras". Como era de se esperar em uma obra destinada a estudantes que se encontram no limiar da idade adulta, existe espaço para uma análise com maior profundidade e detalhamento, englobando os períodos



Reservistas italianos antes do embarque nos Navios *Princesa Mafalda* e *Regina Helena* com destino à Itália, onde lutariam pela sua pátria na Primeira Guerra Mundial (Revista *A Cigarra*, de 7 de agosto de 1915)

# O Brazil e a Allemanha

A ALMA brasileira, solidaria e unida, vibra de indignação e patriotismo, deante da selvageria alleman, torpedeando um navio nosso e atirando contra a tripulação indefeza. Houve, no Brazil inteiro, um movimento de surpresa, logo substituido pela mais prompta e mais formidavel repulsa de um povo offendido nos seus brios. Surprehendeu-nos, de facto, o inaudito da provocação, apesar das continuadas barbaridades commellidas contra o direito e os principios de humanidade pelo arrogante militarismo prussiano, porque fomos sempre os amigos leaes desse povo, abrimos os nossos braços confiantes para o acolhimento affectuoso dos seus filhos, que aqui vivem, como na sua propria patria: fechamos os olhos, por excesso de cavalheirismo, ao assehoramento indevido do nosso café, e mantivemos infrangivel e exemplar a nossa neutralidade. Nada disto comprehenderam os desvaireados subditos de Guilherme II. E eis que, desrespeitando a bandeira amiga e acolhedora do Brazil, sem a menor advertencia, inesperadamente, num accesso de furia, torpedeem o "Paraná", canhoneam os seus tripulantes e assassinaem tres dos nossos patriotas covardes e traiçoeiramente. O povo brasileiro está, porém, velando pela sua dignidade, soffregando pela desafrona. De norte a sul passa um fremito de indignação e de repulsa. O Brazil inteiro levanta-se como um só homem e vibra como uma só alma para repellar a insolita aggressão. É o mundo todo olha-nos com consideração e sympathia e com-

prehende e applaude o nosso gesto, como comprehendeu e applaudiu, até agora, a nosso allitude irreprehensivel de neutros. E' pois, com o nossa passado de heroismo e correcção nas lutas contra o batavo e na guerra contra o Paraguay de Lopes e do dispotismo: é em nome das nossas maravilhosas campanhas pelo ideal de liberdade, pelos principios de justiça, pela defeza dos pequenos contra os grandes, dos fracos contra os fortes, sempre pugnados e glorificados na nossa patria, que nos erguemos, como um só corpo, para a desafrona á nossa dignidade e á nossa honra.

A nossa Constituição, num rasgo magnifico de liberalismo e um exemplo eloquente de amor á justiça, ao direito e aos principios de humanidade, consagrou, num dos seus capitulos, a prohibição formal de qualquer guerra que não fosse a de legitima defeza. Não sabemos de outro povo que patenteie, com mais eloquencia, o espirito de equidade, a veneração á justiça, a superstição do respeito á dignidade alheia, do que o nosso, consagrando na lei das leis, na constituição da Republica, explicitamente, insophismavelmente, um tão elevado acatamento aos direitos humanos. Mas, por isso mesmo que respeitamos até a superstição o direito de outrem, a dignidade e a honra dos outros povos, defender-nos-emos até as ultimas, das investidas e das aggressões á nosso soberania e ao nosso pundonor de nação livre e generosa. Os indicios da consciencia despertada do nosso dever como povo livre, da bravura da nossa alma já se

anteveem e presentem atravez a vibração unisona e ininterrupta do espirito popular. O povo está prompto a verter o seu sangue generoso, ao lado dos defensores da civilização e da dignidade humana contra a barbarie e o banditismo organizado.

Ao lado dos Estados Unidos da America do Norte, os Estados Unidos da America do Sul propugnarão pela continuidade e solidez crescente de liberdade do continente americano. E pela segurança da paz, da equaldade humana, da fraternidade universal, que nos bateremos, nós, que erigimos no nosso pavilhão, como razão de ser da nossa propria existencia, esses altos principios annulladores das velhas e perigosas dissensões de raças e de povos. A America é a patria da humanidade, e, para que ella não desminta aos seus destinos, é preciso que lute contra o preconceito de raças, contra a hegemonia de povos, agasalhando, sem distincções nem privilegios, sob a mesma bandeira e as mesmas leis, os cultores de todas as religiões e os filhos de todos os povos. Como, pois, consentir que uma raça se sobreponha a todas as outras, um povo domine os outros povos, sobretudo se elle apparece infringindo todos os principios de moral e de justiça! A Allemanha, com os attentados feitos á dignidade universal e a affronta directa ao cavalheirismo brasileiro, só nos merece hostilidade. O Brazil saberá vingar com allivez o assassinato dos seus filhos e patelear, ao mundo culto, a comprehensão dos seus altos deveres de povo livre.

imediatamente anterior e posterior ao conflito iniciado em 1914, além dos desdobramentos do conflito em diferentes espaços (como, por exemplo, Japão e Turquia); da mesma forma, os autores utilizaram-se de documentos históricos (escritos e imagéticos) como forma de possibilitarem aos estudantes se apropriarem de tal conhecimento.

No caso das imagens, encontram-se em destaque as fotografias do conflito, sobretudo das trincheiras, propiciando a discussão em sala das peculiaridades desta Primeira Guerra Mundial. Questionamentos importan-

tes podem ser construídos em atividades pedagógicas sobre como deveria ser a vida nas trincheiras, a humanização do conflito, seu dia a dia, a possibilidade de cordialidade, a voz daqueles que de fato estiveram lá e viveram os horrores dos entinchierados. Cartas e relatos de soldados são acrescidos às imagens enfatizando este sentido de perspectiva de análise pedagógica para o docente e discente.

Ao contrário da obra utilizada no Ensino Fundamental, o livro utilizado para turmas do 3º ano do Ensino Médio possui uma parte denominada "O Brasil e a Grande Guerra", na qual

analisa os impactos do conflito na sociedade brasileira assim como a participação do país na Primeira Guerra Mundial, destacando a atuação da Divisão Naval em Operações de Guerra e os problemas enfrentados pela mesma.

## CONCLUSÃO

Ao longo desse texto, procuramos discutir a presença da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que constatamos a sua ausência em materiais didáticos expressivos. Semelhante lacuna, por certo, nos remete à discussão sobre a construção da memória e alguns de seus desdobramentos (por exemplo, comemorações e monumentos fúnebres).

A partir, então, da realidade existente no âmbito do Colégio Pedro II, abordamos a inserção brasileira neste importante conflito bélico, assim como suas contradições e especificidades, ressaltando que tal participação poderia obter uma referência mais destacada nas obras didáticas – em especial aquelas utilizadas no Ensino Fundamental

(o que, por enquanto, ainda não aconteceu).

Buscar preencher esses vazios, seja contribuindo do ponto de vista historiográfico com maiores pesquisas sobre o tema ou em nossa prática cotidiana em sala de aula, é fundamental para amenizar esses esquecimentos. A História é o local da lembrança, a inconveniência da memória que busca freneticamente nada esquecer. É esse o papel do presente em suas eternas dívidas com o passado. Quantos se foram na guerra? Que vidas deixaram de ser vividas ou foram radicalmente modificadas com ela? Que vidas foram possibilitadas com migrantes fugitivos do conflito? Quantas esperanças trouxeram? Perguntas que precisamos fazer. E neste caso, importa menos responder e mais perguntar.

Desta forma, acreditamos poder contribuir para sanar estas e outras ausências historiográficas presentes, seja no campo acadêmico, seja no campo do ensino em geral. Como professores e historiadores que somos, temos, por dever ou por mania, nos colocar em busca dos lugares e hiatos da memória que vez por outra insistem em silenciar.

## BIBLIOGRAFIA

A CIGARRA (Revista). Ano 2, nº 22, edição de 07/06/1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19150622.pdf> Acesso em 13/04/2017.

\_\_\_\_\_. Ano 4, n. 64, edição de 18/04/1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19170464.pdf> Acesso em 13/04/2017.

DOMINGUES, Joelza Ester. *História em documento*, v.4. Rio de Janeiro: FTD, 2015.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra*. Lisboa: Edições 70, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Iba. "A Primeira Guerra Mundial: 1914-1918". In: [http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918\\_14.html](http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918_14.html) Acesso em 13/04/2017.

MENDONÇA, Valterian Braga. "A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918". Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008. (Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo).

NORA, Pierre. "Entre memória e história. A problemática dos lugares". In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 10, dezembro de 1993.

PIOVEZAN, Adriane. "A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial". In: REVISTA M. vol. 1, n. 2, p. 323-341, jul.-dez., 2016. Disponível em: [http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2017/01/v01\\_n02\\_a03.pdf](http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2017/01/v01_n02_a03.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane. "O culto cívico aos mortos: o caso dos traslados dos combatentes brasileiros das guerras mundiais". In: Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio – Saberes

e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400544852\\_ARQUIVO\\_textocompletorio.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400544852_ARQUIVO_textocompletorio.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane. "Cemitérios e mausoléus militares no Brasil: o embate entre o laico e o confessional". In: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456\\_ARQUIVO\\_cemiteriosmilitares.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456_ARQUIVO_cemiteriosmilitares.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane ; GRASSI, Clarissa. "Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial –Cemitério São João Batista (1928)". In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº 8, 2014, p. 219-236, 2014. Disponível em: [http://www.academia.edu/25996169/Morte\\_e\\_guerra\\_o\\_mausol%C3%A9u\\_dos\\_mortos\\_do\\_Brasil\\_na\\_Primeira\\_Guerra\\_Mundial\\_-\\_Cemit%C3%A9rio\\_S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o\\_Batista\\_1928](http://www.academia.edu/25996169/Morte_e_guerra_o_mausol%C3%A9u_dos_mortos_do_Brasil_na_Primeira_Guerra_Mundial_-_Cemit%C3%A9rio_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Batista_1928) Acesso em 07/03/2017.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricas*, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. "Memória e Identidade Social". In: *Revista Estudos Históricas*, v.5, nº 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. *História*, v. 3. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma análise mais pormenorizada, ver, entre outros: HOBBSBWM, 1995; FERRO, 2009.

<sup>2</sup> Tal desconhecimento sobre o conflito de 1914/1918 não é, de todo modo, exclusivo do Brasil. De acordo com Hobsbawm, em uma palestra nos EUA, ele fora indagado sobre se existira uma I Guerra Mundial, pois ele estava discorrendo sobre a II Guerra Mundial. Para maiores detalhes, ver HOBBSBWM, 1995.

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, ver: PIOVEZAN, Adriane. "Cemitérios e mausoléus militares no Brasil: o embate entre o laico e o confessional". In: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456\\_ARQUIVO\\_cemiteriosmilitares.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456_ARQUIVO_cemiteriosmilitares.pdf) Acesso em 07/03/2017. A autora identifica os seguintes monumentos fúnebres em seu texto: "Mausoléu aos mortos do Movimento Tenentista localizados no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro; o Mausoléu aos caídos na Revolução Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera em São Paulo; o Mausoléu dos Mortos na Intentona Comunista de 1935 na Praia Vermelha no Rio de Janeiro; o Mausoléu dos Mortos na Intentona Integralista de 1938 também localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro", p. 2

<sup>4</sup> De fato, existe um "Mausoléu dos Soldados Belgas da Primeira Guerra Mundial no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro" (PIOVEZAN, 2014, p. 3), assim como o "Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) na Primeira Guerra Mundial" (PIOVESAN, 2016, p. 325), localizado também no Cemitério São João Batista (RJ).

<sup>5</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Marieta de Moraes Ferreira (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 95.

<sup>6</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n. 10, dezembro de 1993, p. 15.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>9</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricas*, v.2, n.3. Rio de Janeiro: 1989, p. 8.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 10.

<sup>12</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricas*, v.5, nº 10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 205.

<sup>14</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p. 428.

<sup>16</sup> Centro, Engenho Novo, Humaitá, Realengo, São Cristóvão e Tijuca possuem turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; Duque de Caxias e Niterói possuem turmas, apenas, do Ensino Médio: são denominados Campi II (com exceção do Centro, Duque de Caxias e Niterói), por não disporem de turmas do 1º segmento. O Campus Realengo possui, ainda, a Educação Infantil, ao passo que São Cristóvão se divide em Campus II (2º segmento do Ensino Fundamental) e III (Ensino Médio).

# Artigos

---

*Marcos Guimarães Sanches*

---

*Wagner Luiz Bueno dos Santos*

---

*Marcos Fernandes Marcusso*

---

*Alexandre Rocha Violante*

---

*Armando de Senna Bittencourt*

---

*Leandro Domingues Duran*

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services



# Instituições militares e a ordem da “boa sociedade”: a Guarda Nacional na região cafeeira fluminense\*

Military institutions and the order of “good society”: the Guarda Nacional in the coffee productions areas of Rio de Janeiro

**Marcos Guimarães Sanches**

*Doutor em História (UFRJ), professor de História do Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir alguns aspectos do funcionamento da Guarda Nacional, tomando como estudo de caso os municípios de Vassouras e Valença que, no momento da criação da milícia, destacavam-se como algumas das principais áreas produtoras de café. Considera-se a Guarda Nacional como instituição militar e exemplo singular de instrumento dos cidadãos e do próprio Estado na definição das relações de hegemonia, privilegiando-se na análise as suas operações litúrgicas (convocações, desfiles etc.), entendidas como um “ritual político” voltado para a legitimação do poder, permitindo a representação ordenada e hierarquizada da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Império; Guarda Nacional; História Militar

## ABSTRACT

The present work is on discussing some aspects of the Guarda Nacional (National Guard) functioning, taking as a case of study the towns of Vassouras e Valença, which at the time of the creation of the milícia (militia) stood out as major coffee production areas.

The Guarda Nacional will be going to be addressed as a military institution and singular example of an instrument for the citizens and for the State itself to define hegemony relations, focusing on the analysis of its liturgical operations (parades, summonings, etc.), understood as a “political ritual” to legitimize power, allowing the ordered and hierarched representation of society.

**KEYWORDS:** Empire of Brazil; National Guard; Military History

---

\* Artigo recebido em 16 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 10 de abril de 2017.

Pensar a Guarda Nacional como instituição militar exige uma reflexão preliminar, sublinhando o entendimento da chamada “nova história militar” como profundamente interdisciplinar e, por consequência, tal abordagem, mais do que investigar a guerra numa perspectiva globalizante, pode se ocupar de inúmeros problemas, caracterizando seu campo pelo conjunto de ações/manifestações do Poder Militar, o que transcende ações que envolvam operações das Forças Armadas<sup>1</sup>.

A tradição historiográfica ocidental consolidou a vinculação entre as instituições militares e a constituição do Estado, na forma por ele assumida desde a época moderna. Ainda hoje, o conceito de Instituição encontrado nos dicionários remete, em grande parte dos casos, a algum órgão do Estado, associação etc., com uma existência concreta e detentor de um ato formal de criação (lei, estatuto etc.), entendimento refletido na produção intelectual, na priorização de abordagens institucionalistas, priorizando sua normatização e organização. Desta forma, instituições militares compreendem as agências do Estado operadoras do monopólio da força no âmbito interno e externo do território sob o qual se estende a sua soberania.

A tradição oitocentista do estudo das instituições focado na investigação do Estado e suas diversas agências se deslocou, ao longo do século XX, para a identificação de outras agências de agregação social e de poder fora do corpo estatal ou para a valorização dos seus aspectos não formais, como os simbólicos.

Assim, o campo da história das instituições está cada vez mais focado no problema do poder, englobando os processos de implantação e implementação da “disciplina social” institucionalizada por meio de agentes estatais e das diferentes formas institucionais de “disciplina social”, reconhecidos pelos sujeitos históricos, com as quais as sociedades se organizam simultânea ou alternativamente à estrutura estatal e a elaboração, eficácia e substituição de formas, discursos e práticas jurídicas que regulam as relações coletivas.

Aplicando-se o presente entendimento do campo, o estudo de instituições militares

não se esgota na organização normativa das forças militares singulares e/ou seu emprego nos quadros da política do Estado, podendo-se refletir sobre o nosso objeto numa perspectiva mais ampla e complexa.

A historiografia militar mais tradicional reconheceu o papel da Guarda como uma instituição militar criada no calor da crise política regencial, se apoiando no seu ato de criação:

“Sua missão declarada era: defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública e, finalmente, auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”<sup>2</sup>.

Sem dúvida, foram os estudos sobre a Guerra da Tríplice Aliança que valorizaram o papel militar da Guarda Nacional, inspirados no clássico estudo de Tasso Fragoso, que apontava os Corpos de Voluntários e, particularmente, a Guarda, como soluções às necessidades da campanha:

“Dispondo apenas de um Exército permanente diminuto e sem reservas constituídas, achava-se o governo do Brasil em sérias dificuldades (...) se criavam os Corpos de Voluntários da Pátria formados por todos os que se apresentassem espontaneamente para servir nas fileiras do Exército (...) foram chamados a serviço cerca de quinze mil guardas nacionais. Foi, sobretudo, com esses elementos que o governo acudiu às primeiras necessidades da campanha”<sup>3</sup>.

Sem negar-lhe os aspectos militares e seu emprego na ordem interna e nos conflitos externos, a nossa perspectiva é focar a Guarda Nacional como instituição política, instrumento de um processo de afirmação de uma determinada ordem no processo de constituição do Estado Nacional, após a emancipação política, o que é reconhecido por João Batista de Magalhães, mas ainda priorizando a oposição entre a Guarda Nacional e o Exército:

“Importava isto [os objetivos da Guarda Nacional] em limitar a missão do Exército à guerra externa, o que feria, de fato e de frente, o texto constitucional. A política-gem sofismava.

Deixa bem visíveis os seus desígnios ocultos, quando com as providências que adota, quebra a unidade das organizações militares do Brasil, retirando a Guarda Nacional da alçada do Ministério da Guerra...”<sup>4</sup>

A perspectiva de Magalhães está marcada pela perspectiva do Estado como expressão da unidade nacional, tributária do século XIX, pela qual, as Forças Armadas são expressão privilegiada da sua soberania, o que foi relativizado, pioneiramente, por Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à obra clássica de Jeanne Berrance Castro, ao valorizar no contexto de sua criação a constituição de uma “hierarquia nova”:

“Esse fato serve para desfazer a versão de que a Guarda Nacional foi criada para contrapor-se ao Exército e, se possível tomar o seu lugar. É mais um mito que agora cai por terra. Surgida sob um governo liberal, a “milícia cidadã” não deixará de guardar ainda por alguma tempo essa marca de origem, a mesma marca de muitas das sedições que chegaram a ameaçar a vida nacional”<sup>5</sup>.

A função de disciplinização, característica das instituições, não se manifesta apenas no recrutamento e na sua ação militar-policia propriamente dita, se valendo de aspectos rituais e simbólicos destacados pelas análises de inspiração weberiana:

“a Guarda Nacional, uma associação estamental de homens livres que tornou possível o experimento mais sistemático e extensivo de dominação patrimonial na América Latina durante o século XIX”<sup>6</sup>.

O estudo das instituições militares brasileiras exige uma reflexão preliminar sob a sua constituição na época moderna. Entre os séculos XV e XVIII, o processo de consti-

tuição dos Estados modernos exigiu a constituição de um Poder Militar que, no entanto, não expressava ou era monopolizado pelo Estado, como destacou Roland Mousnier:

“A necessidade de um poder forte decorrente da própria composição das nações, que formam uma justaposição de comunidades territoriais, províncias, regiões, municipalidades, comunidades de aldeias e de corpos. As monarquias fizeram contratos com umas e com outros, e cada comunidade, cada corpo, possuía seus privilégios, costumes, regulamentos, isenções, jurisdição, bens, chefes e representantes, constituindo, portanto, uma potência. Corpos e comunidades opõem-se incessantemente entre si, devido aos seus interesses particulares. O Rei tem de ser bastante forte a fim de poder arbitrar os conflitos e coordenar os trabalhos em prol de um bem comum. As dissensões, porém, proporcionam ao Rei a possibilidade de utilizar uns contra os outros”<sup>7</sup>.

A constituição de forças militares permanentes foi um processo gradativo e concomitante à prestação do serviço militar em bases feudais, marcado pelos privilégios que caracterizavam a organização da sociedade de ordens:

“Não há dúvida de que o nascimento dos Exércitos e dos impostos permanentes contribuiu para reforçar a autoridade dos soberanos (...) garantir o absolutismo, como a guerra levou à formulação da razão de Estado (...) pela transformação dos órgãos da tradicional autoadministração em aparelho de Estado”<sup>8</sup>.

Os períodos de guerra e paz que se sucederam entre os séculos XIV e XVII, sua crescente complexidade e velocidade foram responsáveis em transformar, cada vez mais, a mobilização de tropas para o príncipe numa “empresa”<sup>9</sup>.

Nas colônias, o quadro era ainda mais complexo. A expansão do século XV e a ocupação da América tiveram indispensável

participação da iniciativa privada: conquistadores, contratadores, capitães etc, aos quais se atribuía prioritariamente o encargo de defesa. O estabelecimento de estruturas de governo, no nosso caso, o Estado do Brasil (1549), deu aos seus titulares com prioridade atribuições de natureza militar, das quais dependia a própria manutenção da conquista, mas a presença de uma força militar profissional – a “tropa de linha” – só ganhou maior relevo e nitidez no século XVIII.

No geral, a organização militar colonial abrangia tropas de primeira, segunda e terceira linhas. As de primeira linha eram compostas por soldados profissionais, reunidos em “terços” de modelo espanhol, e em “regimentos” no século XVIII, compreendendo forças de cavalaria, infantaria e artilharia, concentradas nos principais núcleos urbanos e, como já se afirmou, significativamente ampliadas no século XVIII em função das guerras no sul, quando também foram reorganizadas e modernizadas sob a inspiração do modelo prussiano introduzido em Portugal pelo Conde de Lippe durante a administração do Marquês de Pombal.

As tropas de segunda linha eram constituídas pelas milícias que, além da função militar de defesa da terra, exerciam importante função social, pois a participação em seu oficialato equivalia a uma espécie de disciplinação e de nobilitação, como a dos outros cargos públicos relevantes da Colônia.

As Ordenanças constituíam a força de terceira linha e dela participavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos. Seus oficiais, ao contrário das milícias, não eram remunerados. Milícias e Ordenanças tinham em comum a presença das elites coloniais nos seus quadros de oficiais, o que delegava, em primeira instância, a defesa da terra aos próprios colonos.

Não deve ser negligenciado o papel por elas exercido na manutenção da ordem social, garantindo a reprodução das suas estruturas. Se, para um proprietário escravista ser oficial de milícias e ou ordenanças representava um reforço do seu status social, os homens livres pobres temiam o seu recrutamento, não só pelo prejuízo causado às suas atividades de sobrevivência, mas pelo que representava de reiteração das relações de dominação social.

As documentações disponíveis para o caso do Rio de Janeiro – estamos tomando por base os Almanques de 1792 e 1799 – possibilita uma análise das nominatas da composição de tais forças confirmando a hipótese. São facilmente verificados nas principais posições de seu oficialato portadores de sobrenomes das principais famílias da cidade<sup>10</sup>.

No momento da independência, não havia no Brasil uma força militar, no sentido burocrático profissional que já lhe era emprestado desde o século XVIII. Se a consolidação da emancipação política exigiu a organização de Exército e Marinha nacionais, a definição da ordem interna e a constituição de relações de hegemonia exigiram a produção de ordenamentos e instituições que sustentassem a nova realidade.

No contexto da consolidação do Estado monárquico e, particularmente, durante o acirramento dos conflitos de diferentes naturezas (regionais, intragrupos etc.) e informada pelo liberalismo, impunha-se o desafio de afirmar uma ordem social baseada nos direitos naturais, assegurando a ordem social e da propriedade, fundada na escravidão em novo processo de expansão e excluindo, ao mesmo tempo, amplas parcelas das camadas mais baixas da população da esfera política<sup>11</sup>.

A Guarda Nacional criada em 1831 é representativa do processo de institucionalização do Estado Nacional, cujo contexto envolve também a promulgação de seus ordenamentos fundamentais – Constituição (1824), Lei de Organização Municipal (1828) e os Códigos Criminal (1830) e de Processo Criminal (1832).

O presente trabalho não se propõe a proceder a análise da organização da Guarda Nacional, já explorada pela historiografia<sup>12</sup>, mas objetiva discutir alguns aspectos do seu funcionamento, tomando como estudo de caso, os municípios de Vassouras e Valença que, no momento da criação da Milícia, já se destacavam como das principais áreas produtoras de café.

A criação da Guarda Nacional está inserida, portanto, na transição política que teve na Abdicação de D. Pedro I seu episódio mais expressivo. Era o momento da “Ação”,

na expressão clássica de Justiniano José da Rocha, quando os segmentos liberais e, no nível local – nos municípios – a elite agrária, assumiam a direção do Estado, redefinindo-o e criando agências capazes de assegurar a sua hegemonia.

Considera-se a Guarda Nacional como um exemplo singular de instrumento dos cidadãos e do próprio Estado na definição das relações de hegemonia e privilegiamos na análise as suas operações litúrgicas (convocações, desfiles etc.), entendidas como um “ritual político” voltado para a legitimação do poder<sup>13</sup>.

A criação da milícia foi marcada por nítida influência do liberalismo francês, sendo a sua instituição discutida em torno de conceitos como “nação em armas” e “cidadãos em armas”, no contexto da ascensão dos cidadãos ativos, que se definiam como brasileiros e liberais, à direção do Estado. “Filha da Revolução de 7 de Abril”, na expressão da *Aurora Fluminense*<sup>14</sup>, a sua criação deve ser pensada no interior do processo de formação do Estado como reforço do governo, instrumento das classes dominantes e fator de integração de uma nação inexistente. Instrumento de consolidação do Estado, a Guarda Nacional foi, sobretudo, um agente da “boa sociedade”<sup>15</sup>, detentora do monopólio da força.

A sua organização não escapou à orientação liberal e descentralizadora do momento, como se define no texto clássico de Tavares Bastos:

“a lei de 1831 demarca a linha de separação entre os poderes gerais e provinciais, dando ao primeiro liberdade somente para formação e emprego dos corpos chamados a serviço nacional e, além disso, respeitava o elemento popular do nosso governo, a vida municipal, a descentralização...”<sup>16</sup>.

A discussão sobre a criação da milícia, iniciada em maio de 1830, a definia como uma Guarda Cívica, inspirada na proposta da Câmara Municipal de São Paulo para que se organizassem “guardas nacionais cívicas” como um dos “mais eficientes meios de manter-se a Constituição contra as insi-

diosas tramas ou golpes de qualquer facção liberticida que por ventura ainda aparecer”<sup>17</sup>.

A ideia de Guarda Cívica já se manifestava desde a Independência e Uricoechea sustenta que sua finalidade era impor uma liturgia à oficialidade real, para a qual, a partir daquele momento, adotou-se uma seleção mais rigorosa, levando inclusive à exclusão de antigos oficiais dos Corpos de Milícia e Ordenanças. A institucionalização de tal tipo de força na construção do Estado Nacional, sobre uma estrutura de domínio patrimonial, dava-lhe um caráter sistemático e institucional, transformando-a numa estrutura burocrática-patrimonial<sup>18</sup>.

A proposta de criação da Guarda apresentada na Câmara dos Deputados, por José Bento Leite de Mello, trazia como justificativa a necessidade de conter as manifestações contra a “tranquilidade pública”. A Comissão que preparou o projeto trabalhou sob intensa pressão, resultado da fragilização da “tranquilidade pública”, como refletidas nas medidas de excepcionalidade tomadas pelo governo como a suspensão das garantias individuais, a proibição de “ajuntamento” e o “alistamento e armamento dos cidadãos que podem ser eleitores”<sup>19</sup>.

A premência de medidas controladoras da ordem explica os sucessivos apoios recebidos pela matéria, destacando-se a manifestação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, que contribuíram para acelerar a sua tramitação com novo projeto redigido por Carneiro Leão, Odorico Mendes e Cândido Baptista d’Oliveira<sup>20</sup>.

A lei de 18 de agosto especificava que: “as Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e a Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública...”<sup>21</sup>. Com amplitude nacional, a sua organização se fazia no nível dos municípios, devendo ser destacada a forma plural (Guardas Nacionais) da denominação da milícia em toda a legislação.

Simplificadora é a versão de criação da milícia para substituir um exército não confiável ao governo regencial<sup>22</sup>, pois ao se extinguirem os antigos corpos militares, assumia a nova instituição o papel de discipli-

nização da sociedade. Mais efetivo do que o perigo restaurador de D. Pedro I era a ação das “facções liberticidas”, como já observara Justiniano José da Rocha, na sua versão conservadora da história política do Império, que definiu que “o caráter das primeiras lutas do Brasil pode ser antes considerado social que político...”<sup>23</sup>.

O serviço na Guarda era obrigatório e pessoal, válido por quatro anos, estando obrigado a ele os brasileiros entre 21 e 60 anos, cidadãos ou filhos de família em condições para serem eleitores. O alistamento e qualificação para a ativa e a reserva eram atribuições dos Conselhos de Qualificação presididos pelos Juizes de Paz e reunindo os eleitores mais votados de cada Distrito em que se dividia o município.

No ano seguinte (1832), modificou-se a legislação alterando o limite de idade que passou de 18 a 50 anos, especificando o montante da renda dos eleitores diferenciado por municípios e ampliando a duração do serviço, passando a qualificação a ser permanente<sup>24</sup>.

A legislação de 1832 pormenorizava as isenções do serviço ativo, trocas de serviços e dispensa, ampliava o recrutamento e restringia as possibilidades de liberação. O legislador “pretendeu o engajamento da classe livre, trabalhadora, para a defesa da ordem e da propriedade”, como justificava Evaristo da Veiga<sup>25</sup>. A dispensa da obrigatoriedade do serviço recaía, quase que exclusivamente, sobre aqueles que, de alguma forma, já estavam sob a dependência do poder público, os funcionários civis ou militares e os clérigos. De outro lado, a elite servia-se da Guarda como uma forma de nobilitação e, ao mesmo tempo, para escapar ao recrutamento do Exército.

A defesa liberal de Evaristo da Veiga esbarrava nas contradições características da construção do Estado Nacional nas antigas áreas coloniais, o que implicava a redefinição das relações de hegemonia e de um modo geral, da repactuação da relação do Estado com a sociedade, a “recunhagem da moeda colonial”<sup>26</sup>, para usarmos a expressão de Ilmar R. Mattos. Ao amplo engajamento da classe livre, proposta por Evaristo da Veiga, contrapõe-se o seu próprio alerta:

“Queremos a constituição e não a revolução”, pois como observou Berrance de Castro: “A formação dos seus quadros com elementos das classes populares, a eleição de indivíduos socialmente desprestigiados pela cor e por suas atividades econômicas provocou desconfiança nos que pensavam contar com uma força fiel à manutenção das velhas estruturas”<sup>27</sup>.

A desconfiança está estampada em pedidos cada vez mais enfáticos dos comandantes dos batalhões e legiões para procedimentos coercitivos, que permitissem uma disciplina mais rigorosa. Comandantes de unidades dos municípios de Iguazu, Vassouras e Valença propunham ao Ministro da Justiça, em 1834, a exclusão de milicianos que descumpriam as suas obrigações e se ausentavam dos respectivos municípios sem licença<sup>28</sup>.

A disciplina do corpo estava sujeita a determinações minuciosas e até rigorosas, se considerarmos tratar-se de cidadãos que prestavam serviços à Nação, gratuitamente. A transgressão mais comum em que incorriam os guardas era a de fugir das suas obrigações, pois a exigência “excessiva” de serviços prejudicava as suas atividades privadas<sup>29</sup>.

Parece-nos que o problema central não era a confiabilidade dos milicianos, mas se dispor de meios que os controlassem, mesmo porque a função maior da Guarda era ter engajados tais elementos, pois ao reproduzir em sua hierarquia interior, a hierarquia da sociedade reforçava os laços de controle do segmento dominante sobre o conjunto.

O alistamento era o mais amplo possível e as restrições de censo não eram muito rígidas, principalmente se considerarmos a inflação no período. Os cidadãos qualificados eram homens livres e segundo Berrance de Castro “não necessariamente brancos, constituídos de pequenos proprietários, comerciantes, trabalhadores, na sua maioria de posses modestas”<sup>30</sup>. A análise das listas de qualificação na Província do Rio de Janeiro, que possuía áreas em franco crescimento econômico, indica que a maioria absoluta dos qualificados tinha renda entre 100 e 300\$000<sup>31</sup>.

Os estudantes, professores e profissionais liberais, eclesiásticos, oficiais militares,

empregados públicos e de alguns outros setores específicos, entre os quais os trabalhadores livres e mais especializados das fazendas, eram dispensados do serviço ativo e qualificados na reserva. Desta forma, os grupos socialmente mais favorecidos conseguiam que seus representantes fossem ao mesmo tempo dispensados do serviço ativo da Guarda e do recrutamento do Exército.

A documentação disponível para diversos municípios da Província do Rio de Janeiro e para o Município Neutro indica que as dispensas foram crescentes após 1850 e, principalmente após 1874, quando novas leis de organização da Guarda praticamente a desmobilizaram<sup>32</sup>. No entanto, o perfil dos dispensados sugere majoritariamente a sua vinculação e ocupação em setores de uma economia capitalista em ascensão<sup>33</sup>.

O espaço adotado na nossa investigação (municípios de Valença e Vassouras, até 1833, município de Paty do Alferes), reveste-se de relevante peculiaridade. Desbravada pela integração econômica regional desencadeada pela atividade mineradora desde o século XVIII, Vassouras e Valença foram núcleos constituídos no eixo dos caminhos que interligavam as duas regiões. Regiões pioneiras no cultivo de café, ensejaram um processo de concentração de terras e capital, além da rápida expansão da mão de obra escrava como já apontado pioneiramente por Stanley Stein<sup>34</sup>.

Em outras palavras, a região de Vassouras exemplifica a “configuração do Estado Imperial como base da dominação e hegemonia da classe senhorial compreendida como formação histórica de âmbito nacional, primordialmente assentada na propriedade escrava”<sup>35</sup>, o que requeria mecanismos e estratégias de controle social, particularmente incidentes sobre os homens livres, não submetidos ao vínculo jurídico da escravidão, em meio à constituição da hegemonia.

As condições materiais de existência e funcionamento da milícia foram sempre muito precárias. Não existiam aquartelamentos — é comum a correspondência ser datada “do quartel da minha residência” —, os recursos orçamentários eram mínimos, os armamentos escassos e deficientes. A instrução era rotineiramente interrompida por falta de

instrutores, como atestava o Chefe da Legião de Valença e Vassouras, em 1832, ao reclamar a ausência de instrutor de cavalaria<sup>36</sup>. Na mesma época, o mesmo comandante requisitava material bélico, alegando que a Legião estava praticamente desarmada, pedido que é comum a outros Comandos<sup>37</sup>.

O quadro de penúria, agravado pela conjuntura econômica negativa, caracterizava as condições de funcionamento da milícia, contribuía ainda para descaracterizar a sua ação como força policial, embora os relatórios ministeriais apontassem a utilização da Guarda em tarefas policiais:

“A tropa de 1ª linha na Capital desapareceu: as guarnições de terra, as rondas policiais, o auxílio a justiça, são prestados pelos Guardas Nacionais”<sup>38</sup>.

A mesma autoridade, no entanto, justificava tal “desvio” em nome da “Tranquilidade e Segurança Pública” e defendia a reorganização da Guarda “a fim de compreender maior número de cidadãos prestáveis”, mas reconhecia o prejuízo do emprego policial destes cidadãos que eram “distrahidos de suas ocupações diárias”.

O primeiro Presidente da Província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, era muito duro no seu Relatório de 1835: o emprego da Guarda, só se justificava pelas “circunstâncias imperiosas do país” e reclamava a criação de um corpo de Tropa Policial, pago pelas rendas da Província<sup>39</sup>.

A crítica ao desempenho de tarefas policiais pela Guarda sugere aprofundar-se a reflexão sobre a sua natureza, que entendemos expressa na sua liturgia e na permanente mobilização através dos discursos, dos signos e das cerimônias, na forma que tais registros são apresentados por Chartier.

A liturgia não se esgota na sua exterioridade, vinculando-se a afirmação da coesão social ou legitimação de um poder. A moderna historiografia sobre o Antigo Regime revalorizou a liturgia como um ritual político e, partindo-se da ideia de Weber de que o poder se apresenta como a legitimação simbólica da violência, o ritual litúrgico está ligado à legitimação do poder<sup>40</sup> ou à reiteração da sua legitimidade no dizer de Chartier<sup>41</sup>.

O empenho em mobilizar a Guarda, apesar das suas precárias condições materiais e fraca disciplina, é corrente na documentação. O discurso observado na discussão e criação da milícia é permanentemente reproduzido.

A Proclamação da Regência, redigida pelo Ministro da Justiça Diogo Feijó, dirigida aos Guardas Nacionais, em fevereiro de 1832, é exemplar: Mobilizar os cidadãos – “A Lei confiou-vos armas...” – para a responsabilidade de garantir – “...vos prescrevem a honra e o dever” – os “interesses da Pátria”, expressos no “sossego público”, no “respeito às autoridades” e na “veneração às leis”. Eram os “esforços” e os “sacrifícios” dos milicianos que “têm até agora livrado a Nação das garras da anarquia”<sup>42</sup>.

As Ordens do Dia, que guardavam o mesmo tom da Proclamação da Regência, eram proclamadas quando da realização das revistas e desfiles, fundindo no mesmo ato o discurso, o signo e a cerimônia. A análise dos respectivos textos revela a conciliação de dois grandes objetivos: a ordem e a nacionalidade. A afirmação da soberania se faz em contraposição ao “jugo da metrópole” rompido com a abdicação, mas a fidelidade ao trono é a principal representação da ordem.

O 7 de abril é o “maior dia do Brasil”, pois marcou o afastamento do “déspota bragantino” afirma, em 1834, Camilo Jorge Pereira Faro, da família dos Titulares do Rio Bonito, Comandante do Corpo de Cavalaria da Legião de Vassouras e Valença:

“Dez anos se passarão, em que o mais feroz Dispotismo pezou sobre nossas cabeças; no decurso delles, só tratou de locupletar-se, e velipendiar-nos; exaurindo os Thezouros Nacionais, e envolvendo-nos em Guerras injustas...”<sup>43</sup>.

A contraposição entre a nova nação e a velha metrópole faz do “retrógrado caramuru” o grande inimigo, argumentação que é retomada em 1834, pelo Chefe da Legião, Laureano Corrêa e Castro, futuro Barão do Campo Belo, ao se referir ao “solene dia” – o 7 de abril – que “destruiu completamente o jugo metropolitano”, acusando “os inimigos do atual sistema que nos rege” que “por

todas as formas procurão perturbar a tranquilidade pública”. Importa destacar que na mesma ocasião, os “Vivas” no final da proclamação saudavam a “Nação Brasileira”, após a “Religião”, o “Imperador D. Pedro II”, a “Regência” e “a Assembleia-Geral”<sup>44</sup>.

Na mesma solenidade, o Juiz de Paz em proclamação ao “cidadão Coronel Chefe da Legião” definia a “manutenção e defesa dos objetos mais caros à Grande Família Brasileira e que a Guarda Nacional tem por timbre sustentar: Constituição, Imperador D. Pedro II, Liberdade, Independência e Governo Legal”<sup>45</sup>.

Paralelo ao discurso desenvolve-se o ritual, com os “habitantes a caráter”, “a bênção da Bandeira” e os “vivas nacionais”, tudo “com grande entusiasmo” e sem “hum só distúrbio”, como na descrição da Parada de abril de 1834<sup>46</sup>. Retomando a análise de Fernando Uricoechea destacamos os elementos litúrgicos da corporação como aspectos planejados do processo de construção do Estado, no estabelecimento de uma rotina administrativa, burocratizante dos homens livres.

O autor define a Guarda como uma corporação administrativa dirigida patrimonialmente, uma vez que, sendo uma “milícia privada formada de homens livres”, era “burocraticamente controlada e supervisionada por agências administrativas do Estado central”. Apesar de dirigida operacionalmente pelas elites locais, “sua organização era determinada externamente pelo Estado” ficando os seus componentes impossibilitados de mudar a sua estrutura e as suas funções<sup>47</sup>.

A liturgia como no dizer de Chartier permitia a substituição de um “constrangimento imposto”, por um “constrangimento interiorizado”<sup>48</sup>. Sacraliza-se a prática das obrigações combinando a atração pelo fascínio, a pompa e a hierarquia com a coerção<sup>49</sup>.

A satisfação das liturgias estava arraigada à rotina diária dos homens livres como se vê no controle da mobilidade geográfica da população, com exigência de mecanismos do tipo da “guia de mudança” e o complicado processo para se conseguir uma licença de serviço.

A dimensão da Guarda Nacional pode ser avaliada quando, comparada ao Exérci-



to, que no período estudado reunia cinco mil profissionais contra os 200 mil milicianos da Guarda<sup>50</sup>. Na revista parcial do segundo semestre de 1833, a Legião de Vassouras e Valença apresentava um efetivo de 980 homens no serviço ativo<sup>51</sup>.

O amplo engajamento contrastava com a precariedade dos meios. O fornecimento de armas era mínimo e amplamente superado pelos materiais de uso marcial e litúrgico como tambores e clarins e para seu uso se chegava a empregar milicianos pagos<sup>52</sup>:

“... a Guarda Nacional na nossa Província está quasi inteiramente desarmada. O armamento que pertence as Milícias ... foi recolhido, além de ser insuficiente, acha-se quasi todo de modo arruinado... A falta de armamento junta ao mau estado de organização...”<sup>53</sup>

As dificuldades financeiras do governo refletiam-se na restrição quase que total das despesas com a milícia. A contabilidade de várias unidades da Guarda, no período entre 1832 e 1834, revela que quase toda a receita estava comprometida com despesas administrativas e litúrgicas<sup>54</sup>: “o fornecimento de bandeiras, tambores, cornetas, trombetas e papel para o expediente, para conselhos de disciplina, para registro...”<sup>55</sup>.

Em face da necessidade de conter as despesas, optam os presidentes da Província por “dispensar do serviço não só os instrutores... mais ainda os clarins, cornetas e tambores, que não queirão servir gratuitamente”<sup>56</sup>. Paralelamente às limitações do Estado, aumentavam as exigências sobre os milicianos, obrigados não só a rotina de serviços e liturgias, mas a desembolsos constantes. Os milicianos tinham a obrigação de se fardar, se armar por meios próprios e, na maioria dos casos, cuidar da manutenção e reparo das peças.

As limitações descritas não impediam que a Guarda prestasse uma variedade de serviços à administração burocrática como nos mostra a requisição de milicianos para a captura de criminosos, a transferência de réus, o transporte de cofres e valores públicos, e o patrulhamento das cidades<sup>57</sup>.

Força sem quartel, onde a localização física do comando se confundia com a re-

sidência do comandante, sem maiores dotações orçamentárias e materiais, a Guarda Nacional dirigida pelo poder local, organicamente vinculada ao governo central, ordenava e controlava a ampla camada de homens livres.

Como força de cidadãos, a Guarda Nacional reunia os homens livres, mas com nítida divisão entre eles. Os grandes proprietários e seus familiares, de um lado, ocupavam seus postos de comando, escapam do recrutamento do Exército e não tinham suas atividades prejudicadas. De outro lado, os homens livres não proprietários e, na maioria dos casos, pobres, suportavam toda a rotina de serviços da Guarda.

A preocupação em controlar os homens livres, até de forma violenta, estava ligado à própria estrutura da sociedade escravista e a inserção nela desta camada social<sup>58</sup>. A Guarda não só “distrai” os homens livres de suas atividades, mas reproduz na hierarquia corporativa a hierarquia social mais ampla, para o que vale recordar que a renda necessária para tornar-se oficial era o dobro da exigida para tornar-se um simples praça. Como destaca Uricoechea, “a grande maioria de homens livres está sujeita a uma disciplina de serviço que tornava possível o estabelecimento de uma relação de subordinação e autoridade entre os senhores de terra”<sup>59</sup>.

A liturgia aparece como um elemento central da ordenação e representação da sociedade. A rotina de serviços era minuciosamente regulada. Todas as Legiões elaboraram regulamentos detalhados das suas rotinas. Instrução de 15 em 15 dias, revistas parciais a cada seis meses e a revista anual, realizada no período estudado, sempre no dia 7 de abril<sup>60</sup>. Era obrigatória a presença dos milicianos, apesar dos presidentes de Província reconhecerem que as distâncias e a precariedade das estradas justificavam as constantes ausências.

A pompa dos serviços aparecia, por exemplo, no uso de uniformes diferentes para cada uma das rotinas, ficando proibido na instrução o uso “do grande uniforme”, reservado a Revista Anual, o que obrigava os milicianos a ter todos os uniformes.

O tom de exaltação dos discursos valorizava o encargo dos milicianos. O único

momento em que a elite que comandava a Guarda admitia o afrouxamento das rotinas se dava quando as obrigações com a milícia prejudicavam as atividades produtivas como mostra o ofício do chefe da Legião de Valença ao presidente da Província, datado de 11 de setembro de 1839, em que conclui ser necessário rever o critério de alistamento:

“A Vila de Vassouras tem de exportar este ano para mais de 150 mil arrobas de café, maior parte dos solteiros e as outras duas classes que tem de destacar achão-se ocupadas ou em feitores das Fazendas na força de suas colheitas, ou em arriadores de numerosas tropas que trilhão todas as estradas em direção ao depósito geral do mercado de nossa fértil Província; ainda muitos mais estão ocupados nas fábricas de assucar e em outros diversos ramos que fazem a principal receita do Tesouro Público. Agora em hum giro que acabo de fazer de perto de 30 legoas fui ocular observador da geral inquietação desta tão util clas-

se da Nação, cuja ??? laborizavida não lhes deixa tempo nem mesmo para fazer seus rosados de milho de que se faz o principal sustento da escravatura e das tropas que transportarão seus generos ao mercado”<sup>61</sup>.

O emprego da Guarda Nacional em ações militares foi, via de regra, restrita ao engajamento nas rebeliões internas e, posteriormente, na convocação para a Guerra da Tríplice Aliança. Mais do que atividades militares, a liturgia apresentava-se como o aspecto mais significativo do funcionamento da milícia, permitindo a representação ordenada e hierarquizada da sociedade. Em sua história, a Guarda Nacional assumirá, cada vez mais, a função de braço burocrático do Estado Imperial, centralizado, principalmente após a sua reorganização pelo governo conservador em 1850, ideia expressa pelo Vice-Presidente da Província, no exercício da Presidência, Darrique Faro, já Visconde do Rio Bonito, em 1854: “cumpre não nos esquecermos de que esta milícia nacional é um princípio mais do que um fato”<sup>62</sup>.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> SANCHES, Marcos Guimarães. *A Guerra: problemas e desafios do campo da História Militar Brasileira* In *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, abril de 2010. Disponível em: <http://historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/RBHM-I-01-1.pdf>.

<sup>2</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, Vol. I, p. 176.

<sup>3</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, II Vol., p. 38.

<sup>4</sup> MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 270.

<sup>5</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio In CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977, p. XXV.

<sup>6</sup> URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978, p. 15.

<sup>7</sup> MOUSNIER, Roland, Os Séculos XVI e XVII – Os Progressos da Civilização Europeia. *História Geral da Civilização*, Vol. 9, São Paulo, Difel, 1960, p. 109.

<sup>8</sup> CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 176.

<sup>9</sup> Idem, p. 239.

<sup>10</sup> Ver respectivamente em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 266, Jan./Mar. 1965, p. 159-290 e Idem, n. 267, Abr./Jun. 1965, p. 93-214.

<sup>11</sup> MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. *Cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848*, em MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo (org.), *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2015.

<sup>12</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*; URICOECHEA, Fernando, *op. cit.*

<sup>13</sup> RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989, p. 12-13.

<sup>14</sup> *Aurora Fluminense*, 15.2.1832, Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

<sup>15</sup> MATTOS, Ilmar Roloff, *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 1.

<sup>16</sup> BASTOS, A. C. Tavares, *A Província*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 122.

<sup>17</sup> SILVA, J. M. Pereira, *História do Brasil durante a Menoridade de D. Pedro II*. RJ: Garnier, s/d, p. 29.

<sup>18</sup> URICOECHEA, F., *op. cit.*, p. 89 e 15-16.

*Navegador 25* Instituições militares e a ordem da “boa sociedade”:  
a Guarda Nacional na região cafeeira fluminense

- <sup>19</sup> Lei de 6 de junho de 1831. *Collecção das Leis e Decisões do Império do Brazil – 1831*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.
- <sup>20</sup> BRASIL, *Annaes da Câmara dos Deputados – 1831*, Rio de Janeiro: Seignot Plancher, 1873, T. I, p. 18 sg.
- <sup>21</sup> Lei de 18 de agosto de 1831, *Collecção das Leis...*
- <sup>22</sup> A Guarda incorporou, nos seus primeiros anos de funcionamento, expressivo número de militares dos batalhões extintos. Ver: Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 449.
- <sup>23</sup> ROCHA, Justiniano José, Ação, Reação e Transação. Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil in MAGALHÃES Jr., R., *Três Panfletários do Segundo Reinado*: São Paulo: Nacional, 1956, p. 171.
- <sup>24</sup> Decreto de 25.10.1832. *Collecção ... – 1832*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.
- <sup>25</sup> Aurora Fluminense, 25.10.1832, Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.
- <sup>26</sup> MATTOS, Ilmar R., *op. cit.*, p. 32-33.
- <sup>27</sup> CASTRO, Jeanne Berrance, *op. cit.*, p. 78
- <sup>28</sup> Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup>, 444
- <sup>29</sup> Ver como exemplo as justificativas para dispensas de convocação descritas nas Atas do Conselho de Revista, município de Vassouras, Arquivo da Câmara Municipal de Vassouras.
- <sup>30</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*, p. 86
- <sup>31</sup> Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 413, 415, 419 e 443.
- <sup>32</sup> Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850 e Lei nº 2.395 de 10 de setembro de 1873.
- <sup>33</sup> Ver como exemplo: Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 448 e 449.
- <sup>34</sup> STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, Cap. I
- <sup>35</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 22.
- <sup>36</sup> Ofício ao Ministro da Justiça. Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 425.
- <sup>37</sup> Ofício ao Ministro da Justiça. Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 442.
- <sup>38</sup> Relatório do Ministro da Justiça”, 1832, Arquivo Nacional.
- <sup>39</sup> Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (RPRJ), de 1<sup>a</sup> de fevereiro de 1835, Joaquim Jose Rodrigues Torres, Arquivo Nacional.
- <sup>40</sup> BOUREAU, Alain, Les Cérimonies Royales Française entre performance juridique et compétence. In : *Annales*, 6, Nov/Dez 1991, p. 1255-1258.
- <sup>41</sup> CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 224.
- <sup>42</sup> “Proclamação da Regência de 12 de fevereiro dirigida aos guardas nacionais por ocasião da revista geral daquelle dia” apud CASTRO, Jeanne Berrance, *op. cit.*, p. 246.
- <sup>43</sup> “Proclamação que ao Corpo de Cavalaria Nacional de Valença dirige o Major Comandante Interino do mesmo”, Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 444.
- <sup>44</sup> Ordem do Dia de 7 de abril de 1834, Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup>, 444.
- <sup>45</sup> Proclamação ao Cidadão Coronel Chefe da Legião”, 7 de abril de 1834, Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 444.
- <sup>46</sup> Ofício do Chefe da Legião de Valença ao Ministro da Justiça, 9 de abril de 1834, Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 444.
- <sup>47</sup> URICOECHEA, F., *op. cit.*, p. 132 -135.
- <sup>48</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 220-224
- <sup>49</sup> RIVIÈRE, Claude. *Op. cit.*, p. 16
- <sup>50</sup> Arquivo Nacional, SPH, Caixa 777, pc. 1.
- <sup>51</sup> Mapa do Segundo Semestre do anno de 1833 da Legião da Guarda Nacional de Valença. Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 444.
- <sup>52</sup> Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 442.
- <sup>53</sup> RPRJ, 1.2.1835, Joaquim José Rodrigues Torres, Arquivo Nacional.
- <sup>54</sup> Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 434
- <sup>55</sup> RPRJ, 1.2.1835, Joaquim José Rodrigues Torres, Arquivo Nacional.
- <sup>56</sup> RPRJ, 8.10.1836, Paulino José Soares de Souza, Arquivo Nacional.
- <sup>57</sup> Ver os Relatórios do Ministro da Justiça, 1832 a 1836. Arquivo Nacional.
- <sup>58</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974, p. 9 e 27.
- <sup>59</sup> URICOECHEA, Fernando, *op. cit.*, p. 48.
- <sup>60</sup> Regulamento relativo as épocas das Revistas e Serviço Ordinário..., Arquivo Nacional, IJ<sup>6</sup> – 444.
- <sup>61</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Valença.
- <sup>62</sup> RPRJ, 2 de junho de 1854, João Pereira Darrigue de Faro, Arquivo Nacional.

# A “Hipótese Erradicadora” e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial como laboratório\*

The “eradicating hypothesis” and the organization of  
the Seamen Corps: the Imperial Navy as laboratory

**Wagner Luiz Bueno dos Santos**

*Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH – UNIRIO) e servidor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).*

## RESUMO

Neste trabalho, analisaremos as transformações ocorridas no corpo de praças da Marinha Imperial em meados do século XIX à luz da hipótese erradicadora defendida por Edmundo Campos Coelho. Em nossa análise destacaremos a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Na tese publicada originalmente em 1976, na obra *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, Edmundo Campos sustenta que houve, por parte da política Imperial, uma ação agressiva cujo objetivo foi a redução do efetivo do Exército em alguns momentos no decorrer do período Imperial que alcançou os primeiros momentos da República.

**PALAVRAS-CHAVES:** Companhias de Aprendizes-Marinheiros; Corpo de Imperiais Marinheiros; Política Militar; História Naval Brasileira

## ABSTRACT

In this work, we submit the transformations that took place in the Imperial Navy in the middle of the 19th century, highlighting the creation of the Seaman Corps and the Sailors School, to the eradication thesis defended by Edmundo Campos Coelho. In the thesis originally published in 1976 in the book *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, the author maintains that there was an aggressive action by Imperial politics whose objective was the reduction of Army personnel at certain moments during the course of Imperial period reaching the first moments of the Republic.

**KEYWORDS:** Sailors School; Seaman Corps; Military Politics; Brazilian Naval History

---

\* Este artigo é conteúdo modificado da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS – UFRJ em JUL/2016. SANTOS, Wagner Luiz Bueno. A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial / Wagner Luiz Bueno dos Santos, 2016. Disponível na Plataforma Sucupira <<https://sucupira.capes.gov.br>> Artigo recebido em 20 de março de 2017 e aprovado para publicação em 31 de maio de 2017.

## A POLÍTICA MILITAR NO IMPÉRIO E A HIPÓTESE ERRADICADORA

O debate em torno da questão militar no Império remete-nos aos princípios teóricos que balizam o tema. Proveniente da sociologia militar norte-americana liderada por Samuel P. Huntington, um modelo analítico foi desenvolvido na tentativa de explicar a profissão militar, destacando a perspectiva da relação entre militares e civis. Para Huntington, uma forma de estudar tal relação seria se debruçando sobre o envolvimento dos militares na política. O sociólogo elaborou um quadro analítico pelo qual se poderia perceber o grau de tal envolvimento. O nível de profissionalização alcançado pelas Forças Armadas, para o autor, seria o fator definidor que afastaria os militares das questões políticas – quanto maior o nível de profissionalismo, menor seria o envolvimento dos militares com a política. Porém, a história recente da América Latina não corroborou a tese de Huntington, que não considerou as transformações do militarismo que atribuiu certa especificidade à questão militar na região que levou a sucessões de governos militares no continente<sup>1</sup>.

A fragilidade não impediu que a tese de Huntington florescesse oferecendo frutos a historiografia sobre o tema. É o caso do trabalho de Edmundo Campos Coelho<sup>2</sup> que, apoiando-se no sociólogo norte-americano, elabora e defende a tese de que o Exército foi submetido a uma política de erradicação, que se estendeu por vários períodos da trajetória histórica da instituição. Precisamente, essa política foi conduzida pela elite política imperial e teria acontecido entre os anos subsequentes ao Primeiro e Segundo Império e durante a República Velha, um período demasiado longo em que o Exército sofreu reduções no seu efetivo de forma incisiva.

O fluxo do efetivo do Exército e as oscilações no orçamento do Ministério da Guerra durante o período, segundo Edmundo Campos, corrobora a ação contra a “existência de uma Força Armada permanente e profissional”<sup>3</sup>. Outro fator preponderante nessa política, segundo o autor, foi a criação da Guarda Nacional que, com seu caráter liberal, agiria como força auxiliadora junto

às forças militares de linha a partir de 1831, substituindo as milícias e ordenanças regionais e as guardas municipais, cujo objetivo era manter a ordem, defendendo a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do território.<sup>4</sup>

Para Edmundo Campos, a política de erradicação foi uma prática agressiva contra o Exército durante o Império fomentada por fatores diversos. Além da repulsa alimentada desde o processo de Independência em relação às tropas da colônia portuguesa e do repúdio promovido pela prática do recrutamento, havia o receio de manter uma força militar profissional organizada à disposição do Poder Executivo. Essa prerrogativa foi estabelecida no bojo das discussões acerca do tipo de governo a ser implementado após o processo de emancipação política. O regime monárquico centralizado na Coroa saiu vencedor, e com ele, como previu o texto do projeto constitucional de 1823, o controle sobre as forças militares ficaria a cargo da Assembleia, que decidiria tanto a questão orçamentária quanto a de fixação de força militar.

Os argumentos desenvolvidos pelo autor<sup>5</sup> estão baseados na interpretação de dados quantitativos e estatísticos colhidos de fontes do Ministério da Guerra e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com base nesses dados, Edmundo Campos Coelho afirma que, desde o início da década de 1830, estava em curso uma política antimilitar. As reduções do efetivo do corpo do Exército, assim como no seu orçamento, traduziam a ação da classe política contra a instituição. A análise do autor a partir dos números do Ministério da Guerra aponta que o efetivo do Exército sofreu significativas reduções em alguns momentos ao longo do Primeiro Reinado, durante a Regência e no Segundo Reinado até o período republicano. Conforme tabela abaixo, podemos verificar os dados analisados por Campos Coelho.<sup>6</sup>

Tabela I – Evolução do Efetivo do Exército\*

Ano	Efetivo	Índice de Crescimento (1830=100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7

1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,66
1863	16.000	53,33
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Relatório do Ministro da Guerra, Mapas da Força do Exército.

\*Efetivos Legais. *Apud* COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A interpretação dos dados que afirmam a hipótese erradicadora formulada por Edmundo Campos sugere que o autor compreende o Exército como uma força homogênea e à margem dos processos históricos mais complexos. Vejamos que, por exemplo, dois fatores podem explicar o comportamento do declínio no número do efetivo do Exército no início da década de 1830. A grande desmobilização das tropas que participaram do processo que resultou na Abdicação e a criação da Guarda Nacional no mesmo período, como elemento progressista da política militar liberal contra as tropas de 1ª linha, como observou o próprio autor, tidas como ameaça à ordem civil.

Analisando o período posterior, no início da década de 1870, coloca-se diante à hipótese de Campos Coelho uma constatação que compromete mais uma vez os resultados de suas análises. Após uma grande mobilização durante os conflitos com o Paraguai, houve uma segunda desmobilização da tropa com o término dos conflitos, o que reduziu de maneira significativa os quadros do Exército.

Ao fazer associação entre o declínio do número de efetivo e os acontecimentos durante o período, Edmundo Campos sugere que tais eventos embasaram os principais argumentos para a elite política promover a prática erradicadora. Por outro lado, o autor não considera a dinâmica política entre os grupos políticos, deixando de fora os conflitos

entre as principais correntes conservadoras e liberais no desfecho do 7 de abril. Por exemplo, Nelson Werneck Sodré considera que a redução do Exército no pós-Abdicação foi parte do processo político que se desenrolou e que culminou na associação entre conservadores direitistas e centristas, grupo que reuniu elite agrícola, isolando a ala radical de esquerda; e, como a maioria dos componentes do Exército participava daquela ala, foi promovida a redução de seu efetivo<sup>7</sup>.

O primeiro declínio das despesas encontra-se no momento dos conflitos no pós-Independência, quando as tropas do Exército que garantiram o arrefecimento de núcleos favoráveis às Cortes portuguesas foram desmobilizadas. Podemos perceber uma queda nas despesas de cerca de 9% de seus gastos entre os anos de 1823 e 1824. Porém, após o ano de 1829, houve um aumento de mais de 17% dos gastos do Ministério em relação aos gastos do Governo. Após um período em que o Império atravessava momentos de tranquilidade, a despesa torna a cair vertiginosamente, entre os anos de 1829 e 1832, nos mesmos patamares de aumento do período anterior, uma queda de pouco menos de 17%. O gráfico apresenta ainda um aumento das despesas entre os anos de 1835 e 1841, cujo percentual de aumento foi em torno dos mesmos 17%, num período em que o Império vivia em grande efervescência devido às rebeliões e revoltas regenciais. Após esse período, associada ao arrefecimento dos movimentos rebeldes nas províncias, houve uma queda nas despesas de 12,8%. Ao analisarmos os dados que compreendem o período que antecedeu o conflito contra o Paraguai, os anos que se prolongaram com a guerra e os anos posteriores, a hipótese erradicadora de Edmundo Campos Coelho perde sua força, corroborando o que salientou Adriana Barreto:

A análise sequenciada dos gráficos orçamentários por ele [Edmundo Campos Coelho] apresentada permite situar com precisão a queda na curva de despesas do Ministério da Guerra no momento seguinte às operações militares no Paraguai. Ao contrário de conformar uma trajetória unifor-

me que atravessa todo o período imperial, os baixos investimentos no Exército têm lugar em uma conjuntura histórica específica.<sup>8</sup>

Portanto, o que Edmundo chama de política de erradicação na verdade corresponde a momentos específicos em que o governo reduziu seus gastos com a tropa, tendo em vista que a manutenção de um Exército volumoso implicava despendar gastos que a Coroa não tinha como cobrir. Por outro lado, se considerarmos os gastos do governo em outras áreas, o que não se verifica no trabalho de Edmundo Campos Coelho, veremos que as Forças Armadas, de 1831 a 1850, receberam uma fatia de mais de 40% do orçamento do Governo, como aponta José Murilo de Carvalho.<sup>9</sup>

Assim como Edmundo Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré aponta que, diante do modelo de recrutamento praticado pelas Forças Armadas, a Guarda Nacional foi ganhando importância à medida que se colocava como principal força militar atuante nas províncias. Esse quadro, associado à questão financeira, desencadeou um dos principais fatores que demonstrava o descrédito dispensado às forças militares de linha, a condição em que se encontrava seu contingente. Segundo o autor, a tropa de linha estava em situação social precária:

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época, de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão ainda isentos os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível.<sup>10</sup>

Entretanto, Werneck Sodré, operando com outra perspectiva teórica, se apropria da mesma fonte estatística analisada por Edmundo Campos Coelho e aponta para

outro entendimento sobre aqueles dados apresentados pelo Ministério da Guerra. Enquanto Edmundo identifica a retomada da reorganização do Exército após a Proclamação da República, para Werneck Sodré essa reorganização se dá durante o processo de consolidação da classe senhorial, ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo quando se verifica o desenvolvimento das atividades relacionadas ao café. Naquele processo, uma nova classe ascende enquanto a classe dominante de zonas em declínio perde influência. Com isso, percebe-se uma pequena reorganização militar. Para o autor, a nova classe média buscará no Exército sua composição, construindo uma identificação entre esses dois estratos sociais quando se verifica o surgimento de um novo poder, o Poder Militar. A aproximação se dá pelo recrutamento. Werneck Sodré identifica que foi a partir do ingresso de seus filhos que a nova classe média construiu um elo com o Exército. O encontro se deu na Escola Militar, em contraposição a trajetória dos filhos da aristocracia agrária às escolas jurídicas, de onde saíam aqueles que tomariam os quadros dos altos cargos públicos, formando a burocracia estatal, como apontou José Murilo de Carvalho.<sup>11</sup>

Com a guerra contra o Paraguai, percebem-se significativas mudanças na formação das tropas. Segundo Werneck Sodré, os estancieiros chefes militares, com suas tropas de cavalaria irregular, são substituídos por um instrumento organizado, em que o soldado disciplinado foi a peça fundamental no emprego de técnicas de combate. Nesse momento, elementos da classe média galgaram o oficialato, derrubando algumas barreiras que impediam a ascensão nas fileiras do Exército. E não só isso: para o autor, a instituição saiu da guerra como uma “força nova na vida do País, não será relegada mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com o papel subalterno na vida nacional”.<sup>12</sup>

Para Werneck Sodré, algumas questões impeliram mudanças no formato das Forças Armadas, sobretudo as de caráter tecnológico que, por sua vez, podem explicar o declínio no efetivo militar durante os anos de 1871 a 1889. O que Edmundo Campos

entendeu como continuação da política de erradicação Werneck Sodré entendeu as sucessivas reduções do efetivo do Exército entre 1871 e 1889 como um processo que resultou em uma “Divisão Moderna”. Se, por um lado, o Brasil não reunia condições para ingressar, naquele momento, no processo de industrialização, o que implicou o atraso no aparelhamento das Forças Armadas, por outro, a guerra contra o governo do Paraguai imprimiu uma nova mentalidade militar. Essa mudança no modo de pensar introduziu novas perspectivas ao Exército, por meio de iniciativas promotoras de avanços significativos que contribuíram para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, o contato com outras forças militares europeias, com o envio de militares à Europa para acompanhar os avanços da indústria armamentista. Alguns dos resultados foram o envio de oficiais para cursos na Europa; compras de equipamentos e armas militares; implementação, na Escola Militar, de cursos de formação especializada e mudanças nos regulamentos de promoção de oficiais e de recrutamento de praças. Essas inovações, segundo o autor, promoveram a valorização das Forças Armadas.

Em outra perspectiva, Adriana Barreto aponta que tanto Edmundo Campos Coelho quanto Nelson Werneck Sodré concebem a trajetória das Forças Armadas balizada em uma política erradicadora e tentam buscar na história brasileira uma tradição política progressista ao lançar mão do argumento de que a Guarda Nacional seria o “emblemático da aversão civil pelas forças de linha. A autora destaca que

A particularidade que [esses autores] buscam infundir no Exército inspira-se diretamente nos modelos norte-americanos e francês de concepção das forças militares, que caracterizam milícias como instituições democráticas, representativas das aspirações do *self-government* e capazes de impulsionar o processo civilizatório e o movimento de construção da cidadania.<sup>13</sup>

Contraopondo Edmundo Campos Coelho, a autora faz uma leitura da tese do autor re-

montando à trajetória histórica feita por ele na análise dos dados numéricos. Adriana Barreto aponta que o medo de uma restauração promovida pelos generais portugueses ameaçava a sociedade política no pós-Abdicação. Tal desconfiança, defende ela, teria sido o motivo para a criação da Guarda Nacional e para uma aversão às forças de linha. Ainda segundo ela,

Somente a Guerra do Paraguai desequilibraria, anos mais tarde, essa relação, ainda assim, as alterações ocorreriam devido à pressão imposta por determinados setores do Exército. A recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos pampas paraguaios, produziria grandes descontentamentos entre a oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do País que culminaria no golpe de 1889.<sup>14</sup>

Ao verificar a escassa produção historiográfica acerca da instituição, a autora conclui que o Exército foi retratado, em maior escala, com um fundo memorialista; poucos são os trabalhos de fôlego dispensados à corporação. Saliencia, ainda, a historiadora que somente a partir de 1964, sobretudo após os resultados do processo político nos anos posteriores, a instituição passou a ser alvo de investigação histórica. Entretanto, recorrendo a Edmundo Campos Coelho, chama atenção que uma “determinada geração”<sup>15</sup> concebeu o Exército como um instrumento de grupos políticos. Segundo Adriana Barreto,

Esse tipo de inserção política soma ao mencionado desnível regional e lacunas cronológicas e teórica. O olhar que informa essas abordagens torna recorrente a opção por um recorte histórico de longo alcance temporal que pouco recua ao século XIX e menos ainda se detém na corporação. Imerso numa certa ingenuidade, o Exército é concebido enquanto instrumento dos desígnios de determinados grupos políticos, fossem eles compostos por integrantes da oligarquia ou



dos setores médios, podendo ainda fundamentar a versão moderadora pela qual assumirá uma função arbitral entre as classes e os grupos dominantes.<sup>16</sup>

Entretanto, Adriana Barreto chama atenção que, para que as análises não esvaziem de sentido a instituição militar, é necessário considerar sua particularidade singular, sua atuação não deve ser vista somente como intervencionista pelas armas; é preciso dar atenção e interpretar suas intervenções na política como algo particular e específico. Concluindo, a autora afirma que os trabalhos científicos,

Comprometidos com a definição de um modelo explicativo da conduta do Exército ao longo da história [...] segue-se a valorização das intervenções armadas em detrimento dos movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas.<sup>17</sup>

Para Adriana Barreto, converge em dois pontos o problema na análise de Edmundo Campos. O primeiro consiste na redução a um único esquema analítico todo o processo de formação do Estado Imperial e os primeiros 40 anos do regime republicano. O segundo ponto é que o autor imprimiu ao liberalismo uma força explicativa que transplantou para a realidade brasileira o modelo norte-americano sem seus devidos cuidados. Com isso segundo a autora, Edmundo Campos

Promove um desenraizamento conceitual que homogeneiza por completo noções-chaves para a compreensão da trama política que dá sustentação às relações desenvolvidas entre elite civil e Exército no Império. Sua abordagem acaba por ratificar posturas como aquela prescrita em um famoso provérbio imperial. Se este não distingue liberais de conservadores, Coelho aproxima práticas e doutrinas políticas de mais de cem anos sob o termo “política de erradicação”.<sup>18</sup>

Ao demonstrar que a Guarda Nacional, como filha do pensamento liberal difundido

durante a Regência, reunia, além das atribuições na manutenção da ordem, problemas estruturais, assim como as fileiras do Exército, a autora contrapõe a ideia de que a Guarda seria a materialização da aversão civil à tropa de linha. Analisando as correspondências entre os presidentes das províncias e o ministro da Guerra, Adriana Barreto verificou que a dicotomia entre o Exército e a Guarda Nacional encontrava-se para além da simples correlação entre as duas instituições enquanto forças coercitivas com formações distintas de suas fileiras. As clivagens, tanto nas esferas das concepções políticas quanto nas relações mais íntimas – reveladas nas cartas – sofisticadas de poder, inclusive a respeito de sua manutenção após o regresso conservador, são reveladoras dos principais aspectos da relação entre as duas forças militares.

Ao aproximar Edmundo Campos Coelho de Nelson Werneck Sodré, sobretudo em relação à tese de erradicação, a autora deixa de mencionar a contribuição do historiador marxista que, ao verificar a aproximação do Exército Brasileiro ao modelo europeu de modernização, apontou mudanças na mentalidade militar que contribuiriam para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Na mesma medida em que Adriana Barreto salienta a necessidade de observarmos “os movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas”, também deixa de verificar em Werneck Sodré sua contribuição sobre o estágio profissionalizante que o Exército teria alcançado no pós-guerra contra o Paraguai. Para a autora, esse estágio não foi alcançado, em termos modernos, como prometera a ação modernizadora promovida pelo Partido Conservador quando tomou a frente da política imperial em meados do século XIX.

### **“COMO AS NAÇÕES MAIS AVANÇADAS”: A ORGANIZAÇÃO DAS PRAÇAS DA MARINHA IMPERIAL E A CRIAÇÃO DO CORPO DE IMPERIAIS MARINHEIROS**

A Marinha Imperial era numericamente inferior ao Exército em relação ao efetivo; formada por dois grandes corpos militares, o Corpo de Artilharia<sup>19</sup> e o Corpo de Ma-



rinheiros da Armada<sup>20</sup>, a Força Naval, em 1830, contava apenas com 4.975<sup>21</sup> homens. Podemos ver abaixo a tabela que remonta à evolução e às transformações do quadro de efetivo da Marinha até 1849. Sem pretender análises aprofundadas, apontaremos algumas relações entre as transformações do seu contingente e o processo político no período. Nosso objetivo é verificar e testar em que medida a hipótese erradicadora, difundida por Edmundo Campos Coelho, pode ser aplicada às transformações sofridas no efetivo do Corpo da Armada.

Para nossa análise, lançamos mão de dados dos Relatórios Ministeriais (1831-1849), do Mapa da Lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz de 1831<sup>22</sup> e da legislação que fixava a Força Naval. As informações foram cruzadas e analisadas com base nos debates na Câmara dos Deputados. Tentamos nos aproximar ao máximo da realidade do quantitativo da Força de Mar no período e verificar em que

medida a fixação de força para a Armada Imperial foi tratada pelos deputados. Os dados foram organizados em tabelas e a partir delas confeccionamos alguns gráficos que orientaram as análises para corroborar nossa hipótese.

Pretendemos, tendo como ponto de partida a "hipótese erradicadora" de Edmundo Campos Coelho, comprovar que a política empreendida para a Marinha em meados do século XIX não pretendeu esvaziar seus quadros militares, na verdade, estava longe de impedir a "existência de uma Força Armada permanente e profissional". Veremos que a redução do efetivo promovida na Armada Imperial ocorreu concomitantemente ao processo de organização das praças, tendo como modelo as principais Forças Navais da época; foi o movimento inicial do processo de sua profissionalização. Na tabela abaixo, temos a primeira impressão do que foi, em termos quantitativos, a Força Naval entre 1830 e 1849.

Tabela II - Força Naval 1830-1849

Ano	Oficiais	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Total
1830	139	2.784	2.052	X	4.975
1831	139	2784	2.052	X	4.975
1832	139	600 <sup>23</sup>	1.771	X	2.510
1833	262	600	1.648	X	2.510
1835	262	Não informado	1.934	X	2.198
1836	274	574	Não informado	X	Idem
1839	252	Não informado	3.256	X	3.830
1840	272	Não informado	Idem	X	3.925
1841	275	502	2.289	774*	3.840
1842	221	510	2.139	844	3.714
1843	234	458	1.252	758	2702
1844	237	470	1.644	873	3.224
1845	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.933
1846	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.730
1847	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.725
1848	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620
1849	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620

Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \* O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Um dos primeiros pontos que destacamos na tabela é o significativo aumento do número de oficiais. Depois de três anos com o mesmo efetivo, o quadro de oficiais foi elevado para mais de 88% entre os anos de 1832 e 1833. Nos primeiros anos da década de 1830, a formação dos oficiais, tanto do Exército quanto da Marinha, esteve no centro das discussões sobre o modelo de ensino que deveria ser adotado nas Academias de Formação de Oficiais das duas Forças. Chegou-se a unificar a Academia Militar do Exército com a Academia de Guardas-Marinha<sup>24</sup>, responsável em formar oficiais para a Armada Imperial. Com o argumento de tornar público e simplificar a formação daqueles que pretendiam chegar ao oficialato das Forças Armadas, a unificação acabou, no caso da Academia de Guardas-Marinha, por afastar a formação dos oficiais da própria Marinha; a medida foi desfeita um ano após a unificação. Esse processo foi analisado por Carlos André Lopes da Silva ao confrontar os resultados com a recente historiografia brasileira, que toma os atos regenciais em relação à estrutura das Forças Armadas como parte da “política de erradicação” O autor aponta que,

se a criação de uma escola conjunta para oficiais das armas do Exército e para a Marinha fosse parte de um projeto maior para enfraquecer ambas as instituições militares, ou um produto de uma retração dos investimentos do Estado causado pela crise econômica, seria difícil explicar a completa reversão daquele cenário pouco mais de um ano e meio depois.<sup>25</sup>

E, ainda, se considerarmos as transformações promovidas na administração naval durante os anos finais da década de 1830 e as que se seguiram durante os anos de 1840<sup>26</sup>, não só ficaria difícil explicar como também seria um ponto a considerar sobre a tese de Edmundo Campos. Na verdade, ela perde força, pois o que se percebeu foi uma considerável transformação na estrutura da Marinha Imperial, ampliando a presença da Força Naval em boa parte do território do Império<sup>27</sup>. Por outro lado, notou-

-se uma redução nos quadros das praças, porém, não podemos observar esse movimento desvinculado do desdobramento de um processo mais específico que se encaminhava na medida em que se pensava uma força militar organizada, como veremos mais a frente.

Na tabela II, as praças estão representadas pelos Corpos de Artilharia e de Marinheiros da Armada, este representado na tabela pela marinhagem onde, a partir de 1836, em caráter experimental, passou a existir quatro Companhias Fixas de Marinheiros. Depois de 1840, tendo como base as Companhias Fixas, o Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado. Desde então os imperiais marinheiros passaram a ser contabilizados separadamente da marinhagem<sup>28</sup>. Tomando como ponto de partida a década de 1830, vejamos um ponto que nos chama muita atenção: o número do efetivo dos dois Corpos, o de Artilharia sendo um pouco maior que o da marinhagem e, logo em seguida, em 1832, o Corpo de Artilharia é reduzido de 2.784 a 600 homens.

Cabe aqui discorrer um pouco sobre as Companhias Fixas de Marinheiros e sobre o Corpo de Artilharia da Marinha e sua historicidade, assim poderemos ter uma melhor compreensão desses corpos e sua relação com o processo que estamos analisando.

Em 1836, o Ministro Salvador José Maciel encaminhou uma medida bastante incipiente para votação no Congresso. Tal medida visava a dispor os marinheiros em Companhias, organizando assim os marinheiros da Armada. Inicialmente, em caráter de experimentação, seriam criadas quatro Companhias, com cem marinheiros cada. A proposta de Fixação de Forças Navais para o ano de 1837-1838, apresentada na Câmara durante a 3ª Legislatura, em 1836, versava, em seu Artigo 9º, que “o Governo fica autorizado desde já a formar sucessivamente quatro Companhias Fixas de Marinheiros, de 100 praças cada uma”.<sup>29</sup>

As Companhias Fixas de Marinheiros foram regulamentadas por meio do Decreto de 1º de julho de 1837, “que mandou observar, com força de regulamento, o plano da nova organização, serviço, disciplina e instrução que devem ter as quatro Companhias Fixas

de Marinheiros”. Com as Companhias Fixas, combinaram-se organização e instrução militar com os antigos códigos disciplinares, na esperança de acabar com o “espírito sedicioso” a bordo dos vasos de guerra. Como os demais marinheiros, os que passariam a pertencer às Companhias Fixas seriam submetidos aos mesmos códigos disciplinares que os demais marinheiros, isto é, o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra do antigo regime que ainda orientavam as punições e castigos na Armada.

Analisando o *Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro*, foi possível perceber que as Companhias, embora envolta de todo discurso que balizou sua criação, local de instrução militar e educação, ainda estavam longe de ser o que pensou Salvador Maciel. No livro estão registrados 86 militares, sendo que a maioria era de menores entre 11 e 15 anos de idade, oriundos de diversas províncias, como Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Santa Catarina, Minas Gerais e Ceará, e de outras regiões, como Montevidéu, Cabo da Boa Esperança e Lisboa.<sup>30</sup> No livro, encontramos os Aprendizes Francisco Pereira, um mulato de 16 anos de idade, natural do Ceará, de olhos e cabelos pretos; Graciliano Manoel do Nascimento, um caboclo de 15 anos de idade, cabelos e olhos pretos, cujo registro indica que é natural de Laguna – acreditamos ser Graciliano proveniente da região de Laguna, Santa Catarina, que abrigava um dos principais portos da região, com grande atividade de navegação; Geraldo Manoel Ferreira, um cabra de 16 anos de idade, cabelos pretos e olhos pardos, proveniente do Rio de Janeiro; e José Arcanjo – na sua folha de registro não foram identificadas suas características físicas e não há indícios do porquê não foram lançadas. Todos são provenientes do mesmo navio, a Corveta *7 de abril*, e todos foram encaminhados à Companhia após baixa de hospital. No *Livro de Socorros* não encontramos nenhum registro de castigos corporais aplicados nos aprendizes ou menores que tripulavam a Companhia, porém as várias baixas hospitalares nos colocam dúvidas se a prática foi utilizada naqueles

aprendizes, embora não fosse nada salubre um navio da Armada Imperial, pois há registros de várias doenças e epidemias que acometiam tripulações inteiras.

Também não encontramos nenhum lançamento indicando que havia instrutores ou professores de primeiras letras a bordo na Companhia, como mais tarde encontraremos nos *Livros de Socorros das Companhias de Aprendizes-Marinheiros*. No caso das instruções militares, era muito comum servir como instrutor um militar mais experiente. Por outro lado, professor de primeiras letras já requeria uma outra experiência, dominar as letras e os números. Era muito comum adotar também um militar para essa função, contudo, a Marinha em certa medida era um espelho da sociedade imperial, uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Portanto, as boas intenções do Ministro Salvador Maciel esbarraram não só nas dificuldades já percebida na sociedade imperial, mas também numa instituição estruturada no padrão hierárquico e disciplinar proveniente do antigo regime.

Já o Corpo de Artilharia era uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o Corpo de Praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Entre as instituições que atravessaram o Atlântico com a Corte portuguesa estava a Brigada Real da Marinha. Criada em Portugal, em 1797, pelo Alvará de 28 de agosto, a Brigada sofreu sua primeira alteração normativa no Brasil dois meses após a chegada da Coroa portuguesa, por meio do Alvará de 13 de maio de 1808, que forneceu um regulamento comum à Brigada e aos Regimentos de Artilharia do Exército português sediados no Brasil. A primeira alteração após o 7 de setembro foi promovida pelo decreto de 24 de outubro de 1822, alterando apenas sua denominação para Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro.

Foi após o início da Guerra Cisplatina (1825-1828), por meio do decreto de 31 de janeiro de 1826, que se promoveu a primeira alteração na organização da novamente renomeada Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. Seu corpo militar foi dividido em

dois batalhões com seis companhias cada um. Em 1827, o decreto de 15 novembro alterou a denominação da Brigada para Corpo de Artilharia da Marinha e aumentou o número de suas companhias para oito. Em 1847, por meio do Decreto nº 535, de 11 de novembro, em execução da determinação contida no Decreto nº 451A, de 31 de agosto de 1847, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais como um Corpo de Infantaria.

O Corpo de Artilharia da Marinha foi extinto pelo mesmo ato legal e seu quadro de oficiais foi transferido, como quadro de 2ª classe, para o Exército Imperial, sendo suas praças aproveitadas no novo Corpo de Fuzileiros Navais, que passaria a ser mobilado por oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha Imperial, conforme suas especialidades. Em 1852, com o Decreto 1067-A, de 24 de novembro, o Corpo de Fuzileiros, agora renomeado Batalhão Naval, ganhou uma estrutura organizacional mais complexa, com atribuições mais amplas no conjunto operativo da Marinha Imperial, passando a ser formado por oito companhias, seis de fuzileiros e duas de artilheiros.<sup>31</sup> O Corpo de Artilharia foi subitamente reduzido em 1831. As razões, segundo o Ministro Rodrigues Torres, foram,

Em consequência das baixas numerosas dadas àqueles indivíduos que estavam para isso legalmente habilitados, e ainda assim entraram nestes números de praças que estão presas pelos acontecimentos de 7 de outubro do ano passado [...] o governo não tem julgado conveniente levá-las ao número fixado da Lei de 31 de agosto [Lei de Fixação de Forças<sup>32</sup>], porque o espírito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo, é um foco de infecção, que pagaria o contágio a todos os que se lhes reunisse. Quando, pois, se não julgue conveniente desfazê-lo de todos esses indivíduos, cujo espírito inquieto, e de insubordinação, tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores, que dela deviam ser.<sup>33</sup>

Mais que um foco de sedição e rebeldia que provocaria “infecção” na tropa, o Corpo de Artilharia era uma ameaça de possíveis levantes e rebeliões, inclusive contra o próprio Governo, pois parte do Corpo de Artilharia havia participado nas ruas contra o Governo no processo que levou à Abdicação de D. Pedro I, em 1831. Era essa a preocupação do ainda moderado Ministro Joaquim Rodrigues Torres. Porém, em 1832, depois da prisão de mais de 300 soldados após a rebelião de outubro de 1831, o ministro viu-se obrigado a defender o aumento daquele Corpo, segundo ele, “se torna preciso ficar o governo autorizado a aumentar por tal modo o Corpo de Artilharia da Marinha”<sup>34</sup>. A Lei de 29 de agosto de 1832<sup>35</sup> fixava em 600 o efetivo do Corpo, com as prisões, o ministro reclamou que restaram menos de 300 soldados. Segundo ele, o número era insuficiente para manter os navios da Esquadra devidamente guarnecidos. Desde então, o Governo tentou aumentar o efetivo, porém atribuía ao recrutamento uma das maiores dificuldades para completar o Corpo de Artilharia, contudo o Governo precisaria enfrentar uma outra dificuldade, a Câmara dos Deputados.

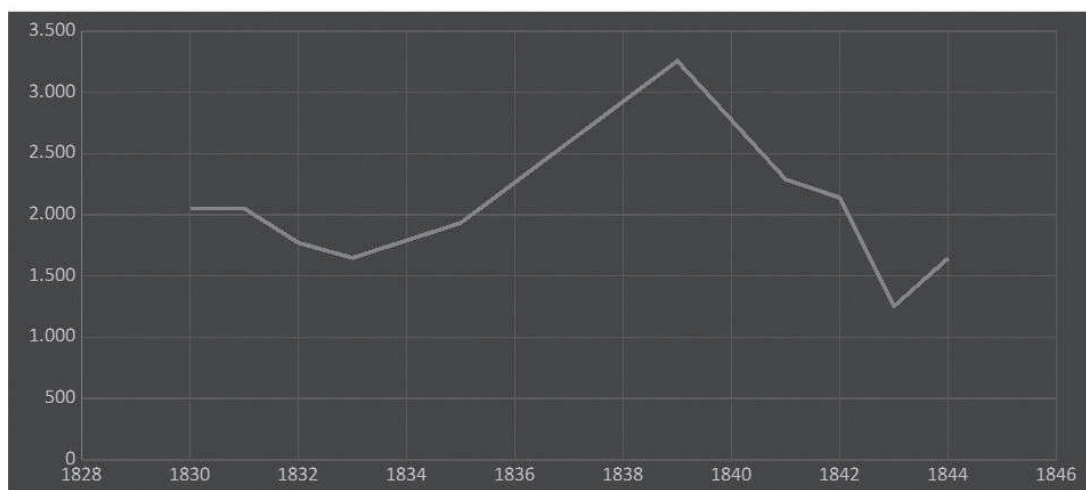
Na sessão da Câmara dos Deputados no dia 18/07/1836<sup>36</sup>, o então Ministro Salvador José Maciel, ao apresentar sua proposta de Fixação de Forças de Mar para o biênio 1837-1838, foi instado a esclarecer a desproporção, apontada por alguns deputados, entre o número de marinheiros do Corpo da Armada e o de soldados do Corpo de Artilharia da Marinha contido na proposta. O Ministro pedia 1.800 de marinheiros e 1.200 de artilheiros.<sup>37</sup> Para negar o aumento, o corpo de deputados baseava-se nas nações “mais avançadas” onde eram adotadas formas diferentes de composição da força de mar. Na Inglaterra, por exemplo, a proporção era de um para seis, assegurou o então, agora deputado, Rodrigues Torres. Disse ele que na Esquadra inglesa, caso fosse formada de 1.200 soldados de Artilharia de Marinha, como queria o Ministro Salvador Maciel, a Força Naval seria de 7.200 homens, e na França era de quatro para um, este seria o exemplo que o Brasil

deveria seguir. Logo em seguida, o então Deputado Bernardo Vasconcellos salienta que “o artilheiro é fruto de uma larga experiência, e fruto de muita pólvora e balas gastas pelo Estado”. Parece sugerir o deputado que a Marinha deveria se preocupar mais com o treinamento de seus homens do que com o aumento do seu número, e que o Estado estaria disposto a dispensar recursos para tal.

No caso do Corpo de Marinheiros da Armada, houve uma pequena redução, porém, é necessário que se faça uma análise sobre os momentos em que esse Corpo so-

fre alterações. No ano de 1831, quando a Força Naval contava com 4.975 homens, o Corpo de Marinheiros era composto de um efetivo de 2.052 marinheiros; em 1832, ele foi reduzido em pouco mais de 15%, porém a Força Naval era de 2.510 homens, isto devido à redução do Corpo de Artilharia como vimos. O gráfico abaixo demonstra essa evolução no Corpo de Marinheiros no período. Apesar de se alongar até 1844, não estão contabilizados nele os Imperiais Marinheiros, que surgem somente a partir de 1840, como um Corpo à parte dentro do Corpo de Marinheiros da Armada.

Gráfico II – Evolução do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844

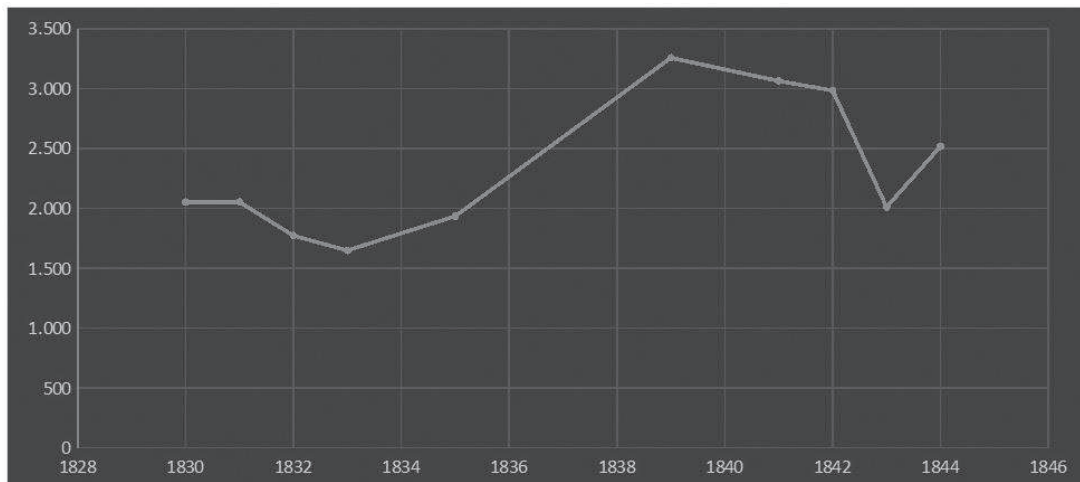


Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \*O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Se comparado com a tabela II, percebemos um expressivo aumento no efetivo de praças a partir de 1834, que se acentua entre 1835 e 1839, e, no momento em que entrou em funcionamento as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, houve um declínio no quadro da Marinhagem a partir de 1841. À medida que as Companhias começaram a enviar marinheiros para o Corpo de Marinheiros da Armada, estes passaram a ingressar no Corpo de Imperiais Marinheiros,

sendo contabilizados à parte dos demais, como já ressaltado. O gráfico III demonstra o comportamento do efetivo do Corpo de Marinheiros já com o Corpo de Imperiais Marinheiros; percebe-se que a curva não se mostra tão acentuada. Embora a Marinha tenha perdido parte de seu corpo de guarda com a redução do Corpo de Artilharia, ela viu seu Corpo de Marinheiros aumentar, sobretudo com um contingente proveniente das Companhias de Aprendizes.

Gráfico III – Efetivo do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844



Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. \*O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

A partir de 1835 até 1839, houve um aumento significativo do efetivo do Corpo de Marinheiros de quase 70%. A partir de então, percebe-se declínio contínuo que em 1842 se acentua, para depois sofrer uma pequena elevação em 1844. Embora o expressivo aumento do Corpo na segunda metade da década de 1830, gostaríamos de destacar o que ocorreu depois de 1840. Nos chama atenção que, embora se perceba o declínio no efetivo do Corpo de Marinheiros, no novo Corpo de Imperiais

Marinheiros houve uma pequena elevação já no segundo ano de sua criação e das Companhias de Aprendizes. Percebe-se ainda uma proporção muito próxima aos “princípios adotados nos países mais cultos”<sup>38</sup> – para usar a expressão de Bernardo Vasconcellos – e ao que Rodrigues Torres propôs tendo como exemplo as Marinhas da Inglaterra e da França. A tabela abaixo demonstra a evoluções dos Corpos de Marinheiros e da proporção dos Corpos em relação à Força Naval.

Tabela III – Proporção dos Corpos de Praças em relação à Força Naval

Ano	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Força Naval	Proporção	
					Artilharia x Marinheiros*	Marinheiros x Força Naval
1830	2.784	2.052		4.975	1 x 1	1 x 2
1831	2784	2.052		4.975	1 x 1	1 x 2
1832	600	1.771	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1833	600	1.648	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1841	502	2.289	774*	3.840	1 x 6	1 x 7
1842	510	2.139	844	3.714	1 x 5	1 x 7
1843	458	1.252	758	2702	1 x 4	1 x 5
1844	470	1.644	873	3.224	1 x 5	1 x 6

Fonte: Relatório de Ministro da Marinha. \*A partir de 1841, é o resultado da soma de marinhagem com Imperiais Marinheiros.

Verificamos na tabela III que a proporção entre o Corpo de Artilharia e a Força naval, depois de sua redução, chegou a 1 para 3, e depois ficou em torno de 1 para 5, na média. E que o Corpo de Marinheiros, que sustentava uma proporção de 1 para 2 com a Força Naval, depois da redução em 1832, manteve a proporção de 1 para 4, e depois se manteve, em média, a proporção de 1 para 6. Portanto, se tomarmos esses números e analisá-los tendo como ponto de partida as discussões entre Governo e a Câmara, tudo indica que o que se pretendia não era somente a redução da força de mar.

## CONCLUSÃO

Vimos que, assim como o processo de organização do Exército observado por Werneck Sodré, a Marinha Imperial iniciava a organização de seus quadros militares em meados do século XIX. A influência dos modelos europeus de modernização, como vimos nos debates da Câmara dos Deputados, orientou o modelo de organização adotado para os Corpos de Praças da Marinha Imperial. A criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros adida àquele Corpo, em destaque neste trabalho, foi a consolidação do projeto das Companhias Fixas de 1836, marcando o início de um processo pelo qual se consolida como um projeto de envergadura nacional de recrutamento e instrução militar para o serviço da Armada Imperial.

Portanto, em nossa análise, concluímos que o modelo explicativo desenvolvido por Edmundo Campos Coelho não se aplica ao processo pelo qual passava a Marinha Imperial em meados do século XIX. A principal crítica sustentada por este trabalho resultou da submissão do processo de redução das praças da Armada à hipótese erradicadora que, concomitantemente, foi parte de um processo que visava a alcançar um padrão organizacional que atendesse não somen-

te às demandas da Marinha Imperial, mas também ao alinhamento com os modelos de Marinhas mais expoentes naquele momento, a Marinha francesa e a Marinha inglesa.

Os dados provenientes dos Relatórios dos Ministros da Marinha, dos Anais das Câmaras dos Deputados e dos projetos e Leis de Fixação de Forças Navais forneceram elementos significativos para sustentar, em termos quantitativos, nosso trabalho. Cruzando aqueles dados e analisando os debates nas sessões da Câmara dos Deputados, foi possível verificar que a redução do efetivo das praças mantinha relação direta com o processo histórico nacional. O Governo se articulava com o Congresso conforme suas necessidades para mobilização e desmobilização das Forças Armadas em momentos específicos. Com destaque para a redução do Corpo de Artilharia da Marinha após o movimento que resultou na Abdicação, a mobilização para aumento do efetivo durante as revoltas nas províncias e Guerra contra o Paraguai e posterior desmobilização quando do arrefecimento das sublevações nas províncias e no final dos combates na região do Rio da Prata na década de 1870.

Entretanto, a partir do início da década de 1840, ao relacionarmos a redução do efetivo com o debate na Câmara sobre a organização do Corpo de Marinheiros, percebemos que a intenção em diminuir o efetivo relacionava-se não mais à desmobilização de uma força numerosa, mas sim ao desejo de transformá-la numa Força Militar, ao exemplo da França e Inglaterra, melhor organizada. Vimos que os resultados deram origem, primeiro nas Companhias Fixas de Marinheiros e, posteriormente, na criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Instituição que, ao longo da segunda metade do século XIX, se consolidou como projeto de obtenção e instrução militar de homens para o serviço da Armada, era o limiar da profissionalização das praças da Marinha Imperial.



## **BIBLIOGRAFIA**

ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Loureiro, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos. *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LIMA, Solyane Silveira. “*Recrutá-los jovens*”: a formação de aprendizes-marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG. 2013.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção Militar: 1850-1894*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí em 2005.

\_\_\_\_\_. *A Escola de Aprendizes-Marinheiros da Parnaíba*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

\_\_\_\_\_. *Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)*. Revista *Acervo*. Rio de Janeiro, V. 25, Nº 2, P. 59-77, JUL./DEZ. 2012

## **Documentos**

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1837 a 1840. Disponíveis em <http://www2.camara.leg.br>

## **Proposta de Fixação de Forças Navais**

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, anos de 1836, 1838, 1840, 1842 e 1843. Disponíveis em <http://www.crl.edu/>.

## Relatórios Ministeriais

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, anos de 1832 a 1843.

## Livros de Socorros

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco 1857/1858. Microfilme 597-007-3522. Arquivo da Marinha.

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. 1857/1858. Microfilme 597-007-3599. Arquivo da Marinha

Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro – 1837. Subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda – Códice XVII M 5314. Subsérie Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, códice XM-506 Arquivo Nacional, Série Marinha.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A tese, publicada em 1957, foi revisada por Samuel P. Huntington em *A ordem política nas sociedades em mudança*, publicada em 1968. Na obra, o autor considera que, em países como Brasil, deve ser observada a distinção entre forma e grau de governo, pois “As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência e os países cuja política é deficiente nessas qualidades.” (HUNTINGTON: 1975, 13 *apud* LEMOS: 2014) Nesta perspectiva, Huntington vai sugerir o que chamou de “descompressão política”, um processo de transição encaminhando para abertura política com ampla participação dos militares que haviam se instalado no poder em 1964. Para debate mais aprofundado sobre o tema, ver em LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *A Conexão Harvard e a Política de descompressão*: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. Revista Tempos Históricos, Volume 18, 2º Semestre de 2014, p. 559-590.

<sup>2</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade*: o Exército e a política na sociedade brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>3</sup> *Idem*. Pg. 49.

<sup>4</sup> Art. 1ª da Lei de 18 de agosto de 1831. Coleção de Leis do Império.

<sup>5</sup> Para Edmundo Campos Coelho, o processo de emancipação do Império e a opção monárquica, embora de caráter constitucionalista, levaram a classe política, insatisfeita com a adoção do regime, a incluir no Projeto Constitucional de 1823 efetivo controle sobre as forças militares. O objetivo era “desarmar o quanto possível o executivo”. Ver em COELHO: 2000. Pg. 51.

<sup>6</sup> *Idem*. Pg.55.

<sup>7</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>8</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Pg. 23.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op.Cit.* 2013. Pg.274.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, Pg. 137.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das Sobras*: a política imperial. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>12</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.* 1979. Pg. 141.

<sup>13</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Pg. 22.

<sup>14</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. Cit.* 1999. Pg. 17.

<sup>15</sup> A autora refere-se à crítica cunhada por Edmundo Campos Coelho sobre as abordagens conceituais das quais Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Otavio Ianni se apropriam em suas operações analíticas acerca da participação das Forças Armadas na política. Ver em COELHO: 200, pg. 34-38.

<sup>16</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. Cit.* Pg. 18.

<sup>17</sup> *Idem*. Pg. 18-19.

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem. Op. Cit.* Pg. 22.

<sup>19</sup> Tratava-se de uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o Corpo de Praças da Armada Imperial.

<sup>20</sup> Pertencia a esse Corpo a marinhagem, todo o conjunto de marinheiros embarcados. Mais tarde, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, em 1840, partes deles serão identificados como Imperiais Marinheiros, ou por

serem oriundos das Companhias de Aprendizes-Marinheiros ou por terem bom comportamento, embora a entrada tenha sido pelos mecanismos do recrutamento ou voluntariado.

<sup>21</sup> Força Naval de 1830, declarada no Relatório do Ministro da Marinha enviado à Assembleia em 1831.

<sup>22</sup> Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM-84 – Intendência da Bahia.

<sup>23</sup> O Corpo de Artilharia foi reduzido tendo em vista as prisões e os expurgos pela participação de parte de sua tropa nos acontecimentos que resultaram no 7 de abril de 1831. Ver no Relatório do Ministério da Marinha de 1832, pg. 1-3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2047/000004.html>>, acessado em 05/05/2016.

<sup>24</sup> Decreto de 9 de março de 1832. “Reforma a Academia Militar da Corte incorporando nela a dos Guardas-Marinhas; e dá-lhe novos estatutos.” Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>, acessado em 20/05/2016.

<sup>25</sup> SILVA, Carlos André Lopes da. *Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ, 2012.

<sup>26</sup> Entre 1836 e 1845, foram criadas agências militares da Marinha Imperial em boa parte do território nacional, concentrando no litoral e Mato Grosso com as Capitânicas dos Portos. O litoral foi dividido em áreas de jurisdição, a partir de 1840 até 1874, foram criadas 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros para o recrutamento de crianças e jovens. A estrutura administrativa também foi ampliada com uma Sessão de Fazenda e Contadoria. Fruto da reforma Conservadora, o Império ampliou consideravelmente sua Força Naval.

<sup>27</sup> SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial, 2016*. Capítulo: 2, item: 2.2.1 – A reforma Conservadora na Administração Naval: a estruturação e expansão da burocracia e da administração naval pelo litoral do Império.

<sup>28</sup> A partir de 1840, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, a marinhagem passou a ser aqueles marinheiros provenientes do recrutamento ou voluntariado e que não passavam pela formação nas Companhias de Aprendizes, isto é, todos aqueles que não pertenciam ao Corpo de Imperiais Marinheiros.

<sup>29</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1837-1838, apresentada à Assembleia Legislativa no ano de 1836. Disponível em: <<http://www.crl.edu/>>. Acessado em 20/02/2017.

<sup>30</sup> Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro – 1837. Arquivo Nacional – Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVIII M 5314.

<sup>31</sup> Toda legislação citada sobre o Corpo de Artilharia pode ser encontrada por meio do portal da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> acessado em 09/05/2016.

<sup>32</sup> A Lei de Fixação de Força Naval de 31/08/1831, que regulamentou a força naval para 1832-1833, fixou o número de 1.200 homens para o Corpo de Artilharia da Marinha. Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>, acessado em 09/05/2016.

<sup>33</sup> Relatório do Ministro da Marinha. 1831. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000005.html>>, acessado em 09/05/2016.

<sup>34</sup> Relatório do Ministro da Marinha. 1832. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000005.html>> acessado em 09/05/2016.

<sup>35</sup> Lei de 29/8/1832, Fixa a Força de Mar para 1833-1834. Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>, acessado em 09/05/2016

<sup>36</sup> Câmara dos Deputados 3<sup>a</sup> ano da 3<sup>a</sup> Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2<sup>a</sup> da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.

<sup>37</sup> Proposta de Fixação de Forças Navais para 1837-1838. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2051/000004.html>>, acessado em 09/05/2016.

<sup>38</sup> Câmara dos Deputados 3<sup>a</sup> ano da 3<sup>a</sup> Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2<sup>a</sup> da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.

# A Escola de Estado-Maior do Exército e seus primeiros anos de funcionamento (1905-1919)\*

## The Army General Staff School and its first years of operation (1905-1919)

**Marcos Fernandes Marcusso**

*Professor efetivo de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.*

### RESUMO

A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada em 1905 e tinha como principal função fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar superior que os habilitasse para exercer funções no Estado-Maior do Exército. O presente trabalho tem como objetivo analisar o início do funcionamento da Escola de Estado-Maior do Exército, e as primeiras determinações dos regulamentos de ensino (1905 e 1913-14), procurando identificar qual o tipo de formação prevista para os oficiais-alunos, entre 1905 e 1919. O estudo sobre a EEM e seus regulamentos possibilitará entender melhor o início da formação do oficial-aluno do Exército Brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Militar; Educação Militar; Escola de Estado-Maior do Exército

### ABSTRACT

The Army General Staff School was created in 1905, and its main function was provide Brazilian Army officers to a higher military education that qualified them to serve on the General Staff of the Army. This study aims to analyze the initial operation of the Army General Staff School, and the first determinations of education regulations (1905, 1913-14). This analysis aim identify what type of training was provided to official students, between 1905 to 1919. The study of the Army General Staff School and its regulations, will allow better understand the early formation of the official student of the Brazilian Army.

**KEYWORDS:** Military History; Military Educational; Army General Staff School

### INTRODUÇÃO

A Escola de Estado-Maior do Exército (EEM) foi criada em 1905<sup>1</sup> e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar complementar superior que os habilitasse para o serviço no Estado-Maior do Exército (EME). A Escola

---

\* Artigo recebido em 14 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2017.

de Estado-Maior era submetida à inspeção técnica do chefe do Estado-Maior do Exército, que foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e tinha como função primordial o preparo do Exército para a defesa da Pátria. Para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação das questões “relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das Forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa.” (ESTEVES, 1996, p.16).

A Escola de Estado-Maior era subordinada diretamente ao Ministro da Guerra e funcionou, em seus primeiros anos, no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela influência do pensamento militar alemão. Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o Governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no Exército Brasileiro. A EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de influência francesa, de 1919 a 1940, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A não renovação do contrato com a MMF em 1940<sup>2</sup> marcou o fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM.

Este artigo é fruto das primeiras análises desenvolvidas na pesquisa de doutoramento realizada na linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. O interesse na realização de uma pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior surgiu a partir do contato com alguns documentos relacionados à inauguração do primeiro prédio próprio da EEM, logo após a chegada da Missão Militar Francesa no Brasil.

O Regulamento para os Institutos Militares de Ensino foi promulgado pelo Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905 e foi assina-

do pelo Presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) e pelo Ministro da Guerra, General Francisco de Paula Argollo (1902-1906). No relatório do Ministro da Guerra de 1904 foram apresentados os principais pontos do novo estatuto:

A supressão do ensino preliminar de preparatórios a custa do Estado, a cujo cargo fica exclusivamente a instrução superior, técnica profissional, à qual foram rigorosamente subordinados os programas dos diferentes cursos; a exigência de seis meses de efetivo serviço em dos corpos do Exército para a matrícula na escola de guerra e a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, vantajosamente substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de aspirante a oficial; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério, a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia, e finalmente a criação de uma escola de estado-maior, com frequência franca dos oficiais de todas as armas, competentemente habilitados. [grifos nossos] (ARGOLLO, 1904, p.16)

Para o ministro o novo estatuto serviria para corrigir “todos os graves vícios e defeitos do atual regime de ensino, nem só na parte relativa à instrução, com também no que diz respeito à educação militar”(ARGOLLO, 1904, p.16).

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de “preparo das tropas, do estudo da defesa do País e das campanhas futuras.”(ARGOLLO, 1904, p.16).

A primeira mudança significativa do novo regulamento foi a alteração no número de instituições de ensino militar e a redistribuição dos cursos e conteúdos educacionais nas mesmas. Observemos o quadro abaixo:

<b>Quadro 1 – Instituições de ensino militar (1898 e 1905)</b>	
<b>REGULAMENTO DE 1898</b>	<b>REGULAMENTO DE 1905</b>
Colégios militares Escolas regimentais Escolas preparatórias e de tática Escola Militar do Brasil	Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior

Fonte: GRUNENVALDT, 2005. p. 79.

Em seus primeiros anos de existência, a Escola de Estado-Maior funcionou nas dependências do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Para a matrícula na EEM o candidato deveria, além de licença do Ministro da Guerra, ter completado o curso de sua Arma<sup>3</sup>, e no caso da infantaria ou Cavalaria era necessário comprovar a aprovação nas disciplinas de Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral e Mecânica Racional. A experiência de, no mínimo, dois anos como oficial também era pré-requisito. Por fim, o candidato deveria ser aprovado em um concurso sobre a prática de servi-

ço de sua Arma, administração e legislação militares e temas táticos. O programa dos conteúdos era organizado pelo conselho de instrução da escola, aprovado pelo Ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior do Exército e publicado em ordem do Exército, com um ano de antecedência.

O curso duraria 24 meses, divididos em três períodos, e seria oferecido a oficiais, até o posto de capitão, inclusive, os que tivessem o curso de sua arma, não se permitindo aos alunos a repetição de qualquer um dos períodos. A separação dos períodos era determinada da seguinte forma:

<b>Quadro 2 – Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1905)</b>		
<b>Primeiro período</b>	<b>Segundo período</b>	<b>Terceiro período</b>
Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses.	Estudos: sete meses Prática e exames: dois meses.	Trabalhos práticos: cinco meses
1ª aula – Geografia militar, precedida de geografia física da América do Sul. Estatística. 2ª aula – Tática aplicada. Estratégia. História das principais campanhas e daquela em que o Brasil tomou parte. 3ª aula – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exército e no das nações circunvizinhas; estudo dos regulamentos de manobras e de campanha. 4ª aula – Astronomia, precedida de trigonometria esférica. 5ª aula – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos.	1ª aula – Tática aplicada. Estratégia. Serviço de estado-maior. 2ª aula – Estudo da organização dos exércitos sul-americanos. Caminhos de ferro, telégrafos, telefones e aerostação, sob o ponto de vista militar. 3ª aula – Direito militar. Direito internacional aplicado às relações de guerra. Noções de economia política. 4ª aula – Geodésia. Teoria das projeções das cartas geográficas. Noções de hidrografia. 5ª aula – Desenho e redução de cartas geográficas.	Provas finais, classificação e distribuição dos alunos: um mês;

Fonte: Regulamento de 1905.

A primeira organização curricular da Escola de Estado-Maior era simples e objetiva. De acordo com o regulamento, haveria um professor, com patente de capitão a major, para cada aula, incluindo as atividades práticas. No caso da prática de Geodésia<sup>4</sup>, as viagens de estado-maior dentro do Rio de Janeiro e de equitação eram ministradas por três instrutores, designados pelo chefe do Estado-Maior do Exército. O regulamento previa ainda a prática falada de línguas estrangeiras, sendo o espanhol e o francês obrigatórios, e o alemão e o inglês, facultativos.

Entre os conteúdos estudados destaca-se o estudo de Geografia Militar, precedida pela Geografia Física da América do Sul e do Brasil. Essa é a disciplina que apresenta mais temas, e o motivo é a valorização política, científica e militar da Geografia, no final do século XIX e início do XX. De acordo com Sérgio Pereira (2011), esse período ficou marcado pela realização de diversos congressos internacionais de Geografia, como o VI Congresso Internacional de Geografia, em Londres no ano de 1895, onde a Cartografia foi um tema de destaque. Como desdobramento desses eventos, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909. Para o autor, além da valorização do pensamento geográfico, o Congresso Brasileiro também significou a valorização de outras questões como "representação patriótica, propaganda oficial e reconhecimento do território nacional" (PEREIRA, 2010, p.157).

Para o geógrafo Yves Lacoste (1988), no fim do século XIX, a geografia podia ser dividida em duas grandes correntes: 1) de origem antiga, a chamada geografia dos estados-maiores pode ser caracterizada como um conjunto de representações cartográficas, seus estudos e de conhecimentos diversos sobre o espaço. Para o autor, esse conjunto de saberes é reconhecido como estratégico pelas elites dirigentes que o utilizam como instrumento de poder, fornecendo utilidade prática na conduta da guerra ou na organização do Estado. 2) Concebida no fim do século XIX, a "geografia dos professores" se distanciava das discussões sobre a importância estratégica dos estudos sobre o espaço e anulava sua vinculação com aspectos políticos, militares e econômicos. Para Lacoste, a "geografia dos professores" se

concentrava em um discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico.

Em contrapartida, o estudo da História Militar é relegado a uma breve abordagem descritiva de guerras anteriores, com destaque para as chamadas "guerras antigas", ocorridas de 1796 a 1797, e as chamadas "guerras modernas", entre 1870 e 1905. Por fim, eram estudadas as "Guerras do Brasil", a saber: Campanha Cisplatina, Campanha contra Rosas, Campanha do Uruguai, Campanha do Paraguai. De acordo com Câmara e Peres (2005), a disciplina "Estratégia", prevista para os dois períodos iniciais, não foi estudada no triênio de 1907-1909, correspondente ao primeiro curso da primeira turma.

O General Tasso Fragoso, ao analisar os primeiros anos da EEM, relata que os professores eram "verdadeiros autodidatas", e que buscavam apenas nos livros os ensinamentos que deveriam transmitir, uma vez que falariam de operações militares que nunca haviam assistido. Esse tipo de "improviso" foi recorrente em diversas áreas, nos primeiros anos da EEM, com as trocas de sedes, por exemplo. Apesar da existência de uma oficialidade dedicada aos estudos desde o fim do século XIX, os chamados "bacharéis de farda" pouco se interessavam por temáticas estritamente militares. Como atestam Câmara e Peres, "havia restrições à profundidade do conhecimento de instrutores, para os quais alguns assuntos eram tão novos quanto para os alunos." (CÂMARA; PERES, 2005, p. 205). Ainda de acordo com os autores, tais restrições eram enfrentadas com uma

...busca de tecnologias estimuladoras do profissionalismo por autoaprendizagem. Nesse sentido, a discussão sobre temas profissionais militares era animada por meio de muitos artigos em revistas e jornais. [...] Essas publicações recomendavam aos oficiais de estado-maior, tanto os formados antes da criação da Escola, quanto os diplomados pela EEM, que se aperfeiçoassem na leitura de publicações e aplicassem novos conhecimentos nas atividades práticas, de modo a poder difundir-las no Exército. (CÂMARA; PERES, 2005, p. 205).

Diante do exposto, fica claro o esforço inicial dos instrutores e professores da EEM em estudar as publicações de assuntos militares, principalmente europeias. Assim, é evidente que, nos anos iniciais de funcionamento da EEM, não havia a possibilidade de realizar a “aplicação” dos novos conhecimentos, como afirmam Câmara e Peres (2005), uma vez que os professores e instrutores ainda não dominavam teoricamente os conhecimentos militares.

A distribuição do tempo para o ensino era organizada anualmente pelo comandante da escola e deveria seguir algumas condições: 1) as aulas não deveriam exceder uma hora e meia, com intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas consecutivas; 2) os trabalhos práticos não poderiam exceder três horas.

A atuação docente, segundo o regulamento, deveria seguir dez determinações, entre as quais se destacam:

...3ª, interrogar ou chamar à lição os alunos, quando julgar conveniente, para bem ajuizar do seu aproveitamento; 4ª, marcar recordações e habilitar os alunos, por meio de dissertações escritas, mensais, a semelhante gênero de provas, para os exames; (...) 5ª, enviar mensalmente a secretaria os graus [notas] conferidos aos alunos nas sabatinas; (...) 6ª, comparecer às sessões dos conselhos de instrução e aos demais atos escolares nos dias e horas marcados pelo comandante; (...) 8ª, dar ao comandante, para ser presente ao conselho de instrução, na época competente, o programa de ensino de sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programa em vigor; (...) 9ª, requisitar do comandante os objetos necessários ao ensino de sua aula; (BRASIL, 1905)

A atuação docente seria complementada com as atribuições dos adjuntos e dos instrutores:

Art. 96. Ao adjunto incumbe cumprir estritamente as instruções dadas pelo professor.

Art. 97. Os adjuntos só toma-

rão parte nos conselhos de instrução quando se tratar de assumpto referente ao ensino de sua aula.

Art. 98. Os instrutores observarão os programas do ensino prático e mencionarão nas suas partes o assumpto do exercício. Farão serviço de dia por escala e poderão ser encarregados de quaisquer outros, compatíveis com o exercício das suas funções. (BRASIL, 1905)

Novamente, temos uma descrição sucinta das atribuições, com destaque para a pouca importância dada à atuação do instrutor, o que se afastava do discurso de intensificação do ensino prático, presente no Regulamento e no Relatório do Ministro da Guerra. Assim, o protagonismo do professor, responsável pelas aulas teóricas, era reforçado. Tais orientações serviam para todas as escolas militares prescritas no Regulamento de 1905 (Quadro 1) e seguiam a tradição verbalista e mnemônica da educação brasileira, desde o modelo de escola jesuíta ainda na Colônia, com sabatinas e exames. Na Escola de Estado-Maior, por se tratar de um curso destinado a oficiais, as dissertações escritas eram mais comuns que as sabatinas, mais afeitas às escolas de formação de oficiais.

A questão dos materiais para o ensino a EEM tinha um descrição própria:

Art. 193. A Escola de Estado-Maior terá:

1ª, sala para os estudos de geografia, de tática e de estratégia, onde se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, dados estatísticos e memórias, especialmente sobre a América do Sul e particularmente sobre o Brasil; 2ª, material completo e aparelhos para os trabalhos astronômicos e geodésicos; 3ª, cavalos para os exercícios de equitação; 4ª, arreamento e peso dos animais. (BRASIL, 1905)

A execução desse programa de disciplinas, teóricas e práticas, e a disposição dos supracitados materiais para ensino enfrentavam condições físicas adversas pois, de acordo com Câmara e Peres (2005), a pri-



meira sede da Escola de Estado-Maior foi improvisada e ocupou, no ano de 1906, as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias. No mesmo prédio, apenas a um andar de distância, funcionava o Estado-Maior do Exército, órgão gerador e supervisor. Desde o início, já se preparava a mudança, para a também provisória sede na Escola Militar da Praia Vermelha<sup>5</sup>. Não houve turma nessa primeira sede. Assim, a primeira turma ingressou no início de 1907, já na Praia Vermelha. De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1907, os trabalhos escolares foram iniciados em 15 de abril tendo sido matriculados 15 oficiais, dos quais três pediram desligamento ao longo do ano. Sendo que os 12 restantes foram aprovados no curso do 1º período. Em 1908, a EEM contou com 20 alunos, 12 no 2º período e oito no 1º. Apenas nesse ano foram comprados uma biblioteca de livros, mapas e cartas inteiramente militares, todos modernos, além das assinaturas de diversas revistas militares. (FONSECA, 1909, p.8).

A entrada de alunos nos anos subsequentes foi instável, devido às constantes mudanças de sedes, conforme indica os relatórios dos ministros da guerra. Segundo o Relatório do ministro da guerra, em abril de 1909, oito oficiais concluíram o curso de estado-maior, após passarem o mês de março finalizando as atividades práticas de estado-maior e Geodésia em Cabo Frio. Nesse mesmo ano, apenas três candidatos submeteram pedidos de matrícula e, devido ao número reduzido, estes foram cassados e não se formou turma, ficando a escola com apenas oito alunos matriculados, todos no terceiro período. Outro fator que poderia explicar a baixa procura pelo curso de Estado-Maior é a ausência de uma tradição de estudos entre os oficiais brasileiros, especialmente em um curso essencialmente teórico, como foi nos primeiros anos da EEM. Em grande medida, o curso não era atrativo para uma oficialidade pouco afeta a estudos teóricos, e que não via na realização do curso uma possibilidade de ascensão hierárquica<sup>6</sup>.

Ainda no mesmo relatório se descrevia as condições materiais precárias da EEM em sua sede improvisada:

Por exiguidade da verba destinada a este estabelecimento, não se acham a sala de estudos e os gabinetes de astronomia, geodésia, telegrafia e telefonia providos do material exigido pelo ensino que nele se ministra, como determina o art. 193 e seus §§ 1º e 2º do atual regulamento. (BORMANNO, 1910, p.6)

Diante dessa descrição, pode-se inferir que a formação efetivamente recebida pelas primeiras turmas da EEM estava aquém das definições regulamentares, em uma clara distinção entre a norma e a realidade. A EEM foi movida, novamente, por conta da exposição internacional realizada em 1908, em virtude do centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Em caráter emergencial, entre 1908 e 1910, funcionou nas instalações da Direção de Saúde, onde hoje se encontra a Policlínica Central do Exército, próximo à Praça da República, no centro do Rio de Janeiro, sendo que até o mobiliário foi alugado. Os quadros e pinturas históricas ficaram sob a guarda da Escola Nacional de Belas Artes. O prédio, apesar de maior e mais conservado que os dois anteriores, "*não era dotado de instalações que pudessem oferecer condições tão propícias ao ensino quanto ao da antiga Escola Militar do Brasil*" (CÂMARA; PERES, 2005, p. 64).

A constante mudança de sede nos primeiros anos de existência da EEM foi um claro obstáculo para o desenvolvimento do ano letivo. O programa de ensino seria alterado novamente em 1909, no esteio de diversas mudanças promovidas pelo Alto-Comando Militar, na figura do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. De acordo com Câmara e Peres (2005), as alterações foram pontuais, em relação ao programa de ensino de 1905, e pretendiam diminuir o caráter essencialmente teórico do curso. A principal mudança foi na duração do curso, que passou de 24 para 36 meses. Manteve-se a separação em três períodos, que seriam anuais. A organização em aulas, e seus respectivos títulos, foram mantidos, alterando-se alguns dos conteúdos programáticos.

De forma geral, as alterações propostas nos regulamentos da EEM ao longo da Pri-

meira República, assim como nas demais instituições militares de ensino, procuravam intensificar o ensino prático e o chamado “teórico-prático”. Tal orientação está na maioria dos Relatórios dos Ministros de Guerra, mas quase sempre esbarravam na falta de recursos materiais e estrutura física para sua concretização.

A Escola de Estado-Maior voltou à Praia Vermelha em 1910, onde permaneceu até 1918, quando foi fechada em decorrência da declaração de guerra à Alemanha (outubro de 1917). A Escola retoma suas atividades apenas em 1920, quando passou a ter sede própria. Durante a década de 1910, a escola viveu momentos de maior normalidade, pois a sede apresentava melhor estrutura para receber o curso, conforme corrobora o relatório do Ministro da Guerra:

Foi aproveitado o espaço necessário às acomodações não só das aulas teóricas como dos diferentes gabinetes, precisos à ministração da prática correspondente. No gabinete de eletricidade, instalado em compartimento espaçoso, são feitas todas as experiências de telefonia e telegrafia, inclusive a do telégrafo sem fio, perfeitamente montado com as respectivas antenas e demais aparelhos de transmissão e recepção. Em uma das salas do pavimento térreo instalou-se um motor elétrico e dínamo para a produção de energia para o carregamento dos acumuladores do telégrafo sem fio, para as projeções luminosas, arrebentamentos de minas e demais experiências eletrotécnicas, que no decorrer do curso tornam-se precisas na escola. (BARRETO, 1911, p.9).

Em 1910, ainda de acordo com o relatório do Ministro da Guerra, oito oficiais realizaram a matrícula na EEM. O documento descrevia que o Comandante da EEM, General Gabino Bezouro, apontava a necessidade de alteração do concurso de admissão, uma vez que:

...por serem demasiadas as exigências atuais que, cumpridas à risca, obrigariam os candidatos a mostrar, de antemão, conhecimentos de tal vastidão, que só poderão possuí-los depois de terem feito nesta escola um curso regular e eficaz. Pensa o mesmo comandante ser acertado não só facilitar um pouco mais o concurso de admissão, em vista da pouca afluência de candidatos à matrícula como estabelecer medidas de incentivo e estímulo, para aqueles que concluíssem com êxito o curso da escola. (BARRETO, 1911, p.8).

As palavras do Comandante da EEM reforçam a assertiva de que os oficiais brasileiros não eram afeitos a estudos sobre assuntos militares.

No ano posterior, foram matriculados 18 alunos, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1911. Em 1912, foram mais 18 matriculados, totalizando 28 alunos efetivos. Em 1913, foram 20 matrículas, totalizando 59 alunos efetivos, sendo que 18 oficiais concluíram o curso. Nesse ano, a EEM passava a ter um novo regulamento<sup>7</sup>, com pequenas alterações em relação ao anterior. Antes de nos atermos às mudanças ligadas diretamente à EEM, vale destacar que o Regulamento de 1913-14 reorganiza as instituições de ensino militar novamente, conforme quadro abaixo:

<b>Quadro 3 – Instituições de ensino militar (1905 e 1913-14)</b>	
<b>REGULAMENTO DE 1905</b>	<b>REGULAMENTO DE 1913-14</b>
Escolas regimentais Escola de Guerra Escola de Aplicação e de Infantaria Escola de Artilharia e Engenharia Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia Escola de Estado-Maior	Escolas regimentais Colégios Militares Escola Militar [do Realengo] Escola Prática do Exército Escola de Estado-Maior.

Fonte: Regulamento de 1905 e Regulamento de 1913-1914

A maior alteração, nesse quesito, fica por conta da criação da Escola Militar, no afastado bairro do Realengo, concentrando novamente a formação do oficial do Exército numa mesma instituição, após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904. A reativação dos colégios militares também é significativa. As duas medidas demonstram uma mudança no pensamento educacional do Exército. A época do Regulamento de 1905, a ideia era acelerar a formação em escolas específicas, desativando os colégios e as escolas preparatórias. No entanto, tal medida não surtiu efeito, pois a descentralização da formação dos oficiais dificultou o acesso às escolas, impossibilitando o êxito da medida.

Tais medidas apontavam para uma concepção de educação militar que visava: intensificar a formação do oficial em uma instituição, diversificar a atuação do Exército na área educacional e promover uma possível verticalidade na formação do militar: do Colégio Militar à Escola de Estado-Maior, passando pela Escola Militar do Realengo. Obviamente, tais ideias eram incipientes e sua concretização só seria possível muito tempo depois, nas décadas de 1930 e 1940.

A primeira mudança que merece destaque se refere ao aproveitamento de matérias estudadas nas escolas de formação de oficiais. De acordo com o Regulamento,

Art. 6º Em virtude de existirem no Exército oficiais com o curso de armas por diversos regulamentos, cada qual orientado de um modo diferente – a Escola de Estado-Maior foi organizada tendo-se em vista o menos completo desses cursos, devendo, por isso, haver casos de oficiais que tenham exame de uma ou mais disciplinas das ensinadas na mesma escola, os quais não poderão ser obrigados a estudá-las ou estudá-las de novo.

Parágrafo único. Os oficiais nas condições acima ficam, en-

tretanto, obrigados aos trabalhos práticos de que falam as disposições gerais do regulamento da Escola de Estado-Maior, embora esses trabalhos versem sobre materiais de que já tenham exame. (BRASIL, 1914).

Assim, mesmo já aprovados em disciplinas cursadas anteriormente, os alunos-oficiais que ingressavam na EEM seriam submetidos aos trabalhos práticos. A inclusão desse artigo demonstra um dos problemas gerados pelas constantes mudanças regimentais nas instituições militares de ensino: coexistência de oficiais com o mesmo curso de Armas, mas com programas curriculares diferentes.

Entre as principais mudanças está a caracterização e destinação da EEM, exposta no Regulamento de 1913-1914:

#### I – DA ESCOLA E SEUS FINS

Art. 1º A Escola de Estado-Maior é um externato destinado a proporcionar aos oficiais efetivos dos três primeiros postos do Exército, com o curso de arma, a instrução militar que os habilite para o serviço de Estado-Maior.

Parágrafo único. A Escola de Estado Maior, que é *um instituto de altos estudos militares*, fica sob a imediata inspeção técnica do chefe do Grande Estado-Maior do Exército. (BRASIL, 1914) [grifos nossos]

Pela primeira vez, a EEM aparece como um *instituto de altos-estudos militares*, reforçando sua missão de formar oficiais para o Alto-Comando do Exército. O curso de admissão, por sua vez, seguia as mesmas determinações do Regulamento de 1905.

A duração do curso foi mantida em três anos, divididos em três períodos, conforme as alterações de 1909. No entanto, os esforços em tornar o ensino mais prático foram intensificados com a reorganização e diminuição dos conteúdos curriculares:

<b>Quadro 4 – Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos anuais (Regulamento de 1913-1914)</b>		
<b>Primeiro ano</b>	<b>Segundo ano</b>	<b>Terceiro ano</b>
<p>a) Ensino teórico-prático</p> <p>1ª aula – Geografia militar, especialmente da América do Sul; leitura de cartas; estatística militar.</p> <p>2ª aula – Tática aplicada, especialmente às grandes unidades; estudo da fortificação em suas relações com a tática e a estratégia.</p> <p>3ª aula – Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia etc.); aplicações da eletricidade à guerra, na vigilância, no ataque e na defesa.</p> <p>4ª aula – Serviço de administração militar; material correspondente; tática dos abastecimentos.</p> <p>5ª aula – Higiene militar; serviço de saúde nos exércitos.</p>	<p>a) Ensino teórico-prático</p> <p>1ª aula – Geodésia, precedida dos indispensáveis práticos da astronomia.</p> <p>2ª aula – Cartas geográficas; seu desenho; sistemas de projeções nelas usados; cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia.</p> <p>3ª aula – Direito internacional, especialmente a parte aplicada à guerra; conhecimentos essenciais de economia política.</p> <p>4ª aula – Estratégia (ilustrada com a análise das principais campanhas em que tem tido parte o Brasil e os países sul-americanos, e exemplificada com as mais notáveis dos tempos antigos e modernos).</p> <p>5ª aula – Serviço de Estado-Maior; estudo completo da organização dos exércitos sul-americanos.</p>	<p>Ensino essencialmente prático</p> <p>Esta prática do 3º ano realizar-se-á dentro da 9ª região ou onde mais conveniente for.</p>
<p>b) Ensino prático</p> <p>Prática falada de francês e inglês ou alemão.</p> <p>Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.</p>	<p>b) Ensino prático</p> <p>Prática falada de francês e inglês ou alemão.</p> <p>Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.</p>	

Fonte: (BRASIL, 1914)

A tentativa de tornar o ensino mais objetivo, prático e voltado para a profissão militar era um desejo do Alto-Comando do Exército desde a publicação do regulamento anterior. Tal aspiração esteve presente em praticamente todos os relatórios dos Ministros da Guerra da década de 1900 e 1910. O próprio Regulamento de 1913-14 trazia uma preocupação especial com o ensino de alguns conteúdos curriculares essencialmente teóricos, como Matemática, Física e Química, que seriam ministrados na recém-criada Escola Militar do Realengo. Com o intuito de

dirimir o impacto desses conteúdos, ligados à tradição bacharelesca da EMPV, o regulamento apresenta uma espécie de “roteiro pedagógico”, algo extremamente incomum em normas dessa natureza:

O ensino de Matemática será reduzido ao estritamente necessário para os estudos superiores do aluno, evitando-se tudo aquilo que não tenha aplicação ou valor prático [...] Sendo assim, tais conhecimentos, sobre inteligentemente escolhidos, devem revestir-

-se de um caráter eminentemente experimental, sem o que os alunos não gravarão de modo eficaz os fenômenos e as leis a estudar. (BRASIL, 1914).

Em estudo anterior sobre a formação do oficial na Primeira República, constatou-se que os esforços do Alto-Comando se concentravam na implementação de um modelo de ensino militar que primasse pelos princípios da utilidade e da experiência. Nesse sentido, a utilidade dos conhecimentos estava diretamente ligada a sua capacidade de aplicação na profissão militar. Tais conhecimentos também deveriam ser “revestidos” por um “caráter eminentemente experimental” (MARCUSO, 2012). Apesar de não se tratar da Escola de Estado-Maior, a reprodução dessas determinações é fundamental para compreender a preocupação do Ministério da Guerra e do Estado-Maior com a diminuição do ensino teórico e intensificação do ensino prático nas instituições militares de ensino.

Em 1915, a EEM continuava sob o comando do Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante, e o relatório do Ministro da Guerra apresentava uma síntese dos trabalhos realizados naquele ano. A maioria dos exercícios práticos foi ministrada em outros estabelecimentos militares e, em alguns casos, com o apoio de seus respectivos docentes:

Os exercícios de equitação foram realizados no quartel do 13º regimento de cavalaria e a instrução do jogo de guerra foi ministrada pelo próprio professor de tática. De acordo com o disposto no art. 8 do regulamento da escola, fizeram parte das mesas examinadoras de línguas três professores da escola prática. (FARIA, 1916, p.21)

O artigo 8º refere-se às regras definidas para as provas orais de língua estrangeira, que seriam feitas para cada idioma separadamente e “nelas se dará destaque a conversação sobre a tecnologia militar.” (BRASIL, 1914).

O Relatório do Ministro da Guerra de 1914 apresentava as considerações do Coman-

dante da EEM, Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante: a “instrução foi ministrada de acordo com as disposições do regulamento de 30 de abril de 1913, com as alterações do de 28 de março de 1914.” (FARIA, 1915, p.17). As aulas foram frequentadas por 24 oficiais-alunos. O relatório destaca que os exames, teóricos e práticos, ocorreram normalmente entre dezembro e janeiro, e que o desempenho dos alunos foi “lisonjeiro”.

De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1915, foram matriculados 21 alunos, 36 fizeram exames, 17 concluíram o curso e apenas dois foram desligados. No mesmo relatório, consta a descrição de adaptações na execução do programa de ensino, especialmente em relação ao ensino prático:

Os trabalhos da primeira seção deviam consistir em aplicações concernentes às doutrinas ensinadas nas aulas de assuntos militares, e não tendo sido possível, realizá-los em exercícios de quadros, foi incluído no programa o estudo crítico de uma campanha moderna desde a declaração de guerra até a conclusão da paz. (FARIA, 1916, p.22)

Os alunos também realizaram uma viagem de Estado-Maior, entre os dias 4 de novembro e 6 de dezembro. Segundo o relatório, os “resultados colhidos e pela sua amplitude excedeu os termos de mera aprendizagem” (FARIA, 1916, p.22). As viagens de estado-maior constavam como atividade prática do terceiro ano do curso e, provavelmente, consistiam na aplicação simulada dos conteúdos programáticos de Estado-Maior (conteúdo da 5ª aula do 2º ano).

Também foram realizados exercícios práticos referentes ao segundo ano do programa de ensino: “*Os exercícios da 2ª seção consistiram num reconhecimento topográfico até a Barra do Pirai, no levantamento topográfico da Babilônia, em trabalhos de campo de uma triangulação e na determinação de coordenadas geográficas com sextante e teodolito.*” (FARIA, 1916, p.22). O relatório apresentava uma tabela com os resultados das aprovações nos exames daquele ano:

<b>Tabela 1 – Resultado dos exames finais das aulas teóricas (1915)</b>				
<b>PRIMEIRO ANO</b>				
<b>Aulas</b>	<b>Distinção</b>	<b>Plenamente</b>	<b>Simplesmente</b>	<b>TOTAL</b>
Primeira	----	12	----	12
Segunda	3	9	----	12
Terceira	1	9	1	10
Quarta	2	7	----	9
Quinta	----	12	----	12
<b>SEGUNDO ANO</b>				
Primeira	----	7	----	7
Segunda	2	4	----	6
Terceira	1	6	----	7
Quarta	1	6	----	7
Quinta	1	6	----	7

Fonte: (FARIA, 1916, p. 22)

Em relação aos exames finais das aulas práticas do segundo e terceiro anos,

<b>Tabela 2 – Resultado dos exames finais das aulas práticas (1915)</b>				
<b>SEGUNDO ANO</b>				
<b>Aulas</b>	<b>Distinção</b>	<b>Plenamente</b>	<b>Simplesmente</b>	<b>TOTAL</b>
Francês	2	----	----	2
Alemão	----	----	1	1
Inglês	----	----	1	1
Jogo de Guerra	3	2	1	6
3ª aula do 1º ano	1	5	1	7
2ª aula do 2º ano	----	5	1	6
<b>TERCEIRO ANO</b>				
Jogo de Guerra	—	16	1	17
3ª aula do 1º ano	—	17	—	17
2ª aula do 2º ano	—	16	1	17
1ª seção (estado-maior)	1	13	1	17
2ª seção (Geodésia)	1	14	—	17

Fonte: (FARIA, 1916, p.23)

De acordo com o Regulamento de 1913-1914, o conteúdo programático do terceiro ano se restringiria ao “*ensino essencialmente prático*”, não constando nenhuma informação adicional acerca da natureza desse ensino. Entretanto, os resultados das provas finais fornecem essa informação. Assim, os conteúdos do ensino prático do terceiro ano seriam: 1) Jogo de Guerra (ensino prático, 2ª ano); 2) Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia etc.); aplicações da eletricidade à guerra, na vigilância, no ataque e na defesa (3ª aula do 1º ano); 3) Cartas geográficas, seu desenho, sistemas de projeções nelas usados, cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia (2ª aula do 2º ano); 4) Estado-Maior; 5) Geodésia. No relatório do MG de 1916, encontra-se um complemento da caracterização do ensino prático do terceiro ano:

Subsistiu para o ensino prático do 3º ano o programa organizado para 1915, que divide o ensino em duas secções: estado-maior e Geodésia. Em ambas as secções o ensino é dividido em duas partes, uma que é ministrada no interior e outra fora do estabelecimento. (FARIA, 1917, p.27)

Segundo o relatório, em 1915 foi elaborado um programa de ensino para o terceiro ano que divide os conteúdos em duas secções: Estado-Maior e Geodésia. O relatório também caracteriza o ensino dentro e fora da escola:

A instrução na escola consta de jogo da guerra, apreciação das campanhas desde a declaração de guerra até o tratado de paz, especialmente quanto às operações de mobilização, concentração, ao funcionamento dos serviços e observância das convenções internacionais, aplicando-se a legislação pátria e os regulamentos militares. A instrução fora da escola compreende exercícios táticos de quadro e viagem de estado-maior. [...] O conselho de instrução resolveu fixar em 80 o número das lições das diversas aulas. (FARIA, 1917, p.27)

Podemos observar que o comando da EEM, principalmente por meio do conselho de instrução e, provavelmente, com o apoio do próprio Estado-Maior, procurou elaborar programas de ensino com o intuito de complementar e aperfeiçoar as disposições gerais do Regulamento de 1913-14. Em 1916, de acordo com o relatório, os exames do 3º ano foram realizados em fevereiro, em virtude da viagem de estado-maior, que foi longa, obedecendo as instruções especiais, uma vez que estava fora do período regulamentar de exames. Naquele ano, matricularam-se 27 oficiais, e as aulas “*abriram-se no primeiro dia útil de abril, funcionando até o último dia de novembro. A disciplina foi sempre mantida dentro dos termos regulamentares*” (FARIA, 1917, p.27). De acordo com Jaguarê Miranda, alunos oficiais da EEM foram enviados ao sul do País, em 1916, para auxiliarem na construção de uma via férrea que ligaria o Estado de São Paulo a Santa Catarina. Ainda segundo o autor:

Os trabalhos se deram nas cidades de Rio Negro, no Paraná, e Caxias, no Rio Grande do Sul, com notada importância – política, pelo favorecimento à integração nacional; econômica, pela viabilização de incremento do sistema de transportes brasileiro; e, finalmente, social, pelo favorecimento a melhores condições de vida da população local, como consequência do já citado anteriormente. Cabe dizer que tal providência favoreceu, ainda, o prestígio do Exército junto à sociedade brasileira. (MIRANDA, 2005, p.86)

Tais medidas não constam no Relatório do Ministro da Guerra referente a este ano.

Em 1917, o General de Brigada Ignacio de Alencastro Guimarães manteve-se sob o comando da EEM e, de acordo com o relatório do MG, os trabalhos escolares foram “*executados de acordo com as disposições regulamentares e a disciplina foi sempre rigorosamente mantida*” (FARIA, 1918, p.43). Naquele ano, foram matriculados 34 alunos, sendo 14 no 1º ano, sete no 2º ano e 13 no 3º ano. O Relatório de 1917 foi sucinto na descrição do

ano escolar, pois a escola seria fechada em 1918, em virtude da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Os trabalhos retomaram apenas em 1920, sob a supervisão dos oficiais da Missão Militar Francesa e, em uma nova sede, a partir de 1921.

Esse cenário de sedes improvisadas, mudanças e fechamentos temporários, dificultam o desenvolvimento de qualquer tipo de ensino, militar ou civil, e prejudicavam a execução completa dos programas de ensino, especialmente das atividades práticas. Como já vimos, a EEM seria fechada a partir de 1918: “Tendo o governo resolvido o não funcionamento deste estabelecimento em 1918, em vista do estado atual, que exige a presença dos oficiais em seus corpos, foram tomadas as providências a respeito, com relação ao seu pessoal e material” (FARIA, 1918, p.43). A última ordem do dia foi publicada no dia 14 de janeiro de 1918 e anunciava o fechamento da segunda sede da EEM:

Cessa hoje a sua atividade, ainda que temporariamente, para surgir e brilhar em outra época mais calma da vida nacional, con-

forme as previsões judiciosas do Governo. Teve uma existência relativamente curta, 11 anos, mas deixa bem nítida uma série de benefícios ao Exército (...). As turmas se sucederam, o ensino técnico se aperfeiçoou, novos e mais vastos conhecimentos foram proporcionados, e o Exército sente o benéfico esforço desse conjunto de obreiros da ciência a ensinar e dos dedicados e sequeiros ouvintes a aprender e discernir. (CÂMARA; PERES, 2005, p.67-68)

Não há informações em relação ao destino do pessoal ou do material da EEM, até 1920, quando a escola será reaberta em uma nova sede e sob o comando dos militares da MMF.

Esse artigo buscou apresentar algumas considerações iniciais sobre a Escola de Estado-Maior do Exército, especialmente sobre as primeiras determinações oficiais constantes nos regulamentos e nos relatórios dos Ministros da Guerra. Outra preocupação foi a descrição detalhada das fontes para o estudo da educação militar de forma geral, e da Escola de Estado-Maior em específico.

## REFERÊNCIAS

ARGOLLO, General Francisco de Paula 1904. *Relatório do Ministro da Guerra de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

BARRETO, General Emygídio Dantas. *Relatório do Ministro da Guerra de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1911.

BRASIL, Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 – Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914- Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905 – Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

BORMANNO, José Bernardino, *Relatório do Ministro da Guerra de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.

CÂMARA, Hiram de Freitas; PERES Carlos Roberto (org). *Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – a escola do método: um século pensando o Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996.



FARIA, José Caetano de. *Relatório do Ministro da Guerra de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1915.

\_\_\_\_\_, *Relatório do Ministro da Guerra de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.

\_\_\_\_\_, *Relatório do Ministro da Guerra de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

\_\_\_\_\_, *Relatório do Ministro da Guerra de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

FONSECA, General Hermes da. *Relatório do Ministro da Guerra de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*. 2005. 285f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LACOSTE, Yves. (1976) *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papirus, 1988.

MARCUSSO, Marcos Fernandes. *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)*. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MIRANDA, Jaguarê Saraiva. A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: Ideias, Valores, Relacionamento com a Sociedade, Eventos Políticos, Sociais, Econômicos e Militares. *Revista PADECEME*. Rio de Janeiro, n. 10, p. 82-88, 1. quadrim. 2005. Disponível em: <https://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/435/382> Acesso: 02. Set. 2016.

PEREIRA, Sérgio Nunes. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um "festival científico" no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010.

SILVA, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e. *Relatório do Ministro da Guerra de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> A escola foi criada através do Decreto no 5.698, de 2 de outubro de 1905, que definia os Regulamentos para os institutos militares de ensino.

<sup>2</sup> Este ano também marcou a mudança da escola para sua atual sede, na Praia Vermelha.

<sup>3</sup> Trata-se dos cursos de formação de oficial oferecidos na Escola Militar da Praia Vermelha: Cavalaria, Infantaria e Engenharia.

<sup>4</sup> A Geodésia é ciência que estuda a forma e a dimensão da Terra e o campo de gravidade e suas variações temporais. No início do século XX, a Geodésia tinha como principal objetivo precisar a localização de acordo com os cálculos acerca das dimensões globais. A sua prática consistia no estudo das teorias e postulados matemáticos da Geodésia e suas possíveis aplicações na atividade militar.

<sup>5</sup> A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do Exército. A Escola foi fechada em 1904 após uma rebelião que se somou às agitações sociais decorrentes da Revolta da Vacina. Cerca de 300 membros da escola aderiram ao movimento popular.

<sup>6</sup> Esse cenário se altera consideravelmente em 1929, quando o curso de Estado-Maior é exigido como pré-requisito para a promoção ao posto de general.

<sup>7</sup> O regulamento para o ensino militar de 1913 foi estabelecido pelo Decreto no 10.198, de 30 de abril de 1913. Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto no 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913 -1914.

# Uma abordagem sobre a inevitabilidade dos conflitos no período entre guerras\*

## An approach to the inevitability of inter-war conflicts

**Alexandre Rocha Violante**

*Mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (EGN), especialista em Relações Internacionais pela PUC-RJ, especialista em Direito Internacional pela Universidade Cândido Mendes, mestrando do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e atual professor da EGN.*

### RESUMO

Neste trabalho buscou-se discutir como a Liga das Nações, fórum internacional criado após a Primeira Guerra Mundial, poderia interferir para que os conflitos pudessem ser evitados em uma escala mais generalista e global. Assim, procurou-se como objetivo principal provar que no período entre guerras, mesmo com a tentativa de grande mudança da ordem internacional, ocorrida em princípios ditos utópicos, evitá-los, foi praticamente impossível. Como objetivos secundários, este artigo procurou analisar politicamente: a) as mudanças ocorridas nas relações internacionais após a Primeira Guerra Mundial; b) a Liga das Nações, que pretendeu mudar o mecanismo de segurança utilizado para evitar e solucionar conflitos; e c) a sistemática do novo mecanismo de segurança coletiva da Liga, principalmente os constrangimentos ao qual foi submetido. Dessa forma, baseado qualitativamente nas teorias das relações internacionais da época e nas contemporâneas, constatou-se o fracasso da Liga das Nações, nos moldes da época, e de seu mecanismo de segurança coletivo, que visava à implantação de uma nova or-

### ABSTRACT

In this article, it was attempted to discuss how the League of Nations, an international forum created after the First World War, could interfere that conflicts could be avoided in a more general and global scale. So, it was tried to prove as the main objective of this article that in the interwar period, despite the attempt of great change in the international order, which occurred in said Utopian principles, avoid them, was virtually impossible. As secondary objectives, this article aims to analyze politically: a) the changes in international relations after the First World War; b) the League of Nations, which sought to change the security mechanism used to prevent and resolve conflicts; and c) the systematic of the new collective security mechanism of the League, particularly the constraints to which it was submitted. Thus, based on qualitative theories of international relations at that time and in contemporary, it was found the failure of the League of Nations, along the lines of time, and their collective security mechanism aimed at the implementation of

---

\* Artigo recebido em 26 de agosto de 2016 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2017.

dem mundial estruturada na multilateralidade, na multipolaridade e nos princípios democráticos de uma governança global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflitos; Cooperação; História; Segurança

a new structured world order multilaterally, in the multipolar and democratic principles of global governance.

**KEYWORDS:** Conflict; Cooperation; History; Security

## INTRODUÇÃO

O sociólogo e filósofo francês Freund (1995) define conflito como um enfrentamento intencional entre dois ou mais seres de uma mesma espécie, que demonstrem uma intenção hostil, visando à busca, manutenção, afirmação ou restabelecimento de direito e que, se utilizada com violência, pode concorrer para o aniquilamento físico do outro. Ele dirime, ainda, dúvidas conceituais sobre antagonismos e conflito ao abordar um dos fundadores da sociologia, o intelectual alemão Max Weber (1864-1920):

Para Weber, os tagonismos são eternos. Sua presença nas sociedades não é necessariamente um sinal de conflito, porque não se encontram inevitavelmente em um estado de hostilidade recíproca. No fundo, o jogo dos antagonismos é o que determina a diversidade das relações sociais, aquilo que não evita que haja uma rivalidade entre eles no sentido de competência agonística. Só participam do conflito em certas condições: quando um deles deseja exercer uma hegemonia sobre os outros, ou quando se esforça em excluir os outros, ou ao menos um deles.<sup>1</sup> (FREUND, 1995, p.128, tradução nossa).

Caso haja uma harmonia entre esses antagonismos, não teríamos conflito, e sim paz, cujo espaço temporal dependerá deste arranjo político entre as sociedades.

Neste trabalho, buscou-se discutir como os conflitos em que um ou mais Estados se encontraram envolvidos, ou seja, aqueles em que, em um primeiro momento a Liga das Nações como fórum internacional e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU) poderiam interferir e evitá-los. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho será mostrar a inevitabilidade

desses conflitos: no entre guerras (1919-39), mesmo com a tentativa de mudança da ordem internacional ocorrida, baseada em princípios utópicos.

Para tal, o trabalho foi estruturado segundo a seguinte forma de apresentação, além desta breve introdução, em que foi esboçada nos parágrafos anteriores, de forma sintética, a definição de conflito que será utilizada. Analisaram-se na segunda seção as mudanças ocorridas nas Relações Internacionais (RI) após a Primeira Guerra Mundial (IGM), com a criação da Liga das Nações, como uma Organização Internacional (OI) que pretendeu mudar o mecanismo utilizado para evitar e solucionar conflitos, e que acabou por contribuir para originar, anos depois, a Organização das Nações Unidas (ONU).

Pretendeu-se também analisar a atuação dessa organização e seu mecanismo de segurança coletiva, além dos principais conflitos e constrangimentos ocorridos no entre guerras, à luz das críticas das teorias das RI existentes à época, e também por meio de análises teóricas contemporâneas. Por fim, chegou-se à conclusão de que os conflitos, apesar das mudanças propostas pelo novo concerto mundial, não foram suficientes para assegurar a paz; não nos preceitos apresentados.

## O INÍCIO DO SISTEMA INTERNACIONAL

O Sistema Internacional (SI) é para as RI o ambiente constituído pelos Estados e pelas diversas instituições internacionais, em interação no mundo. Tem sua formulação no reconhecimento de que as relações entre os Estados são norteadas por leis internacionais, instituições, alianças e associações, em oposição à ideia do simples domínio da “lei da força” ou da suposta ausência de qualquer tipo de ordenamento jurídico internacional (WALTZ, 2002).

A Paz de Westfália (1648), uma série de tratados que puseram fim à Guerra dos Oi-

tenta Anos e à Guerra dos Trinta Anos<sup>2</sup>, consolidou o conceito de Estado Nacional, inaugurando o princípio da soberania estatal e a abertura de novos mercados consumidores, em um contexto que envolvia as grandes navegações e o colonialismo. Este sistema Vestfaliano redefiniu as fronteiras políticas da Europa, alterou o equilíbrio do poder e criou uma disputa pela hegemonia mundial que acarretou no surgimento de novas potências, as quais constituíram a base para rivalidades que desintegrariam qualquer possibilidade de união entre os Estados Europeus, culminando, posteriormente, com as guerras napoleônicas e com as Primeira e Segunda Guerras Mundiais (LESSA, 2005).

Entretanto, foi pelo Congresso de Viena<sup>3</sup> (1815) que se iniciaram as modernas relações internacionais, com o estabelecimento de um sistema formado pelas mais importantes nações da época. Tal fato só foi possível após a transição marcada pelo Império Napoleônico. Foi neste congresso que se estabeleceu o chamado concerto entre as nações, tendo se acordado um equilíbrio entre as principais potências europeias, por meio de diretrizes que possibilitaram certa estabilidade a partir de uma gestão compartilhada, visando a evitar novos conflitos.

O congresso consagrou uma harmonia nem sempre unânime, haja vista a divisão ocorrida entre os dois grupos hegemônicos: os liberais, representados pela Grã-Bretanha e França; e as potências conservadoras, compostas pela Rússia, Prússia e Áustria. Este equilíbrio, em que a balança de poder pendia ora para um lado ora para outro, perdurou entre 1815 e 1848. Esta ordem foi substituída pelo sucesso do liberalismo e da globalização econômica experimentada a partir da década de 1840 com a sua substituição pela *Pax Britannica*<sup>4</sup> que permeou as relações internacionais até o final da IGM (KENNEDY, 1989).

Com o fim da IGM, a Liga das Nações surge como a primeira OI, uma entidade que englobaria todos os Estados soberanos que escolhessem compor seus quadros, objetivando superar os perigos do sistema anárquico internacional. Seu desenho institucional e os temas a serem tratados representavam

a intenção das grandes potências da época de dar continuidade ao *status quo*, mantendo a lógica dos Estados soberanos, paralelamente a um projeto de transformação do sistema, a partir da crença no progresso, na razão e na democratização das RI. Este segundo objetivo era em muito representado pela teoria da paz perpétua<sup>5</sup>, de Kant, posteriormente adaptada para a teoria da paz democrática<sup>6</sup>, patrocinada não apenas por teóricos idealistas, mas pelo grande vencedor da IGM, o Presidente dos EUA Woodrow Wilson (HERZ e HOFFMANN, 2004).

A posição idealista da época, majoritária até então e capitaneada pelos EUA, afirmava que nações democráticas eram, por definição, pacíficas e que povos respeitados em sua autodeterminação não teriam mais motivos para ir à guerra. Dessa maneira, combater-se-ia a perda da racionalidade que foi, à luz do pensamento da época, fator preponderante para a “quebra” do processo de poder vigente, estabelecido no *balance of power* (equilíbrio de poder), que levou à Grande Guerra.

De fato, a concepção do equilíbrio de poder era manter a estabilidade do SI, na medida em que alianças impediam que um dos Estados ameaçasse a soberania dos demais. Este conceito está diretamente relacionado ao “dilema de segurança”, presente na teoria realista das RI, que trata da obrigação do Estado iniciar a guerra quando este ficasse vulnerável (BONANATE, 2001).

Nessa visada, o sistema de segurança coletiva proposto representava uma ruptura a este equilíbrio das grandes potências que regiam as RI no SI, desde a Paz de Westfália até o início da IGM.

Todavia, o sistema de segurança coletivo proposto pela Liga foi considerado um grande fracasso. Constrangimentos ocorridos na década de 30 contribuíram para este fim. Como exemplos, pode-se citar diversos conflitos que não foram evitados, demonstrando a incapacidade da Liga em lidar com as crescentes tensões do período, tais como: a) a invasão da Etiópia pela Itália (1935); b) a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935); c) a invasão da Manchúria pelo Japão (1931); d) a Guerra Civil Espanhola,

acompanhada pelas intervenções alemã e italiana; e) a absorção da Albânia pela Itália (1939); e f) o começo da expansão alemã na Áustria e na ex-Tchecoslováquia. Outros constrangimentos importantes a salientar foram o enorme número de alianças militares secretas celebradas neste período, que ficou conhecido como a era dos pactos, bem como o não cumprimento pela Alemanha do Tratado de Versalhes, seu rearmamento e sua saída da Liga das Nações (RIGGS e PLANO, 1994).

Sob o ponto de vista dos teóricos realistas clássicos, tais constrangimentos apresentados à Liga estão embasados em suas perspectivas teóricas de que o que vale nas relações internacionais é o poder, que as organizações internacionais não são as mantenedoras da ordem, mas sim as grandes potências, que o desejo de não lutar guerras, a política do apaziguamento e o não uso do princípio da prudência levaram a esses constrangimentos e à Segunda Guerra Mundial (CARR, 1981); (WALTZ, 2002).

Já para os teóricos idealistas/liberais, tais constrangimentos foram gerados ainda pelo enraizamento existente do equilíbrio de poder europeu que era tendente à guerra. Somente com a interdependência entre os estados, a moral como norteadora da intenção dos Estados, o livre comércio e a universalização na prática das organizações internacionais, a paz seria possível.

Carr (1981) discute bem essa dualidade conflitiva das duas teorias na busca de uma evitabilidade de conflitos a partir de uma imposição de paradigmas não consensuais no próprio sistema. Ele afirma que tão utópico quanto ignorar o poder como um fator decisivo nas decisões políticas, seria pensar uma ordem internacional constituída por uma coalizão de Estados, cada qual se empenhando em defender e postular seus próprios interesses. Ele afirma ainda que, para esta ordem internacional funcionar, esta deve estar construída sob uma unidade em que o poder prevaleça, porém, sem prescindir de uma base moral de papel secundário, consentida entre os governados.

Isto posto, pode-se dizer ainda que este novo mecanismo de segurança coletiva foi ineficaz também pela velada disposição

contrária dos Estados em aderir aos princípios basilares desta nova organização internacional. Herz e Hoffmann (2004) elencam ainda como principais causas de derrocada do sistema:

a) as tentativas de codificar as regras do direito internacional, como na Conferência de Haia (1930), fracassaram, impedindo que o mesmo tivesse o papel central esperado na geração de ordem ao sistema internacional;

b) as principais negociações internacionais foram realizadas em outros fóruns, como o Conselho Supremo e a Conferência de Embaixadores;

c) a tensão entre o conceito de soberania e a lógica da indivisibilidade da paz, presente no sistema de segurança coletiva, está na base da dificuldade do funcionamento da nova ordem internacional. Para dar certo, o próprio interesse nacional necessitaria ser redefinido, o que é muito difícil inclusive nos dias de hoje;

d) o automatismo que o sistema propunha entra em conflito com a política externa flexível dos Estados soberanos;

e) a ineficácia do processo decisório do sistema que exigia unanimidade do Conselho e da Assembleia, bem como o caráter de resolução destes órgãos (não obrigatoriedade);

f) a dificuldade em se definir o agressor e o que é agressão, sendo um problema inerente da segurança coletiva;

g) a ausência dos Estados Unidos da América (EUA) na Liga, apesar dos esforços do Presidente Wilson, com a não ratificação do Tratado de Versalhes pelo Congresso norte-americano, impediu que a Liga tivesse um caráter universal; e

h) o caráter extremamente punitivo do Tratado de Versalhes, principalmente o Artigo 231, que declarava a Alemanha única responsável pela deflagração da IGM.

Cabe ressaltar que a maioria das medidas punitivas à Alemanha, fossem econômicas, políticas, e militares, baseava-se nesse artigo, gerando um sentimento revanchista e de apreensão na Europa, nesse período.

Em suma, a Liga das Nações foi uma Organização que privilegiou os vencedores aos vencidos, que não contou com a presença dos EUA, da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – por motivos ideo-

lógicos –, nem dos Estados colonizados da época, o que acarretou sérios problemas de legitimação, enfraquecendo-a como fórum universal. Aliado a estes fatores, as pesadas medidas punitivas à Alemanha, concomitantemente à grande depressão econômica de 1929 que assolou todo o mundo capitalista e principalmente a Europa, acabaram por gerar um sentimento revanchista e de exacerbação do nacionalismo alemão, impulsionando novamente a Europa para um novo conflito mundial.

Portanto, a existência da Liga não evitou diversos conflitos e a corrida armamentista que precederam a Segunda Guerra Mundial (IIGM). As dificuldades encontradas foram um corolário daquilo que ensina Bouthoul (2000) ao abordar que a intermitência nas causas da guerra não é a falta de êxito da maior parte dos planos de paz, pois eles se dirigiam a um único motivo concreto, causador do conflito, e não ao combate de suas causas sociológicas. Com isso, o conflito reapareceria sob nova roupagem, conforme pôde ser observado no período estudado.

### **O NOVO MECANISMO DE SEGURANÇA COLETIVO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Como consequência do fracasso do mecanismo de segurança da Liga das Nações e do término da IIGM, faz-se mister comentar mesmo que *en passant*, sobre o novo sistema de segurança coletiva, elaborado ainda durante este conflito.

Essa proposta baseava-se na criação de uma nova OI fundamentada nos princípios da igualdade entre os Estados soberanos, sem os erros apresentados na Liga das Nações. Com isso, foi implementado um processo decisório em que as grandes potências tivessem a prerrogativa de “soberania especial”, na forma de poder de veto. O suposto é que uma ação de segurança coletiva só pode ser empregada quando há unanimidade entre os Estados poderosos e nunca contra um deles (PECEQUILO, 2004).

Embora este sistema de segurança não tenha funcionado durante a Guerra Fria (1947-91), a Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel mais atuante

na mediação de conflitos isolados, no cessar-fogos, ou ao separar forças hostis. Apesar do congelamento do Conselho de Segurança (CSNU), que impossibilitou a ONU de atuar mais diretamente na resolução de conflitos, outros constrangimentos durante a Guerra Fria permearam sua atuação, tais como:

a) um sistema de alianças acordado entre as grandes potências e a divisão de zonas de influência entre as superpotências, que enfraqueceu a ONU, entretanto contribuiu para a estabilidade do sistema internacional naquele momento;

b) a utilização do CSNU como plataforma da política externa norte-americana, ocorrida durante parte do processo de intervenção na Guerra da Coreia;

c) a ausência dos acordos especiais que levariam a ONU a dispor de Forças Armadas e direitos de passagem para a manutenção da paz. Tal fato foi impedido pelo agravamento da tensão entre as grandes potências;

d) a incapacidade da ONU de evitar o conflito armado no Chipre (1974), apesar da operação de paz criada em 1964, devido principalmente à falta de cooperação e à vontade política entre os Estados beligerantes;

e) o ataque preventivo efetuado pelos EUA à Líbia (1985) e a invasão ao Panamá, contrariando o princípio de autodefesa (HERZ e HOFFMANN, 2004); (BEIRÃO, 2009); (KENKEL e MORAES, 2012).

A possibilidade de uso do sistema de segurança coletivo previsto na carta das Nações Unidas foi reinstituída com o fim da Guerra Fria. O processo decisório do CSNU foi ativado com o término sistemático do uso do poder de veto pelos EUA e pela ex-URSS (posteriormente, Rússia). Nesse período, o número de operações de paz aumentou sensivelmente. A imposição de sanções foi mais frequente e foram criados tribunais especiais para crimes de guerra e genocídios (*Ibidem*).

Dessa forma, o fim da Guerra Fria propiciou uma maior interdependência entre as sociedades, permitindo que o tripé ocidental da democracia, economia de mercado e direitos humanos não se universalizasse, mas fosse o modelo a ser seguido pelos países periféricos, de acordo com a lógica dos atores mais poderosos do SI.

## **CRÍTICA CONTEMPORÂNEA AO PERÍODO ENTRE GUERRAS – O DEBATE TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Após essa breve análise das causas do fracasso da Liga das Nações e de seu sistema de segurança coletivo, pôde-se verificar que nem o idealismo, nem o realismo clássico, correntes predominantes à época do entre guerras foram suficientes para evitar os conflitos. O racionalismo, o liberalismo e a democracia, aliados tanto aos preceitos utópicos, quanto às premissas clássicas do realismo clássico não foram capazes de garantir a sobrevivência dos Estados. O não entendimento dos mesmos dentro do SI acabou por suscitar mais disputas do que convergências em um período de ruptura e de reconstrução da ordem internacional.

Ainda buscando explicações para eventos passados e visando a evitar novos conflitos dentro da lógica da guerra e da paz das RI, alguns anos mais tarde, o realismo voltou a ser o principal arcabouço teórico a ser utilizado, em detrimento da teoria idealista/liberal, que fracassara em seus intentos. Aliás, pode-se dizer que o pensamento da diplomacia e dos governos das grandes potências da época ainda se encontravam baseados sob os pilares da *Realpolitik*.

Interessante perceber que logo após a IIGM, Morgenthau (2003) em seu livro *A política entre nações*, de 1948, afirmava que as causas dos conflitos estariam relacionadas à natureza humana e ao desejo de poder. Destarte, a existência de estadistas agressivos ou de sistemas políticos domésticos propiciava a grupos ambiciosos controlarem as ações do Estado a seu favor. Portanto a escolha correta de estadistas que buscariam o poder e reforçariam a defesa e garantiriam estabilidade do sistema, evitando hegemonias globais em um completo equilíbrio de poder. Morgenthau apresentava o realismo clássico sob nova roupagem e entendimento.

Nessa sequência, Waltz (2002), um dos principais autores do neorealismo no final da década de 70 e nos anos 80 acrescentou a essa nova visão do realismo que o balanço de poder não seria resultante da escolha dos governantes, mas sim de como o poder

seria distribuído entre as nações, ou seja, como o SI se comportaria, na bipolaridade ou na multipolaridade. Cabe ressaltar que os neorealistas passaram a considerar novos atores dentro do tabuleiro estratégico do sistema sem, contudo, abandonar a premissa clássica de que o Estado sempre será o ator mais importante e definidor das *high politics*.

Nessa mesma época, os novos debates promoveram o desenvolvimento do neoliberalismo, tendo como seus expoentes Nye (1989, 2005) e Keohane (2004, 2009). Esses autores apresentaram uma nova perspectiva em se analisar o poder. As instituições conformariam arranjos conectados com regras formais ou informais que influenciariam os comportamentos e moldariam as expectativas dos Estados. Em consonância à perspectiva neoliberal, os Estados passariam a assumir seus interesses por meio de um papel mais relativo no que tange ao poder e não mais na busca dos ganhos absolutos – que seriam os propagadores principais dos conflitos.

Dessa maneira, posturas cooperativas a partir de inspirações racionais deixariam o SI mais cooperativo e menos atinente aos conflitos. A principal ideia dos liberais seria apresentar um liberal-institucionalismo mais racional, apesar de conter as premissas idealistas do início do século XX.

Nos anos 90 e 2000 surgiram novas correntes do realismo, o chamado realismo neoclássico que admite novas variáveis no sistema, como a política doméstica, o valor do indivíduo e as diversas nuances de estruturação do Estado, que fazem com que estas unidades respondam de formas diferentes às pressões do sistema internacional. Como representantes dessa vertente, pode-se citar Shweller e Fareed Zacaria (2008). Interessante perceber que, com o término da Guerra Fria, novos temas ascenderam à agenda de segurança das grandes potências, bem como a articulação de novos conceitos de segurança coletiva passaram a ser discutidos em comissões *Ad Hoc* e fundamentaram novas teorias para a solução de crises.

Nesse ponto, a teoria construtivista, que tem como um de seus representantes mais importantes a Escola de Copenhague, percebe que o conceito de segurança

é abrangente, possuindo cinco campos do conhecimento, a saber: político, econômico, ambiental, societal e militar (BUZAN e HANSEN, 2012). Ou seja, a segurança estatal divide espaços com a segurança humana, em que o indivíduo é um ator importante para a própria securitização do Estado em seus diversos arranjos internacionais e domésticos.

Nessa visada e como reação a essas ideias, atualmente o realismo defensivo liderado por Waltz, derivado do neorealismo, tem considerado novas variáveis ao processo de balanço de poder. Para esses autores, os Estados devem manter sua posição de poder. A maximização do poder levaria ao conflito. Assim, os Estados devem contrabalancear aqueles Estados que efetivamente os ameacem, e não por serem apenas os mais poderosos dentro do sistema. Para isso, é importante considerar a geopolítica, a intenção dos outros Estados e o poder relativo (e não mais o absoluto), tudo dentro de uma balanço ofensiva/defensiva que propiciaria um balanço eficiente no SI.

Dentro ainda do realismo estruturalista, o realismo ofensivo capitaneado por Mearsheimer (2001) ressalta a ofensiva como um fator primordial para a vitória nos conflitos. Assim, os estados devem angariar ao máximo o poder, já que todos o querem à custa dos outros. Para ele, a presença de um ator hegemônico no sistema garantiria a paz, reduzindo as incertezas e garantindo a sobrevivência e a racionalidade dos Estados.

Em uma nova vertente, mais ligada, obviamente, ao liberalismo, porém procurando conjugá-lo com o construtivismo e o realismo em algumas de suas ideias, Nye em sua obra *O futuro do Poder* (2012) cunha a expressão *smart power*, que nada mais é que a conjugação do *soft power* e do *hard power* em uma estratégia que deve ser aplicada após uma correta avaliação das diversas variáveis do sistema que ele chama de novas áreas de importância, a saber: alianças, parcerias e instituições, desenvolvimento global, diplomacia pública, integração econômica. De onde se pode perceber que os “novos campos da segurança” da Escola de Copenhague – sob a perspectiva do próprio Buzan –, ou seja: militares, políticos, econômicos, societais e ambientais se asseme-

lham aos campos de segurança da estratégia *smart* de Nye.

O leitor atento pode perceber já nesse momento que as teorias das RI acabam por dialogar em muitos pontos entre si próprias. Ao considerarem outros atores que não apenas o Estado como importantes no SI, a política doméstica, a cooperação e não apenas o conflito como molas propulsoras do poder, pode-se considerar que interligadas podem apresentar melhores resultados na eterna busca da paz dentro do SI. Foi assim o entre guerras e assim é na contemporaneidade.

Em uma linha mais crítica das RI, Emmanuel Wallerstein e Robert Cox, por exemplo, criticam a “universalidade” do liberalismo, da democracia liberal como agentes ativos de maior poder dentro das RI. Esse viés sugere uma leitura marxista das RI, passando o homem a ser o centro das *high politics*. Portanto, para se “quebrar” a hegemonia sistêmica seria necessário “quebrar” o modelo idealizado como global pelas grandes potências.

Dentro dessa leitura mais crítica e visando a uma nova releitura ao que se chama de duopólio entre realismo e liberalismo – inclusive já apresentado por Carr, em sua crítica às causas da IIGM – o Professor Thiago Rodrigues (2010) indica que o mundo se encontra diuturnamente em um processo de guerra permanente. O autor propõe repensar a relação entre política e guerra nas RI. Sua tese central é que a política não seria o espaço da paz, o espaço da civilidade, do racional, em contraponto ao espaço da guerra, espaço da barbárie e da irracionalidade. A própria política seria o espaço da guerra permanente, desde o nível micro, nas sociedades mais primitivas, até o nível macro, nas *high politics* dos Estados. Assim, Rodrigues refuta Clausewitz no que tange a uma de suas máximas de que “a guerra é a continuação da política por outros meios”, a guerra sim (como conflito armado, interno ou internacional) seria uma manifestação brutal da política, enquanto guerra permanente.

Após essa discussão a respeito das teorias que se propõem a estudar a guerra e paz nas RI, pode-se concluir que as teorias das RI contemporâneas apresentaram e apresentam modelos mais críticos que vi-



sam à busca do poder sem, entretanto, conseguir aplicar integralmente seus conceitos em um mundo cada vez mais complexo e em constantes mudanças estruturais. Sem dúvida, ao buscarmos explicar as dinâmicas do passado, como o período entre guerras, por exemplo – escopo deste trabalho –, continuam a ser insuficientes. O que se pode visualizar e que se torna cada vez mais premente é a conjugação do ideário dessas teorias na busca de se explicar assuntos tão importantes como a guerra e a paz. Essas teorias não devem ser tão “estanques”, haja vista a emergência de novos atores no sistema, as ameaças transnacionais, as novas ameaças<sup>7</sup> e a influência cada vez maior do plano doméstico no plano internacional e do homem influenciando o próprio Estado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, dentro das análises abordadas, foram verificados alguns princípios filosóficos e teóricos com o intuito de discutir a inevitabilidade do conflito no período entre guerras. Pôde-se verificar que a primeira tentativa de implantação de uma nova ordem internacional pautada nos princípios pacifistas dos teóricos idealistas/utópicos não foi bem-sucedida, principalmente porque nenhuma grande potência europeia vencedora da IGM estava interessada em perder seu *status quo* alcançado. Ademais, a imposição de um novo sistema de segurança, conjuntamente a uma nova moral supervalorizada em relação ao poder, contrariava a natureza do Estado Nacional que tem na hegemonia e na segurança sua política de sobrevivência, e inclusive na guerra sua busca pela paz.

No entre guerras, houve pouca discussão acerca do comportamento moral dos Estados, exceto para condená-los rápida e violentamente à luz desta moral ideal. Não houve discussão alguma dos pressupostos do homem comum sobre a moral internacional, esta se tornou apenas uma arma conveniente contra os que atacavam o *status quo*, bem como os autores não concordavam se a moral discutida era a moral dos Estados ou a dos indivíduos.

Cabe ressaltar ainda que alguns princípios morais estabelecidos no SI como a autodeterminação dos povos e a democracia

não eram e não são até hoje conceitos considerados universais. A autodeterminação foi usada pelos Estados a bel-prazer da conveniência de seus interesses geopolíticos, seja na divisão do novo mundo pós-Grande Guerra, com a partilha de territórios dos vencidos, seja na anexação da Áustria e dos Sudetos checos em 1938, como fez Hitler.

Apesar do poder representar o principal elemento no sistema internacional, Carr nos ensina que a moral também tem papel importante. Nenhum ato pode se sustentar exclusivamente com a força. Tanto na época de Carr, quando a Alemanha procurava fundamentar as invasões em princípios éticos e em direitos do povo alemão, quanto hoje, quando os EUA esforçam-se para justificar as invasões sob a bandeira da democracia ou quando os novos gastos militares são justificados para ampliação do mecanismo de defesa, o argumento moral é fundamental. De fato, os argumentos morais são criados pelos mais fortes da comunidade, seja para justificar a manutenção do *status quo* seja para alterá-lo em seu favor. Em suas palavras:

Não será difícil demonstrar que o utópico, quando prega a doutrina da harmonia de interesses, está vestindo seu próprio interesse com o manto do interesse universal, a fim de impô-lo ao resto do mundo. No âmbito internacional, as teorias da moral internacional são produto das nações ou grupos de nações dominantes, um artifício moral engenhoso invocado para justificar e manter sua posição dominante (CARR, 1981, p. 237).

A história apresenta, ciclicamente, períodos de otimismo e de pessimismo, de mais e menos cooperação. Há fases em que os antagonismos são discutidos e resolvidos e há outras em que os conflitos estão mais presentes. Como os conflitos são inerentes aos seres, às sociedades e, por conseguinte, aos Estados, conclui-se que no entre guerras estes puderam ser evitados em um espaço temporal ínfimo e em nível micro, o que foi irrelevante nesta discussão. Logo, tornaram-se inevitáveis, haja vista que a política estabelecida nas relações entre os Estados não foi satisfatória a todos os integrantes do sistema.

Apesar disso, é visível que na atualidade a maior assertividade impulsionada pela participação de novos atores internacionais, estatais e não estatais, tem se tornado o gérmen de uma nova forma de equilíbrio de poder. Entretanto, essas mudanças na ONU e no SI como um todo necessitam de maior vigor, a fim de que se concretizem de forma efetiva, podendo, enfim, tornar os conflitos de maior monta minimamente evitáveis.

Como principais propostas de mudanças a serem implementadas, a fim de contribuir para o estabelecimento de um SI mais estável, podem-se apontar: a) equilibrar o poder entre a Assembleia Geral e o CSNU; b) ampliar a representatividade do CSNU, por meio do ingresso de um maior número de Estados em desenvolvimento nas categorias permanente e não permanente, atendendo, com isso, aos imperativos de se dotar esse órgão de maior representatividade, legitimidade e transparência em suas decisões; d) mudar o seu sistema de veto; e) estabele-

cer critérios mais claros sobre a jurisdição desse conselho e do papel da Corte Internacional de Justiça; f) democratizar o sistema, tornando-o mais multilateral, e porque não também mais multipolar, de modo a possibilitar aos atores emergentes a real aplicação do poder que possuem.

Mesmo assim, apesar das proposições aqui sugeridas (há ainda muitas outras), não há garantia alguma de que os conflitos poderão ser evitados no futuro, pois como já dito nos parágrafos anteriores os conflitos são inerentes aos seres, às sociedades. Entretanto, cabe a nós, estudiosos dos estudos de segurança, não ficarmos reticentes e inertes sem buscar minimamente soluções exequíveis. Nessa lógica, pensar o poder faz-se mister. A História nos dá lições que não devem ser esquecidas. Portanto, a história das RI é uma ferramenta importante para se analisar o poder além da manutenção de um *status quo* conflituoso que obrigue os menos apoderados a se submeterem. Aliás, pensar o poder é muito mais do que isso.

## REFERÊNCIAS

- BEIRÃO, André P. *Aspectos político-legais e legal militares da participação brasileira em operações de manutenção da paz da ONU, pós 1988*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.
- BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 175 p.
- BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polemologia: sociologia de las guerras*. Madrid: Ediciones Ejército, 2000. 778p.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 220 p.
- FREUND, Julien. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.
- HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 268 p.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- KENKEL, Kai M.; MORAES, Rodrigo F. de (Org). *O Brasil e as operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília: Ipea, 2012. 458p.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *International institutions and state power: essays in international relations theory*. United States: Westview Press, 1989.

\_\_\_\_\_; Nye, Joseph. La interdependencia en la política mundial. In: TAMAYO, Arturo Borja (Comp.). *Interdependencia, cooperación y globalismo: ensayos escogidos de Robert Keohane*. México, DF: CIDE, 2005.

\_\_\_\_\_. *Power and Interdependence*. 2ª Ed. United States: Harvard University Press, 1989

KISSINGER, Henry. *A diplomacia das grandes potências*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999. 1005 p.

LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MEARSHEIMER, John, J. *The Tragedy of Great Power Politics*. W.W. New York: Norton & Company, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Traduzido por Oswaldo Biato. Imprensa: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Ed. Universidade de Brasília, 2003.

NYE JR., Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012. 334p.

RIGGS, Robert C.; PLANO, Jack. C. *The United Nations: International Organizations and World Politics*. Belmont, CA: Wadsworth, 1994.

RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ, 2010.

WALTZ, Kenneth N. Estruturas Políticas. In: *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Texto original em espanhol.

<sup>2</sup> A Guerra dos Oitenta anos ou Revolta Holandesa de 1568 a 1648 foi a guerra de secessão na qual o território englobando aquilo que hoje são os Países Baixos se tornou um país independente frente à Espanha. Durante esta guerra, a República Holandesa tornou-se uma potência mundial por um curto período histórico, com grande Poder Naval, e obteve elevado crescimento econômico, científico e cultural.

<sup>3</sup> A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) é a denominação genérica de uma série de guerras que diversas nações europeias travaram entre si a partir de 1618 especialmente na Alemanha, pelos mais variados motivos: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais.

<sup>4</sup> *Pax Britannica*, "paz britânica" é a expressão utilizada para descrever o período de paz sentido após a Batalha de Trafalgar que levou a uma maior expansão do Império Britânico. Durante este tempo, a Europa gozou de uma paz relativamente estável sob a liderança do Império Britânico que controlava as principais rotas navais, colocando-se numa posição dominante sobre comércio exterior.

<sup>5</sup> Paz perpétua é um projeto filosófico de Kant que tem como cerne a fé na força da razão frente ao poder e na existência de uma OI e de uma constituição universal que garantiriam uma paz duradoura entre os Estados.

<sup>6</sup> A teoria da paz democrática sustenta a ideia de que as democracias geralmente não e as democracias liberais nunca ou quase nunca entram em guerra umas com as outras.

<sup>7</sup> São comumente identificadas como o terrorismo, o tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas, pesca ilegal, contrabando, descaminho e a pirataria.

# O pensamento militar de Rio Branco e o emprego do Poder Militar na paz\*

## The (Baron of) Rio Branco military thinking and the permanent use of military power in peace time

**Armando de Senna Bittencourt**

*Vice-Almirante Engenheiro Naval, Reformado; M.Sc. in Naval Architecture (Universidade de Londres); membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia de Marinha de Portugal e de outras instituições congêneres no País e no exterior. Na Marinha do Brasil, foi Diretor de Engenharia Naval (7 anos e meio) e, depois, já na Reserva, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação (12 anos).*

### RESUMO

Na paz relativa em que se vive, o Poder Militar pode ser permanentemente utilizado para apoiar os interesses da nação, como propunha Rio Branco. Sua presença, ampliando prestígio e demonstrando capacidade em missões no exterior, como operações de paz, manobras militares com outros países, apoio a Forças Armadas estrangeiras, ou apenas “mostrando a bandeira”, bem como sua atuação em crises, dando ajuda humanitária a outros países, ou mesmo em missões cujo propósito é influenciar reações alheias, persuadindo-os a modificar suas atitudes, ou até mesmo as incentivando, quando assim interessa, compreende um conjunto de ações de caráter diplomático. Esse emprego diplomático do Poder Militar, no contexto atual, é considerado como uma das principais razões da existência de Forças Armadas contemporâneas. O Poder Naval tem um enorme potencial para exercê-lo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder Militar; Poder Naval; Pensamento Militar; Diplomacia; Rio Branco

### ABSTRACT

In the relative peace we live, the Military Power may be permanently employed to support the national interests, as proposed by Rio Branco. Its presence, spreading prestige and demonstrating capacity in missions abroad, like: peace operations, military manoeuvres with other countries, support to foreign armed forces, or simply “showing the flag”, well as its participation in crises, giving humanitarian help to other countries, as well as in missions which purpose is to persuade others reactions changing or reinforcing it, form a set of diplomatic missions. Actually, this Military Power diplomatic employment is supposed to be the main purpose for the existence of armed forces nowadays.

**KEYWORDS:** Military Power; Military Thinking; Diplomacy; Rio Branco

---

\* Palestra apresentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 7 de junho de 2017. Artigo recebido em 26 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 11 de maio de 2017.

## INTRODUÇÃO

O desentendimento entre nações existe em função de conflitos de seus interesses. Cada uma delas reage às ameaças adotando uma das três possíveis atitudes: a negociação por via diplomática, com o respaldo do Poder Nacional; a capitulação, diante de prováveis consequências adversas; ou a defesa de seus interesses, principalmente com ênfase no emprego do Poder Militar, evoluindo se preciso para a violência.

A violência, quando ocorre, leva a uma situação de enfrentamento em que um lado procura subjugar o outro pelo emprego da força, caracterizando o que formalmente se classifica como guerra. Assim, estabeleceram-se no passado dois ambientes distintos, o da paz e o da guerra. A paz, no entanto, é sempre desejada. Mesmo quando se fazem as guerras é com o propósito de alcançar uma situação futura de paz, unilateralmente favorável.

A Carta das Nações Unidas tirou dos países o direito à guerra. No mundo atual, só existe legalmente o direito à legítima defesa. Coutau-Bégarie, em seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs*<sup>1</sup>, ressalta que a guerra não pode ser mais rigorosamente definida de um ponto de vista jurídico. Isso, no entanto, não impediu a existência da violência, pois, durante as últimas décadas, ocorreu uma grande quantidade de conflitos limitados violentos, sem declaração de guerra.

As políticas de Defesa Nacional contemporâneas, inclusive a brasileira<sup>2</sup>, dão, em geral, ênfase à solução pacífica dos conflitos de interesses entre países, por meio da diplomacia. A utilização da mesa de negociações é a desejável, mas, para que essa política seja eficaz, é preciso, no entanto, que haja o respaldo de Forças Armadas adequadamente preparadas para dissuadir o emprego da violência. As Forças Armadas, portanto, fazem parte da estratégia da diplomacia para manter a paz da forma desejada por sua nação. Aquela paz em que são preservados os interesses nacionais.

É duvidoso que a diplomacia pudesse existir sem a percepção da possibilidade da violência, principalmente em alguns conflitos que envolvem interesses nacionais muito importantes para ambos os lados. A ne-

cessidade de estar preparado para a guerra a fim de preservar a paz é um paradoxo, mas uma precaução pragmática, sem alternativa. Diplomacia e Poder Militar, no mundo real, são complementares.

José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco foi muito provavelmente o maior estadista do período republicano da História do Brasil. Seu pensamento sobre o emprego das Forças Armadas e sua reação em alguns dos acontecimentos do período em que foi ministro das Relações Exteriores (1902-1912) são exemplos notáveis do emprego do Poder Militar na paz e mostram como seu pensamento, em grande parte, seria adequado até para os tempos atuais.

## O EMPREGO DO PODER MILITAR NA PAZ COMO ESTRATÉGIA DE RIO BRANCO<sup>3</sup>

Rio Branco<sup>4</sup> foi um importante historiador militar brasileiro e publicou diversas obras de relevância, principalmente para a historiografia dos conflitos ocorridos na região do Rio da Prata. Suas anotações na edição brasileira do livro de Schneider sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai, baseadas principalmente em fontes primárias, o tornam uma referência imprescindível ao estudioso, até os dias de hoje.

A História foi uma dedicação de toda sua vida e ele foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1907 a 1912. Com 16 anos, em 1862, publicou em uma revista: "Episódios da Guerra do Prata"<sup>5</sup>, sobre a Guerra da Cisplatina. Ainda estudante de Direito, escreveu e ilustrou artigos sobre a guerra contra o Paraguai para a revista *L'illustration*, de circulação internacional, e publicou biografias de vultos militares. À sua experiência como secretário de seu pai, o Visconde do Rio Branco, na missão diplomática ao final da guerra contra o Paraguai, depois, nas negociações de paz, somaram-se os anos que dedicou aos estudos de assuntos históricos e outros de seu interesse durante a longa estada na Europa, como cônsul em Liverpool, mas mantendo residência em Paris. As Memórias, que apresentou nas diversas questões de fronteiras de que foi incumbido<sup>6</sup>, atestam seus vastos conhecimentos

de História e Geografia, fundamentais para obter a vitória com suas argumentações.<sup>7</sup>

Para administrar as diversas crises que surgiram em sua época nas relações internacionais com o Brasil, seu bom conhecimento de História Militar lhe possibilitou estabelecer uma estratégia de emprego do Poder Militar. Sua visão é a do emprego permanente, na guerra ou na paz. Na paz, como instrumento útil às estratégias para aplicação da Política Externa.

Somente a partir da segunda metade do século XX, essa utilização do Poder Militar, que sempre existiu, foi analisada em destaque pelos estudiosos de assuntos militares e denominada "emprego diplomático". É essa "diplomacia militar", considerada muito importante nos tempos atuais, que parece estar no pensamento de Rio Branco.

A concepção atual é que o confronto entre os Estados, resultante de conflitos de interesses em tempo de paz, ocorre dentro da realidade dinâmica das relações internacionais e envolve disputas políticas, econômicas e em outros campos da esfera do Poder Nacional. Nesse contexto, o potencial ofensivo, que é intrínseco do Poder Militar, por sua simples existência, quando utilizado intencionalmente, ou mesmo por excitação indireta, causa reações políticas nos países observadores. Tais reações podem ser acidentais ou refletir resultados intencionalmente desejados, incitados por meio de uma "persuasão armada"<sup>8</sup>.

O termo persuasão é significativo. Os observadores externos, percebendo o emprego das forças militares, avaliam as intenções de seu uso, o que influi, conseqüentemente, em suas reações, por se sentirem apoiados, dissuadidos, ou mesmo compelidos<sup>9</sup> a um comportamento desejado por quem as emprega.

A importância da "diplomacia militar", segundo Coutau-Bégarie, está na essência das missões das Forças Armadas contemporâneas e contribuem para sua legitimidade nos tempos atuais<sup>10</sup>.

Essa importância, no entanto, já existia no passado e o emprego diplomático do Poder Militar sempre ocorreu, de forma consciente ou não. Portanto, é interessante estudar o exercício da diplomacia exercido

por Rio Branco para perceber o que pensava desse emprego. Porém, seu verdadeiro pensamento, segundo Joaquim Nabuco, é um mistério,<sup>11</sup>: "Ninguém o penetrou nunca. Mas mesmo por não se poder penetrar não se lhe deve imputar nenhuma intenção precisa..."<sup>12</sup>.

Sua preocupação em ter um Poder Militar suficiente para respaldar os interesses do Brasil, no entanto, está explícita em muitos documentos. Pode-se citar trechos de várias de suas cartas e discursos. Alguns deles merecem destaque para o propósito aqui desejado.

Coube a ele resolver, quando ainda era um diplomata brasileiro na Europa, antes de ser Ministro das Relações Exteriores, duas difíceis questões de fronteiras, primeiro a questão dos Territórios das Missões, com a Argentina, conhecida como a "Questão de Palmas", e depois a questão das fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa.

Nesse período da História do Brasil, quando da transição do século XIX para o XX, as crises econômicas, as revoltas internas, o positivismo antimilitarista e o fato de que o País não acompanhara o progresso tecnológico internacional fizeram com que o Poder Militar brasileiro estivesse defasado em tecnologia e aprestamento, mesmo em relação aos vizinhos.

Em uma carta de Rio Branco para Joaquim Nabuco, datada de 26 de agosto de 1892, ele mostra como via o despreparo militar brasileiro por ocasião da importante "Questão de Palmas":

(...) sem Esquadra, sem Exército, sem torpedos, quando nossos vizinhos têm tudo isso... Entendo que a situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência de nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações (...). A nossa Esquadra não faz evoluções<sup>13</sup>, como nosso Exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se, entre nós, que só depois de começada uma guerra deve-se começar a aprender a guerra.<sup>14</sup>

A imprevidência de não possuir um Poder Militar condizente com a defesa dos interesses do País era ainda mais grave com relação aos Estados Unidos e às potências europeias. O Reino Unido ocupara a Ilha da Trindade durante 1895-1896 e a França tentara se apossar do Amapá, em 1895, empregando a Canhoneira francesa *Bengali*, e poder-se-ia citar outros exemplos, inclusive de interesses de empresas privadas no Amazonas.

Rio Branco sabia, portanto, que não poderia contar, naquele momento, com o respaldo do Poder Militar, tão necessário à solução pacífica das controvérsias. Porém, suas duas primeiras questões de fronteiras foram submetidas à arbitragem internacional e sua argumentação bem comprovada e erudita obteve um total bom êxito. Tornou-se ele, então, um herói nacional e logo foi convidado para assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Assumiu-o em janeiro de 1902, após ser recebido triunfalmente no Rio de Janeiro, quando chegou de navio da Europa<sup>15</sup>. Havia, naquele momento, a questão, ainda mais difícil, do Acre, para ser resolvida com a Bolívia.

Sua carta de 16 de fevereiro de 1902, de caráter privado para José Veríssimo Dias de Matos, escritor, jornalista e educador, explica porque solicitou ao governo forças do Exército e da Marinha para a região:

O negócio do Acre, como sabe, não está terminado, mas espero em Deus que há de terminar brevemente, por um acordo razoável e satisfatório. Para que cheguemos a esse resultado, sem derramamento de sangue, é preciso que nos mostremos fortes e decididos a tudo. Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos...<sup>16</sup>

Mais adiante, na mesma carta:

“(...) o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”<sup>17</sup>

Mais tarde, em 1911, em um discurso para o Clube Militar, ele explicou seu pensamento político sobre a paz:

“Querer a educação cívica e militar de um povo(...) não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando as possibilidades de afrontas e de campanhas desastrosas”<sup>18</sup>

Resolvido o problema do Acre, por meio de compra do território boliviano, seguiu-se a questão das áreas litigiosas do Alto Purus e do Alto Rio Juruá, com o Peru, ocupadas militarmente por esse país.

Além de Rio Branco mandar apreender armas importadas pelo Peru, que passavam pelo Amazonas, solicitou uma Força Naval e “pelo menos 6.000 soldados”. Contrariou-se ao saber depois, que somente fora atendido parcialmente, pois estava-se, segundo ele:

(...) a dar tempo ao Peru para que se reforce e fortifique em Iquitos, no Juruá e no Purus (...) Fui ter com o Presidente para lhe manifestar a minha contrariedade diante de tantos adiamentos, quando desde tanto tempo, no interesse da paz, eu peço e insisto que nos mostremos fortes e prontos para dar um golpe que impressione os peruanos (...)<sup>19</sup>

Verifica-se portanto que é clara sua intenção de empregar diplomaticamente forças militares para persuadir o Peru a adotar uma reação política por ele desejada, em benefício dos interesses nacionais brasileiros, evitando um conflito violento.

Como Ministro das Relações Exteriores, podia somente incentivar e apoiar a modernização das Forças Armadas brasileiras, tratou de cooperar com os programas militares das Forças, e de buscar soluções práticas. Por admirar o esforço que se estava realizando na Alemanha, unificada há pouco mais de duas décadas, na preparação de seu Exército e de sua Marinha, negociou estágios de oficiais brasileiros e iniciou a negociação da vinda de uma Missão Militar alemã para o Exército Brasileiro – negociação mais tarde frustrada pela Primeira Guer-

ra Mundial e posteriormente substituída por uma Missão Militar francesa.

Quanto à Marinha, Rio Branco dedicou a ela uma atenção especial, pois, por ser bom conhecedor de História Militar, sabia que o Poder Naval podia ser muito útil para manter a paz da forma que ele desejava para o País. O Poder Naval tem um notável potencial de emprego na paz, muito útil para a política externa da nação. Navios de guerra são formidáveis instrumentos de diplomacia: “mostram a bandeira” em outros países; evacuam pessoas, quando necessário, em crises; e podem apoiar aliados e sinalizar cautela aos oponentes, sem que isso seja considerado um ato de guerra. As Forças Navais são aquelas que podem ser empregadas diplomaticamente em condições inigualáveis por Forças baseadas em terra, graças principalmente a seus atributos de: mobilidade, versatilidade de tarefas, flexibilidade tática, autonomia, capacidade de projeção de poder e alcance geográfico. Concorre para isso o conceito de liberdade dos mares, que possibilita aos navios de guerra se deslocarem livremente em águas internacionais, atingindo locais distantes e lá permanecendo, sem maiores comprometimentos<sup>20</sup>.

Quando, no início de 1907, o Brasil confirmou a compra dos encouraçados do tipo *Dreadnought*, do Programa Naval de 1906, com os estaleiros britânicos, criou-se uma crise com a Argentina. Ela mantinha, nessa época, uma situação vantajosa e essa encomenda desequilibraria favoravelmente para o lado brasileiro a comparação de Poderes Navais, pois esse novo tipo de navio, o *Dreadnought* tornara obsoletos todos os encouraçados de projetos anteriores. A reação argentina foi procurar conter o programa brasileiro. O terceiro navio desejado pelo Brasil tornou-se, então, causa de séria discórdia.

A questão foi tratada apaixonadamente pelos jornais, pelo governo e pela opinião pública da Argentina. Contribuiu para isso a atuação do Chanceler Estanislau Severo Zeballos.

Rio Branco não considerou adequado alterar a encomenda, porque a modificação seria “um golpe mortal no nosso prestígio”, segundo ele.

A Argentina anunciou que sua Esquadra realizaria uma manobra na costa do Brasil nos primeiros meses de 1909. Tudo indica

que seria emprego político do Poder Naval, uma ação de persuasão armada. Rio Branco percebeu que a manobra argentina tinha a possibilidade de se transformar em violência militar, aproveitando a vantagem que tinham, antes do recebimento dos encouraçados pelo Brasil, o que somente ocorreu em 1910. Essa suspeita se baseava, inclusive, no que era divulgado pelos jornais argentinos, sobre a necessidade de dar uma grande lição ao Brasil.

A solução que Rio Branco vislumbrou para essa crise foi apelar para os Estados Unidos, já que, para os interesses norte-americanos, um conflito entre Brasil e Argentina que afetasse o *status quo* na América do Sul não seria bem-vindo. Como solução, os americanos propuseram a construção de dois *Dreadnoughts* nos Estados Unidos, para os argentinos, resolvendo assim o desequilíbrio de forças causado pela encomenda brasileira e, para resolver a crise do momento, divulgaram que enviariam uma Força Naval ao Brasil, caso a Argentina confirmasse essas manobras, tal como anunciadas.

Nada ocorreu e as tensões diminuíram de intensidade com a eleição na Argentina do Presidente Saens Peña, que governou de 1910 a 1914. Zeballos deixou de ser o chanceler, mas continuou ativo, pelos jornais, incitando um conflito com o Brasil.

Saens Peña visitou o Brasil, assim que pôde, e propôs ao Presidente Hermes da Fonseca que os dois países não construíssem um terceiro encouraçado, o que foi concordado. A obra do terceiro *Dreadnought* brasileiro, o *Rio de Janeiro*, no entanto, prosseguiu na Inglaterra e só mais tarde, por dificuldades econômicas, o navio ainda não concluído foi vendido para a Turquia. Depois, com o início da Primeira Guerra Mundial, esse navio foi requisitado pelos britânicos e participou dessa guerra na Marinha Real.

Rio Branco faleceu em 1912, no exercício do cargo. Durante o período que foi Ministro das Relações Exteriores, insistiu para que o País tivesse um Poder Militar suficiente para dissuadir agressões aos interesses nacionais. Obteve relativo sucesso apoiando a obtenção da Esquadra de 1910, nos estágios militares na Alemanha e na aquisição de armamento moderno.



## O EMPREGO DIPLOMÁTICO DO PODER NAVAL

Apesar do emprego diplomático do Poder Naval ser antigo, as primeiras obras especificamente sobre o assunto são da década de 1970. O autor do trabalho pioneiro sobre essa dimensão política do emprego de Forças Navais, que atualmente ocupa uma das funções mais importantes de uma Marinha de Guerra, foi o diplomata britânico Sir James Cable, em 1971, com seu livro *Gunboat Diplomacy*<sup>21</sup>. Em seguida, Edward N. Luttwak publicou, em 1974, *The Political Uses of Sea Power*<sup>22</sup>. Estes dois trabalhos apresentam uma grande quantidade de exemplos do passado.

Ainda na década de 1970, apareceram também dois trabalhos importantes sobre esse assunto: o artigo do Vice-Almirante Stansfield Turner, "Missions of the US Navy", na *Naval War College Review* de jan/fev de 1974, e o livro de Ken Booth, *Navies and Foreign Policy*<sup>23</sup>, de 1977. Esta obra de Ken Booth foi traduzida para o português pelo então Vice-Almirante José Maria do Amaral Oliveira e publicada, com a permissão do autor, na *Revista Marítima Brasileira* do trimestre de julho a setembro de 1979, com o título "As Marinhas e a Política Externa".

Esses livros e artigo tiveram repercussão em vários países, inclusive no Brasil, onde influenciaram obras que as utilizaram como fonte de conhecimento, na Escola de Guerra Naval e fora dela. Destacam-se, como pioneiros no Brasil, o que foi publicado pelo Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal<sup>24</sup>, provavelmente no período em que foi diretor dessa Escola na década de 1980, e o artigo na *Revista Marítima Brasileira* de 1989, do então Capitão de Mar e Guerra Paulo Lafayette Pinto, *O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz*.

Em 2010, o Professor Hervé Coutau-Bégarie, cujas obras sobre estratégia muito influenciaram também os estudos na Escola de Guerra Naval brasileira, publicou seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs, théorie et pratique de la diplomatie navale*<sup>25</sup>. Seu título se baseia em uma frase de Oliver Cromwell (sec. XVII), "a man-of-war is the best ambassador" (um navio de linha é o melhor embaixador).

Tanto Coutau-Bégarie quanto Joseph Henrotin, em seu livro *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXI Siècle*<sup>26</sup>, enfatizam em sua obra o emprego diplomático como um dos empregos do Poder Naval mais importantes na atualidade.

Em 2015, a Escola de Guerra Naval brasileira publicou para seu uso exclusivo, em formato digital, o livro *Estratégia marítima no século XXI – A contribuição do Almirante Castex*, de Lars Wedin. O livro inclui uma análise da diplomacia naval, adotando a tipologia de Coutau-Bégarie, que a divide em missões permanentes e de situações de crise. As permanentes incluem a diplomacia de rotina, principalmente para manter ou criar prestígio, como:

- demonstração permanente do Poder Naval;
- estabelecimento de bases ou de estações navais em locais de interesse estratégico;
- auxílio naval;
- visitas operativas a portos; e
- visitas específicas de boa vontade.

A demonstração permanente do Poder Naval ocorre através de ações como: manobras com forças, deslocamentos, reforços e reduções de nível de forças; aumento ou redução da prontificação para combate; e outras.

O estabelecimento de bases ou de estações navais em locais de interesse estratégico é importante para dar e demonstrar capacidade de pronta intervenção na região.

O auxílio naval inclui a instalação de Missões Navais, o fornecimento de navios e o apoio de manutenção.

As visitas a portos estrangeiros, para reabastecimento, descanso das tripulações, ou mesmo, específicas de boa vontade, no que se denomina "mostrar a bandeira", podem transmitir a imagem do prestígio da Marinha no país visitado.

Em crises, as nações detentoras de Poder Naval podem empregar seus navios de guerra e forças navais com o propósito de sustentação, de dissuasão, ou mesmo de coerção. A demonstração da existência de um Poder Naval preparado pode fazer, nessas ocasiões, com que aliados se sintam apoiados em suas decisões políticas ou táticas (sustentação) e inimigos desistam de

suas intenções agressivas (dissuasão), se essa demonstração for percebida por eles.

A coerção se exerce fazendo alterar uma atitude já assumida. Pode ser “compelente”, quando a uma ação já iniciada é forçada uma determinada linha de ação, modificando-a, ou “deterrente”, quando inibe a ponto de impedir que ocorra, e em geral, a tática empregada é a de posicionar forças navais próximas do local da crise, de forma “visível” ao observador que se deseja persuadir a uma atitude desejada.

### **EXEMPLOS DE MISSÕES DE DIPLOMACIA NAVAL NO BRASIL**

Na História Naval brasileira e na atualidade, existem diversos exemplos de emprego diplomático do Poder Naval. Podem-se destacar:

– as operações com Marinhas aliadas, como: as diversas Operações UNITAS, com a Marinha dos Estados Unidos e de outros países da América do Sul; as Operações FRATERNAL, com a Armada da República Argentina; e muitas outras;

– a participação, no passado e no presente, em diversas missões de paz de organizações internacionais, como em São Domingos, Angola, Moçambique, Nicarágua, Haiti e no Líbano, por exemplo;

– as viagens de instrução dos navios-escola e as visitas a portos estrangeiros, “mostrando a bandeira”;

– o apoio que a Marinha do Brasil presta a outras Marinhas aliadas, inclusive do Continente Africano; e

– as estações navais do século XIX, em Cabinda, na África, referente à repressão ao tráfico negreiro, e no Uruguai, referente ao interesse estratégico do Império de manter a navegabilidade dos rios formadores do Rio da Prata para o Brasil, possibilitando o livre acesso a Mato Grosso e ao interior do Rio Grande do Sul.

Em situações de crise, preponderaram nos séculos passados tentativas de persuasão, classificáveis como “diplomacia de canhoneira” (gunboat diplomacy), em que enviou-se uma força naval brasileira para persuadir outro país a adotar uma atitude desejada. Existem inúmeros exemplos;

umas tiveram sucesso, outras levaram a situações inesperadas e indesejadas, resultante de uma má avaliação de todas as possíveis consequências.

No século XIX:

– a missão da Força Naval comandada pelo Almirante Pedro Ferreira de Oliveira, no Rio Paraguai, na década de 1850, cujo propósito era obter do Paraguai a livre navegação no rio, o que era importante para o acesso brasileiro a Mato Grosso, redundou em total fracasso, pois os paraguaios perceberam que, apesar da demonstração de força, não havia a intenção de usá-la e assinou-se um acordo desfavorável para o Brasil, que não foi ratificado;

– a missão da Força Naval comandada pelo Almirante Barão de Tamandaré em 1864, no Uruguai, respaldando a ação da diplomacia brasileira, principalmente para obter compensações e garantias do Governo do Uruguai para as propriedades de brasileiros residentes, durante a guerra civil nesse país. A diplomacia não obteve sucesso em sua missão, apesar do seu reconhecido esforço, e passou-se às represálias e, depois, à intervenção militar, que acabou apoiando um dos lados beligerantes na guerra civil desse país. A intervenção brasileira no Uruguai contrariou interesses da política externa paraguaia e, inesperadamente, tornou-se o estopim da Guerra da Tríplice Aliança, para a qual o Brasil e seus aliados não estavam preparados.<sup>27</sup>

O mais recente episódio de emprego diplomático do Poder Naval no Brasil foi a chamada Guerra da Lagosta, na década de 1960, que é um excelente exemplo desse emprego, resultando em bom êxito brasileiro. Foi uma crise política e estratégica envolvendo a França e o Brasil em uma disputa sobre a pesca de lagostas na plataforma continental brasileira. O Brasil defendia o pescador nordestino, como enfatizou em seu parecer, na época, o oceanólogo Almirante Paulo Moreira da Silva, porque esse é o seu meio de vida e sua forma de pescar, com covos (armadilhas), permite uma pesca sustentável<sup>28</sup>.

A crise se tornou séria quando a França enviou navios de guerra para proteger seus pescadores e manteve, em manobras, uma Força Naval de considerável porte, a poucos dias do local da disputa, na costa da África.

Como resposta, uma Força Naval brasileira seguiu para o litoral do Nordeste, mas felizmente não houve um confronto violento. O comentário de Coutau-Bégarie, em seu livro *Le Meilleur des Ambassadeurs*, é esclarecedor sobre o final dessa crise. Ele diz que o Governo da França não podia continuar engajado nessa escalada e substituiu o navio de guerra armado com mísseis, que protegia os navios pesqueiros, por um navio mais modesto, a fim de desengajar sem “*trop perde la face*”. Depois, os barcos de pesca foram chamados de volta.

Com o emprego diplomático de seu Poder Naval, os franceses conseguiram postergar a retirada dos barcos de pesca por aproximadamente 18 dias além do prazo que lhes fora concedido.

A Marinha do Brasil, por sua vez, acabou sendo empregada diplomaticamente, em uma missão de persuasão ativa, ou seja, coerção, porque alterou uma atitude já assumida pelos franceses. Tudo, então, voltou à situação anterior à crise e para a área da diplomacia, de onde, do ponto de vista dos brasileiros, nunca a França deveria ter deixado sair.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na paz relativa em que se vive, o Poder Militar pode ser permanentemente utilizado para apoiar os interesses de sua nação, como Rio Branco bem sabia. Isso é verdade tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento, em função apenas do ambiente regional onde se situam.

Por ser uma das principais razões da existência de Forças Armadas na atualidade, é importante que os requisitos operacionais dos meios e o adestramento incluam

seu emprego diplomático. Isso, porém, não significa que se deva dar ênfase excessiva a isso na preparação do Poder Militar, em detrimento das qualidades que tornam os meios eficazes em uma guerra. Estar preparado para a guerra é o verdadeiro propósito de um Poder Militar e o que garante seu efeito de dissuasão, tão importante para a manutenção pacífica da paz desejada.

Uma avaliação correta no planejamento de uma missão de persuasão é fundamental para seu bom êxito. Um insucesso pode causar graves e inesperadas consequências, podendo também afetar o prestígio das Forças Armadas do País. O acompanhamento da missão, por meio de uma permanente avaliação política, também é muito importante, pois permite adotar ações corretivas, em vista dos acontecimentos. Cabe observar que a intensidade pela qual se manifestam as reações ao emprego diplomático do Poder Militar depende da percepção e da decisão de seres humanos e, conseqüentemente, exige uma abordagem probabilística nessas avaliações.

O ambiente doméstico do país que é alvo da persuasão é básico no contexto político das decisões que governam sua eficácia. É fundamental que os líderes desse país aceitem serem persuadidos e até cooperem, servindo de intermediários com a opinião pública, para que o objetivo da persuasão seja considerado uma necessidade imposta e a atitude tomada como pragmática<sup>29</sup>.

A análise do passado demonstra a necessidade do emprego permanente do Poder Militar e para o Brasil, é muito importante manter o Poder Militar capaz de inibir interesses antagônicos e incentivar aliados, contribuindo portanto, para conservar a paz da forma desejada pelos brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA:

- BITTENCOURT, Armando de Senna, “O Emprego do Poder Militar como Estratégia de Rio Branco”, in *Barão do Rio Branco, 100 anos de memória*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. London: Routledge Revivals, 1977.
- CABLE, Sir James. *Gunboat Diplomacy*. London: Chatto and Windus, 1971.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleus ders Ambassadeurs, théotie e pratique de la diplomatie navale*. Paris: Économica, 2010.

HEINSFELD, Adelar. Rio Branco e a política armamentista: repercussão no Congresso, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

HENROTIN, Joseph, *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXIe Siècle*. Economica. Paris, 2011.

LUTTWAK, Edward. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

PEIXOTO, Ricardo Amado. *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na Política Externa do Governo Castelo Branco – Dissertação de Mestrado*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro 2000.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O emprego político do Poder Naval*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, s.d.

WEDIN, Lars. *Estratégia marítima no século XXI – A contribuição do Almirante Castex*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016 .

---

## NOTAS

<sup>1</sup> COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le Meilleur des Ambassadeurs, théorie et pratique de la diplomatie navale*. Paris: Économica, 2010, pg. 48.

<sup>2</sup> A Política Nacional de Defesa do Brasil vem sendo atualizada periodicamente. Ela enfatiza a solução pacífica dos conflitos e lista os Objetivos Nacionais de Defesa, sendo o primeiro deles “a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial”.

<sup>3</sup> Tendo como principal fonte a palestra de BITTENCOURT, Armando de Senna, “O Emprego do Poder Militar como Estratégia de Rio Branco”, apresentada no Seminário do Centenário da Morte de Rio Branco, no Palácio Itamaraty, e publicada in *Barão do Rio Branco, 100 Anos de Memória*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012, pg. 57-73.

<sup>4</sup> O Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, alterou seu sobrenome, acrescentando Rio Branco e tirando o Júnior, após a República. Rio Branco era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

<sup>5</sup> VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959, p.23.

<sup>6</sup> As Memórias das Questões de Limites foram publicadas, na década de 1940, pelo Ministério das Relações Exteriores em uma coleção *Obras do Barão do Rio Branco*.

<sup>7</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Terra Sólida: a influência da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

<sup>8</sup> LUTTWAK, Edward. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: 1974.

<sup>9</sup> Enquanto apoiar e dissuadir são ações defensivas, compeli, que implica utilizar uma força ameaçante, para incitar o adversário a adotar um comportamento diferente, é ofensiva.

<sup>10</sup> COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.* Pg. 18.

<sup>11</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), político, historiador, jurista e jornalista. Foi embaixador nos EUA de 1905 a 1910.

<sup>12</sup> VIANA FILHO, Luiz, *opus cit.* Pg. 371. Carta de Nabuco a Graça Aranha, de 12 de janeiro de 1907.

<sup>13</sup> As Esquadras se adestravam para que os navios em formaturas permitissem concentrar o poder de fogo sobre o inimigo, buscando sempre situações favoráveis. Isso implicava exercícios com conjuntos de navios de guerra para treinar evoluções intrincadas em manobras.

<sup>14</sup> VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, pg. 23.

<sup>15</sup> Foi levado do navio para terra na Galeota D. JoãoVI, embarcação histórica preservada pela Marinha.

<sup>16</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Opus cit.*, pg.332.

<sup>17</sup> HEINSFELD, Adelar. “Rio Branco e a Política Armamentista: repercussão no Congresso Nacional Brasileiro”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, pg. 5.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Opus cit.*; pg. 351.

<sup>20</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Emprego Político do Poder Naval*. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, s.d.

<sup>21</sup> CABLE, Sir James. *Gunboat Diplomacy*. Chatto and Windus. Londres, 1971.

<sup>22</sup> COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.*

<sup>23</sup> BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. Routledge Revivals. London, 1977.

<sup>24</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *opus cit.*

<sup>25</sup> COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *opus cit.*

<sup>26</sup> HENROTIN, Joseph. *Les Fondements de la Stratégie Navale au XXIe Siècle*. Paris: Économica, 2011, pg. 399.

<sup>27</sup> O Paraguai deveria, talvez, ter esperado o recebimento dos navios encouraçados que encomendaram na Europa, para aumentar suas chances de obter uma rápida vitória, com o controle do Rio Paraná.

<sup>28</sup> Diferentemente do camarão, a biologia da lagosta não possibilita sua criação em cativeiro.

<sup>29</sup> LUTTWAK, Edward N. *Opus cit.*, pg. 54-61.

# Culturas náuticas e ciências sociais no Brasil: um balanço da produção antropológica, histórica e arqueológica (Parte 1)\*

## Nautical cultures and social sciences in Brazil: a balance of anthropological, historical and archaeological production (Part 1)

**Leandro Domingues Duran**

*Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, pesquisador do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA/UFS) e pesquisador voluntário do Ceans/Nepam/Unicamp.*

### RESUMO

O presente artigo faz um balanço bibliográfico crítico acerca do histórico de produção acadêmica desenvolvida no âmbito da Antropologia, da História e da Arqueologia, no que se refere especificamente às pesquisas voltadas ao estudo das diferentes tradições culturais náuticas desenvolvidas nos vários espaços aquáticos no Brasil, enfocando suas principais escolhas temáticas e apontando os limites de suas abordagens. Tendo em vista sua abrangência, optou-se pela sua subdivisão em duas partes, sendo esta primeira dedicada à apresentação do problema e às discussões estabelecidas no âmbito da Antropologia, enquanto a segunda, ainda a ser publicada, versará sobre a abordagem dessa temática na História e na Arqueologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia marítima; Arqueologia subaquática; Arqueologia marítima; História Marítima

### ABSTRACT

The present article provides an analysis about the history of academic research carried on in the field of Anthropology, History and Archaeology, specially referring to those researches focused on the study of different nautical cultural traditions developed in several aquatic environments in Brazil. The article outlines the main thematic choices pointing out the limits on their approaches. Due to its largeness, the study has been divided into two parts: the first part concerns the presentation of the problem and the discussions which were set up in the Anthropological field, while the second part, still on its way to be published, will approach this theme in History and Archeology

**KEYWORDS:** Maritime anthropology; Underwater archeology; Maritime archeology; Maritime History

---

\* Artigo recebido em 24 de junho de 2016 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2017.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se caracteriza pela preocupação em contribuir com uma problemática de pesquisa de interesse crescente no âmbito nacional e internacional que vem se dedicando ao estudo sobre os diferentes processos culturais resultantes da interação entre as sociedades humanas e os vários ambientes aquáticos, especificamente no que se refere à construção de “culturas náuticas”. Pesquisas voltadas para essa temática só vem se estruturando de forma sistemática apenas mais recentemente tanto na cena acadêmica internacional quanto, e principalmente, naquela relativa ao território nacional.

Segundo George Bass:

É impossível imaginar a história das Américas sem a presença de navios e barcos. As ações de descoberta, exploração, colonização, desenvolvimento comercial e defesa desse Novo Mundo, todas, dependeram de navios (BASS, 1988, p. 9. Tradução nossa).

A afirmativa eurocêntrica e pouco crítica acerca dos processos históricos da Conquista e construção das atuais sociedades americanas por aquele que é o precursor da arqueologia subaquática não deixa de fazer uma importante constatação: o papel fundamental ali desempenhado pelas culturas náuticas. Porém, poucos foram os que refletiram sobre os processos de interação entre as sociedades humanas e os espaços aquáticos. Um número ainda menor foi o dos que interpretaram esses ambientes enquanto *locus* social e não enquanto conjunturas ambientais a serem vencidas pela necessidade humana.

Essa postura parece ter se originado a partir de uma “mentalidade agrocêntrica” que ainda se faz dominante na prática das ciências sociais ocidentais (BASS, 1969; HASSLÖF et al., 1972; GEISTDOERFER 1989, apud DIEGUES 1998; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; DIEGUES, 1995; 1999; READ, 1996; MCGRAIL, 1997; KEHOE, 1998; RAMBELLI, 2002; 2003; 2006; DURAN 2008). Homens de seu tempo, historiadores, antropólogos, sociólogos e arqueólogos ociden-

tais mantiveram distanciamento de um meio tido como de domínio das ciências naturais como a oceanografia e a biologia, marcado pelo que se consideravam ser um “grande vazio humano” (DIEGUES, 1995, p.13). Como diz a música *Timoneiro*, de Paulinho da Viola: “Olha, o mar não tem cabelos que a gente possa agarrar!” Falta-lhe, portanto, humanidade, falta-lhe gente em quem se escorar; aqueles que para lá se dirigem, vão a um mundo solitário.

Tal situação levou a um atraso no surgimento de programas acadêmicos estruturados ou mesmo na formação de uma base referencial mais ampla e sistemática de discussão sobre os diferentes processos de interação entre as sociedades humanas e os ambientes aquáticos, e, mais particularmente, sobre a natureza específica da cultura material e imaterial produzida e operacionalizada pelos grupos envolvidos na faina ali desenvolvida. As trajetórias de fundação de subdisciplinas e especialidades como uma antropologia e etnologia marítima e uma arqueologia subaquática, por exemplo, remontam apenas ao final da década de 1950 e início de 1960 (HASSLÖF et al., 1972; MUCKELROY, 1978; DIEGUES, 1998; BASS, 1969; HOFFMANN, 1987; COLLET, 1993 apud DIEGUES, 1998; BLOT, 1999; BABITS; TILBURG, 1998; RAMBELLI, 2002; DURAN, 2008).

Como observou Hasslöf, considerado por muitos como o precursor da etnologia marítima de cunho acadêmico no mundo:

[...] é a cultura agrária a que se tem dado proeminência na literatura e nos museus [...] às vezes, a pesca primitiva recebeu um reconhecimento no último minuto. Mas, a construção naval, a vida marítima comercial e social e os espaços de ocupação que, voltados para o mar, deram um caráter especial às comunidades marítimas [...] esses foram excluídos das esferas de interesse dos etnologistas. Etnologia Marítima, que se devota ao estudo da vida e das atividades dos marítimos, se tornou o *patinho feio* das ciências (Tradução nossa. 1972, p.15).

O mesmo contexto acima descrito pode ser utilizado para se referir à conjuntura da

produção científica brasileira, ampliando-se a constatação de falta de interesse investigativo pelas culturas marítimas, comentada acima, para o conjunto das ciências sociais. No que se refere à Antropologia Marítima, como bem observou Callou, um dos pesquisadores que chamaram para si essa tarefa de construção desse campo de pesquisa:

Abordar os aspectos socio-culturais dos povos do mar, como aqui pretendemos, não é tarefa fácil, tendo em vista a reduzida produção acadêmica brasileira no âmbito das culturas populares da pesca. Só a partir dos anos 1960/70 é que essa produção começou efetivamente a tomar fôlego. Mas não se tem, ainda hoje, estudos monográficos substanciais que possibilitem contar, a partir de itinerários diversificados, a história cultural da pesca no País (2010, p.45).

Nesse mesmo sentido, o historiador José do Amaral Lapa, em uma das principais obras nacionais historiográficas dedicadas ao tema, afirma:

Num país sem muita tradição de historiografia marítima como o nosso, parece ser natural a quase ausência de estudos monográficos e gerais de História Naval com que se defronta o pesquisador. Considerados, entretanto, a extensão do litoral e o largo momento em que permanecemos a ele colados, tendo uma história de vínculos muito mais marítimos do que continentais, como também compreendendo-se a integração do Brasil à economia portuguesa do Atlântico, ver-se-á desde logo o alcance que nos oferece esse campo de pesquisas para a história da cultura e da economia brasileiras que em boa parte e inexplicavelmente tem voltado suas costas para o mar (2000, p.301).

Na arqueologia, a preocupação com as culturas marítimas é ainda muito mais recente na cena acadêmica nacional do que nas demais ciências sociais. Segundo Ram-

belli, o principal responsável pelo desenvolvimento do campo da arqueologia subaquática em moldes acadêmicos no país:

Mesmo com a grande projeção dos estudos de sítios arqueológicos costeiros brasileiros, o ambiente aquático sempre foi compreendido, não como uma extensão dos sítios, e sim como uma barreira, o que explica o fato de suas abordagens partirem do ambiente aquático para o interior (RAMBELLI, 2003, p.13).

O que transparece como fio condutor de ligação entre esses especialistas na matéria é justamente, por um lado, a importância e extrema riqueza do tema no âmbito da sociedade brasileira, e por outro, uma incompreensão sobre o que poderíamos classificar como uma inanição acadêmica no que se refere ao estudo dos mesmos. Muito mais do que opiniões pessoais o que eles nos fornecem é um panorama refletido sobre uma situação abrangente: foi apenas recentemente que se empreendeu um esforço verdadeiro de incorporar às reflexões produzidas no âmbito das “ciências do homem” (ou “Sociais”, se preferirmos), os diferentes processos de interação histórico-culturais entre as diferentes sociedades humanas e os ambientes aquáticos, dando especial atenção à análise de categorias e práticas sociais específicas que se fundamentam na formação do que poderíamos classificar como uma (em verdade várias) “cultura náutica”.

Fundamental para o início da mudança dessa perspectiva foi o desenvolvimento dos conceitos socioantropológicos de “cultura marítima” e “maritimidade” no âmbito da socioantropologia. Inicialmente construídos por Hasslöf, na década de 1950, através da cunhagem dos termos *sjöbruk* e *sjöbrukare*, significando, respectivamente, “o uso do mar” e “aquele que se utiliza do mar” (HASSLÖF et al., 1972; WESTHERDAHL, 1992; 2007-2008; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; RAY, 2003; DURAN, 2008), eles permitiram a mudança do foco analítico Terra→Água, para uma perspectiva Água→Terra, e mesmo Água→Água, o que garantiu um salto de qualidade nas interpretações, na medi-

da em que possibilitou uma maior aproximação dos pesquisadores com seus ambientes aquáticos, o que levou à percepção da natureza particular da cultura a eles vinculada. Entretanto, tais perspectivas só encontraram maior difusão a partir dos anos de 1970, uma vez que, com base em Diegues (1995; 1999) e Geistdoerfer (apud DIEGUES, 1989), as metodologias de estudo empregadas até então foram marcadas por conceitos formulados para lidar com comunidades agrícolas ou rurais.

Ao contrário de Kirch (2000) e Binford (2001), que atestam uma intervenção apenas casual e intermitente sobre esses ambientes, nos quais o homem seria sempre intruso, movido por motivações agrocêntricas, para nós os universos aquáticos não são “espaços” ou “ausências”, mas “lugares” ou “presenças”, seguindo a proposta emotivo/cognitiva de Yi-fuTuan (1980; 1983). A base para essa perspectiva está na principal expressão material e principal “lugar” de produção e funcionamento da cultura marítima: a embarcação. Os ambientes aquáticos são “lugares” por serem vivenciados e operacionalizados por “um mar de pequenas embarcações”, para nos utilizarmos do título de um importante livro nesse processo de mudança de perspectiva (CORDELL, 1989). Como bem observou Westherdahl:

O barco é a ferramenta essencial, uma extensão do corpo humano; ele tem sido criado pelos homens do mar e assume uma significância para o marítimo que tem pouca, ou nenhuma comparação, com qualquer relação similar na cultura terrestre [...] os arquétipos cognitivos da esfera marítima, mais frequentemente e de maneira natural, se referem a barcos, sua operação e construção. O manejo de barcos e navios é um tema central em todas as culturas marítimas (2007-2008, p.208. Tradução nossa).

A embarcação representa, assim, a principal oposição à ideia de um mar natural, de um “não lugar”, dominado pela ausência de humanidade, ao desafiar a máxima mui-

to bem mapeada por Mack (2011) de que tal aceção se assenta na falta de marcas materiais comprobatórias da interação com o homem, ou seja, na falta de uma monumentalização desse universo, característica tradicionalmente entendida como essencial para o reconhecimento dessa interação. Ela é, então, o principal elemento material e simbólico comprobatório desse mar humano, a arquitetura monumental que o humaniza, ainda que não o domine.

Desse modo, com base nesse entendimento do caráter fundamental da embarcação na qualificação dos espaços aquáticos e na produção das manifestações culturais ali construídas, caracteriza-se o conceito de “cultura náutica” aqui pretendido. Por “cultura náutica”, queremos nos referir ao conjunto de elementos materiais e simbólicos forjados pelos vários grupos sociais que, em suas ações cotidianas de produção econômica e reprodução social, se dedicaram à arte da navegação e, portanto, à produção e operação de equipamentos náuticos especializados em um determinado “lugar”. O foco no caráter náutico nos permite, assim, transcender as limitações impostas pelas definições que se baseiam em uma identidade universalizante da “cultura marítima”, fundamentada em especificidades ambientais, notadamente na oposição entre “mar aberto” e águas interiores (e.g. WEIBUST, 1969; REDIKER, 1993; 2001; HASSLÖF et al., 1972; MUCKELROY, 1978; DIEGUES, 1983; 1995; 1999; MALDONADO, 1986; 1994; FLATMAN, 2003; DURAN, 2008, entre outros). Assim, nos aproximamos, aqui, das propostas de Westherdahl (2007-2008) quanto à existência de múltiplas expressões dessa natureza, principalmente no que se refere a contextos regionais e mesmo locais, marcados, como são, pelo que pode ser chamado de “culturas costeiras”, incluindo aí as manifestações de economias de base diversificada.

### **“HOMEM AO MAR”: A SOCIOANTROPOLOGIA MARÍTIMA**

A exemplo do que ocorreu no espaço acadêmico internacional (vide citação de Hasslöf feita anteriormente), a atividade pes-



queira, também aqui, foi aquele expoente do universo náutico que recebeu alguma atenção por parte de antropólogos, sociólogos, geógrafos e folcloristas. Segundo Diegues (1999, p.366), os estudos acadêmicos dessa natureza nasceram inicialmente em instituições de pesquisa localizadas no sul do País e encontraram, a partir da década de 1980, outros centros de discussão no Museu Paraense Emílio Goeldi, na Universidade Federal do Pará e, posteriormente, na Universidade Federal da Paraíba. Essas pesquisas se dedicaram a construir novas e importantes categorias de análise antropológica que se baseiam em padrões locais de habitação, ou práticas econômicas de reprodução social. Nesse sentido, foram criadas as categorias sociais dos caiçaras, praiheiros, jangadeiros, açorianos, caranguejeiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, marisqueiros/marisqueiras e pescadores (de altura, ou de dentro) (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1999; CALLOU, 2010), que são trabalhadas pelos variados autores e nos fornecem um rico e complexo panorama de práticas de exploração econômica e de significação simbólica adotadas nos diferentes ambientes aquáticos.

Ainda que voltada basicamente para o estudo das diferentes práticas pesqueiras ou de coleta extrativista de recursos aquáticos, essa produção, no entanto, também não deixou de ser afetada pelo viés agrocêntrico mencionado anteriormente. Como nos informa Diegues (1995; 1999), baseando também em observações mais abrangentes de Geistdoerfer (1989), as metodologias de estudo empregadas até recentemente para a análise socioantropológica das atividades pesqueiras foram marcadas por conceitos formulados para lidar com comunidades agrícolas ou rurais, sendo, portanto, inadequadas para a construção de uma interpretação sobre os processos de interação com os ambientes aquáticos, principalmente no que se refere aos pescadores profissionais e, mais ainda, aqueles envolvidos na “pesca de altura”, realizada “barra a fora” e “mar adentro”. A opção claramente demarcada pela priorização por estudos de comunidades onde as práticas pesqueiras são vistas,

ou como atividades econômicas complementares e, portanto, subordinadas a uma estrutura campesina, ou como exemplos de ações espacialmente circunscritas às bordas, às “beiridades” e margens dos ambientes aquáticos, são, então, reflexos disso.

Essa postura começou a ser questionada no cenário internacional e nacional a partir dos anos de 1970, com observações sobre diferenças, presentes em comunidades que tinham na pesca sua principal atividade ocupacional/profissional. No primeiro caso, estudos como os de Firth, (1970), apesar de ainda fortemente marcados pela concepção agrocêntrica de suas posições anteriores, não deixam de passar a reconhecer importantes diferenças entre camponeses e pescadores (DIEGUES, 1999); na França, Breton (1981) e Geistdoerfer (1989) se transformaram em importantes referências dessa mesma postura (DIEGUES, 1995; 1999); a escola nórdica, no entanto, parece ter sido aquela que primeiro e mais profundamente desenvolveu essa compreensão de um universo marítimo diferenciado do mundo terrestre, muito, talvez, pela sua própria trajetória histórica, sendo uma referência constante para pesquisadores no mundo inteiro (HASSLÖF et al., 1972; COLLET, 1993, apud DIEGUES, 1999; DURAN, 2008). No Brasil, tal diferenciação também já pode ser percebida em trabalhos como o de Mourão (2003) realizado em 1971, que discute a formação de uma ideologia da pesca; e principalmente através dos estudos de Diegues (1983; 1995; 1999), Loureiro (1985); Maldonado (1986; 1994); Cunha (1989); Furtado (1988; 1989); Ramalho (2006; 2007), com sua estética da arte pesqueira; Valencio (2007) e Sautchuk (2007), todos atestando as especificidades culturais simbólicas e materiais dos profissionais da pesca.

Os estudos mencionados não estão restritos à, mas, certamente, incluem um foco definido sobre o universo da cultura material e das identidades construídas ao seu redor, tendo agregado importantes registros de natureza etnográfica e comparações etnológicas relativas a diferentes aspectos materiais dessa faina (SAUTCHUK, 2007, p.07). No que se refere ao caráter náutico, ele não

poderia deixar de estar presente e encontra espaços diferenciados em várias reflexões. No entanto, longe do que poderíamos pensar, sua participação nas discussões é esporádica e, quando ocorre, nem sempre é central; assim poucos foram aqueles que se dedicaram a pensar essas culturas marítimas, ribeirinhas ou lacustres a partir daquele que é o seu principal espaço de trabalho e de vivência e, ao mesmo tempo, também, seu mais complexo artefato: a embarcação. Para tanto, temos de recorrer a outros pesquisadores, que transcendem o universo da formação acadêmica especializada, mas mantêm a perspectiva antropológica em suas ações de pesquisa e registro.

O Almirante Alves Câmara é considerado o precursor desse tipo de enfoque etnográfico/etnológico das embarcações na costa brasileira com seu *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, de 1888, onde faz um breve inventário de diferentes tipos náuticos então em operação (1976); na sequência, Ott (1944) também abordou o tema com base em reflexões relativas à atividade pesqueira na Bahia; Lima, em 1950, enfocou a canoa de casca de jatobá dos índios do Xingu, retomando a temática das práticas pré-cabralinas; Câmara Cascudo, em 1957, fez uma radiografia descritiva e ao mesmo tempo poética de um exemplar importante dessa tradição náutica brasileira em seu *Jangada, uma pesquisa etnográfica* (2002); Selling Júnior (1976), a partir de pesquisa realizada durante o mesmo período de Cascudo (década de 1940-1950), já alertava para o problema do desconhecimento generalizado acerca desse patrimônio, a necessidade de medidas de preservação e um registro sistemático frente ao avanço de novas tecnologias de transporte.

Além deles, em 1957, o Rio Amazonas e seus tipos de embarcações fluviais foram abordados por Andrade (1983); Goulart (1959), a exemplo de Alves Câmara, voltou a tentar uma abordagem mais abrangente e menos regional dos tipos náuticos, concentrando-se, porém, em águas interiores, sendo pouco sistemático em sua pesquisa; Pedro Agostinho (1973; 1993) realizou uma genealogia histórica do Barco do Recôncavo,

intento também almejado por Simões (1971); Ronaldo Couto (1985) buscou tratar o assunto de um ponto de vista nacional, tendo feito um inventário subdividido em costa norte, nordeste e leste; três anos depois, Andrés demonstrou todo o potencial de uma abordagem regional de uma etnografia náutica sistemática de embarcações tradicionais em seu *Embarcações do Maranhão – Recuperação das técnicas construtivas tradicionais populares*, obra em dois que se tornou referência no assunto (1988; 1998).

Em 1996, Smarcevski lançou *Graminho – a alma do saveiro*, um dos mais completos estudos sobre o tema que, no entanto, enfocou apenas o tipo saveiro baiano; e, nos anos 2000, Maldonado, em 2001 e 2004, abordou o processo construtivo da canoa caiçara em Ilha Bela e São Sebastião, litoral do Estado de São Paulo; Junqueira e Malheiros e Junqueira, em 2003, produziram um registro fotográfico artístico de vários exemplares de embarcações tradicionais presentes em vários estados brasileiros; Mesquita (2009), a partir de sua extensa atuação no programa jornalístico de televisão *Mar sem Fim*, produziu outro registro fotográfico extensivo focando o que classificou como embarcações típicas da costa brasileira. Nesse mesmo ano, o arquiteto Joel Pacheco lançou seu *Canoa Baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina*, dando fôlego a um exemplar náutico de extrema importância na história marítima brasileira, fazendo uma comparação com a tradição açoriana que tanto influenciou essa prática no Sul do País; além deles, Denadai *et al.* (2009) realizaram o estudo de teor menos técnico e mais memorialista intitulado *Com quantas memórias se faz uma canoa*, dedicado à canoa caiçara de Ubatuba; ainda em 2009, o IPHAN concluía seus relatórios setorializados de levantamento de embarcações tradicionais vinculado ao Projeto Barcos do Brasil, para a Baía de São Marcos (MA), litoral da Paraíba, Sergipe, Baía de Camamu e Santa Catarina (IPHAN, 2009). Por fim, mais recentemente, em 2012, o Projeto Embarcações do Brasil – Expedição Almirante Câmara Cascudo, levou à produção do livro *A jangada de Raiz*, do arquiteto Edson Fogaça (2012); além dele, o

arquiteto Nearco Araújo, com a colaboração de Romeu Duarte Júnior, lançou seu *Ventos, Velas e Veleiros* (2014), onde aborda as embarcações tradicionais do Ceará; e Igor Luiz da Silva lançou seu “olhar” sobre os mestres da ribeira de Pão de Açúcar, AL (2014).

Em tempos recentes, o que podemos observar é um grande desenvolvimento na preocupação com a questão das embarcações tradicionais e o surgimento de claros mecanismos de valorização e preservação do patrimônio náutico, seja através de instituições do terceiro setor, como a *Associação Viva Saveiro* (BA), a ONG *Canoa de Tolda* (SE e AL) (LIMA, 2010), e o referido *Projeto Embarcações do Maranhão*, que têm desempenhado um papel fundamental na conscientização e na efetiva preservação material de importantes exemplares e saberes dessa cultura; seja através de iniciativas de instituições públicas como as da Fundação Catarinense de Cultura, fundadora do excepcional Museu Nacional do Mar, que contou com recursos do Programa Monumenta do IPHAN, do Museu Náutico da Universidade Federal do Rio Grande, e, mais recentemente, do próprio IPHAN, com a criação do *Projeto Barcos do Brasil*, visando ao diagnóstico e inventário do patrimônio náutico brasileiro contemporâneo, incluindo aí procedimentos de tombamento que atualmente incluem, além do próprio Museu Nacional do Mar e seu acervo, pelo menos quatro embarcações em diferentes estados brasileiros: o saveiro de vela de içar *Sombra da Lua* (BA), a canoa de tolda *Luzitânia* (SE), a canoa costeira *Dinamar* (MA) e a canoa de pranchão *Tradição* (RS). As ações patrimoniais também deram origem a três seminários do Patrimônio Naval Brasileiro, o primeiro realizado em São Francisco do Sul (2005), o segundo em São Luís do Maranhão (2007) e o terceiro em Salvador (2009), todos patrocinados pelo Programa Monumenta do IPHAN. Os Anais do primeiro foram publicados pelo Museu Nacional do Mar (2005). Ainda no que se refere à questão da conceituação patrimonial vale frisar os trabalhos de Martins (2007), focados na questão jurídica dedicada à proteção do “saber fazer” imaterial da atual tecnologia naval amazônica; e de Salorte (2010), vol-

tado para a análise dos carpinteiros fluviais de Novo Airão/AM.

O balanço final que podemos fazer dessa produção socioantropológica é o de que ela priorizou abordagens voltadas para a análise de apenas uma prática náutica, notadamente a das atividades pesqueiras, deixando de lado outros grupos profissionais ligados ao transporte marítimo de cargas e passageiros, atividades bélicas, apoio à navegação e serviços turísticos e de lazer. Mesmo a pesca ou “pescas” não foram ainda extensivamente e detalhadamente tratadas. A despeito das significativas e essenciais transformações ocorridas, esse é um processo ainda inconcluso. Como contextualiza Diegues, a antropologia marítima ou antropologia da pesca é, ainda, um campo em construção no seio da ciência mãe (1995; 1999).

No que se refere aos estudos voltados especificamente para os equipamentos náuticos, apesar de também muito focados na faina pesqueira, por ser essa a atividade que mais mantém em operação tipos de embarcações ditas “tradicionais”, eles transcendem esse universo e englobam também elementos vinculados ao transporte marítimo/fluvial, além de questões relacionadas com o ofício da carpintaria naval. Entretanto, a despeito do progressivo número de publicações, os 29 títulos aqui citados, entre livros, artigos de periódicos, textos acadêmicos, anais e relatórios institucionais, se configuram como uma bibliografia referencial ainda muito reduzida, principalmente quando consideramos a extensão do litoral brasileiro e o potencial cultural do patrimônio náutico que vem sendo apresentado a partir dos resultados obtidos pelas diferentes pesquisas. Além disso, é preciso lembrar que muitos dos estudos versam sobre os mesmos tipos de embarcações ou apresentam levantamentos abrangentes que se sobrepõem em termos das informações apresentadas. Outra característica comum nessa bibliografia é a tendência pelo privilégio de descrições técnicas das embarcações, tratadas como “obras de arte”, reflexo claro tanto de uma tentativa de perpetuação material através do registro, quanto de uma estratégia de

convencimento do valor patrimonial desses tipos tão ameaçados. Se a percepção técnica é tão importante à reflexão da cultura náutica, e ela o é, entendemos que tais limitações esvaziam o caráter humano de tais artefatos, deixando de agregar significado à sua essência; um barco nada é sem seus construtores, seus condutores, suas cargas, seus portos de origem e de destino. Por

fim, um último aspecto a ser salientado diz respeito ao fato que na abordagem socioantropológica aqui analisada existem claras restrições temporais, tendo ela se dedicado a trabalhar aspectos náuticos contemporâneos; falta-lhe, portanto, profundidade histórica, o que nos leva obrigatoriamente a refletir sobre a produção historiográfica, o que faremos na segunda parte deste artigo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, P. *Embarcações e Navegação na Baía de Todos os Santos* – Estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de Emeric Essex Vidal. In: Vidal, Emeric Essex. *São Salvador da Baía de Todos os Santos – Vista panorâmica 1835-1837*. Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1993.

\_\_\_\_\_. *Embarcações do Recôncavo* – Um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973. (Série Sociedade e Cultura).

ANDRADE, M. *Tipos e utilidades dos veículos de transportes fluviais do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983.

ANDRÉS, L. P. C. C. *Embarcações do Maranhão* – Recuperação das Técnicas Construtivas Tradicionais Populares. São Paulo: Horizonte Geográfico, 1998.

\_\_\_\_\_. *Embarcações do Maranhão – Resgate das Técnicas Populares*. Boletim Comunicações em História das Ciências e da Tecnologia, Centro Lógico (Unicamp), v. 2, 1988.

ARAÚJO, N.. de. *Ventos, Velas e Veleiros*. Fortaleza: Modo Maior, 2014.

BABITS, L.; TILBURG, H. Van (Eds.). *Maritime Archaeology – A Reader of Substantive and Theoretical Contributions*. New York: Plenum Press, 1998. (The Plenum Series in Underwater Archaeology).

BASS, G. F. *Arqueologia subaquática*. Lisboa: Verbo, 1969.

\_\_\_\_\_. *Ships and Shipwrecks of the Americas: a history based on underwater archaeology*. New York, N.Y.: Thames and Hudson, 1988.

BINFORD, L. *Constructing frames of reference*. Berkeley. Los Angeles: Berkeley University Press, 2001.

BLOT, J. Y. *O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico*. Centro de Arqueologia, Al-Madan, Almada, Série 2, n. 8, out. 1999, pp. 41-55.

BRASIL. IPHAN. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Sergipe: Indiaroba e São Cristóvão. 2009a, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Baía de São Marcos (MA), 2009b, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Litoral da Paraíba. 2009c, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Bahia: Baía de Camamu. 2009d, mimeo.



- \_\_\_\_\_. *Cadastro e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras* – Baleeiras de Santa Catarina. 2009e, mimeo.
- CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Ciência e Cultura*, vol. 62, nº 3, pp. 45-48, 2010.
- CÂMARA, A. A. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CASCUDO, L. C. *Jangada* – Uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global Editora, 2002.
- COLLET, S. *Uomini e Pesce: La Caccia al Pesce Spada tra Scilla e Cariddi*. Milano: Giuseppe Maimone, 1993.
- CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p. 139-160.
- CORNEJO, C. *Nau Brasilis* – A história, a trajetória e a retomada da construção naval no Brasil. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2012.
- CORDELL, J. (Ed.) *A sea of small boats*. Cambridge, MA: Cultural Survival, 1989.
- COUTO, R. G. *Embarcações típicas do Brasil* – Typical boats of Brazil. Associação Promotora da Instrução, 1985.
- CUNHA, L. H. de. O espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal. In: DIEGUES, A.C.S. (Org.) *III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil: Pesca Artesanal – Tradição e Modernidade*, Coletânea de Trabalhos Apresentados, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/ F.FORD/ UICN. São Paulo, 1989.
- DENADAI, M. et al. *Com quantas memórias se faz uma canoa: a cultura do uso e feitiço das canoas de “um só pau” no município de Ubatuba*. São Paulo: Edição do Autor, 2009.
- DIEGUES, A. C. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, Vol.III, nº 2, pp. 361-375, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Pesca e marginalização no litoral paulista*. São Paulo, 1973. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, 1995.
- DURAN, L. D. *Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FLATMAN, J. Cultural Biographies, cognitive landscapes and dirty old bits of boat: “Theory” in maritime archaeology. *International Journal of Nautical Archaeology*, vol. 32, nº 2, 2003.
- FOGAÇA, E. *A Jangada de Raiz*. Brasília: Projeto Embarcações do Brasil/UNESCO, 2012.
- FURTADO, L. G. *Currulistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pescadores do Amazonas*. São Paulo, 1988. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1988.
- FURTADO, L.; NASCIMENTO, I. H. de. Pescadores de linha no litoral paraense: uma contribuição aos estudos de campesinato na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série – Antropologia, nº 82, pp.1-49, 1982.

- GOULART, J. A. *Meios e instrumentos de transporte no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1959.
- HASSLÖF, O. et al. *Ships and Shipyards, Sailors and Fishermen*. Copenhagen: Copenhagen University Press, 1972.
- HOFFMANN, G. *Mundos Sumergidos: Uma historia de la arqueologia submarina*. Tradução de Jesus Ruíz. Barcelona: Planeta, 1987.
- KEHOE, A. B. *The Land of Prehistory: a Critical History of American Archaeology*. New York; London: [s.n.], 1998.
- KIRCH, P. V. *On the road of the winds: an archaeological history of the Pacific Island before European contact*. Berkeley, Los Angeles: Berkeley University Press, 2000.
- LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 2000. (Estudos Históricos, 42).
- LIMA, M. Tolda: um símbolo resgatado. *Revista Graciliano*, nº 6, pp. 13-21, 2010.
- LIMA, P. E. A canoa de casca de jatobá entre os índios do Xingu. *Revista do Museu Paulista*, vol. 41, s.n., 1950.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- MCGRAIL, S. *Studies in Maritime Archaeology*. Oxford: British Archaeological Reports, 1997.
- MACK, J. *The Sea – a cultural history*. London: Reaktion Books, 2011.
- MALDONADO, S. *Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Anna-blume, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MALDONADO, W. A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela/SP. In: DIEGUES, A.C. (Org.) *Enciclopédia Caiçara – O Olhar do Pesquisador*. São Paulo, Hucitec-Nupaub-Cec/USP, v.1, 2004. (Ecologia e cultura: 5). Pp. 297-320.
- \_\_\_\_\_. *Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilha Bela/SP*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Goeciências/USP, 2001.
- MALHEIROS, G.; JUNQUEIRA, E. *Embarcações Brasileiras*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2003.
- MARTINS, M. A. de C. *O caminho das águas na Amazônia: itinerário da tecnologia naval amazônica e sua proteção jurídica como patrimônio cultural imaterial*. Manaus, 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental/Universidade do Estado do Amazonas, 2007.
- MESQUITA J. L. *Embarcações típicas da costa brasileira*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2009
- MOURÃO. Fernando A. *Os pescadores do Litoral Sul de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB/CEC, 2003.
- MUCKELROY, K. *Maritime Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. (New Studies in Archaeology).
- OTT, C. F. Os elementos culturais da pescaria baiana. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, nº 4, 1944.
- PACHECO J. *Canoa Baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Autor, 2009.
- RAMALHO, C. W. N. "Ah, esse povo do mar!": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

\_\_\_\_\_. *Embarcações do Encantamento*: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RAMBELLI, G.. *Arqueologia subaquática do baixo Vale do Ribeira*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2003.

\_\_\_\_\_. Tráfico e navios negreiros: contribuição da Arqueologia Náutica e Subaquática. *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil, v. 2, 2006.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Editora Maranta, 2002.

RAY, H. P. *The archaeology of seafaring in ancient South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (Cambridge World Archaeology).

READ, J. *The Indian Ocean in Antiquity*. London: New York, 1996.

REDIKER, M. *Between the devil and the deep blue sea*: merchant seamen, pirates, and the anglo-american maritime world, 1700-1750. Cambridge: Cambridge University, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Navio negreiro – uma história humana*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALORTE, L. M. L. *Carpinteiros dos rios*: o saber da construção naval no município de Novo Airão. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SMARCEVSKI, Lev. *Graminho – A alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht, 1996.

SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol*: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuri-ju, Amapá). Brasília, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2007.

SELLING JÚNIOR, T. *A Bahia e seus veleiros – uma tradição que desapareceu*. Rio de Janeiro: Fundação Estudos do Mar, 1976.

SILVA, I. L. R. da. *As margens do São Francisco*: um olhar antropológico sobre os mestres fazedores de canoas na cidade de Pão de Açúcar – Alagoas. São Cristóvão, 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia/UFS, 2014.

SIMÕES, J. M. dos S. *Saveiros da Baía – apontamentos para um estudo luso-brasileiro*. Lisboa: Grupos de Estudos de História Marítima, 1971.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*: A perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VALENCIO, N. *Pescadores do Rio São Francisco*: a produção social da inexistência. São Carlos: RiMa, 2007.

WEIBUST, Knut. *Deep sea sailors*: a study in maritime ethnology. 2nd. Ed. Stockholm: Norstedt & Söner, 1969. (Nordiska Museets Handlingar, 71).

WESTERDAHL, C. Fish and Ships: towards a theory of maritime culture. *Deutsches Schifffahrtsarchiv Wissenschaftliches*, nº 30, pp. 191-236, 2007-2008.

WESTERDAHL, C. The maritime cultural landscape. *The International Journal of Nautical Archaeology*, vol.21, nº 1, pp.5-14, 1992.

# Resenha

---

*Armando Alexandre dos Santos*



# O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia\*

## Armando Alexandre dos Santos

Licenciado em História e em Filosofia; pós-graduado em Docência do Ensino Superior e em História Militar; professor da UNISUL, no curso de Pós-Graduação em História Militar; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa da História.

Resenha de: DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016. ISBN: 978-85-7244-952-6, 208p.

A participação do Brasil na Primeira Guerra está quase completamente esquecida na memória coletiva dos brasileiros – a mesma memória que conserva lembranças vivas da Segunda Guerra Mundial e até, surpreendentemente, da Guerra do Paraguai, ocorrida muito antes. Praticamente só se encontram registros muito de passagem sobre essa participação, nas obras de referência geral, de História do Brasil, e até mesmo de História Militar do Brasil. Hernâni Donato, no clássico e bem documentado *Dicionário das Batalhas Brasileiras*<sup>1</sup>, consagrou apenas 22 linhas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. A monumental *História do Exército Brasileiro*, editada em 1972 pelo Estado-Maior do Exército, em três volumes que totalizam 1163 páginas, dedicou apenas um curto capítulo de cinco páginas<sup>2</sup> ao assunto, o qual foi de todo omitido na *Introdução à história militar brasileira*, de Durland Puppim de Faria (org.), obra de reconhecido mérito que serve, na Academia Militar das Agulhas Negras, como livro de texto sobre História Militar brasileira<sup>3</sup>.

De um modo geral, a bibliografia brasileira se omitiu no passado quase completamente a respeito da participação de nosso País na Primeira Guerra Mundial<sup>4</sup>. A partir de 2014, ano centenário do início do conflito, numerosas publicações vêm sendo lançadas em toda a Europa e nos Estados Unidos, com análises novas sobre os pródromos da Primeira Guerra Mundial, sobre o desenvolvimento que teve e as respectivas consequências. Igualmente foram relançadas edições de obras clássicas, de há muito esgotadas, possibilitando novas interpretações e renovando antigos debates. Vale lembrar, a propósito, a grande produção memorialística de personagens maiores ou menores, protagonistas ou meros coadjuvantes do conflito, que deixaram depoimentos que, à luz da perspectiva histórica, adquirem novo interesse quase um século depois de escritas e publicadas. Na França, especialmente, são inúmeras as obras desse gênero, mas também na Alemanha e na Inglaterra elas são encontráveis em grande número.

---

\* Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 11 de abril de 2017.



No Brasil, o interesse pela Primeira Guerra Mundial, reativado pela lembrança do seu centenário, motivou o lançamento de um número considerável de livros estrangeiros, traduzidos e publicados por editoras brasileiras já desde os anos anteriores ao centenário propriamente dito<sup>5</sup>. Vários desses livros são de real valor e constituem leitura obrigatória para os estudiosos do assunto. Bem pouco numerosos, entretanto, estão sendo, até agora, os livros escritos por brasileiros que realmente aportem novas visões e interpretações da Guerra. Quase exclusivamente têm saído obras de mera divulgação, não fruto de pesquisas e estudos aprofundados, mas apenas compilações e resumos de obras europeias ou americanas, produzidas um tanto apressadamente e apenas para atender a encomendas de editoras interessadas em aproveitar a oportunidade do centenário<sup>6</sup>.

Exceção digna de especial análise é o recente lançamento do livro ora resenhado. Seu autor é Carlos Daróz, coronel do Exército Brasileiro, professor de História Militar em instituições de ensino das Forças Armadas e no Programa de Pós-Graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina. Daróz alia a formação militar e acadêmica com a prática diária em salas de aula, de modo que se habituou a exprimir em linguagem simples e quase coloquial assuntos complexos e frutos de pesquisas prolongadas. Sem nada perder da seriedade científica, consegue fazer-se entender dos alunos ou dos leitores. Isso o habilita a produzir obras que não são apenas de divulgação, mas são profundas e originais e, no entanto, ao alcance do grande público não especializado<sup>7</sup>.

O autor se filia à Nova História Militar<sup>8</sup>, corrente historiográfica que estuda a História Militar numa perspectiva ampla, que não se limita – como era comum entre os militares historiadores do passado – a focalizar a atenção quase exclusivamente nas batalhas, mas estuda o fenômeno guerra inserido num contexto pluridisciplinar que engloba aspectos políticos, diplomáticos, culturais, geográficos, econômicos, culturais etc.

Na introdução, o autor contextualiza o conflito, expondo seus antecedentes próximos e remotos e focalizando os acon-

tecimentos políticos e diplomáticos que levaram o mundo à catástrofe da guerra; estende-se na enumeração das fontes em que baseou seu livro, fruto de uma revisão da bibliografia brasileira, inglesa e norte-americana sobre a guerra, de coleções de jornais e revistas da época, bem como de prolongada pesquisa em fontes primárias, na documentação disponível em arquivos e museus públicos ou privados, civis e militares, no Brasil e também no exterior; e, por fim, enuncia o objetivo de seu livro:

Chegou a hora de fazer justiça e evidenciar o papel desempenhado pelos brasileiros, ainda que modesto, mas com a convicção de que o conflito teve um custo para o Brasil. Ao todo, quase duzentos brasileiros perderam a vida nos navios e nos campos de batalha da Europa, a maioria vitimada pela pandemia de gripe espanhola e outros em decorrência de acidentes durante as operações (p. 15).

Vêm, a seguir, os cinco capítulos que constituem o corpo do livro, cada um deles referente a um dos anos do conflito. O 1º capítulo, intitulado “1914: o suicídio da Europa”, historia a guerra desde seu estopim, o fatídico atentado de Sarajevo, no dia 28 de junho, quando foram assassinados o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro das coroas da Áustria e Hungria, e sua esposa a Duquesa Sofia de Hohenberg. Esse atentado não parecia de início suficiente para precipitar uma guerra; não era o primeiro, numa época em que assassinar soberanos, príncipes ou chefes de Estado havia se tornado quase um modismo<sup>9</sup>; mas o fato é que nas semanas seguintes se azedaram as relações internacionais e a Europa, articulada num sistema de alianças, rapidamente se viu envolvida numa guerra de proporções inauditas. O capítulo contém ainda uma exposição sobre a situação política, diplomática e econômica do Brasil no momento em que eclodiu o conflito; nossos dois maiores parceiros internacionais eram Inglaterra e Alemanha – o que recomendava uma prudente posição de neutralidade. O Brasil, realmente, declarou-se oficialmente neutro e acolheu em

seus portos 44 navios mercantes alemães e dois austríacos, que preferiram ficar em nossos portos a correr os riscos de retornar à Europa num contexto de guerra.

No 2º capítulo (“1915: bloqueio submarino”) prossegue o relato dos acontecimentos bélicos nos campos de batalha europeus, mostrando como um conflito, que a princípio tendia a ser de curta duração, se prolongou indefinidamente, transformando-se numa lenta e sanguinária guerra de desgaste, na qual o mundo culto e refinado da *Belle Époque* se viu, de repente, diante da realidade nua e crua da guerra, com o prosaísmo e o horror das trincheiras, o terror da guerra química (gases asfixiantes), a extensão do conflito aos mares do mundo inteiro, o bloqueio marítimo que mutuamente se declararam Inglaterra e Alemanha, a intensa atividade dos submarinos, forma traiçoeira de guerra, coexistindo paradoxalmente com a luta dos primeiros pilotos de caça, franceses e alemães, que ainda duelavam nos ares com nobreza, mantendo rituais e gestos da antiga cavalaria medieval<sup>10</sup>. O capítulo ainda expõe a divisão interna que havia, no Brasil, entre simpatizantes dos dois lados em conflito, especialmente na imprensa<sup>11</sup> e na intelectualidade, mas também nas colônias de origem alemã ou italiana, muito numerosas no Brasil e, no conflito de 1914-18, colocadas em campos opostos.

“1916: Forças despreparadas” é o título do 3º capítulo. Nele, vemos a expansão ainda maior da guerra pelo mundo inteiro. Cada vez mais se caracterizava o conflito europeu por ser uma guerra de resistência e desgaste, dependendo ambos os lados do abastecimento por via marítima. Nações como Brasil e EUA, até então neutras e lucrando com o comércio de víveres, intensificado durante os dois primeiros anos de guerra, foram, pouco a pouco, sendo envolvidas na dinâmica do conflito e forçadas a tomar posição por um dos lados. Para essa eventualidade, o Brasil se encontrava totalmente despreparado, pois seu Exército e sua Marinha estavam tecnicamente muito defasados.

Em 1917, o Brasil passou da posição de neutralidade para a de beligerância. O 4º capítulo, “1917: a guerra chega ao Brasil”, mostra como se deu essa mudança.

Até o início do ano, de modo geral foi respeitada pelos alemães a neutralidade de nações como EUA e Brasil, que comerciavam com ambos os lados. Mas em fevereiro de 1917 o *Kaiser* Guilherme II autorizou a guerra submarina sem restrições, contra quaisquer navios mercantes, de quaisquer bandeiras, que se aproximassem de portos franceses, ingleses e italianos. Nos dois meses seguintes, 11 navios norte-americanos foram atacados por submarinos alemães, o que levou os EUA a declararem guerra à Alemanha no dia 6 de abril. Dois dias antes disso, um navio mercante brasileiro, o *Paraná*, tinha sido afundado por um submarino alemão nas costas da França. A agressão despertou imediata indignação em todo o Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que tinha origem alemã e era favorável à manutenção da política de neutralidade, foi pressionado a renunciar. No dia 11 de abril, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e no dia 22 de maio revogou oficialmente sua posição de neutralidade, declarando-se favorável aos EUA e seus aliados europeus. Mas somente em 26 de outubro do mesmo ano, depois do torpedeamento de outros navios brasileiros e da intensificação do clamor nacional por uma tomada de atitude enérgica por parte de nosso governo, o Brasil formalmente declarou guerra aos impérios centrais.

No capítulo “1918: a longa travessia” é resumidamente exposta a fase final da guerra europeia; nos dois primeiros meses desse ano prosseguiu inalterada a guerra de trincheiras, como nos anos anteriores. Mas em março ocorreram mudanças importantes: os alemães assinaram com os bolchevistas russos o acordo de Brest-Litovsk, pondo fim à guerra na frente oriental, e puderam, assim, lançar suas forças integralmente na frente ocidental, tentando uma nova ofensiva. Esta teria sido fatal para os Aliados se a defecção dos russos não tivesse sido compensada, com imensas vantagens, pela entrada na luta dos EUA e, quase simultaneamente, do Brasil e de Portugal. Estavam acabando de chegar, a essa altura, os primeiros contingentes norte-americanos, de modo que, a partir de março, os combates retomaram todo o furor dos primeiros tempos da guerra.

A ofensiva germânica na França foi muito violenta, mas não conseguiu chegar, como desejava, a Paris. E em julho de 1918 foi possível aos Aliados lançar a sua contraofensiva, na qual os norte-americanos desempenharam grande papel e garantiram sucessivas vitórias. A partir daí, os alemães foram cedendo terreno, cada vez mais. Em setembro, se rendeu a Bulgária, aliada dos impérios centrais. Em outubro, foi a vez de a Turquia, outra aliada, igualmente capitular. Por fim, em novembro desabou de vez a gigantesca e formidável máquina de guerra inimiga. No dia 3 desintegrou-se o Império Austro-Húngaro; no dia 9 uma revolução republicana estourou na Alemanha e provocou a fuga inglória do *Kaiser*. Mais dois dias e, a 11, os novos senhores do poder na Alemanha derrotada assinaram o armistício que pôs fim à guerra.

É nessa fase final do conflito que entrou em cena o Brasil. Declarada a guerra, nosso governo imediatamente confiscou e incorporou à frota nacional os 42 navios de bandeira alemã que estavam em portos brasileiros desde o início do conflito. Nos meses seguintes, continuaram no Atlântico os ataques de submarinos alemães a embarcações brasileiras. Nos Estados do Sul, em que era mais forte a presença de imigrantes de origem germânica, o governo federal, por reatar perturbações da ordem pública e atos de sabotagem, declarou estado de sítio. Foi também elaborado um estudo sigiloso que previa o envio de um grande corpo expedicionário para lutar na Europa, mas esse estudo, denominado Plano Calógeras, não chegou a ser posto em prática. Somente na década de 1930, foi tornado público.

Uma significativa colaboração para o esforço de guerra foi representada pela Missão Médica Militar Brasileira (MMMB), enviada para a França em agosto de 1918, sob a chefia do Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Era constituída por 131 homens, entre médicos militares e civis comissionados, acadêmicos de Medicina e auxiliares. Durante a viagem, foi duramente atacada pela gripe espanhola, morrendo vários dos seus integrantes e ficando outros internados num hospital da Argélia

francesa. Em Paris, a MMMB instalou um hospital militar destinado a socorrer feridos de guerra e, também, civis vitimados pela pandemia e prestou excelentes serviços, elogiados unanimemente pelos franceses. Mesmo depois de extinta a Missão, com o fim da Guerra, médicos brasileiros continuaram trabalhando no hospital até novembro de 1919, quando nosso governo fez entrega das instalações do hospital à Faculdade de Medicina de Paris.

Aviadores militares brasileiros também atuaram, nos meses finais da guerra e mesmo depois do Armistício, incorporados à recém-criada Royal Air Force britânica e ao US Naval Air Service. Também na Itália estiveram aviadores brasileiros em estágio, mas não chegaram a entrar em combate.

Nos últimos dias de 1917, foi constituída no Brasil uma comissão de estudos composta por 24 oficiais brasileiros que, sob o comando do General Napoleão Felipe Aché, deveria partir para a França e se incorporar às operações de guerra, com o objetivo de obter informações e material bélico que pudessem ajudar o Exército Brasileiro no seu esforço de atualização, de acordo com a doutrina militar corrente na França, diferente da escola prussiana até então adotada entre nós. A Missão Aché, como foi chamada, não se limitou ao estudo teórico, mas boa parte de seus membros participaram ativamente de operações de guerra do Exército francês. Alguns chegaram a ser promovidos por sua coragem em combate.

A Marinha de Guerra brasileira desempenhou ativamente seu papel de policiar nosso extenso litoral e emprestou à Marinha aliada considerável número de barcos capturados aos alemães em nossos portos. Esses barcos serviram às forças aliadas com tripulação brasileira. Foi também constituída uma Divisão Naval em Operações de Guerra composta por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tênder e um rebocador, com cerca de 1.500 homens, sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max de Frontin. Sua missão era policiar a área compreendida entre o Senegal e o Estreito de Gibraltar, de importância vital para o abastecimento dos Aliados e infestada por submarinos alemães. Durante a travessia do Atlântico, a

Divisão chegou a ser atacada por um submarino germânico ao qual revidou com tiros de canhão, produzindo, ao que parece, seu afundamento. A atuação da DNOG foi comprometida, infelizmente, pela irrupção da gripe espanhola, que nos primeiros dias de setembro de 1918 atacou com grande violência a sua tripulação. Mais de 100 tripulantes morreram, 140 outros precisaram ser transportados de volta ao Brasil em estado muito grave, incontáveis outros foram também atingidos pelo morbo, mas conseguiram se recuperar. Perto de dois meses a DNOG precisou ficar imobilizada, na costa senegalesa, esperando a substituição dos tripulantes baixados e a recuperação dos doentes atingidos com menor gravidade. Somente a 3 de novembro pôde partir para a França, aonde chegou a 10, um dia antes de terminado o conflito mundial. Embora não tenha chegado a travar combates prolongados, foi pesado o saldo da "longa travessia" que inspirou a Daróz o subtítulo de seu livro. Registra ele: "A longa travessia da Divisão Naval estava encerrada: 156 oficiais e marinheiros brasileiros não tornariam a ver sua terra natal, cerca de 10% do efetivo total da DNOG, que totalizava 1.515 homens" (p. 170).

No total, nossa participação no conflito foi restrita, não ultrapassando dois mil o número de brasileiros diretamente envolvidos. Mesmo assim, foi suficiente para que, após o Armistício, o Brasil tivesse assento na conferência de paz entre as potências vencedoras, obtendo compensações bastante vantajosas do ponto de vista material. O Brasil foi

ressarcido do valor de seus navios afundados pelos alemães e pôde incorporar definitivamente à sua frota, mediante pagamento simbólico, os navios confiscados ao inimigo.

O livro de Daróz tem o mérito de seu pioneirismo e do extenso esforço de pesquisa bibliográfica e nas fontes primárias; tem, sobretudo, o grande merecimento de resgatar, para as novas gerações, uma página injustamente esquecida da nossa história militar. É de desejar que o autor prossiga seus estudos sobre o tema e, numa próxima reedição, ou talvez em trabalho à parte, focalize outro importante aspecto da participação brasileira no conflito de 1914-18: o papel dos voluntários brasileiros que, muito antes da entrada oficial do Brasil na guerra, já nela se haviam incorporado como voluntários, servindo no Exército francês ou no inglês. Os mais ilustres e famosos são os dois filhos da Princesa Isabel, Príncipes D. Luiz (1878-1920)<sup>12</sup> e D. Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918), que se incorporaram ao Exército britânico desde o início do conflito, já que a legislação republicana francesa não permitia que servissem no Exército francês. Muitos outros brasileiros também se apresentaram como voluntários e serviram no Exército francês. O Conde d'Eu, em carta à Baronesa de Loreto, de 20-12-1917, se refere a mais de 40 brasileiros nessas condições, alguns dos quais condecorados por seu valor<sup>13</sup>. Esses heróis merecem ser resgatados do esquecimento, sobretudo num momento de intensa crise de valores, como o atualmente vivido pelo Brasil.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> *Op. cit.* Rio de Janeiro: Bibliex/lbrasa, 2001, p. 152-153.

<sup>2</sup> *Op. cit.*, vol. III, p. 819-823.

<sup>3</sup> *Op. cit.* Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, 392 p.

<sup>4</sup> O advérbio "quase" é devido a uma exceção que merece registro: o livro *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (A diplomacia brasileira e as grandes potências)*, do Prof. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, premiado pelo IHGB em 1989 – infelizmente esgotado e a merecer urgente reedição (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, 259 p.).

<sup>5</sup> Entre outros, KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 493 p.; ARTHUR, Max. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 397 p.; SONDRHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. Trad. de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013, 547 p.; MAC MILLAN, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial... que acabaria com as guerras*. Trad. de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo Livros, 2014, 728p.; FERGUSSON, Niall. *O horror da guerra: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2014, 768 p.; STEVENSON, David. *1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Valter Lellis. Barueri: Novo Século, 2016, 4 vols., 1076 p.

<sup>6</sup> Uma exceção a essa pobreza editorial brasileira foi representada pela publicação, em 2014, de *O Brasil na I Guerra Mundial* (Gramado-RS: Clássica, 2014, 168p.), do Coronel. Luiz Ernani Caminha Giorgis, historiador militar que optou por fazer uma abordagem estritamente cronológica do assunto, relatando os acontecimentos no seu dia a dia. É obra de utilidade para consulta e referência para estudiosos do conflito.

<sup>7</sup> Entre outras, ver *A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil* (Recife: UFPE, 2014, 448p.), obra que resemnhamos em: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 468, p. 283-287, 2015.

<sup>8</sup> Sobre a linha teórica da Nova História Militar, cfr. *Novas dimensões da História Militar* – antologia organizada por Russell F. Weigley, trad. do General. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Bibliex, 2 volumes, 1981, 465 p. Ver também PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar, em *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 1, dezembro de 2009.

<sup>9</sup> Cfr. SANTOS, A. A. dos. O terrorismo no tempo dos nossos avós. *Notícia Bibliográfica e Histórica* (PUCCAMP), v. 191, p. 423-427, 2003.

<sup>10</sup> Cfr. CHAMBE, René. *No tempo das carabinas*. Trad. de Augusto Sousa. São Paulo: Flamboyant, 1961, 211 p.; VV.AA., *Les chasseurs du ciel – Première Guerre Mondiale*. "Historia Spécial", 420 bis. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1981, p. 2-67.

<sup>11</sup> Ver, a respeito, GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, 112p.

<sup>12</sup> SANTOS, A. A. dos. Um príncipe brasileiro voluntário na Grande Guerra. "Debater a História" (Vila Nova de Gaia, Portugal), v. Ano 2 n. 9, p. 40-47, 2015.

<sup>13</sup> SANTOS, A. A. dos. Cartas do Conde d'Eu à Baronesa de Loreto. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 467, p. 219-247, 2015.

Donnell Technology Naval & Marine  
Technical Services

# Documento

**DOCUMENTO:** Ofício do Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra, Contra-Almirante Pedro Max de Frontin, ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Estevão Adelino Martins.

**DATA:** 26 de setembro de 1918

**LOCALIZAÇÃO:** Arquivo da Marinha (Fundo: Relatórios)



# Ofício do Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra, Contra-Almirante Pedro Max de Frontin, ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Estevão Adelino Martins

**Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva**

*Mestre em Estudos Marítimos pela Escola de Guerra Naval e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

Um documento é uma pista, signo ou indício que corrobora a reconstrução do passado<sup>1</sup>. É um instrumento que transporta o indivíduo contemporâneo para uma realidade não experimentada. Neste sentido, destacamos o ofício do Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra, Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, ao Chefe do Estado-Maior da Armada, pertencente ao fundo Relatórios e custodiado pelo Arquivo da Marinha. Redigido no dia 26 de setembro de 1918, em Dakar, na costa africana, tal documento traz o relato dos óbitos sofridos pelo contingente militar brasileiro, assolado pela epidemia de gripe espanhola, que implicaram na reorganização dos comandos dos navios da Divisão.

No início das hostilidades, em 1914, o Estado brasileiro optou pela neutralidade. A declaração da guerra submarina ilimitada pelos alemães redundou em uma crise diplomática com Berlim devido aos torpedamentos dos Navios Mercantes brasileiros: *Paraná; Lapa; Tijucas; Acary; Guayba; Taquary*<sup>2</sup>.

Em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha. A participação brasileira no conflito foi planejada a partir das seguintes contribuições: envio de uma Missão Médica para integrar a equipe francesa; envio de um grupo de aviadores navais para treinamento na Europa; e de uma Divisão Naval subordinada à Marinha Real britânica para atuar no patrulhamento do Oceano Atlântico, entre o Estreito de Gibraltar e Serra Leoa, na costa africana<sup>3</sup>.

A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) foi criada pelo Ministro da Marinha Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926) e era composta pelos Cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, os Contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, Tênder *Belmonte* e o Reboador *Laurindo Pitta*, tendo por comandante o Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin (1867-1939). Partiram do Rio de Janeiro entre maio e julho de 1918, passando por Salvador, Recife, e Fernando de Noronha, de onde atravessaram para Freetown,

---

\* Artigo recebido em 12 de maio de 2017 e aprovado para publicação em 23 de maio de 2017.

em Serra Leoa, chegando a Dakar em 26 de agosto daquele ano, onde sofreram com a tragédia da gripe espanhola.

A guerra é um fenômeno social. Não devemos minimizá-la apenas a um conflito armado. É um fenômeno coletivo promovido através da violência organizada sob aparato legal contra um inimigo ativo a fim de atender aos interesses de grupos políticos<sup>4</sup>. A guerra é um agente transformador das estruturas sociais. Além da mortandade, gera consequências na pirâmide etária, na distribuição de riquezas e nas mudanças morais da sociedade<sup>5</sup>.

A Primeira Guerra Mundial transformou o *modus faciendi* da guerra com o emprego de novas armas. Os atores beligerantes empregaram seus recursos tecnológicos, econômicos e políticos no conflito, atingindo um índice de mortandade nunca antes sofrido pelo homem. O elevado índice de mortalidade ocorreu não só de forma direta, ou seja, no teatro de operações através da prática de terra arrasada, bombardeio ou devastações preventivas, mas também, de forma indireta, morticínio acarretado por epidemias e fome. No nível do indivíduo, a guerra afetou os combatentes e a sociedade civil.

Durante os combates, o ambiente do teatro de operações caracterizado pelas trincheiras, aglomeração de combatentes, os navios transportes situados em locais insalubres, sem saneamento, alimentação saudável e água potável, altas temperaturas e ausência de eficiente socorro médico, corroborou para a alarmante difusão do vírus. Entre os dias 10 a 16 de setembro o número da mortandade pela *influeza* ou gripe espanhola<sup>6</sup> foi exponencial, sobretudo entre os

militares encarregados da guarnição das caldeiras e transporte de carvão, os foguistas, marinheiros de convés, maquinistas (10% dos maquinistas da Divisão foram vítimas), conforme destacado pelo Comandante Frontin, médicos e demais oficiais. A epidemia de gripe espanhola provocou, entre 1918 e 1919, de 20 a 50 milhões de mortes. O contingente brasileiro a bordo da DNOG atingiu a maior taxa de mortandade ocorrida nos navios de guerra, totalizando, aproximadamente, 10% do seu pessoal. A maior parte das vítimas foi enterrada em Dakar<sup>7</sup>. Em 11 de novembro, foi assinado o Armistício na Europa, o que significou o fim do conflito.

A relevância da fonte histórica para construção de conhecimento está no seu diálogo com a teoria, permitindo uma interpretação crítica. Esse documento sobressai visto que apresenta uma gama de possibilidades para a escrita da história. Além de trazer a participação brasileira no conflito, possibilita um estudo de caso sobre como a guerra impacta as instituições militares e a sociedade, além do seu aspecto político. Mas, a tarefa é árdua ao historiador. Afinal, quantos brasileiros morreram pelo seu país, mas que não sabemos de suas histórias? Quem foram esses homens? Quais foram os impactos para a sociedade brasileira? Retomando as palavras do Comandante Pedro Max de Frontin, qual o impacto sobre os indivíduos que, “convalescentes, ficaram com um grande abatimento moral de forma neurastênica, que os torna incapazes de qualquer função directiva, isto é, se for oficial, de poder prestar qualquer serviço útil nesta comissão”? Cabe ao historiador desbravar os documentos e continuar essa aventura.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 150-152.

<sup>2</sup> Sobre as causas da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, ver: MARTINS, Helio Leoncio. Participação da Marinha Brasileira na Primeira Grande Guerra. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, 1997, v. 5, tomo I B.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Francisco Alves de. A Grande Guerra e o Atlântico. In: ALMEIDA, Francisco Alves de; LEÃO, Karl Schurster de Sousa. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 363.

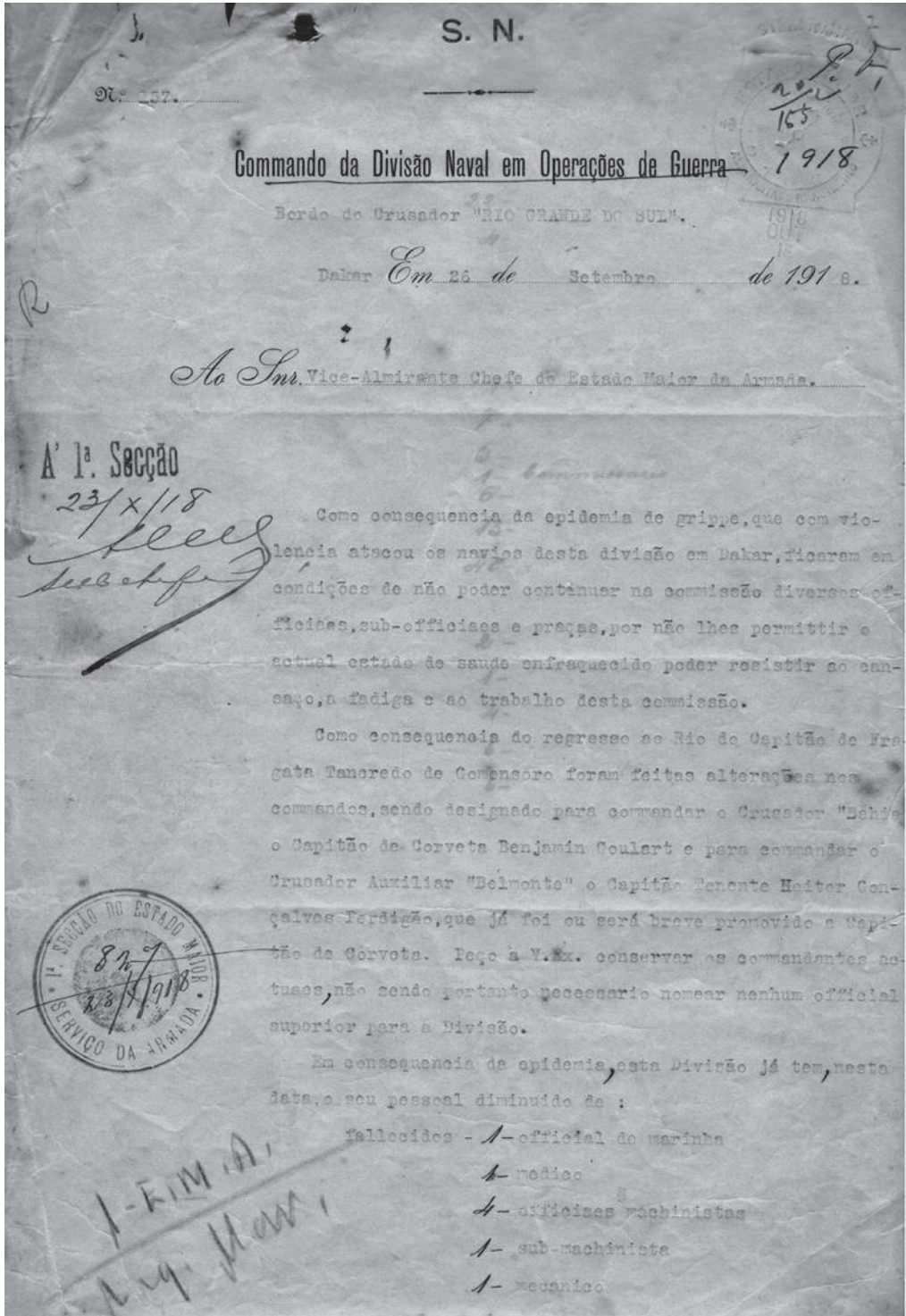
<sup>4</sup> BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polemologia: Sociología de las guerras*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984, p. 105.

<sup>5</sup> Para realização de uma análise sobre as transformações sociais de uma guerra, é necessário considerar alguns aspectos desse fenômeno, tais como: caráter endêmico ou isolado, extensão, intensidade, duração, número de

contingente, ações diretas ou indiretas sobre os homens e estruturas sociais a fim de evitar generalizações. Ver: CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999, pp. 234-252.

<sup>6</sup> "A influenza é uma doença altamente contagiosa, viral típica transmitida por meio de aerossóis produzidos por pessoas infectadas durante o processo de tosse ou espirro ou por contato direto com secreções nasais ou superfícies contaminadas com o vírus transmissor". Ver: ALONSO, Wladimir J; SCHUCK-PAIM, Cynthia. SHANKS, Dennis G; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918. In: *Navigator*. Rio de Janeiro: DPHDM, v.9, nº 17, 2013, pp. 12.

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp. 12-17.



27

53 - Foguetes  
 54 - Artilharia  
 55 - Artilharia

Quantas que seguem para o Rio de Janeiro para serem  
 distribuídas para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes.

1 - Oficial superior  
 2 - Oficiais subalternos  
 3 - Oficiais subalternos  
 4 - ~~Comandantes~~  
 5 - Sub-oficiais  
 16 - Foguetes  
 40 - Artilharia

Quantas que seguem para o Rio de Janeiro para serem  
 distribuídas para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes.

2 - Oficiais subalternos  
 1 - Oficial  
 4 - Artífices mecânicos  
 6 - Soldados  
 6 - Marinheiros

No tocante ao n.º 207 para este trabalho, para  
 substituir os que faltarem e os que em consequência da  
 ausência do mesmo não puderem ser substituídos, para ser  
 este livro.

Para que possa ser feita a distribuição para os  
 trabalhos e atividades correspondentes, para ser  
 distribuída para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes, para ser distribuída para os trabalhos  
 e atividades correspondentes, para ser distribuída  
 para os trabalhos e atividades correspondentes, para  
 ser distribuída para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes.

27

Quantas que seguem para o Rio de Janeiro para serem  
 distribuídas para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes.

Para que possa ser feita a distribuição para os  
 trabalhos e atividades correspondentes, para ser  
 distribuída para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes, para ser distribuída para os trabalhos  
 e atividades correspondentes, para ser distribuída  
 para os trabalhos e atividades correspondentes, para  
 ser distribuída para os trabalhos e atividades cor-  
 respondentes.

1 - Oficial superior  
 2 - Oficiais subalternos

Pedro de Frontin

Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra

Transcrição do Ofício do Almirante Pedro Max de Frontin

**COMANDO DA DIVISÃO NAVAL EM OPERAÇÕES DE GUERRA**

Bordo do Crusador "Rio Grande do Sul".

Dakar, Em 26 de setembro de 1918.

Ao Snr. Vice-Almirante Chefe do Estado Maior da Armada.

Como consequencia da epidemia de gripe, que com violência atacou os navios desta divisão em Dakar, ficaram em condições de não poder continuar na comissão diversos officiaes, sub-officiaes e praças, por não lhes permittir o actual estado de saúde enfraquecido poder resistir ao cansaço, a fadiga e ao trabalho desta commissão.

Como consequencia do regresso ao Rio do Capitão de Fragata Tancredo de Gomensoro, foram feitas alterações nos commandos, sendo designado para commandar o Crusador "Bahia" o Capitão de Corveta Benjamin Goulart e para commandar o Cruzador Auxiliar "Belmonte" o Capitão-Tenente Heitor Gonçalves Perdigão, que já foi ou será breve promovido a Capitão de Corveta. Peço a V. Ex. conservar os commandantes actuaes, não sendo, portanto, necessário nomear nenhum official superior para a Divisão.

Em consequência da epidemia, esta Divisão já tem, nesta data, o seu pessoal diminuído de:

Falecidos - 1 – official de Marinha  
1 – médico  
4 – officiaes machinistas  
1 – sub-machinista  
1 – mecanico  
52 – foguistas  
22 – marinheiros  
4 – taifeiros;

doentes que seguem para o Rio por não terem saúde bastante para poder continuar nesta trabalhosa e fatigante commissão:

1 – official superior  
7 – officiaes subalternos  
5 – officiaes machinistas  
1 – commissário  
6 – sub-official  
15 – foguistas  
40 – marinheiros;

doentes que provavelmente seguirão no próximo paquete:

2 – officiaes subalternos  
1 – medico  
4 – officiaes machinistas  
6 – foguistas  
6 – marinheiros.

No meu telegramma nº 289 pedi oito machinistas, para substituir os que falleceram e os que em consequência da epidemia não se achão mais em condições de saúde para servir nesta divisão.

Pedi que fossem todos Segundos Tenentes, porque já tive bastante difficuldade em distribuir pelas funções de Chefe de Machinas e 2º Machinista, os Primeiros Tenentes Machinistas embarcados nesta Divisão, os quaes, nem todos tem a competencia que deviam ter de acôrdo com a sua antiguidade. A nomeação de qualquer 1º Tenente Machinista que não fosse um profissional de mérito, só viria crear de novo as difficuldades que já consegui fazer desaparecer. O embarque nesta Divisão de Segundos-Tenentes Engenheiros Machinistas será, para elles, uma occasião de muito praticarem em machinas e não modificará a distribuição de funcções já por este Commando feita.

Notei que alguns convalescentes ficaram com um grande abatimento moral de forma neurasthenica, que os torna incapazes de qualquer funcção directiva, isto é, se fôr official de poder prestar qualquer serviço útil nesta commissão.

Saúde e Fraternidade,



Pedro de Frontin,  
Contra-Almirante, Comandante da Divisão.

# Normas para a publicação na REVISTA NAVIGATOR

A Revista *Navigator* aceita trabalhos inéditos relacionados à História Marítima e áreas afins, sob a forma de artigos, ensaios e resenhas. A publicação dos trabalhos é decidida segundo pareceres dos membros do Conselho Editorial, do Conselho Consultivo e de dois pareceristas *ad hoc*, que avaliam a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

As colaborações para a Revista *Navigator* devem seguir as seguintes especificações:

1. Os artigos devem ser enviados ao endereço eletrônico [navigator@dphdm.mar.mil.br](mailto:navigator@dphdm.mar.mil.br) no formato Word for Windows. Terão a extensão de 20 páginas no máximo, digitadas em fonte Times New Roman 12, com espaçamento entre linhas de 1,5 e margens de 2,5cm. As notas devem ser de rodapé.

2. Se houver imagens, estas não deverão estar inseridas no texto em word, mas em outro arquivo anexo, digitalizadas em 300 DPI no formato TIFF ou JPEG. No caso de imagens provenientes de câmera digital, deverão estar na mais alta resolução do equipamento.

3. Os artigos deverão estar acompanhados de resumo (português e inglês) de no máximo dez linhas e três palavras-chave.

4. Os ensaios seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos.

5. As resenhas poderão ter até sete páginas.

6. As notas deverão obedecer à NBR 6023:

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição, Cidade: Editora, ano, p. ou pp.

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução. Edição, Cidade: Editora, ano, p. ou pp.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, p ou pp.

7. Os trabalhos devem ser remetidos com uma folha à parte com nome completo do autor, seguido das referências com as quais deseja ser apresentado (máximo de três linhas), endereço completo, e-mail e telefone para contato.

8. Uma vez publicados os trabalhos, à *Navigator* se reservam todos os direitos autorais, permitindo, entretanto, a sua reprodução, com a devida citação da fonte.

9. Toda correspondência endereçada à *Navigator* deve ser encaminhada para o e-mail [navigator@dphdm.mar.mil.br](mailto:navigator@dphdm.mar.mil.br) ou à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – Departamento de Publicações e Divulgação, Praça Barão de Ladário s/nº, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20091-000, aos cuidados do Editor da Revista *Navigator*.